Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sexta-feira, 9 de abril de 2021
Ano CVII ● Número 28.847
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

RISCO NA VOLTA ÀS AULAS

Projeto proíbe nos municípios com bandeiras vermelha ou roxa. Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**

NOVAS ENCRUZILHADAS

'Um caminho leva ao desespero absoluto. O outro, à total extinção'. Por Isaac Roitman, **página 2**

ESCOLAS DEVEM FICAR FECHADAS

Sugestão: igrejas também e pelo menos mais uma semana de lockdown. Bayard Boiteux, **página 3**

Refinaria árabe vendida por mais de 3 vezes valor da brasileira

Venda da Rlam pode ser suspensa pelo TCU

No momento em que o Tribunal de Contas da União (TCU) examina a venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam) para o Mubadala, fundo soberano dos Emirados Árabes, o diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) Ricardo Maranhão enviou um ofício ao ministro Bruno Dantas, vice-presidente do TCU, em que apresenta números que questionam o negócio.

Trabalho elaborado pelo engenheiro Elie Abadie apresenta dois casos que indicam que o valor da venda da Rlam (US$ 1,650 bilhão) se encontra abaixo do praticado internacionalmente.

Na Refinaria de Port Arthur, Texas, maior refinaria norte-americana, a Shell vendeu, em 2018, à sócia Saudi Aramco sua metade, equivalente à produção de 300 mil barris por dia (bpd), por US$ 2,8 bilhões. A planta brasileira tem uma capacidade ligeiramente superior: 310 mil bpd.

Em outro caso, a Adnoc (estatal de Abu Dhabi) vendeu parte da refinaria de Ruwais às petrolíferas ENI (italiana) e OMV (austríaca). O engenheiro abadie fez um cálculo levando em conta o valor pago por cada uma e a fatia na companhia. A OMV pagou o equivalente a US$ 18.076,60 por barril. A ENI, um pouco menos: US$ 17.895,90 por barril.

O mesmo cálculo para a Rlam mostra que a venda para a Mubadala sairia a US$ 5.323 por barril, o equivalente a 29,57% do valor de compra de uma refinaria equivalente.

Em seu estudo, o engenheiro – que se aposentou da Petrobras após 50 anos de serviços – informa que, nos últimos 15 anos, a estatal brasileira investiu entre US$ 4 bilhões e US$ 5 bilhões por refinaria, ampliando, modernizando e tornando-as mais lucrativas.

Também engenheiro, Paulo César Ribeiro Lima, que trabalhou na Petrobras e posteriormente foi consultor legislativo concursado da Câmara dos Deputados e do Senado, estima o valor justo para a Rlam em US$ 3,33 bilhões, o dobro do negociado.

A operação pretendida não se limita à venda da refinaria, a segunda maior brasileira. Inclui 4 terminais (Madre de Deus, Jequié, Candeias e Itabuna); 669km de polidutos; tancagem para armazenamento; e bases de distribuição primárias e secundárias.

Comparação

Refinaria de Ruwais
US$ 18.076 por barril

Refinaria de Port Arthur
US$ 9.333 por barril

Refinaria da Bahia
US$ 5.323 por barril

Para o conjunto (refinaria e ativos de logística), Ribeiro Lima estima o valor justo na ordem de US$ 4,2 bilhões.

Técnicos do TCU devem entregar ainda esta semana ao ministro Walton Alencar parecer sobre a venda, que pode ser suspensa pelo órgão. "Consideramos absolutamente pertinentes as críticas feitas no Tribunal ao afogadilho, verdadeira ligeireza com a qual a Petrobras insiste em concretizar esta operação", afirma Ricardo Maranhão no ofício.

Vice-presidente defende nova Reforma da Previdência

O vice-presidente Hamilton Mourão aparentemente já escolheu quem pagará a conta das despesas extraordinárias em 2020 para combate à pandemia: aposentados e pensionistas. Em palestra realizada para a XP Investimentos, o general defendeu uma nova Reforma da Previdência.

Outro público que será convocado a sacrifícios é o do funcionalismo. Para Mourão, os servidores têm que "entender que a época do dinheiro fácil acabou" e condicionou aumentos à elevação de produtividade e receita do Estado. O general parecia se referir apenas aos funcionários civis, já que os militares têm aumentos garantidos para os próximos anos.

Em sua apresentação, o vice-presidente abordou questões da geopolítica mundial e a inserção do Brasil. Falou ainda sobre a questão da compra de vacinas pelos empresários: "Na minha visão, as empresas terão muita dificuldade para comprar vacinas, porque não tem para vender. E os laboratórios querem vender 30 milhões, não milhares de vacinas."

O general finalizou a palestra online com duas citações. Uma delas, do Mestre Yoda, da franquia *Star Wars*: "O medo leva à raiva, a raiva leva ao ódio, e o ódio leva ao sofrimento." Houve quem interpretasse a frase como uma espetada no presidente Jair Bolsonaro.

ICMS: eletros podem trocar São Paulo por Manaus

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) cobrou do governador João Doria Jr., em ofício enviado nesta quarta-feira, alteração no ICMS do setor de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Para a Associação, os Decretos 65.253 e 65.255, ambos de 2020, podem resultar em "desastrosos efeitos em termos de arrecadação, investimentos em PD&I e posições de trabalho, de difícil ou impossível compensação no curto ou médio prazo". Os decretos elevam as alíquotas de ICMS.

A Abinee cita notícia veiculada no último dia 6 que informa que a LG vai encerrar produção de notebooks e monitores em Taubaté. A entidade cita grande concorrência com a Zona Franca de Manaus.

São Paulo reúne 191 das 511 empresas produtoras de bens de TIC, representando 75% do faturamento nacional. O setor emprega aproximadamente 80 mil trabalhadores no estado.

A Associação avalia que, entre os impactos da mudança, estão: redução de postos de trabalho, com significativo impacto nos municípios que concentram essas indústrias (Campinas, Sorocaba, Jundiaí, Hortolândia, São José dos Campos, Taubaté, entre outros); perda de faturamento pela indústria; perda de investimentos em PD&I, impactando Institutos Públicos e Privados, que têm suas atividades destacadas pelo emprego de mão de obra de nível superior.

Papa pede que FMI reduza dívidas de países pobres

O papa Francisco disse aos líderes das finanças do mundo que os países pobres atingidos pelo impacto econômico da pandemia precisam ter reduzidos os fardos de suas dívidas e receber uma voz maior na tomada global de decisões.

Em carta aos participantes do encontro anual de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, o papa disse que a pandemia forçou o mundo a lidar com as crises inter-relacionadas nas áreas socioeconômica, ecológica e política.

"A noção de recuperação não pode se contentar com o retorno a um modelo desigual."

Preço dos alimentos no mundo sobe pelo 10º mês consecutivo

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) informou que os preços dos alimentos, em março, subiram pelo décimo mês consecutivo. A média de 118,5 pontos do mês passado registrou uma alta de 2,1 pontos se comparada a fevereiro. Este é o índice mais alto desde 2014.

O aumento foi provocado pelo preço do óleo vegetal e dos laticínios. O Índice de Preços dos Alimentos da FAO acompanha as mudanças mensais nos preços internacionais dos alimentos da cesta básica.

O aumento dos preços dos alimentos, combinado com a perda de renda pela pandemia, levará mais pessoas a morrerem de fome no mundo, advertiu o Fundo Monetário Internacional (FMI) no relatório Perspectivas da economia mundial 2021, divulgado esta semana.

Tânia Rego/ABr

Os consumidores de carne também notaram uma subida de 2,3% em média nos mercados com relação ao que pagavam em fevereiro. O aumento de importações pela China e a venda na Europa, antes do feriado de Páscoa, causaram a alta. O preço da carne bovina permanece estável. Os cereais registraram leve queda de 1,8%. Mesmo assim o preço é 26,5% mais alto que em março do ano passado. As perspectivas de safras favoráveis de trigo este ano, assim como milho e arroz, estão evitando novas elevações.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,5697
Dólar Turismo	R$ 5,7300
Euro	R$ 6,6367
Iuan	R$ 0,8499
Ouro (gr)	R$ 314,00

ÍNDICES

IGP-M	2,94% (março)
	2,53% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (nov.)	0,89%
SP (set.)	1,32%
Selic	2,75%
Hot Money	0,64% a.m.

Após a pandemia, surgirão novas encruzilhadas

Por Isaac Roitman

Encruzilhada é um lugar onde se cruzam duas ou mais ruas, estradas ou caminhos. Segundo a Umbanda, é um lugar onde são feitas oferendas a Exu e Pomba gira. Essas oferendas têm as mais variadas funções, como proteção, prosperidade, descarrego, entre outras e são chamadas de despachos. No sentido figurado, como ser considerada um dilema que torna difícil tomar uma decisão.

Segundo Woody Allen, "mais do que em qualquer época, a humanidade está numa encruzilhada. Um caminho leva ao desespero absoluto. O outro, à total extinção. Vamos rezar para que tenhamos a sabedoria de saber escolher".

No Brasil, com a pandemia da Covid-19, tudo leva a crer que não escolhemos os caminhos corretos para enfrentá-la. Em vez de escolhermos os caminhos indicados pela Ciência, muitos optaram pelos caminhos da negação. As consequências foram catastróficas: centenas de milhares de brasileiros/as morreram, e o sistema de saúde colapsou.

Deveríamos ter prestado mais atenção ao pensamento de Arthur Schopenhauer: "O maior erro que um homem pode cometer é sacrificar a sua saúde a qualquer outra vantagem".

Ainda é tempo de mudanças de rumo, não permitindo aglomerações, seguir as orientações sanitárias, oferecer condições para a população sobreviver com dignidade no isolamento social e sobretudo dar maior velocidade ao programa nacional de vacinação.

É pertinente lembrar o pensamento de Juscelino Kubistchek: "Costumo voltar atrás, sim. Não tenho compromisso com o erro." Também é pertinente lembrar o pensamento de Che Guevara: "O importante não é justificar o erro, mas impedir que ele se repita."

Ainda não sabemos quando, mas certamente a pandemia que nos desafia terminará. Surgirão então novas encruzilhadas. Grandes desafios despontam no horizonte. Entre eles a mitigação e talvez a extinção da desigualdade social vergonhosa que a pandemia, como se fosse uma lente, mostrou o seu tamanho.

Precisamos conquistar um modelo econômico em que nenhum cidadão tenha fome e condições de vida digna. Um modelo em que todas as crianças e jovens tenham uma educação de qualidade onde os valores éticos, de solidariedade, de bondade, de amorosidade, entre outros, sejam consolidados e praticados. Temos que desenvolver um sistema de Ciência e Tecnologia que nos torne um país soberano, que resulte em um estado de bem-estar na sociedade.

No nível planetário, os desafios são imensos. O quinto relatório global da biodiversidade da Organização das Nações Unidas aponta que a humanidade está em uma encruzilhada. O relatório reconhece o valor da biodiversidade, a necessidade de restaurar os ecossistemas dos quais depende toda a atividade humana e a urgência de reduzir os impactos negativos de tal atividade.

Entre as recomendações, o relatório aponta para transições em diferentes dimensões: redesenhando os sistemas da agricultura sustentável, o sistema alimentar sustentável, a infraestrutura das cidades (infraestrutura verde), para o consenso de vivermos em harmonia com a natureza.

Vamos esperar, torcer, rezar, trabalhar para que, nas encruzilhadas que nos esperam, tomemos sempre os melhores caminhos. Vamos finalmente lembrar o pensamento de Albert Einstein: "No meio da confusão, encontre a simplicidade. A partir da discórdia, encontre a harmonia. No meio da dificuldade reside a oportunidade."

Isaac Roitman é professor emérito da Universidade de Brasília, pesquisador emérito do CNPq, membro da Academia Brasileira de Ciências e do Movimento 2022-2030 o Brasil e o Mundo que queremos.

Agnaldo Timóteo e Alfredo Bosi, patrimônios nacionais

Por Paulo Alonso

O Brasil caminha para registrar 400 mil mortes ocasionadas pelo coronavírus. E se essa marca está perto de ser alcançada lamentavelmente, levando o sofrimento, a dor e a precoce saudade a milhares de familiares, a culpa é certamente do presidente Bolsonaro que, por sua inércia, ineficiência, desatenção e desrespeito à ciência, não tomou as providências sanitárias lá atrás, quando a doença chegou ao Brasil, tratando-a como um simples resfriadinho. Loucura total!

E é justamente essa pandemia que tem ceifado do nosso convívio amigos e parentes. Dentre tantos que têm partido, é triste ter de registrar as mortes recentes do cantor Agnaldo Timóteo, morto no Rio de Janeiro, e do crítico literário Alfredo Bosi, falecido em São Paulo. Ambos representaram, cada um da sua forma, a cultura do Brasil e, por essa razão, deixam saudade enormes lacunas na música popular e no estudo e na pesquisa das letras.

Agnaldo Timóteo sempre sonhou em ser um artista, um cantor. Teve de trilhar por diversos caminhos, até conseguir uma oportunidade de mostrar o seu talento e a sua voz. E essa possibilidade só foi possível com o empurrão de uma diva do cancioneiro nacional, a inesquecível Ângela Maria, que o apresentou a profissionais ligados às rádios e à música. Ele, por algum tempo, foi motorista da cantora, além de ter sido também torneiro mecânico.

Da Caratinga para o Mundo, a história de Timóteo tem altos e baixos, mas o importante mesmo é que ele, mesmo sendo um sujeito contraditório, marcou, nos quase 60 anos de carreira, seu nome no coração e nas mentes de centenas, milhares de brasileiros.

Seu jeito irreverente, brincalhão, sua maneira de seduzir e sua voz extraordinária, um dom de Deus, como ele mesmo dizia, encantaram plateias de todo o Brasil e de outras Nações. Adotando o estilo romântico, e não brega, ele vendeu milhões de discos, tornando-se um dos mais completos cantores do país. Seu vozeirão era apreciado e seduzia pela sonoridade que entoava nos acordes, assim como o fizeram Cauby Peixoto e Ângela Maria, para citar apenas esse trio que muitas vezes fizeram shows juntos.

Em 2019, venceu um AVC, depois de ter ficado internado por um bom tempo. Os pessimistas diziam que ele não resistiria e que, mesmo que resistisse, ficaria com sequelas e que sua carreira acabaria ali. Nada disso. Guerreiro, venceu a doença, se recuperou e comemorou com uma bela apresentação seus 50 anos de carreira. O coronavírus, no entanto, foi mais forte, e desse mal foi a óbito.

Timóteo, falecido aos 84 anos, passou toda a sua infância em sua terra natal, Caratinga, em Minas Gerais. Desde pequeno, se interessou por música e se apresentava nos circos que passavam pela cidade.

Em 2017, Timóteo foi tema do documentário *Eu, pecador*, do saudoso cineasta Nelson Hoineff, no qual ele narra sobre sua trajetória, temperamento, sexualidade, passagem pela política e filosofia de vida. Um belo trabalho de Hoineff, querido amigo, companheiro de jornalismo e de docência. Deixou saudade, também.

Botafoguense fanático, Timóteo deve estar feliz com a homenagem que a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro lhe concedeu, aprovando na última segunda-feira projeto de lei que dá o seu nome ao calçadão que fica em frente ao Estádio Nilton Santos. A Prefeitura do Rio de Janeiro já sancionou a lei. O projeto tem como autor o vereador Cesar Maia, também torcedor do Botafogo.

Uma das muitas histórias de Timóteo envolve a morte do ídolo Mané Garrinha, em 1983. O Anjo das Pernas Tortas, como era chamado, faleceu aos 49 anos, vítima de cirrose hepática, após ter ficado em coma alcoólico no Rio de Janeiro. Após viver uma série de problemas conjugais e financeiros, o craque estava arruinado, tanto físico como emocionalmente, e esses problemas se mostraram presentes até mesmo após sua partida, quando sua família enfrentou uma enorme dificuldade para enterrá-lo. Comovido com a situação do ex-ponta da Seleção Brasileira, Timóteo arcou com todos os gastos do velório do amigo. A lápide de Garrincha, paga pelo cantor, tinha marcado os dizeres: "Aqui descansa em paz aquele que foi a alegria do povo."

Além de cantor, Timóteo enveredou pela política, tendo sido eleito deputado federal, pelo Rio de Janeiro, duas vezes, eleito vereador, também pelo Rio, em uma legislatura, e duas vezes eleito vereador, por São Paulo. Brigou, trocou de partido várias vezes, mas deixou, também na política, o seu nome registrado.

Eu tive a felicidade de entrevistá-lo algumas vezes e, nesses papos divertidos, pude constatar o quão grande era o cantor Agnaldo Timóteo e quão generoso era o cidadão Agnaldo Timóteo. O documentário de Hoineff, produzido com muito zelo e profundo olhar na vida e na obra do artista, comprova a bela vida vivida por esse cantor, um dos mais importantes do Brasil, certamente.

Alfredo Bosi, um dos maiores críticos literários do Brasil, morreu na quarta-feira, dia 7, em São Paulo, também aos 84 anos, vítima igualmente da nefasta Covid-19. Professor titular aposentado do curso de letras da USP, Bosi foi membro da Academia Brasileira de Letras.

O presidente da Casa de Machado de Assis, Marco Lucchesi, assim falou sobre Bosi: "A tanta dor, soma-se a morte do admirável acadêmico Alfredo Bosi. Sou tomado de profunda emoção. Nem encontro palavras. Escrevo com olhos marejados. Bosi: um homem de profunda erudição, humanista inconteste, um homem que estudou o Renascimento e que o representou."

Bosi nasceu em São Paulo e foi casado com a psicóloga social, escritora e professora da USP Ecléa Bosi e deixou os filhos Viviana Bosi, também professora da FFLCH-USP, e José Alfredo Bosi.

Após se formar em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), em 1960, Bosi recebeu uma bolsa de estudos na Itália e ficou um ano letivo em Florença. Quando voltou ao Brasil, assumiu os cursos de língua e literatura italiana na USP. Ele foi professor de literatura italiana e seu interesse pela literatura brasileira o levou a escrever os livros Pré-Modernismo (1966) e História Concisa da Literatura Brasileira (1970). Ocupou também a Cátedra Brasileira de Ciências Sociais Sérgio Buarque de Holanda da Maison des Sciences de l'Homme, em Paris.

Em 1997, se tornou diretor do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. No instituto, coordenou o Educação para a Cidadania (1991-96), integrou a comissão coordenadora da Cátedra Simón Bolívar (convênio entre a USP e a Fundação Memorial da América Latina) e coordenou a Comissão de Defesa da Universidade Pública (1998).

Sétimo ocupante da Cadeira nº 12, da ABL, eleito em 2003, na sucessão de Dom Lucas Moreira Neves e recebido pelo acadêmico Eduardo Portella, o acadêmico era um intelectual da mais alta envergadura, um ser humano admirável, uma figura doce e um homem de caráter, além de ter sido dono de pensamento próprio e capaz de fazer análises das mais ousadas e profundas, apoiadas em sua inteligência rara e brilhante, com notável sensibilidade para o ser humano.

Dialética da colonização, de sua autoria, é um dos livros fundamentais para entendimento da cultura brasileira. Com a partida de Bosi, perde a Literatura Brasileira um dos seus extraordinários pesquisadores e perde, assim, a Cultura do Brasil.

Agnaldo Timóteo e Alfredo Bosi partiram, mas deixaram um enorme legado nas áreas nas quais atuaram, com extremo talento.

Paulo Alonso é jornalista, reitor da Universidade Santa Úrsula.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitor.interpress@hipernetelecom.com.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

NOVOS TEMPOS

Bayard Do Coutto Boiteux

Escolas devem permanecer fechadas!

Não faz sentido escolas abertas no pior momento da pandemia, é o que afirma a microbiologista Natalia Pasternak. A coluna endossa e sugere igrejas fechadas e pelo menos mais uma semana de lockdown. Vamos primeiro vacinar o pessoal da área de Educação para depois pensar em retomada de aulas.

Vacina abaixo da crítica na Europa

Muito vagaroso está o processo de vacinação na Europa. Maioria dos países falhou nas metas estabelecidas pela União Europeia. Há atraso na entrega das vacinas e nas estratégias dos países-membros. A meta era ter pelo menos 80% dos idosos e 80% dos profissionais de saúde vacinados até o final de março. Malta, Irlanda e Suécia lideram na imunização. A Bulgária tem a pior posição: só conseguiu imunizar 5% dos idosos.

Drive-thru de primeiro mundo

Com um atendimento rápido e cortês, o drive-thru do Parque Olimpico, na Barra, inovou com um carrinho de apoio, para transportar os que não têm carro. Solidariedade que nos fortalece.

Fabiana Bentes

Recém-nomeada Embaixadora do Turismo do RJ, a jornalista Fabiana Bentes é a convidada do *Gente que faz*, no dia 15 de abril, 17 horas, no Instagram @embaixadoresdorio

#revivercentro

O projeto #revivercentro, do atual secretário de Planejamento Urbano, Washington Fajardo, caminha bem. É o que, por exemplo, revela pesquisa do Instituto 21, em que 37% dos cariocas entrevistados consideram se mudar para o Centro do Rio.

'Rio Inusitado'

Vem ai mais um vídeo da Associação dos Embaixadores de Turismo do Rio, presidida por Claudio Castro, da Sergio Castro Imoveis, para trabalhar a imagem institucional do estado em tempo de pandemia. Serão 20 sugestões, entre elas a de Renan Ferreira, que fala de uma igreja no Camorim.

Arquivamento de processo

O TJ do Rj determinou arquivamento do processo em que Anita Leocádia Prestes pleiteava a posse de 319 cartas de sua mãe encontradas num lixo, em Copacabana. Numa delas, sua mãe escreve para Carlos Prestes anunciando que estava grávida de Anita.

AL perdeu 26 milhões de empregos com a pandemia

Também pesa a forte contração nas horas de trabalho e a redução na renda

A região da América Latina e do Caribe perdeu 26 milhões de empregos em decorrência da pandemia e começou 2021 com um panorama laboral complexo, agravado por novas ondas de infecções e processos lentos de vacinação que tornam mais incertas as perspectivas de recuperação dos mercados de trabalho, destaca uma nova nota técnica da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Alta informalidade, espaços fiscais reduzidos, desigualdade persistente, baixa produtividade e escassa cobertura de proteção social, somados a problemas que ainda persistem, como o trabalho infantil e o trabalho forçado, fazem parte das questões pendentes na região. A nota técnica elaborada pelo Escritório Regional da OIT destaca que os impactos sobre o trabalho foram devastadores no segundo trimestre de 2020, quando os indicadores de ocupação e participação no trabalho despencaram e, posteriormente, se recuperaram parcialmente.

Mesmo assim, no final de 2020, a taxa média de ocupação na região havia caído de 57,4% para 51,7%. É uma queda acentuada, que equivale à perda de cerca de 26 milhões de empregos, dos quais 80% – ou mais de 20 milhões de pessoas – deixaram a força de trabalho.

Esta saída da força de trabalho foi inédita e uma característica de 2020. Em comparação, a taxa de desocupação refletiu apenas parcialmente a magnitude das dificuldades que os mercados de trabalho da região têm enfrentado, ao registrar um aumento de pouco mais de 2 pontos percentuais entre 2019 e 2020, passando de 8,3% para 10,6%.

Além dos empregos perdidos, a região sofreu uma forte contração nas horas de trabalho, bem como uma redução na renda do trabalho, que representa 80% do que ganham as pessoas na América Latina e no Caribe. A região registrou as maiores perdas do mundo em termos de horas de trabalho.

A nota indica que nesta crise tanto o emprego formal quanto o informal sofreram contrações muito pronunciadas, sendo o segundo afetado com maior intensidade do que o primeiro. Por isso, a taxa de informalidade caiu (temporariamente) no contexto da queda generalizada na demanda por emprego, especialmente nos primeiros meses da pandemia. Mas essa situação já começou a mudar.

De acordo com dados disponíveis de sete países, a recuperação do emprego no segundo semestre de 2020 foi impulsionada quase inteiramente pelo crescimento do emprego informal. Essas ocupações seriam responsáveis por mais de 60% do aumento total do emprego.

No Brasil, estudo Consumer Insights, produzido pela Kantar mostra que, apesar de a pandemia e as medidas de isolamento impactarem o consumo fora do lar no mundo todo, aqui, os ambulantes se mostraram como saída para hábitos de indulgência na alimentação.

De março a dezembro de 2020, em comparação com o mesmo período do ano anterior, houve 20,2 milhões de ocasiões de compra a mais de salgadinhos em pacotes em ambulantes. Já para chocolates, eles foram responsáveis por promover mais de 12,9 milhões de ocasiões de compras versus o ano passado. No total de todos os canais de consumo fora do lar, as variações foram de 30,6 e 5,8 milhões, respectivamente.

Rio: Destaque no Brasil

Considerando todo o Brasil, o grande destaque foi a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde o número de ocasiões de compras com ambulantes cresceu 23,7%, também influenciado por salgadinhos e chocolates.

Outros produtos com variações positivas graças aos ambulantes foram sucos prontos (2 milhões de novas ocasiões nos 10 últimos meses de 2020 versus o mesmo período de 2019), leites saborizados (1,5 milhão), iogurte (1,3 milhão) e água de coco (1 milhão).

O estudo avaliou 2.370 indivíduos das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza, que estatisticamente representam representa 46,4 milhões de indivíduos no Brasil.

Bolsonaro discute vacinação em jantar com empresários

Para tentar reverter a erosão de sua imagem perante a elite econômica brasileira, Jair Bolsonaro decidiu participar de um jantar com empresários, nesta quarta-feira (7), em São Paulo. Ao lado de ministros como Paulo Guedes (Economia) e Marcelo Queiroga (Saúde), o presidente discutiu a política de vacinação do governo contra o coronavírus. O jantar aconteceu na mansão de Washington Cinel, dono da empresa de segurança Gocil. A casa fica no Jardim América, bairro nobre da capital paulista.

Convidados ouvidos pela imprensa na saída do local relataram que Bolsonaro foi ovacionado pelos empresários e que o otimismo tomou conta do evento. O presidente criticou governadores e chegou a usar o termo "vagabundos". Um dos seus alvos foi o tucano João Doria, governador de São Paulo.

Alguns dos convidados do ex-capitão apoiaram sua candidatura em 2018.

PIS/Pasep: Mais de um milhão de trabalhadores não sacaram

Mais de um milhão de trabalhadores e trabalhadoras que ainda não sacaram o abono salarial do PIS/Pasep referente ao ano de 2019 têm até o dia 30 de junho para receber o benefício nas datas programadas no calendário.

Quem trabalhou com carteira assinada ou tem registro de funcionário de órgão público nos anos de 2018 e 2019 tem direito ao abono este ano. Para isso, basta ir a uma agência da Caixa ou do Banco do Brasil e sacar o dinheiro. O valor do abono do PIS/Pasep é de até um salário mínimo (R$ 1.100)

A mudança das regras, anunciadas em março, vale apenas para o calendário de 2020, mas cerca de 887 mil trabalhadores com direito ao PIS ainda não foram sacar o benefício referente a 2019.

Segundo a Caixa Econômica Federal, o total de recursos à espera dos seus donos é de R$ 625,9 milhões. Nos anos anteriores, cerca de 1,9 milhão de trabalhadores não sacaram o abono do PIS – eles deixaram R$ 1,2 bilhão para os cofres públicos.

Os trabalhadores com direito ao Pasep também deixaram de sacar os benefícios. Cerca de 208 mil pessoas registradas como funcionários de órgão público não sacaram o abono referente ao ano-base 2019 - o saldo é de R$ 96 milhões de reais, segundo o Banco do Brasil. Outros 367 mil beneficiários deixaram de sacar o dinheiro do ano-base 2018, o que correspondente a R$ 295 milhões.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

DECISÕES ECONÔMICAS

Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com

Deputado vê risco na volta às aulas

Waldeck Carneiro

O deputado Waldeck Carneiro (PT), presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Alerj, é contra atividades educacionais presenciais em períodos de pandemia. Ele argumenta que, da educação básica à educação superior, os riscos de contágio e disseminação de doenças são grandes. No caso da Covid, o deputado apresentou projeto de lei na Alerj proibindo aulas presenciais nos municípios com bandeiras vermelha ou roxa.

Noel de Carvalho pegou Covid

O deputado Noel de Carvalho (PSDB), 78 anos, está com Covid, mas está bem. Ele segue isolado em casa, no município de Resende, no Sul do estado, aos cuidados da família esperando a quarentena terminar. Por conta disso, o deputado não participou, nem de forma virtual, das últimas sessões da Alerj.

Investimentos no Hospital da Posse

Luiz Martins

O deputado Luiz Martins (PDT) esteve na abertura do Hospital Modular de Nova Iguaçu e discursou ao lado do governador em exercício Cláudio Castro. Martins cobrou do chefe do Executivo mais investimentos no Hospital da Posse, considerado por ele como essencial para a Baixada Fluminense, e a transferência dos pacientes com Covid que estão lá para a nova unidade. Assim o Hospital da Posse poderá retomar o atendimento geral e cirurgias.

Contra privatização da Cedae

O deputado Val do Ceasa (Patriota) votou contra a privatização da Cedae. Ele defende investimentos na empresa. O parlamentar argumenta que a privatização da coleta de esgoto na Zona Oeste do Rio não trouxe melhorias nessa área. Ele questiona também que a privatização pode acabar com a tarifa social, um percentual menor que é cobrado pela Cedae de famílias carentes.

Ônibus alugados no BRT

O vereador carioca Felipe Michel (Pros) quer usar os recursos recuperados em acordos de leniência para alugar ônibus para circular nos horários de maior movimento no BRT, acabando com a superlotação. A medida, segundo o vereador, duraria até a Prefeitura do Rio encontrar uma solução definitiva para o problema. Michel é vice-presidente da Comissão de Transportes e Trânsito da Câmara Municipal do Rio.

Um quarto das PMEs do planeta fechou em fevereiro

A taxa de fechamento de pequenas e médias empresas (PMEs) aumentou no início deste ano em todo o mundo. Quase um quarto (24%) das PMEs relataram, em fevereiro de 2021, seu fechamento, em comparação com uma média global de 16% em outubro de 2020 e de 29% em maio do mesmo ano. A informação é de uma pesquisa realizada pelo Facebook, chamada Global State of Small Business Report (Relatório do Estado Global de Pequenas Empresas).

Para elaborar o estudo, o Facebook pesquisou, em fevereiro, mais de 35 mil líderes de PMEs com página na rede social. O Facebook destaca que as pequenas e médias empresas foram atingidas de forma particularmente dura devido à sua vulnerabilidade a choques econômicos e que, além disso, os formuladores de políticas e líderes governamentais precisam entender suas perspectivas, desafios e oportunidades, dada a importância do setor para a recuperação econômica.

Apenas 54% das PMEs estavam confiantes na capacidade de continuar operando por pelo menos seis meses se as circunstâncias atuais persistirem. Além disso, as pequenas e médias empresas em operação estão vendendo menos: em mais da metade (55%) houve queda no início de 2021 na comparação com o ano anterior, pouco antes da pandemia. Considerando as PMEs que estão operação no Brasil, 59% relataram vendas menores.

O impacto nas vendas e fluxos de caixa teve reflexo na redução de empregos em 30% das PMEs em funcionamento no mundo, desde o começo da pandemia. Algumas reduções devem se manter, já que metade das PMEs em geral (51%) indicaram que não planejavam recontratar ex-funcionários pelos próximos seis meses. De acordo com o relatório do Facebook, as PMEs são responsáveis por 60 a 70% dos empregos na maioria dos países. No Brasil, a redução de empregos ocorreu em 26% das PMEs em operação.

Em 62% das PMEs em todo o mundo, houve pelo menos uma mudança na forma como fazem negócios para se adaptar ao ambiente de negócios na pandemia, o que inclui mudanças nos processos de interação com os clientes e uso de ferramentas digitais. As empresas em países de renda média eram mais propensas a fazer mudanças, com 68% em comparação com 55% para as PMEs em países de alta renda.

As ferramentas digitais, segundo o Facebook, parecem vitais para muitas dessas empresas na adaptação e alcance dos clientes. Mais da metade (55%) relatou usar ferramentas digitais para se comunicar com os clientes. Publicidade e venda de produtos ou serviços online também levaram ao uso de ferramentas digitais. As empresas que relataram participação mais alta de vendas digitais também tinham maior probabilidade de informar vendas consideradas mais robustas.

Uma das conclusões do relatório é que a capacidade das PMEs de reabrir, permanecer abertas e se recuperar depende da velocidade da melhora no setor e do suporte disponível. "Se as tendências atuais continuarem, os governos precisarão considerar as implicações potenciais de longo prazo da pandemia. Por exemplo, um aperto de liquidez prolongado pode criar um risco mais amplo de fechamentos de PME e impactos macroeconômicos relacionados (Gourinchas et al. 2021)", diz o documento.

"Os governos precisam, portanto, prestar atenção especial ao endividamento das PMEs e ao apoio que eles oferecem a essas empresas, especialmente à medida que as economias são desbloqueadas e as medidas de apoio de emergência são encerradas", acrescenta.

Mulheres

As pequenas e médias empresas lideradas por mulheres foram mais afetadas do que as comandadas por homens, provavelmente como resultado de sua concentração nos setores mais afetados, conforme avaliação do estudo. As PMEs lideradas por mulheres no mundo tinham em média 6 pontos percentuais mais de probabilidade de ser fechadas, já que 27% delas estavam fechadas na amostra global, em comparação com 21% das dirigidas por homens.

Aquelas que conseguiram se manter em operação também foram mais afetadas do que as pequenas e médias empresas lideradas por homens. PMEs dirigidas por mulheres em operação tinham 4 pontos percentuais a mais de probabilidade de relatar queda nas vendas. Entre as PMEs comandadas por mulheres em todo o mundo, 66% indicaram que mudaram pelo menos um aspecto da forma como fazem negócios em resposta à pandemia.

Considerando as PMEs do Brasil, 64% daquelas lideradas por mulheres informaram que as vendas no começo deste ano foram menores do que no ano anterior, antes da pandemia, em comparação com 58% de PMEs comandadas por homens.

Ainda conforme a pesquisa, os setores de negócios mais dependentes de interações próximas com os clientes foram os mais afetados pela pandemia, como hotéis, cafés e restaurantes, que sofreram fechamento, quedas nas vendas e redução da força de trabalho. No mundo, 25% desses negócios foram fechados. Além disso, 43% das PMEs de hospitalidade ainda em operação relataram ter dispensado metade ou mais de seus funcionários.

Pix, varejo e criptomoedas em debate no Payment View

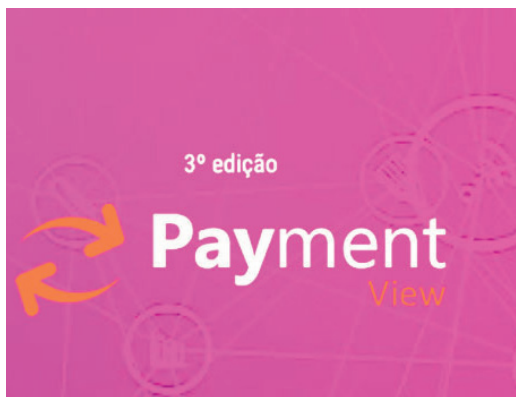
A terceira edição do Payment View, encontro que vai debater o novo cenário dos canais de pagamentos em tempos de Pix e Open Banking, acontecerá no próximo dia 14, das 14h às 18h45 e reunirá alguns dos maiores especialistas no assunto. A programação promovida pela Idea D, empresa de comunicação, marketing e eventos, conta com apoio do Monitor Mercantil e será realizada no formato online e gratuito, com inscrições pelo site do evento.

Com início programado para às 14h, a primeira palestra será sobre Pagamentos Instantâneos e Open Banking e como essas tecnologias possibilitam novas oportunidades de negócios. Na sequência, os participantes acompanharão uma avaliação completa sobre o potencial transformador do fenômeno Pix e um balanço dos primeiros meses de operação da plataforma e próximos passos para 2021.

A programação abordará também assuntos que impactam a cadeia de pagamentos sob diversos aspectos. No tema Varejo será discutido a crescente demanda de consumidores e lojistas por novas tecnologias.

Haverá ainda uma discussão sobre Gestão, cash management e serviços agregados que ajudam empresas e pessoas a organizarem suas finanças. Depois será abordado outro tema: Como garantir a confiabilidade das transações e a melhor experiência para consumidor será mais um tópico do evento.

A parte final da programação será um mergulho nas moedas digitais e nas oportunidades das criptomoedas. Na ocasião, será traçado panorama das CBDCs (Central Bank Digital Currency) e sua evolução no mundo e no Brasil.



Para o encerramento, uma discussão sobre como as criptomoedas podem ganhar espaço no mercado financeiro e conquistar a confiança do consumidor.

Segundo a diretora da Idea D e curadora do Payment View, Regina Crespo, a edição de 2021 acontece num momento absolutamente estratégico de definições para o ecossistema de pagamentos do país. "A popularização do Pix, a chegada do Open Banking, a consolidação das criptomoedas e as movimentações do varejo, tanto físico como digital, estão em pleno desenvolvimento. Desta forma, as decisões tomadas agora terão reflexo direto no nível de aproveitamento que as empresas alcançarão no futuro próximo. Acreditamos que o conteúdo gerado na programação contribuirá de maneira muito significativa para que os participantes escolham as melhores alternativas", afirma.

Trecho de ferrovia na Bahia rende R$ 32,7 milhões ao governo

Leilão, realizado nesta quinta-feira, teve proposta única

A Bahia Mineração S/A (Bamin) - empresa de mineração que comercializa minério de ferro para a indústria siderúrgica - arrematou nesta quinta-feira o trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol 1), que vai de Ilhéus a Caetité, na Bahia. O ativo foi arrematado em proposta única por R$ 32.730.000,00. O leilão aconteceu na sede da B3, em São Paulo.

O contrato foi assinado entre a Bahia Mineração e a Valec, braço do governo federal para a construção e operação de ferrovias, com gestão do contrato sendo feita por parte Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), agência vinculada ao Ministério de Infraestrutura.

A ANTT prevê que a Fiol 1 comece a operar em 2025. E a expectativa é de transportar mais de 18 milhões de toneladas de carga, entre grãos e, principalmente, o minério de ferro produzido na região de Caetité.

De acordo com a operação, a Bahia Mineração ficará responsável pela finalização do empreendimento e pela operação do trecho, em uma concessão de 35 anos. A proposta de investimento é R$ 3,3 bilhões. Desse montante, R$ 1,6 bilhão será utilizado para a conclusão das obras, que estão com 80% de execução. Além disso, a subconcessão da Fiol vai permitir a criação de 55 mil empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo da concessão.

A ferrovia começou a ser construída em 2010 e deveria ter sido entregue em 2014, mas o governo federal alegou falta de verba. Cerca de 75% das obras estão concluídas e os outros 25% serão bancados pela Bamin.

Entorno do trecho

O traçado da Fiol 1 passará pelas seguintes cidades baianas: Ilhéus, Uruçuca, Aureliano Leal, Ubaitaba, Gongogi, Itagibá, Itagi, Jequié, Manoel Vitorino, Mirante, Tanhaçu, Aracatu, Brumado, Livramento de Nossa Senhora, Lagoa Real, Rio do Antônio, Ibiassucê e Caetité.

Conforme o G1, a ANTT informou que a operação inicial deve contar com pelo menos 16 locomotivas e mais de 1,4 mil vagões, sendo pelo menos 1,1 mil destinados apenas para o escoamento de minério de ferro. Montante que, segundo a agência, terá um incremento diante do aumento da demanda, chegando a 34 locomotivas e 2,6 mil vagões, dentro de 10 anos. Além de Ilhéus e Caetité, um terceiro pátio será instalado no município de Brumado.

A ANTT e o governo federal também trabalham nos projetos para concessão dos outros dois trechos: a Fiol 2, entre Caetité BA e Barreiras, na Bahia, com obras em andamento, e a Fiol 3, de Barreiras, na Bahia, a Figueirópolis, no Tocantins, que aguarda licença de instalação por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Montadoras chinesas tiveram aumento de vendas no primeiro trimestre

O First Automotive Works (FAW) Group, montadora líder da China, disse que vendeu mais de 1 milhão de veículos no primeiro trimestre deste ano, um aumento anual de 74,3%, de acordo com a empresa. As vendas de sua marca de sedãs Hongqi superaram 70.060 unidades no período, um aumento de 180,2% em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto 191.060 caminhões da marca Jiefang foram vendidos, um aumento de 76,8%.

Segundo a agência Xinhua, enquanto isso, as joint ventures do grupo FAW-Volkswagen e FAW Toyota relataram crescimento de vendas de 72,4% e 76,6%, para 550.869 e 217.102 unidades, respectivamente. Fundado em 1953 na cidade de Changchun, capital da Província de Jilin, no nordeste da China, o FAW Group é considerado berço da indústria automobilística do país.

Mercedes

As vendas da Mercedes-Benz na China no primeiro trimestre de 2021 aumentaram 60,1%, para 222.520 carros, um novo recorde para o primeiro trimestre na China, anunciou nesta quarta-feira a montadora alemã Daimler.

Em janeiro, as entregas da Mercedes-Benz na China quase atingiram a "marca" de 100 mil veículos em um único mês. "Devido à continuidade do forte desenvolvimento de vendas na China", as entregas na região Ásia-Pacífico aumentaram 46,6% no primeiro trimestre, informou a Daimler em comunicado.

Na Europa, a Mercedes-Benz entregou 192.302 veículos, um ligeiro aumento de 1,8% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, "apesar das medidas de bloqueio em andamento em muitos mercados", segundo a Daimler.

No mercado interno, no entanto, a Mercedes-Benz vendeu apenas 54.446 carros no primeiro trimestre e registrou uma queda anual de 15,4%. As vendas nos Estados Unidos atingiram 78.256 unidades no primeiro trimestre do ano e aumentaram 15,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

No total, a Mercedes-Benz vendeu 590.999 carros de passeio no primeiro trimestre, um aumento anual de 22,3%. De acordo com a Daimler, as vendas foram "impulsionadas pelas vendas no varejo na China e EUA, bem como pela forte demanda por veículos híbridos plug-in e totalmente elétricos".

Nubank: US$ 135 mi em sua subsidiária no México

O Nubank, banco digital, anunciou nesta quinta-feira que investirá US$ 135 milhões em sua unidade no México. Esta é a primeira vez que a empresa levanta recursos exclusivos para aportar na subsidiária do México. Só o Nubank vai colocar US$ 70 milhões na operação. A outra parte será financiada por **JPMorgan, Goldman Sachs e Bank of America,** explicou o banco em comunicado à imprensa.

Conforme a Forbes Brasil, o investimento ocorre um ano após o Nubank lançar seu primeiro produto no México – um cartão de crédito. Segundo a empresa, mais de 1,5 milhão de pessoas se inscreveram para ter o cartão no país.

De acordo com o Nubank, os investimentos serão destinados para contratação de pessoal, desenvolvimento tecnológico e expansão do negócio local, afirmou o banco. Além do México e Brasil, o Nubank tem operações na Colômbia, somando 35 milhões de clientes.

LITELA PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO.
CIA ABERTA. CNPJ Nº 05.495.546/0001-84. NIRE: 33300271406.
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Edital de Convocação. Ficam convocados os senhores acionistas da Litela Participações S.A. – Em Liquidação a participar da AGOE a ser realizada em 26/04/2021, às 10h30, de forma exclusivamente virtual via plataforma *Teams*, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: *I - Em AGO:* 1.1) Apreciação das Contas do Liquidante, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020 e do quadro geral de credores na data-base de 31/12/2020, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 1.2) Apreciação do Resultado do exercício findo em 31/12/2020 e destinação do Lucro Líquido do exercício; 1.3) Definição do número de membros para compor o Conselho de Administração e eleição dos membros; e, *II – Em AGE:* 1.4) Fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2021. RJ, 08/04/2021. **Arthur Prado Silva - Presidente do Conselho de Administração.**

SAMOC S/A
SOCIEDADE ASSISTENCIAL MÉDICA E ODONTO CIRÚRGICA
CNPJ Nº 33.721.226/0001-30 - NIRE: 33300135740
Edital de Convocação: Ficam os Srs. Acionistas convocados para **AGO/E,** a ser realizada no dia 20/04/21 às 14h em 1ª Convocação deverá conter quórum mínimo de 2/3 do capital votante na R. Silvio Romero, 44/5º, Santa Teresa/RJ - em cumprimento ao art. 132 da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 10.303/2001, para deliberarem sobre as seguintes Ordens do Dia: **a)** Prestação e aprovação das contas do exercício 2020; **b)** Eleição da diretoria para o exercício 2021/2023 e fixação de pró-labore; **c)** incorporação dos empregados da empresa **Clínica Santa Cristina** - **CNPJ** nº 33.107.079.0001-03; **d)** Autorização da mudança de endereço da filial Samoc Tijuca - que passará a ser R. Visconde de Itamarati, 17 e 17-A - Maracanã/RJ; **e)** Assuntos gerais. Informamos a todos que o balanço dos exercícios 2020 foi publicado DOERJ de 08/04/21 e Monitor Mercantil de 08/04/21, estando as informações à disposição dos acionistas também no setor contábil. José Roberto Scaf - Diretor Administrador.

JUÍZO DE DIREITO DA 36ª VARA CÍVEL DO RIO DE JANEIRO
EDITAL de 1º e 2º Leilão Eletrônico e Intimação, extraídos dos autos da Ação de DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO, movida por NARLETE BARROS DE MATTOS em face de LUIS CARLOS DE BONIS ALMEIDA SIMÕES e OUTRA, processo nº 0074958.95.2013.8.19.0001, na forma abaixo:
O Dr. ROSSIDÉLIO LOPES DA FONTE, Juiz da Vara acima, FAZ SABER por este Edital com prazo de 5 dias, a todos os interessados especialmente a LUIS CARLOS DE BONIS ALMEIDA SIMÕES e ESPÓLIO DE CARMEN SYLVIA DE BONIS ALMEIDA SIMÕES, que em **19/04/21, às 11:00 hs.,** no site do leiloeiro, www.marioricart.lel.br, o Leiloeiro MARIO MILTON B. RICART, venderá de forma eletrônica (on line) conforme art. 879 inciso II do CPC, não havendo licitantes no dia **22/04/21**, no mesmo local e hora, a quem mais oferecer, na forma do art. 891 § único do NCPC, o imóvel registrado no 9º RGI, matrícula nº 33.869, Rua Cosme Velho nº 639 bloco 2 apto 404 – Cosme Velho - RJ, avaliado as fls. 285/286 em 21/10/20, por R$ 1.097.000,00. Condições Gerais da Alienação: constam no Edital na íntegra, no site do leiloeiro e nos autos. Pagamentos: à vista conf. art. 892 do CPC, 5% ao leiloeiro e custas de 1%, ocorrendo arrematação, adjudicação ou remição. Para conhecimento de todos foi expedido este, outro na integra estará afixado no local de costume e na sede do juízo e nos autos, ficando o executado ciente da Hasta Pública, se este não for encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, suprindo assim a exigência contida no Art. 889 inciso I do NCPC. Dado e passado nesta cidade, em 24/03/21. Eu, Cristina Mourão Heredia, Chefe de Serventia, o fiz digitar e subscrevo. (ass) Dr. ROSSIDÉLIO LOPES DA FONTE, Juiz de Direito.

AVISO DE LEILÃO
O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia **13 de Maio de 2021, às 10:00 horas,** realizará o leilão REBDETRO-PCERJ11.21 na forma on-line e Presencial, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário, classificados como conservados, sucata inservível identificados ou sucatas inservíveis não identificados, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento, conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, cujo os proprietários já foram notificados, tendo como leiloeiro o Sr. ALEXANDRO LACERDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 103. Os veículos a serem levados a leilão poderão ser verificados no site www.rebocarleiloes.com.br. A cópia do edital poderá ser consultada através do site www.detro.rj.gov.br e www.rebocarleiloes.com.br

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DA CAPITAL
EDITAL DE CITAÇÃO. Com o prazo de vinte dias O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Marcius da Costa Ferreira - Juiz Titular do Cartório da Vara de Registros Públicos da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Erasmo Braga, 115- 2 ANDAR SL 221 D CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ e-mail: capvregpub@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Dúvida - Escritura/registro Público, de nº 0032848-71.2019.8.19.0001, tendo como suscitante o CARTÓRIO DO 9º. OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS e como interessada SOCIEDADE BRASIL BEACH ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS SPE LTDA EIRELI, objetivando a regularização do imóvel designado por Gleba A do PAL 19672. Assim, pelo presente edital CITA o BANCO DE CRÉDITO MÓVEL, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, conforme petição da interessada às fls. 353/354, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados, caso não ofereça contestação. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, 09 de março de 2021. Eu, Gilson Mendes Peixoto Filho - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/5509, digitei e subscrevo.

TERMINAL GARAGEM MENEZES CÔRTES S.A.
Companhia Aberta - CNPJ Nº 02.664.042/0001-52 - NIRE 33.300.26031-5
AGOE - Convocação. Ficam convocados, na forma da lei, os Srs. acionistas da **Terminal Garagem Menezes Côrtes S.A.**, para se reunirem em AGOE, a realizarem-se, cumulativamente, às 11h do dia 27/04/2021, na sede social, na Rua São José, 35/16º, Centro, RJ, a fim de deliberarem a respeito da seguinte Ordem do Dia: em AGO: **(a)** exame, discussão e votação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras completas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; **(b)** exame, discussão e votação do Orçamento de Investimentos da Companhia; **(c)** destinação dos resultados do exercício findo em 31/12/2020; **(d)** instalação, eleição e fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, e, em AGE: **(e)** fixação da remuneração anual e global para a administração da companhia; **(f)** aprovação de prestação de garantias em operação de financiamento; **(g)** aprovar a terceirização das atividades comerciais e operação do estacionamento. Rio de Janeiro, 09/04/2021. **Marcello Romualdo da Silva Pereira -** Presidente do Conselho de Administração.

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF Nº 33.228.024/0001-51 - NIRE: 33300031359
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária. Pelo presente edital, ficam convocados os acionistas da WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A. ("Companhia") a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, que se realizará às 11h00min do dia 30 de abril de 2021, na sede social da Companhia, na Praia do Flamengo, 200 - 19º andar, Flamengo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Item 1**: Examinar e Votar as contas dos Administradores, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme Relatório da Administração; **Item 2**: Examinar e Votar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; **Item 3**: Examinar e Votar Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, bem como a distribuição de dividendo obrigatório sobre o lucro líquido ajustado do exercício de 2020, no valor de R$ 13.214.423,70, (treze milhões, duzentos e quatorze mil, quatrocentos e vinte e três reais e setenta centavos) que corresponde a R$ 0,34413 por ação ON e R$ 0,37855 por ação PN, a serem distribuídos aos acionistas, conforme Proposta da Administração; **Item 4**: Fixar em 05 (cinco) o total de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos para o mandado que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2022 ; **Item 5**: Fixar em até R$ 1.032.240,28 (um milhão, trinta e dois mil, duzentos e quarenta reais e vinte e oito centavos) a verba média mensal para remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (se houver), para o período de maio de 2021 a abril de 2022; **Item 6**: Ratificar o valor excedente de remuneração paga (ad referendum da Assembleia Geral Ordinária de 2021) aos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, no período de maio de 2020 a abril de 2021, no valor de R$ 801.730,69 (oitocentos e um mil, setecentos e trinta reais e sessenta e nove centavos); e **Item 7**: Eleição dos membros do Conselho de Administração para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2022. **Informações Gerais**: (a) Nos termos do Artigo 1º da Instrução CVM 165/91, alterada pela Instrução CVM 282/98, o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento), observado o prazo de até 48 horas antes da realização da Assembleia para tal requisição; (b) Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na rede mundial de computadores no website da empresa (www.wlm.com.br) e no website da CVM - Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital, conforme exigidos pela Instrução CVM 481/09, como também, o Boletim de Voto à Distância ("Boletim") onde os acionistas poderão exercer o voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim, obedecendo as regras estabelecidas nos artigos 21-A a 21-X, da Instrução CVM 481/09; (c) Caso o acionista seja representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, bem como, se for o caso, apresentar os atos constitutivos de acionista pessoa jurídica e documentos comprobatórios de regularidade da representação por parte dos signatários das procurações, em estrita observância ao disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76; e (d) Flexibilização das exigências para o exercício do direito de voto à distância, ante a situação de exceção decorrente da pandemia causada pela COVID-19, da seguinte forma: 1) Dispensando o Acionista de reconhecer firma na procuração ou no Boletim de Voto à Distância; 2) Dispensando a autenticação do RG, RNE, CNH para Pessoa Física; 3) Dispensando a autenticação dos documentos societários para Pessoa Jurídica; 4) Aceitando o envio dos documentos por e-mail, sem a necessidade de envio das vias originais por correio. Rio de Janeiro, 09 de Abril de 2021. Don David Lemos de Moraes Magalhães Leite Jayanetti - Presidente do Conselho de Administração.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Jatos executivos podem transportar o imunizante contra a Covid-19

Embraer fez testes e simulações para definir características e requisitos

A Embraer divulgou informações técnicas para auxiliar clientes em como seus jatos executivos podem ser adaptados para transportar o imunizante contra a Covid-19. Devido à pandemia, operadores estão considerando a possibilidade de usar aeronaves da Embraer para esse fim. A notícia foi divulgada nesta quinta-feira pela fabricante de aeronaves.

Atualmente, há mais de 1.400 jatos executivos da Embraer em operação em mais de 70 países. "A Embraer está profundamente comprometida no combate à Covid-19, fornecendo informações técnicas para clientes de diversos segmentos, sempre com o principal objetivo de auxiliar e melhorar as operações," disse Sérgio Cunha, Diretor de Serviços Técnicos & Suporte a Produtos da Embraer.

"Estas informações técnicas irão auxiliar os clientes a desenvolver procedimentos para o transporte de uma grande quantidade de vacinas contra a Covid-19." A Embraer realizou testes e simulações para definir adequadamente as características e requisitos de carga em relação às especificações técnicas para o transporte das vacinas, considerando as diferenças entre cada aeronave.

O transporte destes imunizantes requer temperaturas baixas, as quais são alcançadas com o uso de gelo seco. Os documentos divulgados pela Embraer incluem orientações para os modelos de jatos executivos da Embraer: Phenom 100 e Phenom 100EV, Phenom 300 e Phenom 300E, Legacy 450 e Legacy 500, Praetor 500 e Praetor 600, Legacy 600, Legacy 650 e Legacy 650E, e Lineage 1000 e Lineage 1000E.

Orientações

Em dezembro de 2020, a Embraer divulgou orientações técnicas para auxiliar clientes de aeronaves comerciais a definir corretamente as características e os requisitos de carga para o transporte das vacinas contra a Covid-19. Mais recentemente, a Embraer também divulgou orientações para aplicação de luzes UV-C para higienização do cockpit, assim como desinfetantes de longa duração para o interior das aeronaves.

A Embraer também aprovou o uso de MicroShield360™ e Bacoban®, sistemas desinfetantes preventivos de longa duração que, quando aplicados no interior das aeronaves, inibem continuamente o crescimento de microrganismos, vírus e bactérias. A Embraer também divulgou um Boletim de Serviços que permite aos operadores das aeronaves ERJ 145 a instalação dos filtros HEPA de alta eficiência, que já são padrão de série em todas as versões das famílias de E-Jets e de E-Jets E2 de jatos comerciais.

Segundo a fabricante, os filtros HEPA são extremamente eficientes, capturando 99,97% das partículas transportadas pelo ar e outros contaminantes biológicos, como bactérias, vírus e fungos. Essa tecnologia também está disponível nos jatos executivos da Embraer, com os filtros HEPA sendo padrão nos jatos Praetor. A combinação desses novos recursos com os já existentes equivale a um maior nível de proteção para os passageiros.

Petrobras esclarece resultado da oferta de recompra de títulos

Em complemento ao comunicado divulgado em 31 de março de 2021, a Petrobras informou na noite de quarta-feira (7) o resultado da oferta de recompra de títulos globais efetuada pela sua subsidiária integral Petrobras Global Finance B.V. (PGF). A estatal confirmou que o pagamento aos investidores que tiveram seus títulos entregues e aceitos para recompra ocorrerá no dia 12 de abril.

Segundo a petroleira, o montante ofertado pelos investidores na oferta de recompra ficou dentro do limite de US$ 3,5 bilhões previamente estabelecido, o volume total ofertado em cada uma das séries foi aceito. Dessa forma, volume de principal validamente entregue pelos investidores, excluídos juros capitalizados e não pagos, foi de US$ 2.484.023.000,00. Adicionalmente, há um montante de US$ 37.641.000,00 ainda sujeito à validação de acordo com os termos da operação.

"Os investidores que tiveram os títulos entregues e aceitos farão jus ao Pagamento Total respectivo, calculado às 11:00h da cidade de Nova York em 7 de abril de 2021, com base nas taxas de retorno ao investidor (yields) das notas do tesouro americano de referência para cada título", destacou a petroleira em nota.

Ferramenta que pode evitar congestionamento de redes

As operadoras de telecomunicações podem, a partir de agora, ter melhor aproveitamento da capacidade de tráfego de dados de suas redes se for adotado um modelo de otimização desenvolvido por pesquisadores do Grupo de Teleinformática e Automação (GTA), ligado ao Programa de Engenharia Elétrica do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ).

Segundo o professor Miguel Elias Campista, do GTA da Coppe/UFRJ, a nova ferramenta direciona de forma inteligente o tráfego de dados nas redes das operadoras, representando o beneficio que se reflete também nos usuários das companhias, que contarão com serviços mais precisos e eficientes.

PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A.
CNPJ/MF Nº 02.291.077/0001-93
NIRE 33.3.0027784-6
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO
REGISTRO CVM Nº 01923-2

Edital de 1ª convocação de Assembleia Geral Ordinária de Acionistas: Ficam convidados os Srs. Acionistas da PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A. – PROMAN, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 22 de abril de 2021, às 11:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José 90, Grupo 2.001, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, para deliberar sobre as seguinte Ordens do Dia: (i) Tomar as Contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; (iii) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) nomear o novo Presidente do Conselho de Administração e (v) Fixar a remuneração anual global da Administração. Nos termos da Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo de participação no capital votante da Cia necessário à requisição do voto múltiplo é de 10% (dez por cento). Conforme estabelecido no artigo 14° do Estatuto Social desta Companhia, os acionistas que se fizerem representar por meio de procurador, deverão entregar o instrumento de procuração, constituído, na forma do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei nº 6404/76, na sede da sociedade. **Rio de Janeiro, 05 de abril de 2021. Nanci Turibio Guimarães - Diretora Financeira e de Relações com Investidores.**

ESHO – EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.
CNPJ nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam os Senhores acionistas da ESHO – Empresa de Serviços Hospitalares S.A. ("Companhia") convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Barão de Tefé, nº 34, 12º andar, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-460, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) Deliberar sobre a proposta da administração para contabilização do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iii) Fixar o montante global de remuneração dos diretores da Companhia para o exercício de 2021; Em Assembleia Geral Extraordinária: (iv) Homologar o aumento do capital social da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27/10/2020 e a consequente alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (v) Deliberar sobre a eleição de Diretora da Companhia; (vi) Deliberar sobre novo aumento do capital social da Companhia; e (vii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.
Rio de Janeiro, 08 de abril de 2021.
Marco Aurélio de Alvim Costa - Presidente
Ricardo Hajime Yoshio Watanabe - Diretor Financeiro

LOGUM LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF 09.584.935/0001-37 - NIRE 33.300.295.127
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"). Ficam os acionistas convocados, na forma prevista nos artigos 123 e 124 da Lei nº 6.404/76 e nos arts. 11 e 12 do Estatuto Social da Logum Logística S.A. ("Companhia"), a participar da AGOE, sob a forma digital, conforme disposto na Instrução Normativa nº 79 do DREI, a ser realizada no dia 26/04/2021, às 10h, com o fim de debater e deliberar sobre as seguintes matérias: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) apreciação das Demonstrações Financeiras com as contas dos administradores, Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2020; (ii) destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2020; (iii) eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração da Companhia; (iv) eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: (v) Remuneração Global dos Administradores para o período de maio/2021 a abril/2022; (vi) Política de Remuneração da Logum; (vii) alienação de inservíveis. Para os fins legais, a AGOE será formalmente realizada a partir da sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 902, Centro, Rio de Janeiro/RJ. Será facultada, conforme legislação aplicável, a participação e voto dos acionistas via teleconferência e aplicativo *Microsoft Teams*, com a identificação de acionistas, registro de manifestações, transmissão de documentos e apresentações, bem como a gravação do conclave em áudio e vídeo. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na AGOE estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia e serão encaminhados aos representantes legais devidamente capacitados mediante solicitação. O acionista poderá ser representado na AGOE por seu representante legal ou por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. As pessoas que comparecerem à AGOE deverão exibir documento hábil de identidade e documentos comprobatórios dos respectivos poderes (inclusive poderes para outorga de procurações, se for o caso). Rio de Janeiro, 8 de abril de 2021. Luis Roberto Pogetti - Presidente do Conselho de Administração.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO GRUPO BEZERRA DE MELLO LTDA.
CONSTITUIDA EM 23.10. 1968 – EM LIQUIDAÇÃO ORDINARIA
CNPJ: 33.916.883/0001-33 – NIRE: 3340002282-3
Rua Teófilo Otoni, 15- sala 1204 - Centro – RJ – CEP. 20090-080
Fone: (021)97240 - 7199
E-mail: coopbezerrademello@yahoo.com.br
Site: coop-credbmello.webnode.com.br
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA 2021
O Liquidante Sr. Reginaldo Raimundo Silva - Diretor Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mutua dos Empregados do Grupo Bezerra de Mello Ltda, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os delegados remanescentes, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral extraordinária, a realizar-se na sua sede social, na Rua Teófilo Otoni, 15 – Sala 1204 – Centro / RJ – CEP. 20090-080, no dia 20/04/2021, em convocação única as 18:00 horas, em virtude do número incerto de delegados remanescentes, para deliberar a seguinte assunto que compõem a ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária
1. Prestação de contas finais da cooperativa. 2. Outros assuntos de interesse geral. Rio de janeiro, 8 de abril de 2021.
Reginaldo Raimundo Silva – Diretor Presidente

SINDICATO DOS ORGANIZADORES E EXPOSITORES DE FEIRAS DE NEGÓCIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINDIEXPO
CNPJ – 40.503.956/0001-20
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE RATIFICAÇÃO
Na forma da Legislação Vigente, o Presidente do Sindicato dos Organizadores e Expositores de Feiras de Negócios do Estado do Rio de Janeiro – SINDIEXPO, com Sede na rua Elyno Lyra 43, Jardim Guanabara, Ilha do Governador, **CONVOCA** todos os Organizadores e Expositores de Feiras de Negócios na base territorial referente ao Estado do Rio de Janeiro, para participarem da **Assembleia Geral de Ratificação da Fundação do Sindicato dos Organizadores e Expositores de Feiras de Negócios do Estado do Rio de Janeiro - SINDIEXPO**, na forma do **Artigo 4 da Portaria 17.593 da SEPRT do Ministério da Economia** , a realizar-se no dia **29 de abril de 2021**, **quinta-feira**, **às 18 horas**, na rua Elyno Lyra 43, Jardim Guanabara, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, em primeira convocação e com maioria simples dos presentes em segunda convocação às **18 horas e 30 minutos,** para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1 -** Ratificação da Fundação do Sindicato dos Organizadores e Expositores de Feiras de Negócios - SINDIEXPO para representar a categoria de Organizadores e Expositores de Feiras de Negócios na base territorial do Estado do Rio de Janeiro; **2 –** Discussão, ratificação e aprovação do Estatuto do Sindicato; **3 -** Ratificação, confirmação e posse da Primeira Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do Sindicato. Rio de Janeiro, RJ, 04 de abril de 2021.
JULIO CESAR DA SILVA BRANDÃO
Presidente
Sindicato dos Organizadores e Expositores de Feiras de Negócios - SINDIEXPO

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO
As pessoas físicas e jurídicas abaixo identificadas, por intermédio do presente instrumento, I – DECLARAM sua intenção de adquirir/assumir o controle societário do **BANCO VIPAL S/A.**, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 09.526.594/0001-43, o qual passará a funcionar com as características abaixo especificadas, negócio cuja concretização depende da aprovação do Banco Central do Brasil, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações, de 02 de outubro de 2020, firmado entre as partes: Denominação social: Banco Máxima de Investimentos S.A. Local da sede: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 11º andar, Torre A, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04538-133 Composição societária: **Controladores: Nível 1: BANCO MÁXIMA S/A.,** CNPJ/ME n° 33.923.798/0001-00, com participação de 100% (cem por cento) no capital votante e total do **BANCO VIPAL S/A. Nível 2: DANIEL BUENO VORCARO**, CPF/ME nº 062.098.326-44, com participação de 51,23% (cinquenta e um vírgula vinte e três por cento) no capital votante do **BANCO MÁXIMA S/A. 133 INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, CNPJ/ME nº 31.093.039/0001-24, com participação de 3,77% (três vírgula setenta e sete por cento) no capital votante do **BANCO MÁXIMA S/A. Nível 3: ARMANDO MIGUEL GALLO NETO**, CPF/ME nº 128.207.668-03, e **FELIPE WALLACE SIMONSEN**, CPF/ME nº 180.471.708-80, ambos com participação de 50% (cinquenta por cento) cada, na **133 INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Outros acionistas detentores de participação qualificada: Nível 2: AUGUSTO FERREIRA LIMA,** CPF/ME sob o nº 785.851.395-87, com participação de 45% (quarenta e cinco por cento) no capital votante do **BANCO MÁXIMA S/A. BANVOX HOLDING FINANCEIRA S/A,** CNPJ/ME nº 38.461.854/0001-48, com participação de 31,82% (trinta e um vírgula oitenta e dois por cento) no capital total do **BANCO MÁXIMA S/A. Nível 3:** II – A composição societária acima indicada depende da aprovação de processos pendentes de homologação pelo Banco Central do Brasil. III - ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de trinta dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Preencher o campo "Número do Processo Administrativo Eletrônico – PE" com o número do processo mencionado abaixo Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo BANCO CENTRAL DO BRASIL Gerência Técnica em Porto Alegre (GTPAL).Processo nº 182327. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2021. **BANCO MÁXIMA S.A.; DANIEL BUENO VORCARO; 133 INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.; ARMANDO MIGUEL GALLO NETO; FELIPE WALLACE SIMONSEN.**

LITEL PARTICIPAÇÕES S.A. COMPANHIA ABERTA.
CNPJ Nº 00.743.065/0001-27. NIRE: 33300161899.
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Edital de Convocação. Ficam convocados os senhores acionistas da Litel Participações S.A. a participar da AGOE a ser realizada em 26/04/2021, às 10h, de forma exclusivamente virtual via plataforma *Teams*, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: *I - Em AGO:*1.1) Apreciação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2020, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, em conformidade com as publicações efetivadas no Monitor Mercantil e no DOERJ no dia 26/03/2021; 1.2) Apreciação do Resultado do exercício findo em 31/12/2020 e destinação do Lucro Líquido do exercício; 1.3) Definição do número de membros para compor o Conselho de Administração e eleição dos membros; e, *II – Em AGE:* 1.4) Fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2021. RJ, 08/04/2021. **Arthur Prado Silva - Presidente do Conselho de Administração**

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 18.593.815/0001-97 - NIRE 33.3.0031102-5
Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os Srs. acionistas da **Priner Serviços Industriais S.A.** (a "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2021, às 11:00 horas (a "AGOE"), na sede da Companhia, na **Avenida Geremário Dantas, 1400, lojas 249 e 267, Freguesia, Jacarepágua, CEP 22.760-401, na cidade e estado do Rio de Janeiro**, para deliberarem acerca das seguintes matérias: *Em Assembleia Geral Ordinária:* (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) Aprovar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iii) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2021, nos termos da proposta da administração; e (iv) Eleição dos membros do Conselho de Administração. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Alterar o estatuto social da Companhia para atualizar o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em reuniões realizadas em 26 de agosto de 2020, em 30 de setembro de 2020, 25 de novembro de 2020 e 30 de março de 2021, decorrentes do exercício do direito previsto no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de julho de 2020; e (ii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração acima indicada. **Informações Gerais:** Os acionistas encontrarão os documentos e informações obrigatórias, conforme previsto na Lei nº 6.404/1976 e na Instrução CVM nº 481/2009, e que são necessárias para melhor entendimento da matéria acima, além do Manual do Acionista para a AGOE, disponíveis no escritório da Companhia, na Avenida Geremário Dantas, 1400, lojas 249 e 267, Freguesia, Jacarepaguá, CEP 22.760-401, no seu site (www.priner.com.br) e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A – BRASIL, BOLSA, BALCÃO (a "B3") (www.b3.com.br). Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, poderão participar da AGOE por meio de **(i)** voto à distância; ou **(ii)** presencialmente, munidos de documento de identidade com foto, comprovação de poderes e extrato de titularidade das ações, consoante artigo 126 da Lei 6.404/76 e Manual de Acionistas para a AGOE. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na AGOE deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei 6.404/76. Os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisando, nesse caso, o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, a notarização e consularização de procurações, bem como a tradução juramentada no caso de procurações outorgadas no exterior. Para fins de melhor organização da AGOE, a Companhia solicita, nos termos do art. 8º do estatuto social da Companhia, o depósito prévio dos documentos necessários para participação na AGOE com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. Ressalta-se que os acionistas poderão participar da AGOE ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos na abertura da AGOE, conforme o disposto no art. 5º, § 2º, da ICVM 481/09, conforme alterada. O acionista que desejar participar da AGOE por meio do sistema de votação à distância, nos termos da ICVM 481/09, conforme alterada, deverá enviar o boletim de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, ao banco escriturador das ações ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Manual de Acionistas para a AGOE e no próprio boletim. O percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes das Assembleias, conforme §1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76.
Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.
Pedro Henrique Chermont de Miranda - Presidente do Conselho de Administração

ASSIST

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO

www.assist.org.br
CNPJ Nº 29.167.970/0001-68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – REFERENTE AO ANO DE 2020

Apresentação e aspectos preliminares: **DADOS E INFORMAÇÕES RELEVANTES DA PESSOA JURÍDICA:** DENOMINAÇÃO: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO – ASSIST; FORMA JURÍDICA/TIPO – ENQUADRAMENTO DA LEI MATERIAL CIVIL: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO CONSTITUÍDA PELA UNIÃO DE PESSOAS NA FORMA DE ASSOCIAÇÃO ORGANIZADA PARA FINS NÃO ECONÔMICOS E/OU LUCRATIVOS; OUTROS TÍTULOS OFICIAIS INSTITUCIONAIS: ASSOCIAÇÃO DE CLASSE BENEFICENTE RECONHECIDA E DECLARADA COMO ENTIDADE DE 3º SETOR DE UTILIDADE PÚBLICA ATRAVÉS DA LEI MUNICIPAL Nº 5.829/14, que, por sua vez, foi consolidada pela LEI MUNICIPAL Nº 5.242/11 referente às concessões DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA. Findo o ano de 2020. Certo é que foi um ano difícil, em que o país (diga-se de passagem, não só o Brasil, mas todos os demais países) teve que enfrentar, em todos os setores da sociedade, em razão da pandemia reconhecida e declarada pela OMS. Todos tiveram que colaborar para suportar as perdas e manter as pertinentes relações. Foram pessoas infectadas, vidas perdidas, desempregos, fechamento de estabelecimentos, de empresas (formais ou não), sem sequer terem tido a oportunidade, a chance, de recuperação... Iniciado o ano seguinte, todos estavam esperançosos pelo menos com o "novo normal" e a possibilidade de vacinação; porém, o fato constatado foi, e ainda é, de que a pandemia permanece grave, causando prejuízos de toda natureza, precipuamente na saúde pública e na economia do país. Contudo, a ASSIST, com a cooperação de todos os envolvidos para que a atuação da Associação não fosse e não seja interrompida, deu continuidade às atividades associativas, sendo que, apesar das suspensões de muitas atividades presenciais, a Entidade não descontinuou a disponibilidade de suas assistências e ao longo do ano de 2020, com o quadro associativo tendo continuado a usufruir da Beneficência prevista no Estatuto Social. Destarte, ficou patente que a ASSIST conseguiu cumprir com o planejamento para atender às necessidades apontadas pelo Grupo, em conformidade com as finalidades associativas previstas em sua Norma Principal. Dentro do contexto relatado acima e ultrapassando todas as dificuldades, principalmente com o enfrentamento da pandemia ainda instalada, esta gestão, composta pelos associados gestores eleitos pelo e para o grupo associativo fechado, no exercício de suas funções estatutárias, vem, demonstrando total conformidade com os institutos jurídicos da transparência e o da publicização, apresentar, neste ato, os termos do Relatório da Administração com os seguintes destaques das informações e acontecimentos (posto ser impossível relatar todo o trabalho executado por esta Gestão): **RATIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DA ENTIDADE:** De plano, há que se conservar neste documento institucional, reiterando registro oficial, a informação que a gestão de uma pessoa jurídica constituída na forma de associação é própria, ou seja, é a da autoadministração (fática e jurídica), já que as diretrizes e políticas privadas para aprovação dos atos, deliberação de medidas, das tomadas de decisões etc., estão rigorosamente previstas no pertinente Estatuto Social, posto que aprovadas e consolidadas pelos próprios pares associados, assim como há que se ressaltar também que, as fontes de recursos (essencialmente o aporte/contribuição associativa) recolhidos pelos filiados dizem respeito à receita originária justamente com o propósito de suportar todo o planejamento que, por sua vez, é justamente a materialização das Finalidades Associativas previstas para cada exercício, nos limites e regramento prognosticados na norma privada fundamental. Ato contínuo, também é certo que as deliberações e prestação de contas se apontam devida e legitimamente aprovadas nas respectivas reuniões, em estrita obediência às normas estatutárias e, ainda, consoantes a alguns binômios essenciais, tais como conveniência-oportunidade, custo benefício bem como necessidade possibilidade. Neste sentido, vale esclarecer que o presente relatório é peça integrante acessória e complementar de todos os demais documentos institucionais, relatórios e demonstrativos contábeis devidamente exibidos, deliberados e aprovados em conformidade com as normas estatutárias da Instituição. Há que se memorar que a ASSIST é uma associação que existe há quase 04 décadas, sendo que, durante este lapso temporal de atuação, sempre teve primazia pela prática da boa administração, com acertada alocação de seus recursos e com cumprimento fiel de seus compromissos e obrigações assumidos para viabilizar as atividades associativas. Nessa toada, esta Diretoria consigna, nesta oportunidade, seus agradecimentos, afirmando e consolidando sua elevada consideração, a todos os participantes envolvidos com o funcionamento efetivo da Associação, precipuamente no que tange ao desenvolvimento da Beneficência e Parcerias, previstas na Norma Estatutária, assim como com os Programas de Projetos, das ações beneficentes e solidárias bem como com a prática da assistência social desenvolvidos e realizados em prol dos demais contemplados representados por Instituições filantrópicas, de Utilidade Pública e/ou equiparadas e congêneres, com atenção voltada para grupos vulneráveis e para múltiplas necessidades e direitos sociais dos indivíduos, em estado de pobreza e outras situações que caracterizam a desigualdade social. Prosseguindo, a ASSIST expressa sua gratidão aos colaboradores internos (funcionários) e externos (prestadores de serviços, representantes de Entidades congêneres cadastradas na Entidade e contempladas nos programas de projetos, ações e campanhas, Empresas parceiras/conveniadas etc.) bem como aos Órgãos da Administração Pública direta e/ou indireta, pessoas jurídicas da esfera pública e/ou privada, que também acompanham, participam, testemunham ou mesmo fiscalizam as atividades associativas nestes quase 40 anos de existência e atuação efetiva e consistente da Entidade. A Diretoria da ASSIST não pode deixar de lembrar o fato de que os dispositivos estatutários preveem a criação e disponibilidade dos Benefícios sem que sejam atribuídos preços específicos a cada um deles, assim como há a previsão da celebração de parcerias e/ou convênios pela ASSIST, devendo a Entidade figurar como Contratante, em favor dos filiados optantes pelas parcerias e/ou convênios. Sendo norteada por estas diretrizes, esta Diretoria atuou e deu continuidade aos trabalhos durante o período finalizado de exercício. Evidentemente, posto que por razões públicas e notórias, que a programação para o ano de 2020 teve que ser adaptada, considerando os atuais cenários de crise econômica e na saúde pública. O ambiente pandêmico obrigou, com o distanciamento social, a execução de muitas atividades na modalidade remota/virtual, inclusive, seguindo determinação das Autoridades Públicas, a adoção do teletrabalho e, mesmo em vista de todos estes acontecimentos, a ASSIST não deixou de enfrentar este desafio. Desta forma, as atividades associativas foram sendo realizadas de forma híbrida, aproveitando os momentos de flexibilização, sempre seguindo as recomendações e respeitando as medidas de restrições para a execução de atividades e atendimentos presenciais e, alternativamente, disponibilizando eventos e atividades na forma virtual para disponibilidade de todos os Benefícios. Por isso, esta Diretoria tem a satisfação de afirmar que o Quadro Associativo não deixou de ter a sua disposição as assistências previstas. Feitos estes primeiros registros, a Administração da ASSIST, por intermédio de sua Diretoria, passa a relatar algumas das especificidades da Pessoa Jurídica, enfatizando que a Instituição elabora este documento tendo como base sempre seus instrumentos jurídicos principais e acessórios complementares, especialmente Estatuto Social, Regimentos, Atos e Regulamentos Coletivos, todos confeccionados e celebrados em conformidade com a Constituição Federal de 1988, o Código Civil Brasileiro e demais normas infraconstitucionais que têm incidência na espécie de pessoa jurídica sem fins econômicos e de utilidade pública, como é o caso desta Associação, inclusive para atender os comandos da Lei nº 120/79, no que tange ao fundamento da razão e manutenção da concessão do título de utilidade pública, à demonstração de ausência de lucratividade, de distribuição de resultados, de precificação e de comercialização e/ou exploração econômica. Ressalta ainda a Entidade, que o Relatório da Administração é peça integrante e complementar de todos os Relatórios e/ou Demonstrativos financeiros/contábeis assim como da prestação de contas e das respectivas notas explicativas. Por cautela, a Administração da ASSIST reitera seu entendimento de que há necessidade de se assentar informações, dados e características da Associação, repetir e/ou transportar textos e/ou ratificar trechos de documentos internos ou mesmo já expostos ou publicizados, considerando que consagram a identificação, a imagem, a história e as características fáticas e jurídicas relevantes da Entidade. **TRANSPORTE DO BREVE HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO:** A Administração da ASSIST transporta a seguir, com fito de ratificar as informações, dados e fatos institucionais, trechos de relatórios e/ou documentos anteriores, com as atualizações e superveniências pertinentes, posto se tratar do relato histórico de nascimento e fundação da pessoa jurídica e demais realidades sobre sua natureza fática e jurídica: A história da ASSIST iniciou em 1984, ano de fundação da Entidade por iniciativa de um grupo de servidores residentes no Rio de Janeiro. Ou seja, há quase 40 anos! Foi nesta mesma ocasião, evidentemente (já que materializa o nascimento da pessoa jurídica), que foi constituído e aprovado o ESTATUTO SOCIAL da pessoa jurídica que, à evidência, não se confunde com o denominado contrato social, outra espécie de relação jurídica. Portanto, para a elaboração da Norma Principal que rege a relação da coletividade que forma a Entidade, foram respeitados os dispositivos da Lei Material Civil e normas específicas da ocasião. Daí ser considerado ato jurídico perfeito. Sabe-se, pois, que a Constituição da República de 1988 e o Código Civil de 2002 reforçaram as diferenças e as especificidades deste tipo de pessoa jurídica. Seguindo nesta esteira, torna-se importante ressaltar que é neste instrumento jurídico que estão materializados, além do modus operandis da Instituição, os requisitos para admissão, demissão e exclusão dos associados, os direitos e deveres dos mesmos (todos eleitos pelo e para o grupo fechado como, aliás, os demais regramentos da associação de classe), as fontes de recursos para a manutenção da Associação, o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos, as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução, a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. Cediço, destarte, que, conforme previsão do Código Civil Brasileiro, na hipótese de ausência destas informações no Estatuto Social, este é considerado passível de nulidade. Por tudo isso, esta Administração entende que tais comandos normativos devem ser necessariamente respeitados por todos, posto que, se não fossem relevantes, a lei específica infraconstitucional, que trata deste tipo de pessoa jurídica, não atribuiria tão grave efeito. Como já asseverado, grande parte do ordenamento jurídico que rege as Entidades Associativas vem da CRFB/1988 e é na Carta Magna que existe a previsão da vedação da interferência estatal no funcionamento das Associações, da desnecessidade de autorização para a criação das entidades associativas bem como da impossibilidade de dissolução compulsória e/ou suspensão das atividades sem que tenha havido decisão judicial neste sentido. Estes registros são de suma importância, pois a Administração da ASSIST vem tentando fazer valer a norma para evitar prejuízos ainda mais desagradáveis para Entidade e para todos os membros dela participantes. Realidade esta acompanhada e vivida por todos os integrantes, pares que formam a Associação. Diante dessa historicidade, há que se ratificar que também no Estatuto Social foram previstas e consignadas as Finalidades Associativas que, por sua vez, não se confundem com objeto social do contrato social das chamadas sociedades. Memore-se que, na fase em que elas foram prognosticadas, foram rigorosamente respeitados e refletidos os anseios do grupo fundador inicial, pois a ASSIST, como Ente Político, nasceu para realizar atividades de assistência social e ações assistenciais e solidárias que viabilizassem transformação social, mesmo que tímida, na sociedade, pelo menos, fluminense, bem como para desenvolver benefícios para a classe de profissionais que forma o Corpo Associativo, possibilitando o acesso a alguns dos direitos sociais fundamentais, mesmo que fossem os mais básicos, pois tudo era, à época e como ainda é, muito difícil no mundo mercadológico do 2º Setor e, pior ainda, para quem dependesse exclusivamente do 1º Setor. Frise-se que a ASSIST nasceu da necessidade de união de forças de pessoas que pudessem garantir o mínimo existencial, com a adoção da autoadministração de suas fontes de recursos e despesas coletivas. Esta intenção não pode ser deixada de lado. Neste sentido, é sempre importante repetir que a ASSIST, apesar de ter desenvolvido mais de 15 benefícios e 2 programas que integram a Beneficência prevista no artigo 40 da Norma Estatutária, todos disponibilizados, em conjunto, pela Entidade a todo Quadro Associativo, não atribuiu preço, mensalidade, contraprestação (ou seja, cobranças específicas e individuais para cada integrante do quadro associativo) para cada um destes benefícios. Este modo de organização, conforme se revela, foi previsto nos atos constitutivos e adotado pela Associação justamente para concretizar a intenção do grupo fundador. Este fato justifica a necessidade de preservar as normas estatutárias bem como cumprir seus comandos, precipuamente com relação às finalidades associativas, pois a realização de cada uma delas demonstra e materializa as perspectivas dos idealizadores desta Associação. Assim sendo, os gestores de todas as épocas da ASSIST fazem questão, posto que motivo de orgulho, de relembrar, e sempre que podem tornam público, o fato de que a ASSIST jamais precificou qualquer de seus Benefícios, sendo eles colocados à disposição de todo seu Corpo Associativo, inclusive Beneficiários, parentes e familiares dos Associados e funcionários, estes dentro da Categoria de Beneficiários Equiparados. Ou seja, todos usufruem de toda Beneficiação existente sem pagar por isso; jamais podendo ser olvidado o fato de que a contribuição associativa/aporte é recolhida exclusivamente pelo Associado Colaborador, estando, indissoluvelmente, vinculada à filiação, não significando, destarte, preço de produto e/ou serviço, mensalidade de plano de saúde, contraprestação pré ou pós estabelecida etc., sendo certo que mais da metade da população que integra o Quadro Associativo da Entidade é isenta do recolhimento da contribuição associativa/aporte, já que este dever é do filiado integrante da Classe dos Servidores. Este resumo histórico serve como alicerce e salvaguarda para a existência da ASSIST por quase 40 anos e não por acaso está presente na espécie de documento ora elaborado e tornado *erga omnes*. **BENEFÍCIOS QUE INTEGRAM ATUALMENTE A BENEFICIAÇÃO, SEM PRECIFICAÇÃO, PREVISTA NO ESTATUTO SOCIAL DA ASSIST DESDE 1984 E FATOS RELEVANTES SOBRE ELES NO ANO DE 2020:** Prosseguindo e reiterando informações pretéritas, a ASSIST, desde 1984, ano de sua fundação (valendo-se das pesquisas e dos estudos do comportamento da sociedade e de suas necessidades básicas e primordiais de existência, bem como das sugestões, das manifestações de interesse e necessidade de todos os membros que formam o Corpo Associativo), vem criando novas possibilidades de beneficência, ações de solidariedade e assistência social e, desta forma, tem incrementado sua Beneficiação com lançamentos de novos benefícios e atividades associativas bem como com o aperfeiçoamento dos Benefícios já integrantes da Beneficência programada no artigo 40 da sua Norma Estatutária colocados à disposição do Quadro Associativo. Sendo certo que estes Benefícios materializam as expectativas e necessidades dos filiados e se coadunam com as Finalidades Associativas, além de respeitarem, para sua criação e desenvolvimento, o equilíbrio do binômio custo-benefício. Portanto, atualmente o Sistema de Beneficiação disponibilizado para o Corpo Associativo que forma a Pessoa Jurídica ASSIST é composto dos seguintes Benefícios: Serviço Social; Assistência Jurídica; Danças; Benefício de Seguros – composto de Assistência Flex Domiciliar, Seguro de Vida em Grupo, Seguro para Algumas Doenças Graves e Assistência Funeral Básica; Benefícios de Saúde – composto de Assistências Médica e Odontológica Ambulatoriais Básicas com Regulamentos Coletivos celebrados em período anterior à Lei e com rol taxativo de cobertura, exclusivamente ambulatorial; Benefício Corridas e Caminhadas; MoviMente, Clube do Conhecimento, Clube, Vocacional, além da distribuição da Revista ASSIST. Por outro lado, é crucial relatar que a ASSIST, através do Setor de Relações Institucionais e o time/equipe que atua no Programa Soma exerceu seu importante papel de Entidade do 3ª Setor, fazendo valer sua certificação como Associação de utilidade pública com reconhecimento da relevância de suas atividades, fomentando as ações e condutas de cidadania e solidariedade em tempos de distanciamento social e combate à pandemia. Neste sentido, muitas instituições que tiveram sérias dificuldades, como, por exemplo, fome, desemprego e falta de esperança e oportunidades etc., foram contempladas pelo Programa SOMA da ASSIST. A ASSIST criou estratégias, logísticas de distribuição para que mesmo dentro deste cenário pandêmico não fossem suspensas as doações e ações sociais e, desta forma, foi possível ajuda humanitária às famílias em situação de vulnerabilidade social no Estado do Rio de Janeiro. Cabe destacar que o corpo associativo participou ainda mais para o sucesso das campanhas e doações. Oportuno registrar que a ASSIST recebeu, em razão desta conduta, certificações, cartas de agradecimento e honrarias que estimularam o interesse dos integrantes do Quadro Associativo na participação efetiva e também individual e voluntária nestas ações. Esta Diretoria cita a seguir algumas delas: • Certificado do Programa Forças no Esporte (PROFESP) Marinha do Brasil; • Certificado da ONG Rio de Paz ; • Medalha Amigo da Marinha; • Cartas de agradecimento das entidades assistidas. Esta Diretoria passa, a seguir, a registrar os destaques das realizações na beneficência: Benefício Clube: As opções deste Benefício foram: Megaville Guaratiba e as possibilidades de cobertura através da parceria com o SESC. Vale ressaltar que em virtude da pandemia foram respeitados os períodos de distanciamento social e nos períodos de flexibilização pelas Autoridades Públicas, o Quadro Associativo usufruiu das coberturas deste benefício. A utilização entre agosto e dezembro foi satisfatória para o corpo associativo. O Convênio com o SESC, também acrescentou outras possibilidades de acesso durante o período de distanciamento social com conteúdo *on-line* e digital para os usuários através do Facebook, Instagram e You Tube complementando as alternativas deste Benefício. Benefício Clube do conhecimento: As palestras presenciais foram suspensas, atendendo recomendações das Autoridades Públicas; porém, foram disponibilizadas na forma *on-line*, através de plataforma adquirida com *chat* que possibilitou a interatividade e participação efetiva do corpo associativo, disponibilizada na área do associado e, também através de aplicativo para o desenvolvimento e continuidade da disponibilidade do benefício. Em 2020, o benefício Clube do conhecimento realizou palestras para o quadro associativo com os seguintes temas: • 27/03 - Ansiedade em Tempo de Pandemia; • 29/04 – Benefício de Danças; • 06/05 – Alimentação na quarentena; • 13/05 - Saúde Mental na Quarentena; • 20/05 - Os Benefícios da Ioga; • 03/06 - Educação Financeira na Quarentena; • 10/06 - Relacionamentos Afetivos; • 17/06 - Qualidade de Vida; • 24/06 - Violência contra a Mulher. Benefício Serviço Social: Em 2020, a ASSIST, através deste Benefício, deu continuidade ao Projeto Mural Informativo com periodicidade trimestral, criado com o objetivo de colaborar com o Quadro Associativo com os informativos dos programas e benefícios do setor público, assim como com o estímulo à reflexão sobre diversos temas relacionados aos direitos humanos; o Benefício Vocacional, advindo do Projeto Maioridade, com um grupo realizado no mês de janeiro e um grupo iniciado em março, porém interrompido os encontros presenciais, em razão da pandemia da Covid-19. Foi implementado *Podcast* sobre os diversos temas tratados nos encontros antes presenciais e com as orientações dos Benefícios e Programas do Poder Público, coluna na revista Assist assinada, com matérias correlatas ao atendimento do benefício, além das campanhas de setembro Amarelo e outubro Rosa. A nova modalidade de atendimento *on-line* disponibilizada ao corpo associativo, através da plataforma digital e realizações de *Lives* sobre o benefício e temas sociais. O foco do Benefício serviço social permaneceu voltado completamente para o atendimento social ao associado, priorizando as questões voltadas aos direitos sociais e Programas e Benefícios dos Órgãos Públicos, inclusive os relacionados à pandemia. Temas das orientações sociais: política social de proteção à família, maternidade, política social para a infância e adolescência e terceira idade; núcleos de atendimentos especiais e delegacias especializadas (violência/negligência contra a criança, adolescente, mulher, idoso e pessoas com deficiência); centros de tratamento de doenças crônicas; concessão de benefícios sociais como passe livre, benefício de prestação continuada etc.; dependência química. A ASSIST adotou as medidas planejadas para as melhorias neste benefício e programa a continuidade e o progresso destas medidas, sendo importante reiterar algumas delas, como a seguir: mantendo e aperfeiçoando com qualificação profissional e tecnológica os atendimentos sociais, através do aumento da efetividade das abordagens, dos estudos sociais (telefônico e *on-line*) com o uso dos instrumentos do serviço social (entrevista social, orientação, relatório social, conclusão do atendimento/acompanhamento social), relacionamento, acompanhamentos aos associados e/ou beneficiários que estiverem em situação de necessidade, internados etc.; outras ações serão encetadas neste benefício, tais como intensificação das orientações e do acompanhamento dos associados que atenderem aos critérios para usufruírem da cobertura prevista no Benefício do Seguro de Doenças Graves; disponibilização do Mural informativo para os associados de forma *on-line*; continuidade na parceria do Benefício do Serviço Social com o Benefício Vocacional; Disponibilidade no *site* da ASSIST, na área do Serviço Social, de material informativo desenvolvido pelo benefício. E, para o próximo exercício, o Benefício Serviço Social pretende realizar as seguintes atividades e ações: • Continuidade do projeto de intervenção/mediação para os associados que utilizam o Seguro para Algumas Doenças Graves e Seguro Invalidez; • Continuidade do projeto *Podcast*; • Coluna na revista Assist com artigos/matérias relativas aos assuntos tratados pelo benefício; • Projeto Mural Informativo na versão *on-line*; • Divulgação/Disponibilização no site Assist das matérias informativas desenvolvidas pelo benefício serviço social. Benefício Jurídico: Este Benefício disponibiliza assessoria e/ou consultoria jurídica, ajuizamento de ações individuais em diversas áreas e esferas do Direito. Em 2020, considerando as recomendações das Autoridades Públicas, precipuamente com relação ao distanciamento social, em razão da pandemia, os atendimentos passaram a ser feitos também de forma remota, através da plataforma Zoom, para que, os associados e/ou beneficiários pudessem fazer suas consultas, dirimir dúvidas, resolver problemas, ajuizar ações judiciais, conforme seus interesses individuais e respectivas relações materiais privadas em diversas áreas do Direito, de forma eletrônica. A ASSIST realizou, para a continuidade no atendimento do benefício jurídico, dentro do cenário de pandemia atual, a aquisição de uma plataforma digital para atendimento virtual do corpo associativo, além das consultas e dos atendimentos realizados por *e-mail*, para dirimir as dúvidas e demandas de interesse dos integrantes do Quadro Associativo, conforme suas necessidades e relações individuais. Para 2021, a programação da Assist, tendo como perspectivas a vacinação da população e a flexibilização das medidas restritivas para o enfrentamento da Covid-19, é passar a atender os associados e/ou beneficiários de forma híbrida, dando a opção de atendimento presencial ou atendimento remoto, da forma que melhor atendê-los, com a possibilidade de agendamento eletrônico dos dois tipos de atendimento, havendo horários disponíveis para atendimento presencial e horários disponíveis para o atendimento virtual, através de outras plataformas, dependendo da procura e utilização dos filiados e respectivos beneficiários. Benefício Danças: Através deste Benefício, em 2020 a ASSIST colocou à disposição do Quadro Associativo mais 8 novas turmas nas modalidades de dança de salão, ritmos latinos, dança do ventre e cigana. Em razão da pandemia, através de plataforma adquirida pela ASSIST, a Entidade implementou o *podcast* de Danças e o "Dance em Casa" com 7 novas modalidades de aula *on-line*: Dança Charme, Ritmos, Samba no pé, Dança do ventre, Dança cigana, Fit Dance e Ritmos Latino. As aulas presenciais foram interrompidas por decreto a partir de 16 de março, retomando apenas a partir de agosto. A ASSIST projeta para 2021, condicionada a retomada da normalidade: • Concurso de danças; • Abertura de turmas de balé; • Turmas de fit dance. Benefício Corridas e Caminhadas: Neste Benefício disponibilizado pela ASSIST, também sem precificação, em 2020, além das atividades nos polos com os Profissionais de Educação Física, foi viabilizada a participação do Quadro Associativo nos seguintes eventos de corrida de rua:

QTD.	NOME	MÊS	Total de presentes
1	CORRIDA SÃO SEBASTIÃO 2020	jan/20	247
2	DAY RUN LAGOS 2020	fev/20	87
3	CORRIDA CIRCUITO DO SOL		334

Considerando que, no ano de 2020, a pandemia exigiu das Autoridades Públicas a suspensão dos eventos que pudessem provocar aglomeração e disseminação da Covid-19, a ASSIST trouxe uma inovação no benefício Corridas e Caminhadas e promoveu seus eventos no formato *on-line*, tais como: ASSIST *Home Run* e Circuito ASSIST transmitidos dentro de um estúdio nas respectivas cidades de realização do evento, com palco, atleta e pódio, respeitando todas as medidas recomendadas pelas Autoridades Públicas, especialmente as de Saúde. A ASSIST realizou as seguintes edições: • 12/07 – ASSIST *Home Run* - com 208 participantes; • 23/08 – Circuito ASSIST nas cidades – Florianópolis - com 200 participantes; • 20/09 – Circuito ASSIST nas cidades – Brasília - com 200 participantes; • 18/10 - Circuito ASSIST nas cidades – Manaus – Com 208 participantes; • 28/11 – Circuito ASSIST nas cidades – Recife – com 204 participantes; • 13/12 – Circuito ASSIST nas cidades - Rio de Janeiro – Com 181 participantes. Benefício Movimente: Criado pela ASSIST para proporcionar ao Associado e seus respectivos beneficiários disponibilização facilitada em diversos eventos de atividades físicas no Estado do Rio de Janeiro de Treino Funcional, Trilhas, aulão de Yoga, entre outros. Para isso, a ASSIST disponibiliza infraestrutura adequada ao evento realizado. Com isso, a associação incentiva seus Associados e/ou beneficiários a adotarem hábitos saudáveis e a abandonarem o sedentarismo, e, ainda, estimula a integração de todo o corpo associativo através de uma atividade física agradável, uma vez que os eventos ocorrem de forma periódica. Até março foram realizadas as seguintes etapas: • 25/01 - TREININHO FUNCIONAL - ENGENHÃO (KIDS) – com 25 crianças e 19 responsáveis; • 29/01 - TREINO FUNCIONAL E YOGA – com 60 participantes; • 01/02 – CANOAGEM – com 48 participantes; • 15/02 - TREINO FUNCIONAL - NOVA IGUAÇU – com 28 participantes; • 07/03 - EMPODERAMENTO FEMININO AULA DE DEFESA PESSOAL (PARA MULHERES) – com 10 participantes; 11/03 - TREINO FUNCIONAL – COPACABANA – com 28 participantes. A partir de abril, o Benefício Movimente iniciou com o formato de atividades *on-line*, o "MOVIMENTE-SE EM CASA" para dar continuidade ao trabalho realizado com uma boa aceitação do corpo associativo, visando a qualidade de vida e bem estar mesmo com distanciamento social.

	Horário/ Dia	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	8:00 às 9:00	**Treino Funcional** Prof. Roberta Rani	**Alongamento** Prof. Natalia Trindade	**Treino Funcional CORE** Prof. Roberta Rani	**Alongamento** Prof. Natalia Trindade	**Treino Funcional** Prof. Roberta Rani
	9:00 às 10:00		**Pilates Solo** Prof. Roberta Rani		**Pilates Solo** Prof. Roberta Rani	
Noite	20:00 às 21:00	**Treino Funcional + GAP** Prof. Anderson Carvalho		**Aerobox + Abdominal** Prof. Roberta Rani		**Treino Funcional CORE** Prof. Anderson Carvalho

Objetivando a saúde mental e respeitando todos os protocolos de higiene e recomendações das Autoridades Públicas, A ASSIST também, através deste Benefício, disponibilizou, ao corpo associativo, duas sessões de Cine "drive-in" um cinema dentro do carro, ambas em setembro. Para 2021, o benefício planeja retomar as atividades com Treino Funcional, limitando as inscrições e cumprindo os protocolos e as medidas e recomendações das Autoridades Públicas, especialmente as de Saúde. Benefício de Seguros: Este em 2020 colaborou muito com o Quadro Associativo, já que sua utilização ocorre em momentos inesperados e geralmente em situações de necessidade imediata. Todas as suas assistências (seguro de vida, assistência funeral, seguro para algumas doenças graves, assistência flex domiciliar e promoção Capemisa) tiveram um aumento gradual nas utilizações pelos Associados e/ou Beneficiários nos momentos de dificuldade e/ou fragilidade. Houve uma implementação de uma nova apólice para atender aos casos relacionados à COVID 19. Estes Benefícios continuam sendo reavaliados junto às parcerias e em conformidade com as normas específicas, inclusive internas, para melhoria dentro de suas apólices com o fito de salvaguardar ainda mais os interesses dos Associados e seus respectivos beneficiários. Benefícios Coletivos de Assistências Médica e Odontológica: Estes Benefícios foram criados para atendimento ambulatorial básico, em algumas especialidades e para realização de alguns procedimentos e exames sem complexidades, já que a intenção era (1984), e ainda é (já que não houve adaptação e nem migração dos Benefícios para que se tornem regulamentados), prevenção e sinalização preliminar de riscos. Portanto, cabe consignar que a segmentação é exclusivamente ambulatorial com rol de cobertura taxativo e anterior à Lei nº 9.656/98 que trata dos planos privados de assistência à saúde previsto nos Regulamentos Coletivos, celebrados antes da Lei específica citada e cadastrados no SCPA da ANS com codificação nº 999. Estes Benefícios, também integram o Sistema de Beneficiação disponibilizado sem precificação ao Quadro Associativo, ou seja, a Beneficência prevista no artigo 40 do Estatuto Social. A ASSIST, da mesma forma que age com os outros Benefícios, vem tentando aperfeiçoar estes Benefícios; porém, sempre nos limites da cobertura prevista nos Regulamentos Coletivos respectivos, considerando que são ligados ao Setor Saúde e, com o advento da Lei nº 9.656/98 e da Lei nº 9.961/2000 - Lei de criação da ANS, a Associação vem tentando mantê-los na Beneficência sem, com isso, alterar o seu objetivo de criação e, muito menos, a natureza jurídica da Entidade. Em vista deste fato, a Administração relatará em item específico adiante pontos peculiares destes Benefícios. Benefício Revista ASSIST - A Revista ASSIST, também integra o Conjunto de Beneficiação disponibilizado pela Entidade ao Quadro Associativo sem precificação e, ratificando informação já divulgada, a Revista ASSIST, além de servir como ferramenta de trabalho, como material informativo, cultural e educativo para os pares e seus respectivos familiares, também é utilizada por vários Órgãos Públicos que solicitam o envio de matérias tratadas nas diversas edições. Circunstância que evidencia a relevância deste Benefício não só para o Quadro Associativo, mas para vários órgãos e secretarias do Poder Público. Em 2020, foram feitos diversos investimentos em materiais, profissionais, licenças e ferramentas para dar continuidade às novas edições e distribuições da Revista, sendo interessante divulgar alguns dos temas e matérias tratados nas edições da Revista ASSIST, como a seguir relatado: • Ed. 97 - A Alegria de se cuidar/Côco: Mais saúde no verão carioca/Conversar faz bem: Não deixe o papo morrer/Paraty: Um dos paraísos na Costa Verde; • Ed. 98 - Piolho na volta às aulas /Pensamento Positivo: Autorrealização e positividade removem montanhas/Atividade física infantil: Desenvolvimento físico e mental/Foz do Iguaçu: Exuberância natural cheia de cultura e aventura; • Ed. 99 - Coronavírus Covid-19: Nova realidade, novos hábitos/ Microverdes: Saudáveis, orgânicos e potentes / Psicodinâmica das Cores: Efeitos psíquicos para o bem/São Thomé das Letras: Alto astral e diversão na medida certa; • Ed. 100 - O Poder dos Cristais: Vibrações positivas que curam/ Açaí: Um poderoso antioxidante que combate doenças/Lixo eletrônico: O descarte adequado que gera renda e protege o meio ambiente/ Teletrabalho: Disciplina, foco e organização que melhoram o desempenho. Importante lembrar, repetindo informação, que nas Revistas ASSIST, a Associação divulga também suas atividades, ações e programas sociais, demonstrando a necessidade de a Entidade exercer papel de transformadora social, posto que, com isso, estimula a solidariedade, incentiva e apoia o trabalho voluntário e as ações e campanhas sociais. É cediço, pois, que todas essas ações, campanhas e atividades são noticiadas na Revista ASSIST, dada a relevância das circunstâncias bem como o aproveitamento público e notório tanto por parte dos filiados como também de expressiva parcela da sociedade fluminense. Matérias e assuntos que são publicados e que servem de material de pesquisa e de consulta para realização de dissertação, monografias, assim como são usados como ferramenta de trabalho etc. A própria Revista ASSIST é de grande utilidade pública e social, pois os temas são relacionados aos bons hábitos para prevenção de doenças, aos direitos sociais, aos servidores públicos, à arte e à cultura e são sempre muito elogiados pelos atinentes leitores. A ASSIST, durante todos estes anos de existência, sempre teve o compromisso de publicar e divulgar na Revista ASSIST fatos, informações relevantes e exemplares e atividades responsáveis que sirvam de incentivo, como já dito, para a prática dos bons hábitos para melhor qualidade de vida, com o fomento à solidariedade e ao exercício da cidadania, com a reflexão sobre a transformação social para atingir o equilíbrio no atendimento das necessidades e interesse da população, com a busca e alcance dos direitos básicos prognosticados na Carta Política de 1988 através de outras opções de acesso etc. Nessa toada, há de se destacar algumas das principais realizações no ano de 2020, como a seguir: Revista ASSIST – Fechamento das edições 97, 98, 99, 100; Programação das Principais Campanhas e Eventos nas redes sociais digitais; Divulgação da participação na Semana da Saúde Ricardo Boechat, doação de sangue ao Hemorio; Divulgação da Participação da 43ª Corrida *Cross Country* SGT Ceará 2019; Divulgação da participação da Oficina de Receitas Saudáveis para o Verão; Divulgação da inovação do ASSSIST EM CASA; Inclusão da Coluna Vocacional; Inclusão Coluna Serviço Social; Manutenção do perfil institucional no *Instagram* e *Facebook*. O Setor de Comunicação e Mídias Digitais, também está inserido na Equipe que faz a gestão do Benefício e, por isso, também houve em 2020 investimentos em ferramentas e plataformas para as atividades *on-line*. Benefício Vocacional: Este recente Benefício foi lançado em 2019 e foi desenvolvido com o objetivo de disponibilizar Grupos de Orientação Vocacional, onde o Associado e a sua família terão acesso ao conjunto de técnicas que auxiliam o autoconhecimento e a reflexão sobre a tomada de decisão durante as escolhas, além de contribuir para o desenvolvimento de habilidades pessoais. As atividades do Benefício em 2020 foram voltadas para os seguintes instrumentos interativos = Experimento: Árvore da vida Experimento: Se eu fosse eu Experimento: Habilidades Teste Psicológico: QUATI Teste: Como escolho escolher Teste: Vocacional Técnica: Recorte do eu Técnica: Linha do tempo Técnica: O Bombom Técnica: Complete as frases Roda de conversa: Tema preconceito Roda de conversa: Tema ética. Os testes, técnicas e experimentos foram feitos de maneira individual por cada participante, porém, aplicados em formato de grupo nos dias dos encontros. A roda de conversa foi realizada em grupo no formato de dinâmica. Este Benefício, como todos os outros integrantes da Beneficência, passou por adequações devido à pandemia, foram implementadas atividades que facilitassem a interação dentro de uma plataforma *on-line*, ou seja, criação de tabelas para os participantes incluírem as respostas dos testes com mais praticidade. Além das atividades estabelecidas no regulamento do benefício, foi incluído mais um encontro no grupo para realizar um *feedback* individual com os participantes para esclarecimentos de dúvidas sobre o parecer final. **PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL:** Atendendo uma necessidade apontada pelo grupo, a ASSIST desenvolveu esse Programa para que os Associados e Beneficiários pudessem ser orientados por uma equipe multidisciplinar sobre alguns temas importantes que colaborassem com a prevenção de doenças, com a qualidade de vida, com a prática de atividade física, com a alimentação saudável etc. Neste sentido, oportuno registrar neste documento que este Programa tem de fato colaborado bastante, como demonstram os relatos dos Associados e Beneficiários participantes, no direcionamento e nas escolhas dos hábitos no cotidiano. Os participantes relatam que estão prestando mais atenção no momento da alimentação, estão praticando algum tipo de atividade física, estão investigando mais as reações e sensações do corpo e pensando mais na prevenção etc. Esta constatação incentiva ainda mais o desenvolvimento e a continuidade do Programa. Os eventos e campanhas promovidos pelo Vida Saudável em 2020 até março foram: Janeiro: "Oficina Saudável" - edição Verão; Fevereiro: Campanha "Curta o Carnaval numa boa", com distribuição de camisinhas masculinas e femininas aos colaboradores, associados e beneficiários e de informativos nas redes sociais. Projeto educação em saúde, Diabetes: Conheça os fatores de risco; Março: Campanha saúde da mulher com vídeos educativos; A partir de março, as atividades presenciais do benefício foram suspensas devido ao novo coronavírus. O programa implementou outras formas para dar

ASSIST

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO

www.assist.org.br
CNPJ Nº 29.167.970/0001-68

continuidade às suas ações e atividades, através das *lives*, abordando assuntos pertinentes ao momento de pandemia e dos informativos sobre saúde postados nas redes sociais. Destacando-se: Maio: *live* "Alimentação na quarentena"; Junho: *live* "Relacionamentos Afetivos: como manter a harmonia em casa" e "qualidade de vida: como cuidar da alimentação em casa"; Julho: *live* "Alimentação para atletas e iniciantes"; Agosto: *live* "como lidar com o retorno ao trabalho e ao ambiente coletivo"; Outubro: Campanha outubro rosa; Novembro: Campanha novembro azul/*live*: "Alimentos que favorecem a saúde do homem"; Dezembro: Campanha de conscientização e combate a AIDS. Além das *lives*, o setor lançou a modalidade *on-line* aberta aos associados e colaboradores com inscrições realizadas diretamente no setor através de *e-mail*, telefone ou do aplicativo da associação. O Programa teve a participação de 190 associados e/ou beneficiários. Foram viabilizadas várias orientações de saúde, feitas através de 3 áreas (enfermagem, nutrição e psicologia), em cumprimento ao principal objetivo do Programa. Vários foram os investimentos para melhoria do Programa, tais como aquisição de plataforma para atendimento virtualizado, atualização dos sistemas para permitir o agendamento pelo aplicativo e a viabilização do teletrabalho para a equipe do Vida Saudável, composta por um enfermeiro, nutricionista e uma psicóloga. Para 2021, o planejamento é de dar continuidade às atividades desenvolvidas pelo Programa, fazer divulgação de campanhas da saúde, das atividades e encontros, através de todas as mídias e/ou ferramentas possíveis para estimular a participação do Quadro Associativo no Programa, mesmo que de forma virtual, posto que o objetivo é incentivar a prevenção de doenças e a prática de hábitos saudáveis, dentre outros, posto que o Programa foi desenvolvido pela ASSIST com um propósito e este propósito vem sendo alcançado; ou seja, os participantes estão mais atentos e cuidadosos com seus hábitos no cotidiano e com a preservação da saúde. **ESPECIFICIDADES DOS BENEFÍCIOS LIGADOS À SAÚDE:** A ASSIST, através de sua Diretoria, em todas as oportunidades, enfatiza e registra os dados e as informações oficiais históricas e jurídicas sobre a criação dos Benefícios ligados à saúde e que há mais de 3 décadas estão à disposição de todo o Quadro Associativo, juntamente com os outros Benefícios integrantes da Beneficência prevista no Estatuto Social, sem que os integrantes tenham que pagar valores específicos e individuais referentes a estes benefícios para que possam usufruir. Dentro deste contexto, a Associação, percebendo ser de alta relevância este tema, transporta para o Relatório da Administração de todos os exercícios e neste não será diferente. Portanto, esta Diretoria ratifica que a Associação tem características beneficente e assistencial. Realidade esta corroborada com o reconhecimento e com a declaração do próprio Poder Público materializados no título de utilidade pública concedido por este através da Lei Municipal nº 5.829/14 que, por sua vez, foi consolidada pela Lei Municipal nº 5.242/11. Certo afirmar, destarte, que a ASSIST não celebra entre seus integrantes relação contratual/comercial/consumerista, pois não explora e/ou comercializa atividade econômica, muito menos estabelece relação societária entre seus membros para a prática de atividade mercantil visando a divisão de resultados e/ou distribuição de lucros. Em vista desta realidade, crucial reafirmar que os benefícios médico e odontológico disponibilizados aos associados e beneficiários integrantes do Quadro Associativo da ASSIST fazem parte da Beneficiação, sem precificação, da ASSIST, prevista no artigo 40 do Estatuto Social há quase 40 anos. Frisa-se, por oportuno, que os Regulamentos Coletivos (caracterizados como atos jurídicos perfeitos) dos Benefícios ligados à saúde mencionados, por serem anteriores à legislação específica que trata de planos de saúde, foram apenas cadastrados, em sua forma originária aprovada pelos filiados há quase 40 anos, no SCPA da ANS, por exigência desta, independentemente da disponibilidade dos demais benefícios (somando mais de 15). Ou seja, induvidoso é que a ASSIST, acatando deliberação da coletividade, não alterou os seus instrumentos jurídicos, inexistindo a opção pelos institutos previstos no artigo 2º da RN nº 254/11 expedida pela ANS, cognominados, adaptação e migração, a seguir transportado: *Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, considera-se: I – adaptação: aditamento de contrato de plano privado de assistência à saúde celebrado até 1º de janeiro de 1999, para ampliar o conteúdo do contrato de origem de forma a contemplar todo o sistema previsto na Lei nº 9656, de 1998; II – Migração: celebração de novo contrato de plano privado de assistência à saúde ou ingresso em contrato de plano privado de assistência à saúde, no âmbito da mesma operadora, referente a produto com registro em situação "ativo", concomitantemente com a extinção do vínculo ou do contrato anterior a 1º de janeiro de 1999; (Alterado pela RN nº 437, de 03/12/2018*. A Associação não tem especificação de qualquer tipo de prestação de serviço como estabelecimento de saúde, como também não tem, em seu Estatuto, previsão para vender plano de saúde, já que não é pessoa jurídica que explora atividade econômica visando distribuição de resultados e/ou divisão de lucros; ou seja, a ASSIST não foi fundada com enquadramento no tipo jurídico de "Sociedade" e/ou Empresária, integrante do 2º Setor, com sócios empresários e/ou Sociedades com gestores distribuindo lucros e/ou resultados com contratos sociais ou Estatutos (vide as AS's) celebrados, como mencionado anteriormente. Diante da exigência feita pelo Órgão Regulador e para evitar que a ANS impedisse a disponibilidade dos benefícios ligados ao Setor Saúde, a ASSIST teve que acatar a ordem da citada Autarquia, cadastrando 02 dos seus mais de 15 benefícios no sistema da ANS (SCPA – cadastro de planos antigos – 999) e não RPS (registro de produto de saúde regulamentado com nº de registro de produto específico e com a respectiva nota técnica). Após cumpridas tais formalidades, reitera-se que a ANS classificou, originariamente, após análise de todos os instrumentos jurídicos da ASSIST, pelos especialistas em saúde/regulação da Agência, a Associação dentro da Modalidade de AUTOGESTÃO, posto ter sido reconhecida pela sua forma jurídica de constituição e por sua realidade fática de não ter precificação, produto regulamentado registrado e objeto exclusivo de venda de plano de saúde discriminado em suas Finalidades Associativas que só poderia legalmente ser enquadrada nesta modalidade de classificação, considerando ser seu tipo jurídico, em conformidade com a lei material civil, intitulado Pessoa Jurídica de Direito Privado sem Fins Econômicos e/ou Lucrativos, constituída na forma de Associação. Ainda com relação aos Benefícios ligados à saúde, o cadastro, por analogia, salvo melhor juízo (já que a Associação não vende plano de saúde, não tem contrato entre seus pares formadores da Instituição), ficou da seguinte forma: contratação – coletiva, com regulamentos celebrados em fase anterior à vigência da lei que trata dos planos privados de assistência à saúde; segmentação – exclusivamente ambulatorial básica com rol taxativo diverso do exigido pela ANS; ou seja, sem previsão de cobertura hospitalar ou em ambiente hospitalar, para qualquer tipo de internação, para atendimento em PS, PA, UTI E/OU CTI, além das exclusões de especialidades, procedimentos e exames diversos que não constam no rol taxativo dos Regulamentos Coletivos dos Benefícios, posto que a previsão do rol taxativo dos Benefícios disponibilizados pela ASSIST foi feita em fase pretérita à Lei nº 9.656/98 e à de criação da Agência, nº 9.961/00, com inexistência de adaptação ou regulamentação por deliberação assemblear. Portanto, é de bom alvitre destacar, mais uma vez, que a ASSIST não tem registro de produto no Órgão Fiscal nem o chamado "Plano Referência", tendo em vista que a própria lei específica citada excepciona as Entidades de Autogestão desta obrigação legal. Cabe ressaltar ainda que mesmo diante do comando legal do artigo 8ª, parágrafo 1º da Lei nº 9.656/98 que, de forma positivada e literal, desobriga as autogestões (valendo lembrar que a ASSIST é autogestão nata, pois é Associação de Classe) da exigência de demonstração da viabilidade econômico-financeira e da comprovação de abrangência geográfica, além de dispositivos de outras leis específicas e aplicáveis às associações, a ANS exige que a Associação encaminhe, em períodos e formatos pela Agência estipulados, relatórios eletrônicos, inclusive de demonstração financeira e contábil. Exigência esta que acaba desfigurando o tipo jurídico de constituição e a natureza jurídica consequente da forma jurídica escolhida, considerando que a ASSIST não precifica os benefícios disponibilizados integrantes do conjunto indivisível de beneficiação, não tem contrato, somente os associados recolhem a contribuição associativa (já que esta é vinculada à filiação), além de todas as outras especificidades já elencadas anteriormente. Muito embora a Associação esteja diante da realidade fática e jurídica demonstrada, a entidade de utilidade pública tem que apresentar seus relatórios, inclusive balanço, na forma exigida pela Agência, ainda com a adoção da Lei nº 6.404/76 que, por sua vez, trata das Sociedades Anônimas com alterações legais supervenientes que incidem apenas nas sociedades limitadas e não nas pessoas jurídicas sem fins Econômicos. Esclarecimento importante, pois serve para evitar que o tipo e a natureza da ASSIST sejam confundidos em razão deste padrão de exposição exigido pelo Órgão Fiscal. Outrossim, oportuno registrar ainda que muitos conceitos jurídicos e aspectos legais vêm sendo tratados junto à ANS em razão do entendimento de que muitas das exigências e sanções determinadas pela Agência não poderiam ter incidência, aplicabilidade nas relações da Associação, sendo que a ASSIST aguarda, ainda em âmbito administrativo, uma resolução definitiva com definição adequada e não prejudicial à sua existência e continuidade bem como que não atinja, conforme ordem Constitucional, o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito. Hodiernamente, a ASSIST vem tentando fazer com que a ANS considere sua natureza jurídica e respeite o seu Estatuto Social e Regulamentos Internos como ato jurídico perfeito (aliás, como já assentou o STF através da ADI nº 1931, julgada em 07 de fevereiro de 2018, bem como do RE nº 597064, cujo julgamento foi publicado em 14 de fevereiro de 2018), assim como reconheça, já que fato (acontecimento) real (efetivo/verdadeiro) público e notório, as ausências de contraprestação pré ou pós estabelecida, de produto de venda de plano de saúde, de relação de consumo, em respeito à súmula 608 do STJ etc., para restabelecer a ordem jurídica, reavaliando a classificação da Entidade na Agência. **MOTIVAÇÃO DO REGISTRO DE FUNCIONAMENTO DA ASSIST NA ANS**: Prosseguindo, neste item há a necessidade de se transportar integralmente e novamente, em razão da relevância já mencionada, as informações consignadas, visto que trata de informações oficiais Institucionais e da Autoadministração da ASSIST, uma vez que também este relatório tem o dever de registrá-las, reafirmando-se que, com o advento da Lei nº 9.656/98 e a criação da ANS, a Associação foi obrigada a apresentar na citada Agência requerimento de deferimento de registro de autorização de funcionamento, mesmo após ter deixado cristalino o fato de que sua constituição, desde 1984, era no formato de Associação de Classe, ou seja, pessoa jurídica sem fins econômicos, bem como o de que não exercia atividade de exploração econômica, já que seu Sistema de Beneficiação é composto de mais de 15 Benefícios que não têm preços e/ou contraprestação pré ou pós estabelecidos, tanto é verdade que não há previsão nas Finalidades Associativas previstas no Estatuto Social de atividade vinculada à comercialização/operação de planos/produtos de saúde, assim como não existe obrigação de pagamentos vinculados a qualquer tipo de produto e/ou serviço. Ultrapassada esta fase inicial, a ANS forneceu para Entidade o código 309028 como sendo de registro de autorização de funcionamento provisório, mesmo sem ter registro do chamado "produto" com a respectiva nota técnica no RPS do Órgão Regulador, posto que os Benefícios integrantes da Beneficiação disponibilizada pela ASSIST não se enquadravam no novo conceito legal. Contudo, essencial memorar que a ASSIST não foi fundada e nem existe para vender planos de saúde. Por outro lado, há que se afirmar que a ASSIST, por ser pessoa jurídica sem fins econômicos e/ou lucrativos, é Autogestão nata (por excelência), pois faz a autoadministração dos recursos/receitas bem como dos custos/despesas de um grupo fechado (classe dos servidores). Portanto, numa linguagem básica e simples, a receita forma o patrimônio associativo e custeia as despesas da coletividade. Valendo lembrar que tanto o superávit quanto o déficit são computados e, respectivamente, integralizados ao Patrimônio Associativo ou suportados por este. A receita da ASSIST é única e indivisível, posto que é representada pela contribuição associativa que, repita-se, é recolhida apenas pelos Associados, pois é vinculada à filiação e não a cada um dos benefícios e/ou a cada um dos integrantes contemplados, assim como não é contraprestação, preço, mensalidade de qualquer serviço e/ou produto. Outrossim, cabe evidenciar novamente que a Associação não precifica qualquer dos Benefícios disponibilizados para o Quadro Associativo, pois todos integram o Sistema de Beneficiação previsto no Estatuto Social. Também é verdade o fato de que os Beneficiários não recolhem a contribuição associativa, pois estes têm relação acessória com a ASSIST, sendo que apenas os Titulares filiados (Associados Colaboradores) fazem o recolhimento da contribuição associativa, já que estabelecem com a Entidade relação principal. Atesta isso o fato de que, na hipótese de desfiliação do Associado, o Beneficiário cadastrado em sua matrícula automaticamente não pode mais permanecer na ASSIST (sendo que a recíproca não é verdadeira), devendo ser destacado, ainda, que mais da metade do Quadro Associativo é representada por Beneficiários isentos de recolhimentos (pais, filhos, cônjuges ou companheiros, tutelados, curatelados etc., dos Filiados). Importante frisar que a ANS ainda não resolveu de forma definitiva sobre o enquadramento da Associação e de seu Sistema de Beneficiação sem precificação, considerando os conceitos e os institutos definidos na lei específica que trata de planos de saúde. A ASSIST, percebendo a necessidade de fazer o acompanhamento, análise e estudo das normas expedidas pela ANS para verificação de incidência e aplicabilidade nos Regulamentos Coletivos dos Benefícios vinculados à saúde, que são 2 dentre os mais de 15 integrantes do Sistema de Beneficiação, criou o Setor de Regulação. E este setor, com a colaboração de assessorias externas, confecciona as impugnações, defesas e recursos, faz o acompanhamento dos sistemas para envios de informações e dados e recebimentos de ofícios, documentos e relatórios exigidos pela Agência Reguladora (SIB, SIP, SCPA, PERSUS etc.). Nessa toada, cabe asseverar que a ASSIST, nos limites de sua Norma Principal e dos respectivos Regulamentos Coletivos, especialmente no que se refere ao rol taxativo de cobertura, bem como das legislações incidentes, procura fazer melhorias através de aquisições de sistemas, equipamentos, treinamento dos colaboradores internos para qualificar, modernizar, priorizando o conhecimento atualizado e as novas tecnologias sempre em busca da proximidade do aperfeiçoamento do atendimento do Quadro Associativo, embora não seja a Associação estabelecimento de saúde e/ou empresa fundada como operadora de saúde, com atendimento de saúde realizado em suas dependências. Importante também consignar que a Entidade procura manter o Quadro de Profissionais Colaboradores contratados pela Coletividade para seu próprio atendimento e, por isso, com acompanhamento e fiscalização de todos, já que todos sugerem melhorias e inclusão de Profissionais, denunciam eventuais irregularidades etc. Nesta oportunidade, essencial esclarecer que a relação com os profissionais é respeitosa, de diálogo e de confiança, pois estes se comprometem com a qualidade da prestação do serviço para a coletividade e têm conhecimento da natureza jurídica da ASSIST e da necessidade de aprimoramento no trato da saúde, sendo que a Entidade faz questão de colaborar com todos nesta busca. Por outro lado, certo é que estes Benefícios da Entidade foram criados, desde a gênese da Instituição, para cuidar da prevenção básica, da verificação dos riscos, por menores que sejam seus graus, através das coberturas de exames, procedimentos que não são de alta complexidade e de consultas e limitadas especializações, mas que colaboram na investigação de doenças e/ou de equilíbrio do corpo. Seguindo nesta esteira, a Associação entende que o ideal é ter um Quadro de Profissionais de Colaboradores que conhece os pacientes e os acompanha em longos períodos e, por esta razão, muitos dos integrantes do Quadro de Profissionais Colaboradores já estão com a Entidade há muitos anos, atendendo os integrantes do Quadro Associativo da ASSIST. Dentro desse cenário, a Associação sempre faz as adequações necessárias para aumentar as opções de atendimentos dentro de suas possibilidades de cobertura. Em 2020, apesar do período de suspensão dos atendimentos médicos presenciais para algumas especialidades, em razão da pandemia, a ASSIST disponibilizou o atendimento à distância, como forma alternativa, através da consulta virtual/telessaúde, telemedicina, autorizada pelo Ministério da Saúde. Portanto, o Quadro Associativo não deixou de realizar as suas consultas e usufruir das coberturas disponibilizadas por estes benefícios. É evidente que sempre cumprindo com os protocolos e as recomendações das Autoridades públicas nos atendimentos necessariamente presenciais que ocorreram também. **LEGITIMIDADE DA ASSIST PARA CELEBRAR PARCERIAS E/OU CONVÊNIOS:** A ASSIST reitera que, uma vez legitimada por suas normas estatutárias e sob a égide dos princípios constitucionais pátrios, celebra convênios e/ou parcerias em favor do Quadro Associativo sempre com intuito de possibilitar aos seus integrantes, formadores da Pessoa Jurídica, condições e negociações mais adequadas e compatíveis com a possibilidade de recursos dos filiados para contratação de serviços e/ou produtos para os associados que se interessarem por esta opção e, na qualidade de Contratante (tomadora dos serviços), estabelece contratos, termos de compromisso, convênios e/ou parcerias com diversas pessoas jurídicas, sejam elas públicas e/ou privadas. Neste sentido, oportuno consignar que a ASSIST manteve e fez o aperfeiçoamento de suas diversas parcerias e convênios com vários tipos de pessoas jurídicas. Em 2020, foram estabelecidas parcerias, em diversos segmentos, como relacionado a seguir: Canon; Olympikus; Restaurante Joia do Saara; Restaurante Dagosto; Sociedade Nacional de Agricultura; Compra Certa; Kaspersky; De Elite; Doces Lembranças; UNIDAS S.A; Grupo DPSP – Drogaria Pacheco e São Paulo; UNIDAS LIVRE; Hotéis.com. A ASSIST conta com mais de 90 parcerias, em diversos segmentos e serviços. Por conta disso, é de bom alvitre registrar, mais uma vez, a manutenção das seguintes parcerias existentes: Na atividade física – Convênio entre a ASSIST e o GYMPASS para disponibilizar acesso a planos de utilização a custos reduzidos da rede credenciada contratada pelo Gympass, com a flexibilidade de diversos estabelecimentos de atividades físicas e/ou esportivas, sem taxa de matrícula ou de cancelamento para o associado e seus beneficiários. Esse convênio disponibilizou a partir de março uma plataforma *on-line* com educadores físicos e exercícios para realizar em casa. Na Educação – Que promove o acesso a cursos de qualificação e aperfeiçoamento, sempre com descontos e vantagens, através de instituições de ensino parceiras. Na Farmácia – Desconto em medicamentos – e proporciona mais tranquilidade aos Associados e Beneficiários durante os tratamentos médicos, garantindo medicamentos genéricos e de marca a custo reduzido. Na Gastronomia - Restaurantes – Disponibiliza oportunidades para o Associado e sua família degustarem o melhor da gastronomia carioca com descontos especiais. No Turismo – Que proporciona descontos em agência de viagem, pousadas e hotéis, podendo o Associado e sua família desfrutarem de toda tranquilidade dos pacotes turísticos e diárias na região serrana ou praia. Plano de Saúde Coletivo por Adesão – Que se trata de produto fornecido por operadora contratada pela ASSIST em favor dos Associados; ou seja, Convênio com Operadora de Saúde. Opção disponível ao corpo associativo elegível, conforme contrato e regulamento da operadora contratada. **BENEFICÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL PRATICADAS PELA ASSIST:** A Associação reitera neste tópico outras informações oficiais e Institucionais e por este motivo publiciza novamente trechos relevantes e não mutáveis como os relatados a seguir: A Associação estabeleceu, através de deliberação assemblear, como finalidades associativas (que, como cediço, é diferente do denominado objeto social inerente aos contratos sociais das Sociedades em geral), representar e/ou defender coletivamente ou individualmente seus associados, prestar assistência social e estimular as ações de cidadania, estimular a solidariedade entre as classes dos servidores públicos, contribuir para que sejam criadas condições e oportunidades que permitam aos seus associados desenvolverem seu potencial, tanto como profissionais quanto como cidadãos. Neste sentido, tem como MISSÃO: "DISPONIBILIZAR QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR AO SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E À SUA FAMÍLIA" e como VISÃO: "SER UMA ASSOCIAÇÃO DE REFERÊNCIA EM TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO". Há que se reforçar a ideia de que estas intenções (Missão e Visão) foram provenientes das FINALIDADES ASSOCIATIVAS previstas no ESTATUTO SOCIAL da Entidade, como pode ser verificado acima. Visto isso, a Administração da ASSIST reafirma que não mede esforços para, da melhor forma possível e dentro das suas forças, executar com exatidão sua Missão, assim como vem, ano após ano, alcançando sua Visão. Devendo esta Administração ratificar que tanto os estímulos à solidariedade e às ações de cidadania quanto a prática da assistência social estão previstas na norma estatutária da Associação, estando elencadas como Finalidades Associativas, como já relatado. Portanto, é a ASSIST, legalmente, Entidade do 3º Setor, jamais podendo ser caracterizada como prestadora de serviço ou fornecedora de produto em razão da disponibilidade sem precificação de qualquer um de seus Benefícios bem como em razão de ser legalmente intitulada Entidade de Utilidade Pública. Em vista desta realidade, as atividades e ações da ASSIST são voltadas para criação de Benefícios assistenciais e de Programas Sociais ligados aos direitos fundamentais e sociais, às práticas das atividades de assistência social nos mais variados setores e áreas com o propósito de atender às necessidades básicas apontadas pelos pares filiados bem como de colaborar com o Poder Público na busca do equilíbrio social e da transformação da sociedade. As atividades e ações praticadas pela ASSIST contemplam quantidade expressiva do estado do Rio de Janeiro, posto que, além de alcançar os filiados, beneficiam também parcela da família destes funcionários e respectiva família e, ainda, parte da população com carência e deficiência em diversos setores. Fato que também não deve ser deixado de lado é que a Associação apoia e colabora com diversas entidades congêneres que, como ela, promovem a proteção da população carente de várias necessidades. Para tanto, a ASSIST estimula a solidariedade entre os filiados e do Quadro Associativo com a sociedade, apoia e fomenta o trabalho voluntário praticado pelos funcionários, associados e beneficiários em Entidades congêneres também do 3º Setor. Seguindo nesta esteira, importante registrar neste Relatório algumas das ações e campanhas realizadas em 2020 pelo Programa Soma, considerando que este Programa desenvolvido pela ASSIST, mais uma vez, cumpriu com seus objetivos e promoveu ações, campanhas e atividades em que os participantes exerceram importante papel de cidadania e de solidariedade, mesmo em tempos de distanciamento social e combate à pandemia. Sendo certo que, devido às consequências da pandemia da Covid-19 (novo Coronavírus), muitas instituições passaram e ainda passam por grandes dificuldades. Fome, Desemprego e falta de esperanças dominaram as demandas das instituições. O Soma criou estratégias e articulação para esse momento e foi possível ajuda humanitária às famílias em situação de vulnerabilidade social. Buscando trazer condições reais de combate à fome de muitos lares no Estado do Rio de Janeiro. Esta atenção foi tão importante para os grupos das diversas Entidades contempladas que rendeu para ASSIST as homenagens abaixo listadas: • Certificado do Programa Forças no Esporte (PROFESP) - Marinha do Brasil; • Certificado da ONG Rio de Paz; • Medalha Amigo da Marinha – Marinha de São Pedro da Aldeia; • Cartas de agradecimento das entidades assistidas. Nesse cenário, a ASSIST considera relevante consignar que vários foram os relatos do corpo associativo sobre os excelentes reflexos das ações praticadas também a partir dessas práticas. Prosseguindo, a Entidade reitera e novamente consigna que o Programa SOMA tem sido de grande importância para os integrantes de várias destas Instituições, posto que supre muitas das necessidades básicas do ser humano. O programa trabalha com apoio e acompanhamento de instituições que sobrevivem (na maioria das vezes) de doações. Sabe-se que as organizações sociais passam por uma grande dificuldade em manter suas atividades. As doações realizadas pelo Programa SOMA trouxeram ânimo, esperança para as instituições sociais atendidas. O Programa Soma atua sempre respeitando e cumprindo às finalidades Associativas da ASSIST, previstas no Estatuto Social e, em consonância com a visão da ASSIST que é " Ser Associação de referência em transformação social no Estado do Rio de Janeiro". Em 2020, a ASSIST teve a satisfação de apoiar as mais diversas instituições e programas com doações, totalizando no exercício findo 6.776 itens doados, conforme planilha abaixo:

DOAÇÕES REALIZADAS EM 2020

Instituição	Data	Doação	Quant.
ONG DESAFIO JOVEM/Projeto Viva Vida Mulher	24/1/2020	Latas de leite em pó integral (400g)	260 unid.
PROJETO POR ALGUÉM - Igreja Vitória em Cristo	21/01/2020	Latas de leite em pó integral (400g)	216 unid.
Programa Forças no Esporte - PROFESP MARINHA	06/01/2020	Computadores	6 unid.
Programa Forças no Esporte - PROFESP MARINHA	06/01/2020	Monitores	4 unid.
FUNBEL - Fundação de Desenvolvimento Social de Belford Roxo	17/01/2020	Sabonetes líquidos (200ml)	122 unid.
Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC	06/01/2020	Esportivos	201 kits
Casa de repouso vovó Irene	02/02/2020	Latas de leite em pó integral (400g)	160 unid.
ONG RIO DE PAZ	08/02/2020	Latas de leite em pó integral (400g)	506 unid.
RIO ECO PET	20/02/2020	Tampinhas garrafas pet	16 kg
PROJETO GRAMACHINHOS	21/02/2020	latas de leite em pó integral (400g)	215 unid.
PROJETO POR ALGUÉM - Igreja Vitória em Cristo	21/02/2020	Sabonetes líquidos (200ml)	219 unid.
PROJETO POR ALGUÉM - Igreja Vitória em Cristo	21/02/2020	Creme dental	29 unid.
ONG Guerreiros de Fé	05/03/2020	Esportivos	46 kits
ONG Guerreiros de Fé	05/03/2020	Garrafas (squeeze)	6 unid.
ONG Guerreiros de Fé	05/03/2020	viseiras	4 unid.
ONG RIO DE PAZ	28/04/2020	Alimentos perecíveis (legumes e hortaliças)	2.400 kg
ONG RIO DE PAZ	24/04/2020	Máscaras de tecido	100 unid.
SMASDH - Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro	14/05/2020	Fraldas geriátricas (div. Tamanhos)	288 Pct.
EDUCAP	26/05/2020	Máscaras de tecido	100 unid.
ABBR	08/06/2020	Máscaras de tecido	80 unid.
Programa Forças no Esporte - PROFESP MARINHA	23/07/2020	Equipamentos de informática	14 unid.
Casa de Recuperação Fraternidade Sol de Assis	31/07/2020	Alimentos não perecíveis	16 kg
Casa de Recuperação Fraternidade Sol de Assis	25/08/2020	Alimentos não perecíveis	8 kg
SEMAS - Secretária Mun. de Assistência Social de Mesquita	15/09/2020	Ração	6 kg
SEMAS - Secretária Mun. de Assistência Social de Mesquita	15/09/2020	Alimentos não perecíveis	207 kg
Casa de Recuperação Fraternidade Sol de Assis	28/09/2020	Alimentos não perecíveis	52 Kg
Programa Forças no Esporte - PROFESP MARINHA	08/10/2020	Ar condicionado Springer	1 unid.
ONG Caminhos do Bem	27/10/2020	Roupas	280 pçs
ONG Caminhos do Bem	27/10/2020	Itens infantis	142 unid.
ONG RIO DE PAZ	13/11/2020	Alimentos não perecíveis	557 unid.
SEFRAS - Associação Franciscana de Solidariedade	11/11/2020	Alimentos perecíveis	69 unid.
PROJETO EFRAIM	04/11/2020	Roupas	150 pçs
PROJETO EFRAIM	04/11/2020	Itens infantis	64 unid.
PROJETO EFRAIM	19/11/2020	Alimentos não perecíveis	30 kg
Programa Forças no Esporte - PROFESP MARINHA	27/11/2020	Itens esportivos	60 unid.
ONG Caminhos do Bem	02/12/2020	Creme dental infantil	29 unid.
ONG Caminhos do Bem	02/12/2020	Brinquedos	4 unid.
ONG Caminhos do Bem	29/12/2020	Itens insfantis	10 unid.
ONG Caminhos do Bem	29/12/2020	Sapatos	6 pares
Programa Forças no Esporte - PROFESP MARINHA	14/12/2020	Blusas esportivas	20 unid.
ONG Rio Eco Pets	03/12/2020	Tampas plásticas	42 kg
ONG Rio Eco Pets	03/12/2020	Colar cirúrgico canino	1 unid.
ONG Rio Eco Pets	03/12/2020	Brinquedo canino	1 unid.
ONG Convidativa	16/12/2020	Giz de cera	32 cx.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL - AÇÕES E CAMPANHAS VOLTADAS PARA TRANSFORMAÇÃO DE HÁBITOS EM FAVOR DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DA SUSTENTABILIDADE DO PLANETA: Como prática habitual, já que faz parte da cultura e da política privada da ASSIST, fato que justifica, mais uma vez, o transporte deste texto, em 2020, também a Entidade deu seguimento ao trabalho concernente às ações educativas e às atividades promovidas para que a população tivesse consciência da necessidade urgente de modificar os seus hábitos para preservar o meio ambiente, tornando possível a mantença do nosso Planeta, mormente para a salvaguarda da sua sustentabilidade. A ASSIST sempre teve a preocupação de provocar atitude/conduta individual e coletiva com relação à sustentabilidade e preservação do meio ambiente, inclusive com as atenções voltadas para o cuidado com a flora e a fauna. E a pandemia não modificou esta conduta, sendo que a Associação deu continuidade nas atividades, ações e campanhas para fomentar o trabalho educativo, de orientação e de práticas neste sentido. Para tanto, estimula em todos os seus processos de trabalho interno e nas atividades associativas o hábito e consumo responsável e sustentáveis, a proteção aos animais e plantas etc. Como acontece em todos os anos, foram realizados trabalhos educativos neste sentido com os funcionários, associados e seus respectivos beneficiários bem como com os parceiros e colaboradores. Consciente do seu dever como Agente Político e, por isso, representativo, a ASSIST acolhe a ideia de que as ações e condutas do dia a dia da sociedade como um todo devem evitar o impacto negativo no meio ambiente, a insustentabilidade do planeta e que as pessoas devem ter consciência da necessidade de preservar o meio ambiente, a natureza, tendo atitudes sustentáveis bem como fomentando atitudes nesse sentido. Dentro deste aspecto e como já afirmado em outras oportunidades, a Associação cobra, através de várias ações, campanhas, informativos, palestras, publicação de matérias na Revista ASSIST, a utilização responsável da água, da energia, da matéria-prima, da utilização de produtos, pois estes têm que ser, no seu entendimento, sustentáveis etc. Importante ressaltar que já é prática da ASSIST envolver todos os seus colaboradores internos e externos nas atividades voltadas para a preservação do meio ambiente. A ASSIST realizou em 2020 os seguintes movimentos/eventos: • Horta Comunitária - Em parceria com a Sociedade Nacional de Agricultura e empresa Grande Rio Reciclagem Ambiental; • Campanha contínua - Descarte Consciente de Óleo Usado – As doações são direcionadas à Sociedade Nacional de Agricultura, que converte em adubo orgânico e, posteriormente, a ASSIST realiza uma Ação Social, na horta comunitária da Penha-RJ, que trabalha com pessoas em situação de vulnerabilidade social. Arrecadados cerca de 80 litros de óleo usado; • Campanha Arrecadação de Tampinhas Plásticas – Doações direcionadas para a Rio Eco Pets, que realiza trabalho voluntariado e possui em sua missão ajudar a causa animal e preservar o meio ambiente com arrecadação de tampinhas plásticas. Arrecadados 58 kg de tampinhas. **AÇÕES DE FOMENTO E APOIO AO TRABALHO VOLUNTÁRIO ASSOCIADO AO VOLUNTARIADO EDUCATIVO INSTITUCIONAL DA ASSIST:** Neste trecho, a Entidade traz novamente à colação a informação de que a Associação, no exercício de sua função Agente do 3º Setor, não poderia deixar de lado o papel relevante que exerce com a prática do voluntariado educativo institucional. A Administração da Entidade reitera que tem consciência que, desenvolvendo projetos com atenção voltada para o debate, tomada de decisões e ações para tratar de questões sociais, precipuamente a desigualdade, os preconceitos, a discriminação, os abandonos, as omissões, a ineficiência dos serviços públicos etc., há de conseguir estimular o engajamento de seus filiados, colaboradores internos e externos. Em vista deste fato, a ASSIST sustenta o princípio de que a realização do voluntariado é crucial para atingir um mundo mais justo, equilibrado e solidário. Isto porque se trata de um trabalho que exercita a solidariedade, cidadania responsável, sem interesse individualizado e com a intenção de ajudar a quem necessita. E esta prática já faz parte das finalidades associativas da ASSIST. Diante desse cenário, a ASSIST apoia e estimula os Associados, Beneficiários (enfim, colaboradores e parceiros em geral interessados) em serem um trabalhador voluntário, efetivamente engajados com esta prática. Neste sentido, a Associação no ano de 2020 prosseguiu com o seu trabalho de pesquisa em diversos setores e ambientes da sociedade do Estado do Rio de Janeiro e incluiu outras Entidades congêneres e Grupos que necessitam deste apoio, da colaboração com o trabalho voluntário e com o voluntariado educativo e participativo. A partir de março algumas atividades de monitoramento e visitas institucionais foram suspensas ou postergadas devido à pandemia e ao distanciamento social. Considerando esta prática Institucional, é importante registrar algumas das ações e campanhas sociais realizadas em 2020, como a seguir: AÇÕES SOCIAIS: *Doação e voluntariado - Instalação e inauguração de computadores ao Programa Forças no Esporte (PROFESP) e preparação de uma vídeo aula com exercícios lúdicos com intuito de somar com as atividades em formato EADs. *Acolhimento – A ASSIST realizou ação para as idosas cegas da Casa de Repouso Sodalício Sacra Família, transmitindo frases positivas e de esperanças, através dos áudios dos colaboradores e associados, como forma de compensar o distanciamento social, em razão do enfrentamento da Covid-19. *Agasalho - Através desta campanha, a ASSIST em conjunto com o trabalho voluntário de associados e colaboradores colaborou com o trabalho de Instituições que contemplam a população de rua. *Alimentação - Doação de alimentos não perecíveis às famílias necessitadas, que estão em situação de risco iminente, dificuldades financeiras, desemprego, acidentados e enfermos. CAMPANHAS SOCIAIS: • Campanha emergencial (curta) em divulgação nas redes sociais da ASSIST, para arrecadar (doação em valor monetário) para as idosas cegas da Casa de Repouso Sodalício Sacra Família. Instituição que faz parte da rede socioassistencial do Programa Soma. • Campanha Somando Inspiração – Objetivo foi levar para as idosas cegas da Casa de Repouso Sodalício Sacra Família, frases positivas e de esperanças através dos áudios dos colaboradores e associados, como forma de compensar o distanciamento social, em razão do enfrentamento da Covid-19 (proposta se iniciou em março). Foram 57 mensagens enviadas. • Campanha Doação de Agasalho - O programa SOMA promove entre seus associados e colaboradores a campanha de doação de agasalhos. Com a arrecadação das vestimentas, as doações vão ser direcionadas para instituições que trabalham com a população de rua. Arrecadados 430 agasalhos. • Campanha Lacre Solidário - Em parceria com a ONG One by One, a meta é arrecadar o máximo possível de lacres. A instituição consegue reverter os lacres arrecadados em cadeiras de rodas. Cerca de 5 kg de lacres foram arrecadados. **AÇÕES DE REPRESENTATIVIDADE/PRESENTAÇÃO NA QUALIDADE DE PESSOA**

ASSIST

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO

www.assist.org.br
CNPJ Nº 29.167.970/0001-68

JURÍDICA/ENTE POLÍTICO: Neste item, novamente a Entidade reforça informações estatutárias, declarando que a ASSIST, na qualidade de Associação de Classe é Pessoa Jurídica legítima para agir em favor de seus integrantes. Sendo certo que a Entidade não exerce uma representatividade afastada dos seus membros, pois estes formam a Associação. Na verdade, os filiados (dirigentes ou não) presentam (posto que "são") a pessoa jurídica, cada associado é parte do todo que forma a coletividade, o ente político. Desta forma, a Administração da ASSIST, no exercício de sua função estatutária, atua com a legitimidade conferida pelos filiados e constitucionalmente garantida para defesa e salvaguarda dos assuntos do interesse da coletividade e da classe em todas as esferas. Por isso os dirigentes acompanham as informações, as normas que, de alguma forma, possam influenciar as atividades associativas e/ou o trabalho dos Servidores. Da mesma forma, os integrantes da Administração acompanham os trabalhos realizados pelas autoridades, pelos parlamentares; enfim, do Poder Público em prol da coletividade. Neste sentido, a ASSIST zela e faz zelar pelo respeito à sua imagem e ao seu nome, atuando com lisura, lealdade e transparência em favor do Grupo Associativo. Ao longo desses quase 40 anos, a Associação vem cumprindo seu dever no Rio de Janeiro, acolhendo os servidores com seus Programas de Projetos, ações e atividades associativas bem como com as parcerias e convênios celebrados. A Instituição participa dos encontros, reuniões, congressos, audiências públicas no intuito de salvaguardar e defender o respeito aos direitos adquiridos da coletividade, aos seus atos constitutivos, suas normas estatutárias e, para tanto, exerce as prerrogativas de Ente Político, de pessoa jurídica. Dentro deste contexto, a Assist se fez presente, dando continuidade, em 2020, aos trabalhos e atividades para fazer valer os interesses da coletividade e salvaguardar os direitos da classe, tais como: participações em palestras e cursos sobre Pessoas Jurídicas sem fins lucrativos, acompanhamento das legislações incidentes às Associações, participações em audiências públicas, reuniões em órgãos públicos. Há que ser lembrado que, em 2020, a participação se deu em eventos virtuais e quando presenciais, nos limites da flexibilização e recomendações das Autoridades públicas, em razão do enfrentamento da pandemia. **ATIVIDADES E ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS PARA O ATENDIMENTO DOS FILIADOS, PARCEIROS, COLABORADORES EM GERAL E A PRÁTICA DAS ATIVIDADES ASSOCIATIVAS:** Não poderia deixar de ficar registrado, mais uma vez, neste Relatório todo o esforço da Associação para proporcionar um adequado ambiente de trabalho no que concerne ao espaço (com aquisição e aluguel de salas, realização de benfeitorias e obras necessárias etc.), à estação de trabalho (com aquisição de móveis e utensílios, equipamentos, aparelhos etc.), ao local de permanência e circulação das pessoas, não só pelo bem-estar e segurança dos funcionários e dirigentes, mas também para atender com qualidade a todos os filiados e colaboradores. Vale ressaltar que todas as atividades, com exceção do atendimento pessoal aos associados – em razão de Decreto Legislativo de 20/03/2020 –, foram mantidas mesmo em tempos de isolamento social. A Associação também fez investimentos com aquisição e/ou com desenvolvimento de sistemas, *software*, *hardware* e aparelhou seus setores administrativos, de atendimento, de cadastro, de controle de contribuição, financeiro e contábil, de tecnologia e segurança, principalmente para assegurar a continuidade das atividades administrativas em Teletrabalho. Todas estas iniciativas ocorreram com o objetivo de facilitar os relacionamentos, acessos e contatos entre todos os que, de alguma forma, participam das atividades associativas e do trabalho desenvolvido pela ASSIST. Desta forma, a Associação pretende alcançar um grau elevado de perfeição, quiçá, total excelência nas atividades e no trabalho desempenhados para fazer chegar a todo seu Quadro Associativo, inclusive seus colaboradores/funcionários, a beneficência bem como a assistência social, a solidariedade aos contemplados pelos seus Programas de projetos, ações e campanhas. Oportuno destacar que a ASSIST vem procurando deixar seu setor de TI preparado para acompanhar as novidades do mercado tecnológico, a transformação digital, sendo que, para tanto, estimula os profissionais a atualizarem seus conhecimentos e práticas, a participarem de treinamentos técnicos e das legislações específicas, especialmente de segurança da informação, proteção de dados e informações, inclusive da LGPD, a interagirem com toda a Associação para desenvolverem sistemas, fazerem mapeamentos e planilhas de dados e informações e darem o suporte e as ferramentas necessárias para a atuação da ASSIST e para a execução das atividades laborais e associativas. A atenção da ASSIST com o ajustamento e/ou preservação do bom ambiente de trabalho e da adequada estrutura para o atendimento e a receptividade. Lembrando que, em 2020, a adoção do teletrabalho/trabalho remoto foi necessário, considerando todas as medidas das Autoridades Públicas para o enfrentamento da pandemia e a ASSIST estruturou as estações de trabalho de seus colaboradores para que as atividades associativas não fossem interrompidas. Todos estes setores técnicos e administrativos vêm otimizando seus prazos para o cumprimento das atividades e entregas de serviços justamente em razão dos investimentos de melhoria das estações de trabalho, acesso às plataformas, aos sistemas e planilhas, integração de todos os sistemas etc. Esta preocupação da ASSIST é constante e acompanhada e aprimorada em todos os anos e em 2020 foram vários os avanços e conquistas em toda a Associação. **GENTE E GESTÃO – GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS:** Sobre esse tema, cabe reiterar, novamente, que o entendimento da Associação é no sentido de que a gestão eficiente e adequada dos recursos humanos é fundamental para o desenvolvimento e a boa atuação da Entidade. Por esta razão, a ASSIST sempre teve a preocupação com os processos para recrutamento/captação, para seleção, para treinamento/desenvolvimento e retenção do profissional bem como para que a remuneração e benefícios sejam realizados de forma qualitativa e eficiente. A Associação dá oportunidade de emprego para muitos profissionais, conforme dados e relatórios de seu Departamento Pessoal, seu Quadro de Colaboradores. Aliás, este Departamento também tem colaboração de assessoria jurídica externa e consultoria IOB – Trabalhista e Previdenciária – para melhoria e atualização dos conhecimentos técnicos e aplicação das normas e regras que envolvem a relação empregatícia. Portanto, cabe ressaltar que a Administração da ASSIST deu continuidade em 2020, inclusive, considerando a alteração da modalidade para teletrabalho, aos Projetos relacionados ao desenvolvimento dos profissionais, tais como treinamentos internos e externos periódicos, participação em congressos e seminários etc. Valendo registrar, novamente, que os funcionários têm disponibilizados vários benefícios que não fazem parte do rol de obrigações das empregadoras, mas que a Associação proporciona ao seu quadro. À vista dessa realidade, chama-se atenção para o fato de que os funcionários e respectivos dependentes têm acesso, via de regra, a auxílios e bolsas referentes às graduações, especializações e cursos diversos. Também não pode ser deixado de lado que a Entidade desenvolveu um Programa com atenção voltada para o reforço da alimentação do funcionário, disponibilizando espaço (refeitório), mesmo recebendo todos os colaboradores/empregados o Vale/Alimentação. Os colaboradores também recebem orientações de profissional de nutrição para que entendam a necessidade e importância de uma alimentação de qualidade e preventiva. Há que se ressaltar que, além da existência de algumas atividades vinculadas ao Setor de Recursos Humanos em benefício do Quadro de Funcionários, também estão acessíveis àqueles (funcionários) atividades que fazem parte do Sistema de Beneficiação usufruído pelos filiados, como é o caso dos Benefícios coletivos médico e odontológico ambulatoriais, danças, corridas e caminhadas, dentre outras existentes na ASSIST e da parceria do Produto de assistência à saúde que os funcionários efetivados já têm disponível às expensas da Associação empregadora. A associação, neste momento delicado para todos, teve a sensibilidade de beneficiar os funcionários com uma ajuda de custo durante a pandemia. Destarte, a Administração da ASSIST cita, a seguir, alguns dos eventos e treinamentos que ocorreram em 2020 direcionados aos funcionários: Programas/Projetos do Gente e Gestão: **Ações Motivacionais Digitais:** Implementação de envio de Cartão digital de Parabéns para conclusão de Curso e para colaboradores aniversariantes. Melhorias: Ação voltada para sustentabilidade na redução de papel, evitando a confecção de cartões físicos. **Política de Fluxo de Reversão de Desligamento:** Retenção de talentos, através de uma apuração mais detalhada sobre o processo de solicitação de desligamento. Melhorias: Valorização das habilidades dos colaboradores que já conhecem a cultura organizacional da associação. **Desenvolvimento dos Recursos Humanos:** Disponibilização de 2 treinamentos ministrados pela Consultoria Conquist: o primeiro, Líderes de Alta Performance e, o segundo, Excelência no atendimento; e aplicação do primeiro treinamento do Ciclo de Aprendizagem de 2020: Desenvolvimento e Técnicas de Apresentação de Resultados. Melhorias: Colaboradores mais motivados e mais capacitados tecnicamente para o desempenho profissional. **Ginástica Laboral *Online*:** Criação de sala virtual para prática de Ginástica Laboral por duas vezes na semana. Melhorias: Fundamental para corrigir os problemas relacionados à LER (Lesão por Esforço Repetitivo) ou ao DORT (Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho), foi desenvolvida para o bem-estar do colaborador, que fica na mesma posição por várias horas. **Pesquisa de "*Home Office*":** Pesquisa por meio da plataforma SurveyMonkey para avaliar a experiência dos colaboradores em Teletrabalho. Melhorias: Identificação da situação dos colaboradores em Teletrabalho, como dados relacionados à saúde física e mental, à adaptação no novo formato, aos desafios enfrentados, à estrutura física para trabalhar, entre outros. E, a partir disso, desenvolvimento e continuidade de ações necessárias. **Educação Corporativa na Intranet:** Disponibilização de todos os treinamentos já aplicados pelo Gente & Gestão na Intranet. Melhorias: Disseminação de informação e conhecimento aos colaboradores que por ventura não participaram dos treinamentos presenciais. **Indique um Novo Talento:** Convite aos colaboradores a indicarem novos talentos para a ASSIST. Melhorias: Possibilidade de conseguir talentos com referências técnicas confiáveis, relacionamento interpessoal e motivação aos colaboradores que podem indicar amigos. **Banco de Talentos - PCD, TI e Aprendiz:** Criação de banco de talentos para vagas estratégicas. Melhorias: Facilidade no processo de R&S para vagas estratégicas. **Ciclo de Aprendizagem Organizacional – Treinamentos Competências do Futuro e Sustentabilidade:** Treinamentos sobre Competências do Futuro e sobre Sustentabilidade. Melhorias: Desenvolvimento dos Recursos Humanos através de treinamentos ministrados pelo Gente & Gestão sobre assuntos relevantes para a vida profissional e pessoal, no que couber, dos colaboradores. **Pesquisa de Clima Organizacional (GPTW):** Avaliação e Pesquisa de Clima Organizacional do *Great Place to Work*. Melhorias: Engajamento dos colaboradores na participação da pesquisa de clima, com o objetivo de serem identificados pontos fortes e aptidões técnicas e/ou habilidades com potencial de desenvolvimento; a conquista do selo de certificação com a constatação e reconhecimento da ASSIST, na qualidade de Empregadora, exercendo adequadamente e em conformidade com as Leis específicas incidentes, as condutas adequadas no trato das relações de emprego e de trabalho. Esta pesquisa pode ser acessada através do site bem como nas redes sociais, agregando valor à associação. **Encontro de Lideranças sobre a GPTW:** Reunião com os líderes para tratar dos resultados da pesquisa do GPTW. Melhorias: Os líderes puderam conhecer os resultados da ASSIST na pesquisa e foi levantado o que pode ser feito em cada área. **Novos Talentos (*site*):** Atualização da página "Trabalhe Conosco" no *site*. Melhorias: A página passou a se chamar "Novos Talentos" e ficou mais atrativa, com apresentação dos setores da ASSIST, dos benefícios, dos programas de valorização do colaborador, de contribuição social e de inclusão e diversidade. **Arraiá ASSIST:** Festa junina virtual. Melhorias: Promoção de interação e diversão dos colaboradores numa festa junina virtual super animada, depois de três meses de Teletrabalho. **Dica do líder - Vídeos:** Disponibilização de vídeos na tradicional dica do líder. Melhorias: Visual mais atrativo, dicas mais dinâmicas e informações de qualidade aos líderes. **Ciclo de Aprendizagem Organizacional - Inteligência Emocional:** 4° treinamento do Ciclo de Aprendizagem 2020, agora sobre Inteligência Emocional. Melhorias: Desenvolvimento dos Recursos Humanos através de treinamentos ministrados pelo Gente & Gestão sobre assuntos relevantes para a vida profissional e pessoal, no que couber, dos colaboradores. **Programa de Integração ASSIST 2020 - 2ª Edição:** O tradicional Programa de Integração ASSIST moderno e em formato virtual. Melhorias: Colaboradores novos se integrando à ASSIST, conhecendo normas e conceitos de associação, que são fundamentais para o desempenho de suas atividades; e colaboradores antigos reciclando seus conhecimentos. Aprendizado de forma descontraída e acolhedora. **Ouvidoria Interna:** Espaço virtual na intranet para o colaborador ter mais abertura em expor as suas opiniões, críticas, depoimento e sugestões de forma totalmente confidencial. **Regulamento Interno na Intranet:** Como forma de manter a transferência com os regulamentos interno do setor, a Assist disponibilizou um espaço de acesso livre na intranet para os colaboradores consultarem os seguintes regulamentos: Folga Aniversário, "Guia de *Home Office*" – Teletrabalho/trabalho Remoto, Jornada Alternativa e Mandala. **Ciclo de Aprendizagem Organizacional - Estabelecendo a Comunicação:** Treinamento interno confeccionado com o intuito de gerar reflexão sobre a influência e importância do papel do colaborador na comunicação. **Ciclo de Aprendizagem Organizacional - Diversidade nas Organizações:** Treinamento criado para os colaboradores terem acesso às informações sobre, o que é diversidade e toda sua importância para o ambiente corporativo. **Pesquisa: Laboral *Online*:** Pesquisa criada pela ferramenta Survey Monkey, para compreender qual é a opinião dos colaboradores sobre esse novo formato de laboral *on-line*, e, a partir disso, pensar em novas estratégias e melhorias, para que possam atender da melhor forma os colaboradores; e, assim, contribuir para a saúde de todos. **TREINAMENTOS:** Treinamento de Liderança de Alta Performance - ConQuist Consultoria: 30 participantes; Ciclo de Aprendizagem Organizacional - Desenvolvimento e Técnicas de Apresentação de Resultados: 18 participantes; Treinamento de Excelência no Atendimento - ConQuist Consultoria: 24 participantes; Ciclo de Aprendizagem Organizacional – Competências do Futuro: 18 Participantes; Ciclo de Aprendizagem Organizacional – Sustentabilidade: 10 Participantes; Ciclo de Aprendizagem Organizacional – Inteligência Emocional: 21 Participantes; Programa de Integração 2020 – 2ª Edição: 23 Participantes. Vale ressaltar o planejamento para o ano de 2021 neste Setor: • Ciclo de Aprendizagem Organizacional com diversos temas; • GPTW; • Colaborador Destaque; • Plano de carreira; • Inclusão social - Aumentar o número de PCDs. **OUVIDORIA DA ASSIST:** Em 2020, cabe repetir que a Ouvidoria da ASSIST, inobstante a natureza jurídica da Instituição e da participação (de forma direta e/ou por representação) de todos os pares filiados à Entidade nas deliberações e tomadas de decisões para a materialização dos regulamentos internos, termos de convênios, parcerias e compromissos, deu continuidade ao seu trabalho e atuou diretamente no acompanhamento e direcionamento das manifestações em geral e não só nas relacionadas ao Quadro Associativo; exercendo, muitas vezes, a função de Órgão Mediador em eventuais situações de conflito com demandas internas e externas bem como colaborou, como sempre faz, com emissão de relatórios, expedindo sugestões de adequação de processos, de apuração de condutas de relacionamento, de tomadas de ações etc. A participação da Ouvidoria coopera com a Associação, pois, através destes relatórios com as devidas sinalizações, a ASSIST tem a oportunidade de melhorar cada vez mais os processos de trabalho, desenvolver e treinar seus funcionários/colaboradores, adequar as ações, fomentar a criação de novos programas de projetos e atividades associativas, promover trabalhos educativos/técnicos aplicáveis aos relacionamentos; enfim, a Entidade tem a chance de resolver eventuais conflitos antes mesmo de soluções assembleares específicas e/ou procura das esferas administrativas e judiciais. Neste sentido, a Ouvidoria da ASSIST apresentou novas sugestões de melhoria no atendimento, nos processos de trabalho e suas ferramentas e que foram adotadas pela ASSIST. Em razão da pandemia o setor de ouvidoria intensificou seu trabalho, auxiliando os setores de atendimento durante um momento tão delicado. O setor auxiliou nas tratativas e intensificou o acompanhamento das demandas garantindo, assim, o devido tratamento e as necessárias tomadas de decisão. Também é válido registrar que a Ouvidoria vem fazendo um trabalho de orientação junto aos setores da ASSIST, através de informativos, cartilhas, vídeos etc. **PRINCIPAIS PERSPECTIVAS, PROGRAMAÇÃO E PLANEJAMENTO PARA 2021 - PLANEJAMENTO PARCIALMENTE SUSPENSO E COM POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DIANTE DO NOVO CENÁRIO COM A CRISE NA SAÚDE PÚBLICA:** *ATENÇÃO – Este item sofreu novas modificações em decorrência das recomendações e medidas das Autoridades Públicas, especialmente as de Saúde*. Sabe-se que o ambiente pandêmico ainda perdura em todos os países; porém, todos estão depositando confiança e esperança na possibilidade de vacinação em massa da população. Nessa toada, a ASSIST, mais uma vez, reforça que manterá sua programação no sentido de viabilizar o cumprimento das finalidades associativas e preservar sempre sua missão, alcançando sua visão e respeitando seus valores. Esta premissa a ASSIST assume e se compromete como ser certa. Portanto, o planejamento para o novo período de exercício, inclui várias ações e atividades que possibilitem, mesmo que de forma alternativa e/ou adaptada e/ou com modalidades híbridas, a manutenção e a continuidade no processo de aperfeiçoamento para disponibilidade de todos os Benefícios integrantes da Beneficência e de seus Programas de Projetos. Apesar da crise na saúde pública, reconhecida no Brasil em março de 2020, a ASSIST preservou a disponibilidade da beneficência, mesmo com a adoção da forma alternativa de teletrabalho. A ASSIST juntamente com seus profissionais Colaboradores externos que atendem aos Associados e respectivos beneficiários em todos os Benefícios, continua com a disponibilização de atendimentos virtuais, através de teleconsulta, telemedicina/telessaúde, cursos, aulas de dança, atividade física etc., em plataformas digitais/meio eletrônico. Contudo, a Associação vai manter sua programação e planos já aprovados para execução em 2021, inclusive com possibilidade de celebração de novas parcerias e/ou convênios. A ASSIST ratifica a dificuldade que tem de fazer o transporte total dos escopos e planos dos Programas de projetos, ações, campanhas e novas ideias de beneficência já aprovados para o ano de 2021 neste limitado documento que seguem padrões e formas exíguas bem como considerando ainda todas as recomendações e medidas das Autoridades Públicas, em razão da pandemia que ainda perdura; porém, a Entidade ratifica que sua intenção é desenvolver e aprimorar as atividades associativas no sentido de fazer chegar as assistências ao Quadro Associativo, mesmo que com as adaptações necessárias, mas sem descontinuar a disponibilidade da beneficência, alcançar outras conquistas de necessidade e interesse da coletividade. A Administração da ASSIST reitera que continuará na salvaguarda da preservação da natureza jurídica da Entidade junto ao Poder Público e toda sociedade. Reforça-se a ideia de que o tratamento da Associação, em todas as esferas, tem que ser compatível com sua especificidade jurídica, evitando, destarte, que sua natureza jurídica seja descaracterizada e que sua forma de constituição seja confundida em razão da padronização de documentos exigida pela Administração Pública, em alguns procedimentos administrativos e regulatórios. É oportuno relembrar que, considerando serem informações oficiais institucionais dentro da realidade fática e jurídica da Entidade, as fontes de recursos estão previstas no Estatuto Social, conforme a Lei Material Civil, todas integralizando o respectivo Patrimônio Associativo e este, por sua vez, sendo usado para a manutenção e o desenvolvimento das finalidades institucionais, conforme dispositivos estatutários e normas aplicáveis à espécie. Assim sendo, torna-se crucial deixar consignado que os aportes (ou seja, as contribuições associativas) recolhidos exclusivamente pelos associados estão vinculados à filiação, integrando as fontes de recursos para custear todas as despesas provenientes das atividades associativas, precipuamente o sistema da beneficência. Sendo certo afirmar que estes aportes, como exaustivamente demonstrado, não são equivalentes à contraprestação pós ou pré-estabelecida de cada benefício que compõe o Sistema de Beneficiação. A Associação deixa salientado novamente que, com o advento da Lei nº 9.656/98 (lei que trata dos planos privados de assistência à saúde) e da Lei nº 9.961/00 (lei de criação da ANS), a ASSIST teve que direcionar recursos para atender a toda estrutura exigida pela regulação, mesmo sem ter produto registrado na Agência Reguladora, já que os Regulamentos de seus Benefícios foram celebrados em época muito anterior à vigência destas leis. Sendo certo que estes Regulamentos não foram adaptados e nem foi possível a ocorrência da chamada migração de Plano, posto que as especificidades e características dos benefícios disponibilizados pela ASSIST jamais se encaixaram e/ou se enquadraram nos conceitos previstos nas legislações citadas. Para viabilizar o cumprimento de algumas das exigências (tais como envio de relatórios eletrônicos – SIB, SIP, DIOPs –, adoção do padrão TISS/TUSS, PERSUS e outros), a Entidade teve que contratar profissionais especializados, adquirir sistemas específicos, estruturar setores de atendimento etc., além de ficar submetida às regras não compatíveis com o tipo de Pessoa Jurídica que é a ASSIST, como, por exemplo, o processo de ressarcimento ao SUS que, outra vez, a Entidade faz questão de mencionar, pois, não obstante o fato de não fazer parte do rol de cobertura disponibilizado pelo Benefício Coletivo médico ambulatorial básico anterior à Lei nº 9.656/98, procedimentos e/ou exames de média e alta complexidade bem como atendimentos hospitalares – internação e cirurgia – e/ou em ambientes hospitalares – PS, PA, UTI e CTI, além de outras exclusões já cadastradas no sistema da ANS, a Agência insiste em encetar Procedimentos Administrativos em face da Associação. Registre-se que outras condutas provenientes da atuação do Órgão Fiscal são entendidas como incompatíveis pela Instituição, tais como pagamento de multas pecuniárias conforme porte econômico, mesmo sendo Entidade Associativa do 3º Setor, sem ter produto registrado e sem cobrar pelos benefícios disponibilizados, exigência de padrões de documentos incompatíveis com o tipo de pessoa jurídica, cobrança de taxa de saúde, exigência de alteração de instrumentos jurídicos considerados atos jurídicos perfeitos etc. Em vista desta realidade, a Associação ratifica, novamente, que, inobstante ter sido compelida pela ANS a realizar previsão de fundo garantidor, como se a ASSIST fosse empresa que vende plano de saúde, deliberou no sentido de preservar eventual superávit do exercício e/ou acumulado que, com a aprovação das contas, integraliza o Patrimônio Associativo, fazendo aplicações financeiras cabíveis e compatíveis e sempre com o objetivo de preservar todo o patrimônio associativo e a manutenção das finalidades institucionais bem como tendo o fito de não comprometer todo o recurso, a fim de possibilitar sua existência com a essência do tipo civil real materializada desde sua fundação, todas as suas atividades e também para custear os imprevistos específicos provenientes da regulação (já que, em tese, inaplicáveis à espécie de pessoa jurídica, no caso da ASSIST), decisões judiciais de demandas individuais e da gestão de probabilidade de riscos; enfim, para garantir a honradez de todos os compromissos assumidos. Importante reiterar ainda nesse item que a ASSIST atua em diversos setores para cumprir as Finalidades Associativas, por conta da diversidade de atenção e disponibilidade de acesso aos inúmeros direitos sociais fundamentais, valendo lembrar que a Beneficiação da ASSIST já soma mais de 15 Benefícios, todos disponibilizados sem precificação. Outra informação fundamental a ser reiterada é a de que não há exploração de atividade econômica, com práticas empresariais e distribuição e/ou divisão de lucros e/ou resultados bem como não há relação de consumos entre os filiados da Associação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESFECHO:** Finalizando este documento neste tópico, a Administração da ASSIST, em ato contínuo e costumeiro, considera relevante deixar registrada sua sincera e plena gratidão a todos que, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, cooperaram para realização e reconhecido sucesso dos trabalhos e efetivação das atividades associativas em um ano tão cheio de incertezas e dificuldades provocadas pela pandemia. Da mesma forma, esta Diretoria parabeniza e retribui os agradecimentos a todo o Quadro Associativo por ter honrado com o dever de recolhimento do aporte, pois, como todos sabem, esta conduta consciente, cidadã e, ao mesmo tempo, de sacrifício neste período, fez com que a ASSIST preservasse suas relações, primeiramente com os próprios Filiados, pois formam o Corpo da Pessoa Jurídica e, ainda, na certeza de que o referido aporte possibilita a formação principal da receita como fonte originária e indivisível de recurso que integra o patrimônio Associativo para o custeio de todas as atividades, em conformidade com as Finalidades Associativas, previstas na Norma Estatutária; assim como também com os colaboradores internos e externos, os parceiros etc. Há que se ressaltar que a Associação reconhece inequivocamente que todo o trabalho só acontece por existir esta união de pessoas com interesses convergentes, com propósitos legítimos para fazer o melhor pela sociedade e de colaboração recíproca para transformar as extremas diferenças sociais que destacam a vulnerabilidade, necessidades de várias ordens e o estado de pobreza de diferentes grupos. O esforço da ASSIST, com a participação conjunta, refletiu no reconhecimento dos associados e seus respectivos beneficiários que usufruíram das assistências bem como dos cidadãos e Instituições que foram contemplados pelos Programas, Projetos e ações sociais realizados pela Entidade, sendo que esta Diretoria tem a honra em poder constatar isso e afirmar que não medirá esforços para assegurar a continuidade no desenvolvimento da Beneficência; inclusive com as novas formas de disponibilidade, quais sejam, a virtual e/ou híbrida para fruição dos benefícios existentes e, quiçá, os que ainda advirão. Certamente novas opções de parcerias, que já estão sendo estudadas e desenvolvidas, estarão aí incluídas. Por todo o cenário sobejamente realizado, a Diretoria da ASSIST expressa seus agradecimentos e felicitações a todos os outros filiados com função estatutária, diretores, conselheiros e demais dirigentes. Assim sendo, é com satisfação que esta Administração relata que as deliberações, decisões e alocação de recursos foram adequados e as contas aprovadas, como sempre ocorre com a autoadministração da ASSIST, não só os recursos financeiros, mas todos os outros tipos de recursos foram bem direcionados. Novamente, é de bom alvitre afirmar que o padrão da autoadministração da Associação, além de respeitar as normas contábeis incidentes à espécie de Pessoa Jurídica, é o de ter cautela, controlar os gastos, preservar os recursos do patrimônio associativo para evitar riscos, sinistros bem como para possibilitar o enfrentamento das crises em diversos setores e esferas do Poder Público, independentemente de eventuais momentos de crises relevantes ou não. A ASSIST terminou o exercício com resultado superavitário. Sendo certo que toda a programação de 2020, na essência, foi cumprida, mesmo que de forma alternativa em algumas atividades presenciais. A ASSIST faz questão de reafirmar que a disponibilidade dos benefícios não foi interrompida, mesmo com o enfrentamento da pandemia; aliás, inclusive, foram implementadas novas possibilidades de atendimento, através de diversos tipos de tecnologia. Independentemente das dificuldades e de todas as medidas e recomendações das Autoridades Públicas para o enfrentamento da pandemia, a ASSIST cumpriu com todos os compromissos e obrigações assumidos. Importante deixar evidenciado, outrossim, que, ao final dos exercícios e com a prestação de contas, havendo superávits, estes sempre integrarão e equilibrarão o patrimônio associativo, a fim de possibilitar a existência e sustentabilidade da Entidade, assim como eventuais déficits são suportados pelo mesmo, considerando institutos importantes como o da coletividade, do mutualismo, da solidariedade e da cooperação, segundo os ditames e princípios que orientam a tipicidade da instituição de classe e a integridade de sua natureza jurídica, já que constituída na forma de associação de classe, dentro do tipo de pessoa jurídica sem fins econômicos e/ou lucrativos e de utilidade pública que autoadministra suas contas. Esta Diretoria encerra seu relato, renovando seu ato de compromisso com a política de colaborar com a transformação social, reafirmando também que direcionará recursos, apoios para mais Programas com esta finalidade e, como sempre, acompanhando as diretrizes traçadas pelo Poder Público para atender à população vulnerável da sociedade. Esta Administração repete a informação oficial do relatório anterior de que a ASSIST foi fundada como Pessoa Jurídica Sem Fins Econômicos, sem interesse de lucro, de participar de nicho com concorrência mercadológica, sem exercer exploração de atividade econômica para posterior divisão de lucros e/ou distribuição de resultados e assim quer permanecer, reiterando a informação que os fundadores da Entidade idealizaram a fundação da Pessoa Jurídica, em prol da conjunção de forças, de recursos, de possibilidades, de acessos; enfim, de conquistas coletivas (interesses coletivos e convergentes dos seus membros e não de interesses individuais e divergentes/contrários). Recobre-se que a criação da Associação de Classe não foi com intuito de vender serviço e/ou produto de qualquer natureza; muito pelo contrário, sempre foi com a intenção e finalidade de praticar atividades de assistência social, de criar programas e ações beneficentes e assistenciais, como vem fazendo durante todo o lapso temporal de sua atuação e existência. Por fim, a Administração da ASSIST reitera, como sempre faz em seus relatórios, que para todos os efeitos legais e jurídicos (inclusive para atender aos comandos normativos da Lei nº 120, de 20 de setembro de 1979, com redação alterada pela Lei nº 3.669/03, para as finalidades que prognostica, fazendo jus à preservação do reconhecimento e da declaração extraídos do conteúdo daquele Diploma Legal, inclusive com a publicização deste documento para atingir os efeitos do comando do seu artigo 8º, pelo atendimento dos requisitos e cumprimento das condições previstos na lei citada) os seus demonstrativos e/ou relatórios financeiros e contábeis, a prestação de contas bem como as deliberações, alocação de recursos, preservação do Patrimônio Associativo com respectiva integralização deste pelo resultado superavitário e demais documentos estão efetiva e rigorosamente em conformidade com as normas específicas aplicáveis às atividades e à atuação da Entidade. Vendo-se tudo narrado segundo a suficiente e necessária documentação comprobatória constante dos registros da Associação Profissional, a Diretoria da Entidade encerra, com o sentimento do dever cumprido também em 2020, apesar das crises na saúde pública e na economia, o presente Relatório da Administração, na certeza da coerência, transparência e lealdade das boas ações concernentes à autogestão da pessoa jurídica, não olvidando, como já o fez, de deixar registrado todo o agradecimento àqueles que colaboraram, direta ou indiretamente, para o alcance da efetiva realização das finalidades associativas ínsitas no pertinente Estatuto Social, reafirmando sua inquebrantável disposição para salvaguardar os legais, legítimos e convergentes interesses de todo o grupo formador da Associação de Classe, asseverando sua responsabilidade e compromisso de sempre bem agir em prol de todo o grupo/coletividade assim como das pessoas que são comtempladas por suas ações e programas assistenciais. Se é certo que a atual pandemia mundial fez com que as nações, seus respectivos governos, instituições públicas e privadas tivessem que reavaliar suas projeções socioeconômicas, também é induvidoso que muito provavelmente tantos outros percalços ocorrerão ao longo dos anos vindouros; mas, assim como soube se portar na crise sanitária instalada, a Assist saberá, sem sombra de dúvida, se portar também com segurança, confiança e criatividade em uma eventual e não querida nova crise congênere ou diversa, para que jamais deixem de estar sempre suas ações, atividades e projetos em consonância com os anseios e legítimos interesses do grupo fechado. Esse é o Relatório.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2021.

Geraldo da Costa Leite - Diretor-Presidente.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	**31.178.149,51**	**21.457.159,91**
Disponível	21.730.348,69	12.360.026,04
Realizável	**9.447.800,82**	**9.097.133,87**
Aplicações Financeiras	8.339.692,82	8.181.039,36
Aplicações Garantidoras	1.906.723,08	1.870.727,26
Aplicações Livres	6.432.969,74	6.310.312,10
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	665.718,87	574.173,23
Contraprestação Pecuniária a Receber	665.718,87	574.173,23
Créditos Oper. Assist. Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	335.116,02	211.149,65
Créditos Tributários e Previdenciários	1.146,24	-
Bens e Títulos a Receber	45.457,29	39.448,65
Despesas Antecipadas	60.669,58	91.322,98
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**2.117.932,21**	**2.322.065,78**
Realizável a Longo Prazo	**835.271,39**	**801.794,41**
Depósitos Judiciais e Fiscais	834.512,31	801.035,33
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	759,08	759,08
Imobilizado	**1.282.660,82**	**1.520.271,37**
Imóveis de Uso Próprio	141.657,27	163.157,27
Imóveis - Não Hospitalares/Não Odontológicos	141.657,27	163.157,27
Imobilizado de Uso Próprio	1.141.003,55	1.357.114,10
Não Hospitalares/Não Odontológicos	1.141.003,55	1.357.114,10
TOTAL DO ATIVO	**33.296.081,72**	**23.779.225,69**

	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE	**7.981.485,06**	**7.814.451,02**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	2.904.122,64	3.126.799,68
Provisões de Contraprestações	1.464.554,74	1.353.239,09
Provisão de Contraprestação não Ganha - PPCNG	1.464.554,74	1.353.239,09
Provisão para Eventos a Liquidar Outros Prestadores Serviços Assistenciais	677.173,21	721.320,78
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	762.394,69	1.052.239,81
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	36.184,64	20.179,16
Contraprestações a Restituir	7.194,11	6.132,99
Receita Antecipada de Contraprestações	28.990,53	14.046,17
Débitos com Oper. Assist. Saúde Não Relacion. c/Planos Saúde da Operadora	3.461.162,67	2.585.152,51
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	375.526,71	370.500,56
Débitos Diversos	1.204.488,40	1.711.819,11
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**-**	**1.100,00**
Provisões	-	1.100,00
Provisões para Ações Judiciais	-	1.100,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**25.314.596,66**	**15.963.674,67**
Patrimônio Social	25.314.596,66	15.963.674,67
TOTAL DO PASSIVO	**33.296.081,72**	**23.779.225,69**

ASSIST

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO

www.assist.org.br
CNPJ Nº 29.167.970/0001-68

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

	2020	2019
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	**34.940.732,11**	**32.789.713,00**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	34.940.732,11	32.789.713,00
Contraprestações Líquidas	34.940.732,11	32.789.713,00
Eventos Indenizáveis Líquidos	**(6.006.682,03)**	**(8.380.544,43)**
Eventos Conhecidos ou Avisados	(6.296.527,15)	(8.117.562,28)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	289.845,12	(262.982,15)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	**28.934.050,08**	**24.409.168,57**
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	42.370.948,44	36.432.372,31
Outras Receitas Operacionais	42.370.948,44	36.432.372,31
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(1.018.456,92)	(970.283,43)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(539.713,78)	(521.183,94)
Provisão para Perdas sobre Créditos	(478.743,14)	(449.099,49)
Outras Despesas Oper.Assist. Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	(46.492.920,51)	(42.031.976,13)
RESULTADO BRUTO	**23.793.621,09**	**17.839.281,32**
Despesas Administrativas	(15.024.260,28)	(16.328.123,52)
Resultado Financeiro Líquido	**581.561,18**	**886.456,46**
Receitas Financeiras	668.805,46	1.053.405,24
Despesas Financeiras	(87.244,28)	(166.948,78)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	**9.350.921,99**	**2.397.614,26**
RESULTADO LÍQUIDO	**9.350.921,99**	**2.397.614,26**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

	2020	2019
Superávit do Exercício	9.350.921,99	2.397.614,26
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**9.350.921,99**	**2.397.614,26**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos de Saúde	34.054.814,25	32.319.458,75
Resgate de Aplicações Financeiras	56.603.385,25	63.032.146,15
Outros Recebimentos Operacionais	42.013.741,85	36.058.778,74
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(5.987.970,20)	(7.365.594,92)
Pagamento de Pessoal	(6.683.977,27)	(6.189.817,27)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(2.018.334,90)	(2.073.162,83)
Pagamento de Tributos	(3.391.297,56)	(3.442.075,45)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(133.660,59)	(56.929,37)
Pagamento de Aluguel	(558.541,89)	(534.901,50)
Aplicações Financeiras	(65.958.241,60)	(68.409.634,59)
Outros Pagamentos Operacionais	(47.890.717,86)	(43.222.788,53)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**49.199,48**	**115.479,18**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(55.965,44)	(254.668,33)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**(55.965,44)**	**(254.668,33)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	**(6.765,96)**	**(139.189,15)**
CAIXA - Saldo Inicial	**11.937,81**	**151.126,96**
CAIXA - Saldo Final	**5.171,85**	**11.937,81**
Ativos Livres no Início do Período	**12.360.026,04**	**5.369.926,62**
Ativos Livres no Final do Período	**21.730.348,69**	**12.360.026,04**
Variação nas Aplicações Financeiras - RECURSOS LIVRES	**9.370.322,65**	**6.990.099,42**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávits/Déficits Acumulados	Total
SALDOS EM 31/DEZ/2018	**13.566.060,41**	**-**	**13.566.060,41**
Superávit do Exercício	-	2.397.614,26	**2.397.614,26**
Absorção do Superávit	2.397.614,26	(2.397.614,26)	-
SALDOS EM 31/DEZ/2019	**15.963.674,67**	**-**	**15.963.674,67**
Superávit do Exercício	-	9.350.921,99	**9.350.921,99**
Absorção do Superávit	9.350.921,99	(9.350.921,99)	-
SALDOS EM 31/DEZ/2020	**25.314.596,66**	**-**	**25.314.596,66**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em Reais)

1. Contexto Operacional: A ASSIST - Associação dos Servidores Municipais, Estaduais e Federais do Rio de Janeiro é uma pessoa jurídica de direito privado, integrante do 3º Setor, constituída sob a modalidade de associação de classe sem fins econômicos e/ou lucrativos, tendo sido fundada em 1984, por iniciativa de servidores públicos das diversas classes e esferas federativas, com o fito de salvaguardar seus interesses imediatos e mediatos, bem como assisti-los. Nesse cenário, há que se asseverar que a Associação disponibiliza, na forma coletiva e sem estipulação individual de valores (preços, pré ou pós-estabelecidos, direcionados a cada uma das assistências de forma específica), os seguintes benefícios que integram a Beneficência prevista na Norma Estatutária: Revista ASSIST, Assistência Jurídica, Danças, Corridas e Caminhadas, Clube do Conhecimento, Programa Vida Saudável, Benefício MoviMente, Seguro de Vida em Grupo, Assistência Flex Domiciliar, Seguro para algumas Doenças Graves, Assistência Funeral Básica, Assistência Médica Ambulatorial Básica Coletiva, Assistência Odontológica Ambulatorial Básica Coletiva, Serviço Social, "Clube" (que possibilita acesso a parques e clubes) e o "Vocacional" (disponibilização de grupos de orientação vocacional). Além do Conjunto de Benefícios consignados e disponibilizados para todo o Quadro Associativo bem como das parcerias e/ou convênios celebrados pela ASSIST, na qualidade contratante em favor dos Filiados e seus respectivos beneficiários, a Associação, através do Programa SOMA, vem também tendo atenção voltada para transformação social, através de práticas de atividades de assistência social, estímulo às ações solidárias (considerando que estas práticas integram às Finalidades Associativas previstas em sua Norma Principal), sendo este Programa composto de vários Projetos e Ações Sociais que atendem variadas necessidades de diversos grupos em estado de vulnerabilidade. O outro Programa é o VIDA SAUDÁVEL com ações e atividades de orientação, palestras e encontros educativos com esclarecimento e informações básicas sobre hábitos saudáveis, promoção/cuidados com a saúde, riscos e prevenção de doenças etc. realizadas por grupo multidisciplinar. A ASSIST, em razão de disponibilizar os benefícios ligados à saúde (quais sejam, benefícios coletivos médico e odontológico, ambos na segmentação exclusivamente ambulatorial e anteriores à Lei nº 9.656/1998 e, em vista desta última razão, têm os Regulamentos Coletivos dos Benefícios com rol taxativo de cobertura diferente do estipulado pela norma específica) independentemente dos outros benefícios não referentes ao setor da saúde e de sua natureza jurídica (associativa e não societária e/ou empresarial), acatou a determinação da ANS (na intenção de evitar prejuízos para o seu quadro associativo, precipuamente no que tange à descontinuidade da disponibilidade que já vinha acontecendo bem antes da lei específica, dos benefícios de assistência à saúde) e obteve o registro provisório de autorização de funcionamento de nº 309028, tendo sido classificada, originariamente, na modalidade de Autogestão, justamente em respeito à sua forma jurídica de constituição assim como ao fato da disponibilidade e regulamentos dos benefícios coletivos médico e odontológico ambulatoriais com rol de cobertura taxativo serem anteriores à lei específica citada. Nesse diapasão, ou seja, cumprindo determinação da ANS, a Associação também fez o cadastro do rol taxativo de cobertura dos citados benefícios com as principais exclusões de cobertura no denominado SCPA - Sistema de Cadastro de Planos Antigos do referido Órgão Fiscal. Portanto, a ASSIST, na qualidade de Entidade de Autogestão nata (por excelência), não tem registro de produto novo e/ou mesmo de qualquer produto no RPS da ANS com sua respectiva nota técnica, que possa ser técnica e juridicamente enquadrado no prognóstico da Lei nº 9.656/98 (precipuamente no artigo 1º, inciso I, o qual estabelece: "....*Plano Privado de Assistência à Saúde:* ***prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós-estabelecido****, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde...*"). Ressaltando o fato de que, por ser AUTOGESTÃO NATA e por outras peculiaridades inerentes à sua natureza jurídica (ínsitas não só na CRFB/88 e CCB/02, mas, também, em seu Estatuto Social - Ato Jurídico Perfeito -, precipuamente as que tratam das suas Finalidades Associativas, da sua característica assistencial, bem como considerando seu objetivo de beneficência), está desobrigada da exigência do registro do denominado plano referência (inclusive, por exceção legal – v. artigo 10, parágrafo 3º, da lei que regulamenta o setor) na Agência fiscalizadora. Esta exoneração foi reconhecida e pacificada com a decisão final do STF. Em verdade, trata-se de entidade associativa e com caráter assistencial cujos requisitos e pressupostos para tanto já foram devidamente reconhecidos e declarados pela municipalidade, haja vista sua certificação de Utilidade Pública. Analisando as demonstrações contábeis e o Balanço Patrimonial, percebe-se que a associação não dispõe de patrocínios financeiros originados de órgãos públicos, sendo mantida, em conformidade com suas normas estatutárias, através de suas fontes de recursos previstas desde 1984, quais sejam: receitas originárias das contribuições associativas/aportes recolhidas exclusivamente pelo Associado que são ligadas à filiação e não a cada benefício disponibilizado, sendo certo que nem todos os integrantes do quadro associativo recolhem a contribuição associativa, devendo ser assentado o fato de que mais da metade é composta de beneficiários dos Associados e estes não contribuem com qualquer valor, nem mesmo com o aporte, mesmo assim usufruem de todos os benefícios.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis Adotadas: 2.1. Base de Apresentação: As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/dez/2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a Interpretação Técnica Geral - ITG 2002- "Entidades sem Finalidades de Lucros" e as normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, no que couberem. A Lei nº 11.638/2007, que alterou, revogou e introduziu novos conceitos à Lei nº 6.404/1976, estendeu sua aplicação às demais sociedades, em especial quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis (chamando-se a atenção para o fato de que, muito embora não seja a ASSIST Pessoa Jurídica de tipo e forma societária, a mesma vem seguindo este modelo de apresentação por exigência da ANS como se sociedade fosse). Apesar da circunstância certa de que a aplicabilidade e incidência de normas específicas contábeis e outros parâmetros constitucionais e legais (inclusive do comando do artigo 8º, parágrafo 1º da Lei nº 9.656/1998, que, como cediço, dispensa as Autogestões da demonstração da viabilidade econômico-financeira) terem de estar em conformidade com a natureza jurídica da instituição composta por grupo fechado (isto é, por ser Pessoa Jurídica sem fins econômicos e/ou lucrativos, constituída na forma de Associação de Classe e/ou Profissional), a ASSIST vem respeitando, dentro do exequível, a exigência da Agência Reguladora no que tange aos relatórios contábeis. A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS. Assim, a conciliação pelo método indireto está demonstrada na nota explicativa nº 15. **2.2. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas, por determinação da ANS, pela entidade estão descritas a seguir. **2.2.1. Apuração do Resultado: a) Receita:** O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As contraprestações provenientes das operações de planos na modalidade de *preço preestabelecido* (há que se ressaltar, no entanto, que, no caso da associação, não integra as finalidades associativas a venda de plano de saúde; sendo assim, constata-se que a referida contribuição é, em verdade, patente aporte e oriunda da filiação e recolhida apenas pelos Associados, não representando preço pós ou preestabelecido de plano de saúde; sendo certo que, para cumprimento da exigência da ANS, neste caso, foi aquela equiparada à contraprestação, independentemente da inexistência de preço para cada benefício e do não recolhimento de contribuições pelos Beneficiários dos Associados - pai, mãe, filhos, cônjuge etc. - que, aliás, representam a maioria dos integrantes do Quadro) são apropriadas à receita pelo valor correspondente ao rateio diário no período de cobertura dos associados e beneficiários de cada *contrato* (não se perdendo de vista o fato de que, na realidade jurídica da Associação, inexiste relação contratual; destarte, há que se relatar que onde está consignada a expressão *contrato*, deve ser lido *Estatuto Social*, *Proposta de filiação e/ou regulamento coletivo* - memorando que todos estes instrumentos jurídicos foram celebrados em fase pretérita à lei específica - sendo, portanto, caracterizados como ato jurídico perfeito em respeito à técnica incidente na relação jurídica material) para utilização dos benefícios da associação. **b) Despesa:** Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pelo quadro de profissionais colaboradores (relação material também formalizada desde 1984 com instrumentos jurídicos padronizados e aprovados, em conformidade com o ordenamento jurídico vigente à época e em consonância com a Norma Estatutária da Entidade). Como parte dessas faturas não é apresentada dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão técnica. **2.2.2. Estimativas Contábeis:** As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. **2.2.3. Disponível:** Inclui os saldos de caixa e os saldos positivos em contas movimento e de liquidez imediata mantidas em instituições financeiras. **2.2.4. Aplicações Financeiras:** (forma prevista no Estatuto Social como uma das fontes de recurso para integralizar o Patrimônio Associativo para ser utilizado para o atendimento, cumprimento das finalidades associativas). As aplicações financeiras estão classificadas na categoria aplicações, reconhecidas contabilmente pelo seu valor justo. **2.2.5. Contraprestações Pecuniárias a Receber (Contribuições Associativas/Aportes a Receber** recolhidos exclusivamente pelos associados, posto serem os beneficiários isentos; a contribuição associativa é desvinculada dos benefícios, devendo ser ratificada a informação de que estes não têm, cada um, preço específico atribuído e/ou contraprestação para usufruir cada um dos mais de 15 benefícios; e da individualidade dos integrantes do Quadro Associativo, posto que o dever estatutário é direcionado ao Filiado, o membro que forma o Corpo da Pessoa Jurídica por preencher os requisitos autorizativos para filiação). São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e apropriadas à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde (devendo ser ressaltado que, por outro lado e considerando as situações real, fática e jurídica da ASSIST, na verdade, tecnicamente inexiste a cognominada *contraprestação* proveniente de fornecimento ou venda de serviço de plano de saúde, tendo em vista que os valores de fonte de receita são somente os provenientes das aplicações financeiras e das contribuições associativas/aportes integrantes do patrimônio da entidade para custeio das finalidades associativas/assistenciais/sociais, bem como de todos os benefícios inclusos, tendo sido utilizados os termos e as nomenclaturas tão somente por exigência e em conformidade com as normas expedidas pela ANS, mas que, tecnicamente, não se coadunam com a natureza jurídica nem com a prática da entidade), pelo seu período de disponibilidade desses benefícios. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber dos associados colaboradores da totalidade do aporte, ou seja, contribuição associativa e complementos eventuais de contribuição associativa, em razão das inclusões de Beneficiários vinculados (estes últimos, na qualidade de Beneficiários, parentes não dependentes diretos dos associados, não fazem recolhimento de contribuição associativa, pois possuem relação acessória com a ASSIST, cabendo ressaltar que são os associados titulares que complementam suas contribuições associativas/aportes na hipótese de vinculá-los à sua matrícula, além dos beneficiários dependentes diretos), na ausência de recolhimento da contribuição associativa vencidas há mais de 90 dias. A administração da entidade revisa periodicamente o critério de atualização da constituição, respeitando normas estatutárias e decisões assembleares. **2.2.6. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e ajustado por depreciações calculadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. **2.2.7. Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de "*impairment*"):** A Administração efetuou a revisão do valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.2.8. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a associação possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.2.9. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde:** A provisão para eventos ocorridos e não avisados é calculada com base em metodologia estabelecida na RN nº 393/2015, enquanto que a provisão de eventos a liquidar é constituída com base nas faturas entregues pelos profissionais colaboradores (compromitentes) contratados para o atendimento dos Associados, inclusive dos dirigentes eleitos e seus Beneficiários, nos limites do rol taxativo e anterior à Lei nº 9.656/98 da cobertura, sendo aquelas (faturas) referentes aos benefícios da área de assistência à saúde, efetivamente recebidas pela entidade, conforme estabelecido pela ANS. Importante deixar evidenciado, neste item, que a relação material celebrada entre a ASSIST, presentada por seus Associados dirigentes no exercício de suas funções estatutárias, na qualidade de Contratante (tomadora dos serviços em favor dos seus integrantes) e os Profissionais Colaboradores (não só os da área da saúde) caracteriza-se, notadamente, pela circunstância de que tais profissionais (antes e durante a vigência da atinente relação) têm pleno conhecimento das atividades e programas assistenciais da Entidade, concordando bem como se comprometendo, destarte, com o atendimento dos integrantes do Quadro Associativo dentro da realidade da Associação (ou seja, considerando o equilíbrio do binômio custo/benefício previsto na Norma Estatutária), à vista da constatação e reconhecimento de que a realidade fática e jurídica da Associação é totalmente diversa a das Operadoras comerciais que vendem planos de saúde, tendo-os como objeto exclusivo (a começar pela inexistência de atribuição de preço por faixa etária nos mais de 15 dos benefícios em diversos setores – educação, cultura, assistência social, jurídico etc.) disponibilizados, inclusive os ligados à saúde que estão à disposição dos Filiados desde 1984). Nesse cenário, há que se ressaltar que os Profissionais que atendem os Filiados e seus respectivos Beneficiários sabem, já que público e notório, que mais da metade do Quadro Associativo, representada pelos Beneficiários dos Associados, não recolhe nem mesmo o aporte para usufruir de todos os benefícios que formam a Beneficiação prevista no Estatuto Social da ASSIST. Neste sentido, observa-se que esses profissionais têm inequívoca ciência dessa realidade, sendo que, no ato da celebração da relação, manifestam suas concordâncias com relação ao fato de não ter a ASSIST condições de adotar as práticas empresariais mercadológicas no período de uma negociação de preços e reajustes, considerando que, em razão da inexistência de precificação e administração dos riscos feitas pelas operadoras comerciais no momento da atribuição dos valores cobrados por serviços ou vendas de produtos (inclusive com os repasses dos acréscimos nas despesas para o consumidor), não havendo a possibilidade de a Entidade arcar com os elevados custos, posto ser sua característica a beneficência e o assistencialismo, sendo certo que em suas finalidades associativas não está contemplada a venda de qualquer produto e/ou serviço. Tanto que, se não tem produto, sequer nota técnica de produto existe. A diferença nesta relação está na possibilidade de atendimento de mais de 30.000 pessoas e a permanência no Quadro de Profissionais Colaboradores, já que não há interesse da Entidade de perder seus parceiros e compromitentes, na realidade de que, dentro deste contexto, os mesmos colaboram para a manutenção das atividades assistenciais assim como com os Programas Sociais desenvolvidos pela ASSIST. **2.2.10 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais: a) Ativos Contingentes:** São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; b) Passivos Contingentes: São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados; c) Obrigações Legais: São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a entidade questionou a ilegalidade e/ou inconstitucionalidade de tributos.

3. Aplicações Financeiras: 3.1. Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas

	Exercícios 2020	Exercícios 2019
Fundo de Investimento Itaú	1.906.723,08	1.870.727,26
Total	**1.906.723,08**	**1.870.727,26**

A entidade (Autogestão nata, considerando sua natureza jurídica) constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS, por conta dos benefícios coletivos, sem precificação, ligados à saúde cadastrados no SCPA (médico e odontológico ambulatoriais coletivos com rol taxativo de cobertura e anteriores à Lei nº 9.656/98). Valendo lembrar que a Associação não tem como finalidade associativa vender plano de saúde e/ou qualquer outro produto e/ou serviço; não explorando, portanto, qualquer atividade econômica no mercado com a prática de distribuição de lucros e/ou divisão de resultados ou, ainda, utilização dos resultados em ações diversas das previstas no Estatuto Social para o efetivo cumprimento das finalidades associativas.

3.2. Aplicações Livres

	Exercícios 2020	Exercícios 2019
Banco Bradesco	1.037,31	1.022,52
Banco Itaú	5.866.493,36	5.761.312,34
Caixa Econômica Federal	565.439,07	547.977,24
Total	**6.432.969,74**	**6.310.312,10**

4. Contraprestações Pecuniárias a Receber (Contribuição Associativa/Aporte a Receber), recolhidas exclusivamente pelos Associados com relação principal e que preenchem os requisitos Estatutários à filiação. O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber das contribuições associativas/aportes vinculadas à filiação do Filiado/Titular (e não preço pré ou pós-estabelecido de qualquer produto) para o custeio das finalidades estatutárias da entidade, inclusive do Conjunto de Benefícios, conforme a seguir demonstrado.

	Exercícios 2020	Exercícios 2019
Contraprestações Pecuniárias a Receber (Contribuições Associativas a Receber)	3.784.105,46	3.213.816,68
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos	(3.118.386,59)	(2.639.643,45)
Total	**665.718,87**	**574.173,23**

5. Depósitos Judiciais: Compõem este grupo depósitos e/ou bloqueios judiciais, relativos a processos, em sua maioria, movidos pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, os quais, como bem explicado na nota 10, mesmo tendo correspondentes depósitos em valores relevantes, não foram objeto de provisionamento contábil em virtude da alta possibilidade de resgate aos cofres da entidade, por terem como objeto da demanda, solicitações de cobertura não prevista no rol taxativo de cobertura prevista no Regulamento coletivo celebrado em ocasião pretérita à Lei nº 9.656/98 e/ou em razão da natureza jurídica da Pessoa Jurídica.

6. Imobilizado

	Custo	Depreciação	Exercícios 2020 Líquido	Exercícios 2019 Líquido
Edificações	300.000,00	(158.342,73)	141.657,27	163.157,27
Informática	1.814.968,74	(958.899,01)	856.069,73	1.053.113,47
Móveis e Utensílios	595.742,86	(310.809,04)	284.933,82	304.000,63
Total	**2.710.711,60**	**(1.428.050,78)**	**1.282.660,82**	**1.520.271,37**

7. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	Exercícios 2020	Exercícios 2019
Provisão para Contraprestações não Ganhas (i)	1.464.554,74	1.353.239,09
Provisão de eventos a liquidar - Assist. Médica (ii)	589.062,30	623.303,35
Provisão de eventos a liquidar - Assist. Odonto (ii)	88.110,91	98.017,43
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (iii)	762.394,69	1.052.239,81
Total	**2.904.122,64**	**3.126.799,68**

(i) A contabilização da receita a ser apropriada de acordo com o período de cobertura é feita de acordo com a regra do PPCNG, em conta própria de Provisões Técnicas, cujo registro ocorre pelo início de cobertura do plano (ratificando, posto que oportuno, a inexistência de contrato de produto de plano de saúde) e revertida mensalmente, no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil; **(ii)** Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. O registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador, ou seja, prestador de serviços ou profissional colaborador, no momento da apresentação das cobranças à associação, tendo redução pelo valor glosado após análise das faturas apresentadas; **(iii)** Provisão para cobertura dos eventos que já tenham ocorrido, em atendimentos junto aos Profissionais Colaboradores contratados, e que não tenham sido avisados à ASSIST, constituída com base em método definido pela RN nº 393/2015.

8. Tributos e Encargos Sociais a Recolher

	Exercícios 2020	Exercícios 2019
Tributos e Contribuições		
Contribuição Previdenciária	155.297,09	148.383,97
FGTS	55.007,69	55.379,63
PIS s/Folha	9.151,12	9.205,59
Subtotal	**219.455,90**	**212.969,19**
Retenções de Impostos e Contribuições		
IRRF Funcionários	96.344,48	87.479,74
IRRF Terceiros	8.395,01	10.945,79
ISS Retido	27.802,35	32.967,46
Contribuição Previdenciária	62,57	1.208,81
Outros	23.466,40	24.929,57
Subtotal	**156.070,81**	**157.531,37**
Total	**375.526,71**	**370.500,56**

9. Débitos Diversos

	Exercícios 2020	Exercícios 2019
Obrigações com Pessoal	1.052.942,56	1.110.526,14
Fornecedores (i)	119.158,36	569.938,94
Outros Débitos a Pagar	32.387,48	31.354,03
Total	**1.204.488,40**	**1.711.819,11**

(i) Representado por contas a pagar por fornecimento de materiais e serviços diversos (publicização, manutenção, limpeza, alimentação e outros) e aquisição de ativo imobilizado.

10. Provisões para Ações Judiciais: 10.1. Contingências com Risco de Perda Provável: A entidade constitui, se necessário, provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos externos a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais. **10.2. Contingências com Risco de Perda Possível:** A Entidade também possui um montante de R$35.000,00 de outros processos, cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seus consultores jurídicos externos. Outrossim, sobre eventuais procedimentos administrativos instaurados na ANS, cabe ressaltar que, em reunião com a Presidência da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS com entrega de Petição dirigida ao Diretor Presidente do órgão e Diretoria específica e ao Setor de emissão e cobrança de títulos, considerando a não incidência de aplicação e/ou impossibilidade de enquadramento do instituto da multa nas Pessoas Jurídicas sem fins econômicos e/ou lucrativos, em razão da natureza jurídica das Entidades de utilidade pública, do 3º Setor, da inexistência de precificação, da impossibilidade de caracterização do chamado "porte da Empresa" (mesmo porque a ASSIST não é sociedade/empresa), tendo em vista que este só pode ser atribuído às Sociedades, pessoas jurídicas com fins econômicos, do 2º Setor como também está atrelado ao alcance financeiro percebido pela exploração de atividade econômica e pela caracterização da relação de consumo, relação esta inexistente na realidade fática e tipificação técnica material civil das Pessoas Jurídicas sem fins lucrativos fundadas na forma de Associação, conforme decisão do STJ que pacificou este entendimento, além de outros fundamentos específicos fáticos, legais e constitucionais, os representantes da ANS ficaram de examinar os fundamentos e o enquadramento ou não da ASSIST (levando em consideração, outrossim, a inexistência de produto com respectiva nota técnica no RPS da ANS bem como a ausência de decisão definitiva a partir das respostas da Associação Classista ao Ofício nº 1015 – que trata da análise técnica para definição do enquadramento ou não dos Benefícios ligados à saúde da ASSIST no conceito de produto – encaminhado pela ANS para ASSIST e expedido nos autos do Procedimento em trâmite desde 2005, cujo o objeto principal é a autorização definitiva de funcionamento como operadora de saúde, independentemente de registro de produto com precificação no RPS). Por esta razão, persiste a possibilidade de modificação da decisão ainda em âmbito administrativo e, se for o caso, a cobrança deverá ser definida em sede judicial com garantia de pagamento. Portanto, por ter sido considerada improvável a caracterização do respectivo débito, a Associação ainda aguarda os ulteriores atos oficiais para nova tomada de decisão e verificação de necessidade ou não de provisionamento futuro. Outro ponto relevante a ser consignado nas presentes Notas é que a ANS, independentemente da ausência de decisão terminativa após realização de várias reuniões junto à Presidência e às diversas Diretorias e Gerências específicas do citado Órgão, bem como da protocolização das várias petições nos Procedimentos Administrativos (impugnações, recursos, interlocutórias etc.), com o intuito de definir a necessidade ou não de registro com a autorização definitiva de funcionamento deferido pela ANS, bem como com o fito de

ASSIST

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO

www.assist.org.br
CNPJ Nº 29.167.970/0001-68

resolver de forma definitiva sobre o enquadramento ou não da ASSIST como Operadora de Plano de Saúde e, ainda, a respeito dos 02 dos mais de 15 Benefícios disponibilizados pela Associação e integrantes da Beneficiação prevista no artigo 40 do Estatuto Social da Entidade, poderem ou não ser considerados produtos nos moldes do artigo 1º, inciso II, da Lei nº 9.656/98, preferiu ajuizar ação de execução em face da ASSIST no Poder Judiciário a partir de títulos executivos extrajudiciais com base em sanção pecuniária proveniente de procedimentos administrativos que, no entender da Entidade, carecem efetivamente de certeza, liquidez, veracidade e legitimidade. Portanto, considerando o entendimento dos membros da Entidade, dos técnicos internos e assessorias externas, a ANS, por não ter dado ciência de forma inequívoca e expressa de eventual decisão definitiva em âmbito administrativo, haja vista expedição e envio do Ofício nº 1015, não deveria (já que caracterizaria ato e/ou conduta ilegal e abusiva de Autoridade) ter ajuizado ação de execução sem ter título certo e líquido. E, mesmo adentrando no mérito das execuções, as cobranças afiguram-se absolutamente indevidas, com a consequente caracterização da nulidade do auto de infração, posto tratar, a maioria, de condenações em procedimentos administrativos por negativa de coberturas, as quais, por sua vez, não estão e nunca estiveram previstas no rol taxativo do Regulamento Coletivo (celebrado em fase pretérita à vigência da lei e nascimento da ANS) do Benefício ligado à saúde; destacando-se, aliás, um único de ressarcimento ao SUS (mesmo tendo a ANS excluído a ASSIST do processo de ressarcimento ao SUS em Procedimento Administrativo específico transitado em julgado) de atendimentos flagrantemente fora da cobertura, sem ter havido, outrossim, a intimação da Associação para as devidas impugnações antes do lançamento em dívida ativa do valor. Corrobora com essa última hipótese descrita o fato de que a ANS, mesmo após o lançamento em dívida ativa sem intimação válida e regular da ASSIST e ulterior distribuição da Ação de Execução, reconheceu o erro e a nulidade do ato, vendo-se obrigada a cancelar a inscrição respectiva do lançamento, assim como requereu a extinção da execução. Fato determinante para que o competente Julgador deferisse o levantamento do valor depositado em garantia na conta do Juízo, a fim de ser devolvido à Entidade Profissional, confirmando, por ilação, a opinião da Assessoria Jurídica externa da Associação. Dentro deste contexto, para a ASSIST não houve outra alternativa senão a de, em cumprimento à Lei nº 6.830/80, depositar os valores em contas judiciais específicas para garantir à execução e possibilitar a oposição de Embargos à Execução na esfera judicial; inclusive, com matérias de pré-executividade para demonstrar a nulidade dos procedimentos administrativos e, por consequência, das execuções judiciais encetadas pela Agência Reguladora. Nesse cenário, torna-se oportuno trazer à colação alguns dos comandos previstos na citada Lei, desta forma: **Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos - Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.** Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. *Art. 2º - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.* (...) *§ 8º - Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos. Art. 3º - A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez. Parágrafo Único - A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite. Art. 9º - Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o executado poderá: I - efetuar depósito em dinheiro, à ordem do Juízo em estabelecimento oficial de crédito, que assegure atualização monetária; Art. 16 - O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: I - do depósito; §1º - Não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução. §2º - Após o trânsito em julgado da decisão, o depósito, monetariamente atualizado, será devolvido ao depositante ou entregue à Fazenda Pública, mediante ordem do Juízo competente. Art. 33 - O Juízo, do Ofício, comunicará à repartição competente da Fazenda Pública, para fins de averbação no Registro da Dívida Ativa, a decisão final, transitada em julgado, que der por improcedente a execução, total ou parcialmente.* ***Destaques nossos:*** Deve ser consignado, posto que relevante, que a ASSIST já obteve êxito em alguns dos Embargos à Execução interpostos, nos quais o c. Magistrado, em sua decisão, revelou seu absoluto convencimento com relação aos fundamentos e dispositivos da defesa da Associação, tendo julgado procedentes os pedidos requeridos nos embargos, anulando os autos de infração autuados pela ANS. Estas decisões já foram confirmadas pelo Tribunal e a ASSIST vai levantar os valores depositados em juízo. Em vista destas razões, torna-se crível e razoável a análise dos técnicos, especializados e operadores do Direito, quando afirmam, inspirados no exercício do reconhecimento do bom direito e na certeza da boa atuação e competência dos juristas do Poder Judiciário, ser remota a possibilidade de perda para a Associação de Classe.

11. Patrimônio Líquido: O patrimônio social (associativo) da Entidade, que não tem fins lucrativos, representa os valores dos resultados superavitários ou deficitários de sua atividade associativa. Em 31/dez/2020 o saldo é de R$25.314.596,66 (31/dez/2019 - R$15.963.674,67).

12. Despesas Administrativas

	Exercícios 2020	2019
Pessoal	9.683.551,89	10.311.962,98
Serviços de Terceiros (i)	2.025.138,62	2.073.045,21
Localização e Funcionamento (ii)	2.920.629,02	3.489.629,60
Tributos (iii)	166.445,13	159.739,23
Outras	228.495,62	293.746,50
Total	**15.024.260,28**	**16.328.123,52**

(i) Serviços advocatícios e de consultoria, entre outros; (ii) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, segurança etc.; (iii) Impostos e contribuições, exceto aqueles diretamente calculados sobre salários. Sobre faturamento e lucro não ocorrem, uma vez que a associação não tem fins lucrativos.

13. Outras Receitas (com repasse, através de pagamento de fatura coletiva, para Operadora contratada) e Despesas Operacionais

Outras Despesas	Exercícios 2020	2019
Despesas com Planos Coletivos contratados pela Associação, na qualidade de Associação Contratante em favor dos seus filiados, no exercício da representatividade coletiva do Quadro Associativo, de Assistência à Saúde (i)	(1.018.456,92)	(970.283,43)
Despesas não relacionadas com Planos de Saúde	(46.492.920,51	(42.031.976,13)
Subtotal	**(47.511.377,43)**	**(43.002.259,56)**
Outras Receitas		
Receita (recolhimento para repasse) com Prestação de Serviços à Saúde por Operadora contratada pela Associação, na qualidade de Associação Contratante, em favor dos seus filiados, no exercício da representatividade coletiva do Quadro Associativo (opcional) (i)	42.370.948,44	36.432.372,31
Subtotal	**42.370.948,44**	**36.432.372,31**
Total	**(5.140.428,99)**	**(6.569.887,25)**

(i) Valores referem-se basicamente à participação da ASSIST, na qualidade de Contratante, tomadora dos serviços em favor dos associados optantes, com relação ao recolhimento dos valores para integralização da quantia para pagamento da fatura coletiva do Plano Coletivo fornecido pela empresa contratada NotreDame Intermédica Sistema de Saúde S.A.; ou seja, recolhimento para repasse, em conformidade com a RN nº 195/2009 que, por sua vez, determina que a Contratante, neste caso a ASSIST, é quem tem que encaminhar a cobrança e não a operadora, e seguro de vida, na qualidade de Associação que figura como estipulante, em favor de seu Quadro Associativo (através de Regulamento Coletivo), disponibilizado aos associados.

14. Resultado Financeiro Líquido

	Exercícios 2020	2019
Despesas com Aplic. Financeiras (perdas)	(33.412,34)	(3.603,16)
IR e IOF sobre rendimentos de aplic. financeiras e outras despesas	(53.831,94)	(163.345,62)
Subtotal	(87.244,28)	(166.948,78)
Receitas de Aplicações Financeiras	253.488,07	636.025,33
Receitas de Assistência à Saúde	242.939,25	201.029,86
Outras Receitas Financeiras	172.378,14	216.350,05
Subtotal	**668.805,46**	**1.053.405,24**
Total	**581.561,18**	**886.456,46**

15. Conciliação do Fluxo de Caixa Método Indireto

CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Exercícios 2020	2019
Resultado do Exercício	**9.350.921,99**	**2.397.614,26**
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e Amortizações	279.975,56	275.277,30
Provisão (reversão) Perdas sobre Créditos	980.643,63	974.616,04
Provisões Técnicas	(289.845,12)	262.982,15
Provisão (reversão) Contingências	(1.100,00)	(900,00)
Soma	**969.674,07**	**1.511.975,49**
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Variação das contas dos grupos do ativo	(10.741.876,17)	(6.826.552,43)
Variação das contas dos grupos do passivo	470.479,59	3.032.441,86
CAIXA GERADO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	**49.199,48**	**115.479,18**

16. Impactos da COVID-19: É cediço que, desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID - 19 (causada pelo vírus SARS-COV-2 ou novo Coronavírus), tendo sido reconhecida e classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS. As variadas repercussões e consequências vão além da crise na saúde pública, dos fatos e registros de infectados, curados e dos lamentáveis e tristes registros de óbitos, considerando que, também a economia do país vem sofrendo perdas e, com isso, toda a sociedade vem vivendo este impacto/prejuízo. Sabido é, também, que pessoas perderam seus entes queridos (parentes e familiares, amigos, vizinhos) empregos, trabalhos, moradias. Enfim, todos tiveram e ainda estão criando formas e alternativas de sobreviver a esta pandemia. A ASSIST sentiu o reflexo desta crise em suas atividades associativas, pois a maioria de suas atividades era realizada na modalidade presencial e a disponibilidade das assistências não poderiam (e ainda não podem) ser interrompidas. Neste contexto, a ASSIST mobilizou toda sua estrutura para continuar cumprindo com as finalidades associativas e os benefícios continuam sendo disponibilizados na forma presencial com estrito atendimento de todas as recomendações das medidas sanitárias bem como com o atendimento das normas das Autoridades Públicas e, também, na forma virtual. Apesar de não fazer parte do rol taxativo de cobertura a internação/atendimento hospitalar e/ou em ambiente hospitalar (PA, PS, CTI e UTI), posto ser o rol de cobertura do Benefício Coletivo Médico disponibilizado, sem precificação, pela ASSIST exclusivamente AMBULATORIAL e ANTERIOR À lei nº 9.656/98, cadastrado no SCPA da ANS e a ASSIST não ter sido impactada com este tipo de atendimento, a Associação foi atingida com outros impactos, como, por exemplo, nas consultas, exames e procedimentos previstos, o aumento considerável de utilização na Assistência Funeral, no Benefício Jurídico, no Benefício Serviço Social etc. A Entidade está mantendo suas relações e honrando seus compromissos com seus colaboradores internos e externos, parceiros etc. A ASSIST criou novas formas alternativas para não interromper a disponibilidade de seus Benefícios e Programas. As atividades Associativas não pararam, mesmo com a pandemia, pois a Beneficência colocada à disposição do Quadro Associativo tem que ser voltada ao cumprimento das finalidades associativas e estas estão vinculadas aos direitos sociais, para ações solidárias, para a prática de atividades de assistência social, sendo este o momento em que a sociedade está necessitando de assistência, pois os efeitos produzidos pelas ações de combate à disseminação da doença atingiram também a economia do País, causando instabilidade e insegurança nas relações, desemprego, alteração nas modalidades de trabalho e emprego etc. Nessa toada, a ASSIST não deixou de exercer seu papel como Entidade do 3º Setor, de utilidade pública e de representatividade e presentatividade de todos os seus membros formadores da pessoa jurídica e não só de seus filiados dirigentes e todo seu Quadro Associativo, tendo continuado com a disponibilidade da Beneficência e conseguindo atender, nos limites de suas finalidades associativas e rol de cobertura de seus Benefícios, às necessidades de seus Filiados e respectivos Beneficiários.

17. Teste de Adequação do Passivo – TAP: A entidade não realizou o Teste de Adequação do Passivo – TAP conforme exigido pela RN nº 435/2018 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS pois não é enquadrada como Empresa (Associação) de Grande Porte.

18. Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações - PIC: A entidade iniciará a observância e contabilização, se devido e no que couber, da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações – PIC, conforme exigido pela RN nº 442/2018 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a partir de janeiro de 2021.

19. Capital Regulatório: O Capital Regulatório é o limite mínimo do patrimônio líquido ajustado que a entidade deve reservar para mitigar a possibilidade de sua insolvência. A partir da publicação da RN nº 451 de 06 de março de 2020, a entidade pode optar pelo novo modelo de Capital Regulatório, que é calculado a partir do seu próprio risco, ou permanecer no atual modelo de margem de solvência, que leva em consideração apenas seu volume de contraprestações e eventos. Para o exercício de 2020, a entidade optou em permanecer no atual modelo de margem de solvência, o qual é suficiente para atender as exigências vigentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Geraldo da Costa Leite Diretor-Presidente	Maria Fernanda da Silva Souza Téc. Contabilidade - CRC RJ 115615/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Associados da **ASSIST - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO -** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSIST - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSIST - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor:** A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles imernos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião, O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representaç.ões falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações fe itas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito.entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 04 de março de 2021. GRUNITZKY - Auditores Independentes S/S - CRC-PR Nº 4552/O-5 S/RJ; Ricardo Luiz Martins - CRC-RS nº 036.460/O-8 T/PR S/RJ.

PARECER ATUARIAL SOBRE AS PROVISÕES TÉCNICAS CONSTANTES NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro/RJ. 1- Examinamos as demonstrações financeiras da Operadora Associação dos Servidores Municipais, Estaduais e Federais do Rio de Janeiro, CNPJ 29.167.970/0001-68, Registro na ANS 30.902-8, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compreendidas por: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício. Nossa responsabilidade é de validar os valores das provisões técnicas atuariais contidas nessas demonstrações financeiras, calculadas com base em Nota Técnica Atuarial de Provisão – NTAP, em cumprimento ao anexo I, capítulo I, item 6.3.11 da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS nº 435/18 e suas alterações. 2- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Técnicas Atuariais aplicáveis à Operadora, assim definidas pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e ANS, restritos a: (a) avaliação dos procedimentos atuariais; e (b) análise do cumprimento da Resolução Normativa da ANS nº 393/15 e suas alterações, no que tange à constituição das provisões técnicas consubstanciadas em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP. 3- A Operadora possui Nota Técnica Atuarial de Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) – Outros Prestadores comunicada à ANS por meio da documentação enviada em 24/03/2016. O montante integral apurado em 31 de dezembro de 2020 para a PEONA é de R$ 762.394,69. 4- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente o registro do valor da provisão técnica: Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) – Outros Prestadores calculado e informado à Operadora. Belo Horizonte, 11 de março de 2021. Beatriz Resende Rios da Mata - MIBA 1.474 - Plurall Soluções e Estratégias em Saúde Suplementar Ltda. - CIBA 83.

Três perguntas: criptomoedas, parte 4 – as stablecoins

Por Jorge Priori

Uma das principais características das criptomoedas é a volatilidade. Os movimentos de valorização e desvalorização podem ser rápidos e agressivos. As stablecoins foram criadas justamente para se ter previsibilidade de comportamento. Moedas digitais como o Tether, lastreada em dólar, ou CryptoBRL, lastreada em reais, não vão oscilar como o bitcoin, ether ou BNB, o que diminui os movimentos especulativos. Em compensação, isso permite que elas tenham outras utilidades.

Para que possamos conhecer um pouco mais sobre as stablecoins, vamos conversar com Ney Pimenta, CEO da Bitpreço, primeiro marketplace de criptomoedas da América Latina, sobre o que são essas moedas digitais, seus mecanismos de valorização e suas utilidades.

O que são as stablecoins?

As stablecoins são criptomoedas estáveis. Ao contrário das outras moedas digitais, cujos valores oscilam bastante, elas têm por objetivo proteger seu titular dessas oscilações. As stablecoins são lastreadas em moedas estatais como dólar, euro ou real. Uma das mais usadas é a CryptoBRL, ou cBRL, lastreada em reais. Assim, para cada stablecoin colocada no mercado, existe um valor equivalente guardado num banco ou através de alguma outra forma de lastro. No caso da CryptoBRL, um usuário pode a qualquer momento trocá-la por R$ 1,00 e utilizar os recursos. Isso pode ser feito justamente para que uma pessoa possa usar todo o potencial de uma criptomoeda com a tranquilidade de ter um valor constante e estável de acordo com a moeda de cada país.

O Tether, lançada em 2014, foi a primeira stablecoin. Lastreada em dólar, seu volume de negociações foi crescendo aos poucos. No final de 2019, ela se tornou a criptomoeda mais utilizada do mundo. Em março de 2020, no crash do início da pandemia, ela cresceu exponencialmente, passando de um market cap de US$ 5 bilhões para US$ 20 bilhões. Isso aconteceu porque naquele momento notou-se que era muito interessante ter uma criptomoeda com valor estável. Desde então, o crescimento foi muito acelerado e, atualmente, o Tether possui uma movimentação diária superior ao bitcoin.

As stablecoins possuem mecanismos de valorização?

Como é de se esperar numa moeda estável, os mecanismos de valorização são muito pequenos e sutis, pois o valor sempre vai oscilar em torno do seu lastro. Podem ocorrer movimentos de valorização e desvalorização, mas isso é na ordem de décimos de centavos. No caso do Tether, o que gera esses movimentos são momentos em que o mercado está comprando ou vendendo mais essa stablecoin.

Quais são as utilidades das stablecoins?

As utilidades são infindáveis, sendo limitadas pela criatividade. A utilidade mais óbvia das stablecoins é a realização de transferências em reais ou dólares para qualquer lugar do mundo sem depender de banco, horário ou quantidade.

As stablecoins servem como par de negociação de criptomoedas em geral. Uma pessoa pode utilizar uma exchange que está fora dos Estados Unidos ou do Brasil, como, por exemplo, na Estônia, e trocar bitcoins por criptomoedas que valem um real ou um dólar, não importando o local onde essa exchange está situada. Elas também são a porta de entrada para negociação de moedas, seja numa exchange que esteja fora do Brasil ou uma exchange descentralizada que funcione numa blockchain como a Ethereum. Elas permitem que se troque dinheiro em espécie por uma determinada stablecoin e com isso se possa negociar outras criptomoedas no mundo virtual.

As stablecoins podem ser utilizadas para proteção. Uma pessoa pode ter muitas criptomoedas em uma determinada exchange e acreditar que o bitcoin vai se desvalorizar, puxando as outras criptomoedas. Para se proteger, essa pessoa troca seus bitcoins por uma stablecoin de dólar. Elas também podem ser utilizadas em serviços de empréstimos. Uma pessoa pode usar uma CryptoBRL, emitida por um sistema descentralizado com uma garantia em bitcoins, e enviá-la para o Alterbank (atualmente se chama Alter) para realização de compras no meu cartão Visa. As stablecoins fazem a ligação do mundo virtual das criptomoedas com o mundo real. Detalhe: esses empréstimos são feitos sem a intermediação humana, já que ele é feito diretamente pela blockchain.

SMARTCOAT - ENGENHARIA EM REVESTIMENTOS S/A

CNPJ/MF nº 09.122.486/0001-05

Relatório da Diretoria: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2020. Ficamos ao inteiro dispor, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Rio de Janeiro, 31/03/2021.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		**50.768**	**46.261**
Circulante		**18.104**	**20.129**
Caixa e equivalentes de caixa	1	1.299	2.303
Contas a receber	2	7.668	8.280
Estoques		231	28
Créditos com funcionários		224	156
Tributos a recuperar	3	7.140	7.946
Despesas antecipadas		1.538	1.381
Outros ativos circulantes		4	35
Não Circulante		**32.664**	**26.132**
Tributos a recuperar		54	-
Tributos diferidos	5	15.553	6.329
Partes relacionadas		2.656	2.656
Depósitos judiciais		113	95
Imobilizado e intangível	4	14.288	17.052

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo e Patrimônio Líquido		**50.768**	**46.261**
Circulante		**7.203**	**22.430**
Fornecedores		2.149	4.629
Empréstimos e financiamentos		657	4.027
Instrumento derivativo financeiro (Swap)		-	282
Arrendamento a pagar - Direito de uso (CPC 06 - R3)		640	541
Contas a pagar - intercompany		29	-
Salários e Encargos Sociais		2.977	4.181
Tributos a Pagar		330	250
Mútuo a pagar - membros da administração		-	6.805
Provisões		419	387
Outros Passivos		2	1.328
Não Circulante		**51.115**	**29.398**
Fornecedores		-	144
Empréstimos e financiamentos		1.149	1.505
Arrendamento a pagar - Direito de uso (CPC 06 - R3)		1.751	2.130
Mutuo a pagar - intercompany		47.033	24.788
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas		1.182	831
Patrimônio Líquido		**(7.550)**	**(5.567)**
Capital social	6	16.610	16.610
Prejuízos acumulados		(24.160)	(22.177)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2020 Acumulado	31/12/2019 Acumulado
Receita líquida de vendas e serviços	30.521	65.831
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(30.763)	(65.865)
Lucro bruto	**(242)**	**(34)**
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(5.944)	(8.814)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**(6.186)**	**(8.848)**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	699	924
Despesas financeiras	(5.720)	(6.165)
Prejuízos (Lucro) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(11.207)**	**(14.089)**
Diferidos	9.224	(2.606)
Lucro (prejuízo) Líquido do período	(1.983)	(16.695)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros líquidos (prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2018	**16.610**	**(5.482)**	**11.128**
Prejuízo líquido do período	-	(16.695)	**(16.695)**
Saldos em 31/12/2019	**16.610**	**(22.177)**	**(5.567)**
Prejuízo líquido do período	-	(1.983)	**(1.983)**
Saldos em 31/12/2020	**16.610**	**(24.160)**	**(7.550)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2020 E 2019 (Em milhares de reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes dos impostos	**(11.207)**	**(14.089)**
Ajustes:		
Depreciação e amortização	3.962	3.326
Perda (ganho) na baixa de imobilizados e intangíveis	283	38
Juros, variação monetária sobre empréstimos e arrendamentos, atualização de derivativos	1.196	858
Encargos arrendamento mercantil	222	193
Provisão para riscos	351	406
(Reversão) Provisão para devedores duvidosos	435	(893)
Variação nos ativos e passivos:		
Contas a receber	177	6.063
Estoque	(203)	(28)
Tributos a recuperar	751	(663)
Outros ativos e despesas antecipadas	(211)	1.401
Fornecedores	(2.625)	8
Salários e encargos sociais	(1.204)	(3.139)
Tributos a pagar	80	133
Outros passivos	(1.264)	(234)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades Operacionais	(9.257)	(6.620)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Resgate/(aquisição) de titulos e valores mobiliários	-	46
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.264)	(3.742)
Caixa recebido na venda de imobilizado	-	59
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimentos	(1.264)	(3.637)
Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades de Financiamento		
Captação de empréstimos	-	4.919
Amortização de empréstimos	(4.853)	(14.417)
Operação de duplicatas descontadas	(4)	(3.405)
Amortização arrendamento mercantil	(718)	(666)
Juros pagos	(259)	(939)
Amortização de swap	(89)	(128)
Mútuo a receber	-	245
Mútuo a pagar	15.440	26.650
Caixa Líquido Aplicado na Atividade de Financiamento	9.517	12.259
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa, Líquido	(1.004)	2.001
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	2.303	302
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	1.299	2.303

NOTAS EXPLICATIVAS

A Smartcoat Serviços em Revestimentos S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 10/2007, controlada pela Priner Serviços Industriais S.A.. Sua principal atividade refere-se à prestação de serviços on-shore e off-shore na preparação de superfície e pintura de plataformas marítimas. **Principais Práticas Contábeis**: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a legislação vigente para as S.A. As principais práticas estão resumidas a seguir: **Nota 1:** Caixa e equivalente de caixa: São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras com risco insignificante em seu valor de mercado **Nota 2**: Contas a Receber: São registrados pelo valor dos serviços prestados, ajustado pelo valor presente quando aplicável e líquido da provisão para redução ao valor recuperável. **Nota 3**: Impostos a recuperar: Impostos oriundos de retenção na fonte de impostos e créditos de Saldo Negativo do Imposto de Renda e Base Negativa da CSLL. **Nota 4**: Imobilizado: Demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação e de provisões para redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são reconhecidos no resultado. As melhorias são incorporadas ao custo de aquisição e a depreciação é calculada de forma linear à taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. **Nota 5**: Tributos diferidos: Impostos diferidos ref. às provisões representando adições temporárias na apuração do IR e CS e o reconhecimento em relação aos prejuízos fiscais. **Nota 6**: Capital Social: Capital Social composto pela emissão de 26.700 milhões de ações, totalmente integralizadas, dividido em 20.025 milhões de ações ON e 6.675 milhões de ações PN.

Diretoria: Tulio Cintra / Luiz Antonio Angélica
Juciléa S. D. Carollo - Contadora - CRC RJ 055206/0-8

SHL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 40.334.666/0001-09

Senhores Acionistas, cumprindo disposições legais e estatutárias, apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras da SHL Participações S/A., relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, e colocamo-nos à disposição de V.Sas. para qualquer esclarecimento que se faça necessário. Rio de Janeiro - RJ, 15 de março de 2021. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2020 e 2019 (Em R$)

Ativo	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante	**9.056.274**	**7.220.663**
Caixa e equivalentes de caixa	**1.480.933**	**1.601.898**
Caixa	162	72
Bancos	157.520	882.380
Aplicações financeiras	1.323.251	719.446
Clientes shopping	5.624.652	3.997.625
Empréstimos	902.771	1.018.233
C/C administração shopping	1.047.918	602.907
Ativo não-circulante	**50.299.211**	**54.150.741**
Realizável a longo prazo	**545.585**	**546.710**
Depósitos judiciais	545.585	546.710
Imobilizado Líquido - item 4	**49.753.626**	**53.604.031**
Total do ativo	**59.355.485**	**61.371.404**

Passivo	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante	**4.153.804**	**6.614.225**
Fornecedores	10.731	125.920
Obrigações sociais e trabalhistas	1.129	4.825
Impostos e contribuições	1.362.634	1.419.691
Dividendos a pagar	2.555.846	4.836.988
Cessão de direitos - CDU	124.885	128.222
Outros credores	98.579	98.579
Patrimônio líquido	**55.201.681**	**54.757.179**
Capital social - item 5	46.927.599	46.927.599
Reserva de lucros	8.274.082	7.829.580
Resultado do exercício	8.890.043	16.577.251
Provisão reserva legal	(444.502)	(828.863)
Provisão de dividendos	**(8.445.541)**	**(15.748.388)**
Total do passivo	**59.355.485**	**61.371.404**

Demontração de Resultado em 31/12/2020 e 2019 (Em R$)

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional	**16.152.852**	**25.382.223**
- Receitas operacionais	16.764.775	26.324.535
- Impostos	(611.923)	(942.312)
Custos operacionais	**(3.874.795)**	**(3.698.240)**
- Depreciações e amortizações	(3.874.795)	(3.698.240)
Lucro bruto	**12.278.057**	**21.683.983**
Despesas e receitas operacionais	**(3.521.448)**	**(5.307.257)**
Despesas administrativas	(1.512.051)	(2.308.633)
- Despesas tributárias	(1.966.590)	(3.008.611)
- Depreciações e amortizações	(43.054)	(41.715)
- Outras receitas/(despesas)	247	51.702
Resultado líquido financeiro	**133.434**	**200.525**
- Despesas financeiras	(8.481)	(183.005)
- Receitas financeiras	141.915	383.530
Resultado operacional	**8.890.043**	**16.577.251**
Resultado do exercício	**8.890.043**	**16.577.251**
Resultado por ação - (Em R$ 1,00)	0,1555	0,2900

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 e 2019 (Em R$)

1) Contexto Operacional: A sociedade foi constituida em 28 de outubro de 1991, tendo seus atos constitucionais sido alterados e registrado na JUCERJA sob nº 33300299467 em 01 de setembro de 2011, como objetivo social da empresa, explorar por meio de um condomínio "pro indiviso", o Setor de Shopping do Shopping Leblon, devidamente descrito no memorial de incorporação daquela edificação, arquivado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro sob o nº R-13 da matrícula nº 81.631, incluindo respectivas benfeitorias, frações ideais de terreno, vagas de garagem e partes comuns do Shopping. **2) Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, constantes da lei nº 6.404/76 com as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, no que forem aplicáveis. **3) Princípios e Práticas Contábeis:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. a) Aplicações Financeiras: São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor do mercado. b) Demais ativos e passivos sujeitos à atualização monetária: Foram atualizados de acordo com cláusulas contratuais, com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados nas datas dos balanços. c) Imobilizado: As contas do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição. As depreciações e amortizações sobre o custo, foram calculados pelo método linear as taxas permitidas pela legislação fiscal, considerando-se a vida útil do bem e estão absorvidas diretamente no resultado.

4) Imobilizado	31/12/2020	31/12/2019
Imóveis de renda	79.731.401	79.667.527
Instalações	9.218	9.218
Móveis e utensílios	244.293	240.723
Máquinas e equipamentos	177.327	177.327
Imobilizado - Custo	**80.162.239**	**80.094.795**
(-) Depreciação acumulada	(0.408.613)	(26.490.764)
Imobilizado - Líquido	**49.753.626**	**53.604.031**

Demontração das Mutações do Patrimônio líquido (Em R$)

	Capital Social	Resevas de Lucros	Resultados Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2018	**43.087.599**	**5.090.717**	**-**	**48.178.316**
Aumento de capital	3.840.000	-	-	3.840.000
Baixa reserva legal	-	(5.090.000)	-	(5.090.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	16.577.251	16.577.251
Provisão reserva de capital	-	7.000.000	-	7.000.000
Provisão reserva legal	-	828.863	(828.863)	-
Provisão de dividendos	-	-	(15.748.388)	(15.748.388)
Saldo em 31/12/2019	**46.927.599**	**7.829.580**	**-**	**54.757.179**
Resultado líquido do exercício	-	-	8.890.043	8.890.043
Provisão reserva legal	-	444.502	(444.502)	-
Provisão de dividendos	-	-	**(8.445.541)**	**(8.445.541)**
Saldo em 31/12/2020	**46.927.599**	**8.274.082**	**-**	**55.201.681**

5) Capital Social: O capital social autorizado, em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 46.927.599 (Quarenta e seis milhões, novecentos e vinte e sete mil e quinhentos e noventa e nove reais), sendo representado por 57.163.527 ações ordinárias nominativas sem valor nominal:

Quantidade de Ações Subscritas e Integralizadas

Tipo de Ações	31/12/2020	31/12/2019
Ordinárias nominativas	57.163.527	57.163.527

Demontração dos Fluxos de Caixa em 31/12/ 2020 e 2019 (Em R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Das atividades	**8.890.043**	**16.577.251**
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	8.890.043	16.577.251
Operações que não representam saídas (entrada) de caixa	**3.917.849**	**3.739.955**
Depreciações e amortizações	3.917.849	3.739.955
De contas do ativo e passivo	**(2.250.190)**	**(2.522.520)**
(Aumento)/redução em clientes	(1.627.027)	148.117
(Aumento)/redução em outros ativos	(443.886)	(255.787)
Aumento/(redução) em fornecedores	(115.188)	1.602
Aumento/(redução) em obrigações sociais e trabalhistas	(3.696)	3.669
Aumento/(redução) em impostos e contribuições	(57.056)	(31.597)
Aumento/(redução) em outros passivos	(3.337)	(2.388.524)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**10.557.702**	**17.794.686**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aumento)/redução em imobilizado	(67.444)	(3.816.830)
Caixa líquido aplicados nas atividades De investimentos	**(67.444)**	**(3.816.830)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação/(líquidação) de empréstimos e financiamentos	115.462	(441.830)
Pagamento de dividendos	(10.726.685)	(12.731.000)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos	**(10.611.223)**	**(13.172.830)**
Aumento (redução) liquido de caixa e equivalente de caixa	**(120.965)**	**805.026**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.601.898	796.872
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.480.933	1.601.898
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**(120.965)**	**805.026**

ASSINATURAS

Creston Fernandes - Diretor
Alexandre Ferreira Novello - Diretor
Isabel Ferraz Magalhães - Diretora
Joelson Antonio Augusto - Contador - CRC-RJ 067164/O-9

JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 33.035.536/0001-00

www.joaofortes.com.br

JOÃO FORTES - RESULTADOS DE 2020

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: O ano de 2020 apresentou diversas dificuldades para a João Fortes. O grande volume de distratos e a escassez de linhas de crédito geraram falta de caixa para honrar nossos pagamentos do dia-a-dia. A cada dia nossos passivos cresciam, o número de penhoras nas unidades imobiliárias aumentava e os bloqueios judiciais nas contas correntes criavam enormes desafios para a gestão financeira da Companhia. Em março todo o país foi afetado pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e com esse novo cenário a Companhia, juntamente com outras 62 empresas do Grupo, apresentou à Justiça um pedido de Recuperação Judicial, o qual foi aceito pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, dando à Companhia a proteção necessária para apresentação e negociação de um Plano de Recuperação Judicial que permita o pagamento de suas dívidas e manutenção da atividade econômica da Companhia. É importante ressaltar que o foco desse processo é o pagamento dos credores de modo a permitir a preservação da João Fortes, através de uma negociação coletiva. Essa foi a melhor solução que encontramos para reestruturar as dívidas e permitir que sigamos nossas atividades operacionais normalmente, vendendo e entregando unidades, atendendo os clientes, realizando pagamentos e estruturando caminhos para finalizar as obras em andamento. Nos primeiros meses da pandemia, com o isolamento e demais impactos das restrições sanitárias colocadas pelo Poder Público, houve uma esperada diminuição nas vendas. Com isso, foi necessário adequar a estrutura organizacional da Companhia, gerando uma redução das despesas administrativas em 25%. Após esse período de adaptação, a Companhia voltou a vender e com suas vendas conseguiu manter as atividades operacionais dentro das expectativas. O foco da administração é aprovar o plano de Recuperação Judicial. O Plano de Recuperação Judicial é a solução de longo prazo para a Companhia. No curto prazo a Companhia busca fortalecer seu caixa com a negociação de seus ativos disponíveis e busca de novas linhas de financiamento para capital de giro e para as obras em andamento. Para o ano de 2021, com o avanço da vacinação e imunização da população, com a consequente retomada da economia, a João Fortes, após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, estará em uma situação muito melhor do que estava no início do ano passado, e poderá, enfim, pagar seus credores, finalizar as obras em andamento, entregar as unidades aos adquirentes e pensar em novos lançamentos.
Administração da João Fortes EngenhariaAdministração da João Fortes Engenharia

Balanço Patrimonial Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo		Controladora		Consolidado	
Circulante	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.564	3.349	9.736	9.610
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	5.5	-	-	-	3
Contas a receber	7	21.966	24.610	152.912	160.761
Imóveis a comercializar	8	25.017	22.158	849.054	880.571
Valores a receber de partes relacionadas	16	-	34.014	187	34.264
Impostos e contribuições a compensar		3.188	3.335	9.302	9.264
Outros ativos	9	17.500	18.400	59.742	63.847
		71.235	105.866	1.080.933	1.158.320
Não circulante					
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	5.5	-	-	799	871
Contas a receber	7	4.183	5.165	21.606	25.153
Contas a receber por alienação de investimento		2.636	2.636	2.636	2.636
Imóveis a comercializar	8	20.114	9.205	124.529	112.844
Valores a receber de partes relacionadas	16	301.296	330.215	991	815
Depositos judiciais	21	-	-	2.163	2.163
		328.229	347.221	152.724	144.482
Investimentos	10	732.484	755.384	3.138	4.931
Propriedades para investimento	11	-	-	17.004	17.464
Imobilizados	12	3.348	4.109	4.978	5.842
Intangíveis	13	444	328	21.596	21.480
		736.276	759.821	46.716	49.717
		1.064.505	1.107.042	199.440	194.199
Total do ativos		1.135.740	1.212.908	1.280.373	1.352.519
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	136.470	118.111	491.148	444.082
Debêntures	15	213.094	60.958	63.094	60.958
Fornecedores		17.557	15.434	65.931	59.233
Contas a pagar por aquisição de imóveis	17	54.200	43.296	73.136	63.777
Adiantamentos de clientes	18	-	-	19.151	20.728
Salários e encargos sociais		2.040	1.367	5.577	4.562
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	30.668	15.193
Demais tributos e contribuições a pagar	20	13.530	12.867	67.055	62.026
Valores a pagar para partes relacionadas	16	101.524	98.985	106.656	120.384
Provisão para garantia de obras	22	-	-	1.695	2.650
Programa de recuperação fiscal		-	-	490	599
Provisão para rescisões a pagar	23	9.264	7.129	213.818	201.578
Obrigação pela aquisição de direitos de uso		499	450	499	450
Outros passivos	25	5.311	5.415	28.232	28.240
		553.489	364.012	1.167.150	1.084.460
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	4.224	14.159	31.004	63.597
Debêntures	15	100.000	250.000	-	-
Valores a pagar para partes relacionadas	16	387.553	372.672	-	-
Contas a pagar por aquisição de imóveis	17	-	-	24.708	24.708
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	49.678	50.980	63.951	63.738
Demais contribuições sociais diferidas		1.187	1.269	4.806	3.666
Programa de Recuperação Fiscal		1.096	1.244	2.552	2.700
Provisão para contingências	21	19.316	19.950	114.465	116.999
Provisão para garantia de obras	22	-	-	2.852	4.431
Provisão para passivo a descoberto de controladas	10	339.830	295.212	3.225	3.118
Adiantamentos de clientes	18	-	-	2.529	2.588
Indenizações a pagar	24	26.703	21.589	313.233	265.114
Obrigação pela aquisição de direitos de uso		1.169	1.669	1.169	1.669
Outros passivos	25	-	-	5.394	5.357
		930.756	1.028.744	569.888	557.685
Passivo a Descoberto					
Capital social	27.1 / 27.2	2.103.387	2.103.387	2.103.387	2.103.387
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.011)	(1.011)	(1.011)	(1.011)
Prejuízos acumulados		(2.450.881)	(2.282.224)	(2.450.881)	(2.282.224)
		(348.505)	(179.848)	(348.505)	(179.848)
Participação dos não controladores		-	-	(108.160)	(109.778)
Total do passivo a descoberto		(348.505)	(179.848)	(456.665)	(289.626)
Total do passivo e do passivo a descoberto		1.135.740	1.212.908	1.280.373	1.352.519

As notas explicativas são partes integrantes das demostrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas da controladora						
Demonstração das mutações do (Passivo a Descoberto)	**Capital social**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Ações em tesouraria**	**Prejuízos acumulados**	**Total**	**Participação dos acionistas não controladores**	**Total do Patrimônio líquido/ (Passivo a Descoberto)**
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	2.103.387	(1.011)	(12.058)	(1.908.041)	182.277	(83.068)	99.209
Operações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(4.884)	(4.884)
Transação de Capital com os sócios							
Venda de ações em tesouraria	-	-	12.058	-	12.058	-	12.058
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(374.183)	(374.183)	(21.826)	(396.009)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.103.387	(1.011)	-	(2.282.224)	(179.848)	(109.778)	(289.626)
Operações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	3.904	3.904
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(168.657)	(168.657)	(2.286)	(170.943)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.103.387	(1.011)	-	(2.450.881)	(348.505)	(108.160)	(456.665)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

Demonstração do valores adicionados	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Receitas				
Incorporação, revenda de imóveis e prestação de serviços	(4.928)	2.674	32.420	182.444
Outras receitas operacionais	14	2.733	28.696	2.876
	(4.914)	5.407	61.116	185.320
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	2.380	(6.245)	(34.374)	(263.286)
Materiais, energias, serviços de terceiros e outros	(53.270)	(21.641)	(79.191)	(40.191)
Outras despesas operacionais	(6.237)	(26.006)	(71.948)	(66.660)
(Despesas) com provisões e reversão de provisões	634	(2.669)	5.353	(12.507)
	(56.493)	(56.561)	(180.160)	(382.644)
Valor Adicionado Bruto (negativo)	(61.407)	(51.154)	(119.044)	(197.324)
Retenções:				
Depreciação e amortização	(873)	(863)	(1.430)	(1.497)
Valor adicionado (Negativo) líquido produzido pela Companhia	(62.280)	(52.017)	(120.474)	(198.821)
Valor adicionado utilizado em transferência				
Perda de equivalência patrimonial	(83.279)	(291.997)	(7.296)	(63.941)
Receita financeiras	7.767	10.281	27.731	14.549
	(75.512)	(281.716)	20.435	(49.392)
Valor adicionado (negativo) total a distribuir	(137.792)	(333.733)	(100.039)	(248.213)
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	5.630	7.087	14.697	19.155
Honorários da administração	528	636	1.533	1.277
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(1.136)	(11.095)	17.987	3.061
Municipais	-	-	21	501
Remuneração capital de terceiros				
Juros	25.843	43.822	36.633	123.802
Aluguéis	-	-	33	-
Prejuízo Líquido do período	(168.657)	(374.183)	(170.943)	(396.009)
Valor adicionado distribuído	(137.792)	(333.733)	(100.039)	(248.213)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

Demonstrações dos resultados		Controladora		Consolidado	
Receitas e custos de atividade imobiliária	Notas	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Receita líquida das vendas e das prestações de serviços	29	(5.094)	3.057	28.984	174.756
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	29	2.240	(6.414)	(35.377)	(265.659)
Prejuízo bruto	29	(2.854)	(3.357)	(6.393)	(90.903)
Receitas (despesas/ perdas) operacionais					
Comerciais	30.1	(42.054)	(6.946)	(66.648)	(20.702)
Gerais e administrativas	30.2	(18.107)	(23.113)	(29.233)	(39.042)
Outras despesas operacionais	31	(5.603)	(28.675)	(66.596)	(79.169)
Outras receitas operacionais	31	14	2.733	28.696	2.876
Perdas de Equivalência patrimonial	10	(83.279)	(291.997)	(7.296)	(63.941)
		(149.029)	(347.998)	(141.077)	(199.978)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(151.883)	(351.355)	(147.470)	(290.881)
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	32	(25.843)	(43.822)	(36.633)	(123.802)
Receitas financeiras	32	7.767	10.281	27.731	14.549
	32	(18.076)	(33.541)	(8.902)	(109.253)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(169.959)	(384.896)	(156.372)	(400.134)
Imposto de renda e contribuição social					
Do exercício corrente	19.2	-	-	(14.660)	(7.890)
Diferidos	19.2	1.302	10.713	89	12.015
		1.302	10.713	(14.571)	4.125
Prejuízo líquido do exercício		(168.657)	(374.183)	(170.943)	(396.009)
Atribuível a					
Acionista Controlador da Companhia		(168.657)	(374.183)	(168.657)	(374.183)
Participação dos Acionistas não controladores		-	-	(2.286)	(21.826)
		(168.657)	(374.183)	(170.943)	(396.009)
Prejuízo líquido por ação (básico e diluído) do capital social	33	(1,6031)	(3,5567)		

As notas explicativas são partes integrantes das demostrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstração de Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

Demonstração dos resultados abrangentes	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Prejuízo líquido do exercício	(168.657)	(374.183)	(170.943)	(396.009)
Resultado abrangente total	(168.657)	(374.183)	(170.943)	(396.009)
Atribuível a				
Acionista Controlador da Companhia	(168.657)	(374.183)	(168.657)	(374.183)
Participação dos Acionistas não controladores	-	-	(2.286)	(21.826)
	(168.657)	(374.183)	(170.943)	(396.009)

As notas explicativas são partes integrantes das demostrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

Demonstração dos fluxo de caixa	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(169.959)	(384.896)	(156.372)	(400.134)
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa				
Depreciação e amortização	873	863	1.430	1.497
Reversão de provisão para contingências	(6.872)	(12.044)	(58.655)	(19.495)
Perda na equivalência patrimonial	83.279	291.997	7.296	63.941
Juros provisionados	14.997	41.922	38.163	150.517
Reversão de Pis e cofins diferidos	(82)	(647)	1.140	(681)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	22	302	(614)
Prejuízo líquido ajustado	(77.764)	(62.783)	(166.696)	(204.969)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	3.626	14.007	11.396	78.748
Imóveis a comercializar	(18.653)	(322)	19.832	321.165
Impostos e contribuições a compensar	147	2.573	(38)	2.379
Gastos com vendas a propriar	-	-	(99)	(142)
Outros ativos	724	15.144	4.204	15.849
Fornecedores	2.123	2.521	6.698	828
Contas a pagar por aquisição de imóveis	10.904	(48.133)	9.359	(57.246)
Salários e encargos sociais	673	1.007	1.015	2.460
Tributos a pagar	515	1.267	5.602	15.926
Provisões	8.373	15.940	53.587	30.808
Adiantamentos de clientes	-	-	(1.636)	(25)
Indenizações a pagar	4.614	3.790	59.859	9.881
Outros passivos	(55)	134	81	(3.356)
	(64.773)	(54.855)	3.164	212.306
Caixa utilizado nas operações				
Pagamento de juros dos empréstimos e financiamentos	(3.737)	(8.904)	(12.663)	(56.706)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(15)	(1.365)
Caixa (utilizado) gerado pelas atividades operacionais	(68.510)	(63.759)	(9.514)	154.235
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
(Aumento) / Redução dos investimentos	5.626	(152.916)	(5.396)	(62.662)
(Aumento) de bens do ativo imobilizado e do intangível	(228)	(2.715)	(222)	(2.729)
Ativos financeiros e instrumentos financeiros	-	-	72	3.641
Dividendos recebidos	24.626	672	-	-
Mútuos recebidos de controladas	19.350	138.539	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	49.374	(16.420)	(5.546)	(61.750)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
De terceiros				
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.744)	(62.573)	(9.642)	(156.041)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	607	600	607	1.064
Debêntures	-	10.000	-	10.000
Dos acionistas/partes relacionadas				
Venda de ações em tesouraria	-	12.058	-	12.058
Dividendos pagos	-	-	(7.100)	-
(Concessão) de empréstimos para outras partes relacionadas	20.488	119.469	27.417	39.195
Outros movimentos na participação de não controladores	-	-	3.904	(4.884)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	19.351	79.554	15.186	(98.608)
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	215	(625)	126	(6.123)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.349	3.974	9.610	15.733
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.564	3.349	9.736	9.610

As notas explicativas são partes integrantes das demostrações contábeis individuais e consolidadas

Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional. A João Fortes Engenharia S.A. é uma sociedade anônima constituída em 28 de setembro de 1957, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e filiais em Brasília e Salvador. A Companhia possui capital aberto desde 1973 e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA S.A. - sob o código JFEN3. A João Fortes Engenharia S.A. ("Companhia") tem como objetivo social: a) a indústria de construção civil; b) a elaboração de estudos e projetos de arquitetura e de engenharia civil, a execução de trabalhos e a prestação de quaisquer serviços de engenharia civil; c) a elaboração de estudos e projetos e a execução de serviços em geral de engenharia elétrica, engenharia hidráulica, de irrigação, de saneamento e de engenharia agronômica; d) as incorporações imobiliárias e a comercialização de imóveis; e) o planejamento, implantação e a comercialização de loteamentos, condomínios horizontais, residenciais, comerciais ou industriais; f) a administração e a locação de bens imóveis próprios; h) assunção de suas responsabilidades sociais e ambientais diante da sociedade e de seu público alvo; e i) tudo o mais que se fizer necessário para perfeita realização dos referidos objetivos. As sociedades controladas, criadas com o propósito específico de desenvolver o empreendimento, de forma isolada ou em conjunto com outros parceiros, em sua maioria, compartilham as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia. A deterioração do ambiente de negócios e a situação política e econômica vivida pelo país, caracterizados por alta de juros, aliados à queda na atividade econômica e o baixo nível de investimento, são fatores que contribuíram para queda nas vendas e aumento de distratos, levando a uma elevação das despesas financeiras e do fluxo de caixa requerido ao serviço da dívida. Consequentemente, a Companhia apresentou prejuízo de R$168.657 mil na controladora e R$170.943 mil no consolidado no exercício findo em 31/12/2020 (R$374.183 mil na controladora e R$396.009 mil no consolidado 31/12/2019). Como consequência dos fatores acima mencionados, a Companhia apresenta um capital circulante líquido e um patrimônio líquido negativo (Passivo a descoberto). Portanto, com o objetivo de readequar a estrutura de capital, equilibrando os passivos com os ativos disponíveis, tanto no curto quanto no longo prazo, no dia 27/04/2020, a Companhia entrou com um pedido de Recuperação judicial (RJ) que foi deferido no dia 11/05/2020. Os passivos incluídos na Recuperação Judicial (RJ) serão reestruturados, com novos prazos e condições de pagamento, de acordo com o plano de recuperação judicial, que será votado em assembleia geral de credores, oportunamente, em data a ser definida pelo juiz. Vide nota 1.2, referente ao processo de RJ da Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 31 de março de 2021. **1.1. Coronavírus– COVID-19.** No trimestre findo em 31/03/2020, especificamente a partir do mês de março/2020 foram sentidos os primeiros impactos da pandemia da COVID19, mantendo-se em escala crescente no 2º trimestre, haja vista a restrição quanto a circulação de pessoas e ao fechamento de estabelecimentos comerciais e de outras atividades correlatas. Essa pandemia está presente no ambiente social e empresarial até a data de emissão desse relatório de auditoria sobre as demonstrações financeira anuais da Companhia do exercício findo em 31/12/2020. Portanto, no período entre dezembro/2020 e o dia 29/03/2021, data da apresentação ao mercado das nossas demonstrações financeiras, a Companhia vem adotando medidas de segurança para enfrentamento dessa pandemia, mediante o distanciamento com a adoção do trabalho em casa (home office) principalmente em relação ao pessoal administrativo e comercial e com orientação e/ou o fornecimento de equipamentos de segurança adequados para os seus colaboradores e terceiros. Especificamente, a partir do mês de maio de 2020 a Companhia optou pela redução de jornada de trabalho em 25% com redução proporcional de salários, para todos os colaboradores, conforme prevê a Medida Provisória 936/2020 (MP 936/20). A adoção desta estratégia conservadora tem como objetivo preservar ao máximo o caixa e o capital de giro da Companhia, mantendo os empregos e o funcionamento das suas atividades. Os efeitos relevantes da pandemia foram também por nós sentidos durante todo o exercício de 2020, dada a extensão no período de restrição de circulação e a consequente redução do nível de atividades. Apesar do cenário atual se mostrar mais desafiador e a Companhia ter sentido uma maior insegurança dos clientes quanto às decisões de compra de unidades imobiliárias e morosidade nos processos de repasses de financiamentos (em relação às análises jurídicas, às vistorias bancárias, à emissão de contratos e registros nos órgãos competentes), a administração ainda não observou outras mudanças significativas. Portanto, mesmo considerando o cenário de incertezas quanto à erradicação do surto pandêmico para a retomada normal das atividades e seu impacto negativo na economia do país, a administração avaliou os efeitos subsequentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2020, inclusive nas suas projeções de resultado e geração de caixa, aplicando a sua melhor estimativa, e concluiu que não há necessidade de contabilização de provisão para perdas adicionais às já realizadas nas mesmas. A Companhia seguirá monitorando a situação da pandemia para manter atualizadas as suas projeções de geração de resultados e correspondentes análises de eventuais efeitos nas suas informações financeiras. **1.2. Recuperação Judicial (RJ). 1.2.1. Contexto geral.** Em 27/04/2020, a Companhia ajuizou, em conjunto com parte de suas sociedades controladas, pedido de recuperação judicial (RJ) perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, conforme aprovado pelo seu Conselho de Administração e encaminhado para referendo da Assembleia de Acionistas. No total, 63 controladas e coligadas entraram com o pedido de RJ. Com isso, não estão incluídas na abrangência do pedido da RJ 18 controladas e coligadas. O objetivo do pedido de RJ, de acordo com o próprio artigo 47 da Lei nº 11.101/05, é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica". Para tal objetivo, a RJ prevê, entre outras disposições, a renegociação de suas obrigações em aberto. O referido pedido da RJ foi deferido em 11/05/2020 e o edital para dar conhecimento aos credores do deferimento do citado pedido de RJ, assim como sobre as dívidas listadas se deu em 30/06/2020. O prazo para apresentação de petições administrativas de credores para habilitações ou divergências de créditos sujeitos à RJ se encerrou em 15/07/2020. O citado plano de RJ foi protocolado em 27/07/2020, dentro do prazo de 60 dias da publicação da decisão de deferimento. Foram protocolados 9 planos de recuperação judicial, sendo 8 referentes à dívidas protegidas em empreendimentos com patrimônio afetado e 1 correspondente ao plano consolidado para as demais recuperandas e suas dívidas. Em 15/09/2020 foi publicado o plano de RJ supracitado, dando início ao prazo de objeções ao plano de RJ, e a 2ª relação de credores, elaborada pelo administrador judicial de acordo com sua análise a respeito das 991 habilitações e divergências apresentadas por eles até o dia 15/07/2020. Essa 2ª relação de credores contempla R$1.500.137 de créditos sujeitos à recuperação judicial (RJ), sendo R$1.472.199 com bancos (com e sem garantia real) e demais credores quirografários e/ou micro e pequenas empresas e R$27.938 no âmbito trabalhista da classe 1 da RJ. Com a mencionada publicação do plano de RJ, se deu início ao prazo de 10 dias, até 25/09/2020, para impugnações judiciais de crédito e ao prazo de objeções ao citado plano de RJ, que se encerrou em 10/10/2020. Sendo assim, as impugnações de crédito e objeção ao plano de RJ estão sendo analisadas à medida que a Companhia negocia com seus credores para a Assembleia Geral de Credores, que ainda não tem data determinada. **1.2.2. Valores envolvidos levantados na 2ª relação de credores pelo administrador judicial.** Em 31/12/2020, os passivos devidos pela Companhia, estão reconhecidos e mensurados contabilmente, conforme consta na 2ª relação de credores anteriormente mencionada, que totaliza R$1.500.137 de créditos sujeitos à sua recuperação judicial (RJ), sendo R$1.472.199 com bancos (com e sem garantia real) e demais credores quirografários e/ou micro e pequenas empresas e R$27.938 no âmbito trabalhista da classe 1 da RJ. Desse modo, especificamente a dívida bancária (inclui empréstimos/financiamentos e debêntures) da RJ está reconhecida e mensurada com base nessa solicitação ocorrida em 27/04/2020, levantada pelo administrador judicial que totaliza nessa data R$549.323. **1.3. Suspensão do Registro de Companhia Aberta na Comissão de Valores Mobiliários.** Em 14/07/2020, a Superintendência de Relações com Empresas– SEP/CVM, suspendeu o registro de Companhia aberta da João Fortes Engenharia S/A, por ter descumprido, por período superior a 12 (doze) meses, suas obrigações periódicas juntos à essa autarquia. Tal descumprimento, decorre da não entrega das nossas Informações Trimestrais - ITR referentes ao 1º trimestre findo em 31/03/2019. Enquanto nosso registro estiver suspenso, não podemos ter os valores mobiliários por nós emitidos admitidos à negociação em mercados regulamentados, quais sejam, balcão organizado, bolsa ou balcão não organizado. Compete-nos, reportar que as nossas informações contábeis trimestrais, devidamente revisadas por auditores independentes, do citado 1º trimestre/2019, bem como as dos demais trimestres- 2ºTRI e 3ºTRI de 2019 e do 1ºTRI, 2ºTRI e do 3ºTRI de 2020 e as nossas demonstrações financeiras anuais auditadas do exercício findo em 31/12/2019, já foram por nós protocoladas na CVM, respectivamente nas seguintes datas: 02/10/2020, 15/10/2020, 27/10/2020, 08/02/2021, 12/02/2021, 19/02/2021 e 25/02/2021. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis.** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Declaração de conformidade.**

JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 33.035.536/0001-00

www.joaofortes.com.br

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária do Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais consideram, adicionalmente, a orientação contida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP 02/2018 sobre aplicação CPC 47 (IFRS15) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil com referência aos aspectos de transferência de controle na venda de unidades imobiliárias. Essas práticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.2. Base de preparação das demonstrações financeiras.** Em 31 de março de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e autorizou sua divulgação. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo tendo como contrapartida o resultado do exercício. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes ao custo orçado total dos empreendimentos, seleção das vidas úteis dos ativos imobilizados e de intangíveis, além da determinação de provisões para tributos e contingências e outras similares, cujos resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº3. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. (i) *Demonstrações financeiras individuais.* As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "controladora", foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras individuais da Companhia não são consideradas em conformidade com o International Financial Reporting Standards (IFRS), uma vez que consideram a capitalização de juros sobre os ativos qualificáveis das investidas nas demonstrações financeiras da controladora. Pelo fato de não haver diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados da controladora e consolidado, a Companhia optou por apresentar essas informações individuais e consolidadas em um único conjunto. (ii) *Demonstrações financeiras consolidadas.* As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Especificamente as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da Administração da Companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de contratos com clientes (IFRS 15). **2.3. Consolidação.** (i) *Demonstrações financeiras consolidadas.* As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. a. *Controladas.* Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). Nas sociedades em que a Companhia detém menos de 50% do capital votante, acordos garantem à Companhia direito de veto em decisões que afetem significativamente os negócios da sociedade, garantindo-lhe o controle, as quais são consolidadas de forma integral à participação societária nessas sociedades. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. A Controladora usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios, são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Controladora reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial, anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas, quando existentes, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas e as suas demonstrações financeiras ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as políticas adotadas pela Controladora. b. *Transações e participações não controladoras.* A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações de participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido. Quando a Companhia deixar de ter o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. c. *Consolidação.* Na consolidação foram eliminadas as parcelas correspondentes aos saldos dos ativos e passivos, bem como as receitas e despesas decorrentes de transações entre as sociedades. Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas, quando existentes, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas e as suas demonstrações financeiras ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as políticas adotadas pela controladora. Para as sociedades controladas sob controle conjunto ("joint ventures"), as informações não são consolidadas, sendo os respectivos investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial. Diferenças de práticas contábeis entre as controladas e a controladora, quando aplicável, são ajustadas às práticas contábeis da controladora, para fins de registro do resultado de equivalência patrimonial na controladora, como também para fins de consolidação. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da João Fortes Engenharia S.A. e de suas sociedades controladas (individualmente ou criadas para propósitos específicos de administração de empreendimentos imobiliários), conforme detalhado na nota explicativa 10. (ii) *Demonstrações financeiras individuais.* Nas demonstrações financeiras individuais, preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.4. Apresentação de informação por segmento.** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. **2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Consolidado. **2.6. Caixa e equivalente de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com vencimentos não superiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **2.7. Ativo financeiro ao valor justo por meio de resultado.** (i) *Classificação.* A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. a. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.* Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos (passivos) circulantes. (ii) *Reconhecimento e mensuração.* As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra ou a melhor estimativa desse valor. As principais fontes de precificações são: ANBIMA, BMF&BOVESPA, CETIP S.A., SISBACEN e FGV. As operações compromissadas são operações com compromisso de revenda com vencimento em data futura, anterior ou igual à do vencimento dos títulos objeto da operação, valorizadas diariamente conforme a taxa de mercado da negociação da operação. (iii) *Compensação de instrumentos financeiros.* Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (iv) *Impairment de ativos financeiros.* A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. No caso específico do contas a receber de clientes, a administração considera como evidências objetivas a existência, por parte de clientes que firmaram contrato sem alienação fiduciária do imóvel e cujas unidades já tenham sido entregues, de parcelas vencidas há mais de 180 dias. Uma vez que a posse do imóvel pelo cliente somente é efetivada caso o mesmo esteja cumprindo com suas obrigações contratuais, não representando, dessa forma, evidência objetiva de impairment a existência de atrasos no contas a receber de unidades em construção ou de unidades entregues com alienação fiduciária. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.8. Contas a receber de clientes.** A comercialização das unidades é efetuada, substancialmente, durante as fases de lançamento e construção dos empreendimentos. As contas a receber de clientes, nesses casos, são constituídas aplicando-se o percentual encontrado da relação entre o custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno) e seu custo orçado total, sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas acumuladas a serem reconhecidas, sobre o qual se deduz as parcelas recebidas. Caso o montante das parcelas recebidas seja superior ao da receita acumulada reconhecida, o saldo é classificado como "Adiantamento de clientes", no passivo. Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Os juros e variação monetária, incidentes sobre as contas a receber de unidades concluídas, são apropriados ao resultado financeiro quando auferidos, obedecendo ao regime de competência. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e deduzidos da provisão de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, deduzidos das garantias reais. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil - INCC para a fase de construção do imóvel, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas, respectivamente. Sobre este saldo (pós-chaves), de forma geral, incide juros de 12% ao ano, sendo a receita financeira apurada registrada no resultado como "Receita de incorporação". O valor justo das contas a receber de unidades concluídas é calculado e contabilizado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. O valor justo das contas a receber de clientes relacionados com a comercialização de unidades não concluídas é ajustado a seu valor presente com base na taxa média praticada pela Companhia para concessão de desconto sobre o preço da tabela. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado, sendo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de 4% ao ano (2019 - 4% ao ano). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.9. Imóveis a comercializar.** Os imóveis prontos a comercializar estão demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a cifra imputada em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo de construção compreende materiais, mão-de-obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de crédito imobiliário, incorridos durante o período de construção), de acordo com o O-CPC-01. Os encargos financeiros incorridos durante o período de construção, direta e indiretamente relacionados aos empreendimentos, correspondentes a contas a pagar por aquisição de terrenos e as operações de crédito imobiliário e as demais operações de financiamento, respectivamente, são apropriados aos custos incorridos desses empreendimentos e refletidos no resultado do exercício, por ocasião das suas vendas a que foram apropriados. O valor líquido realizável é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos incorridos de execução desses imóveis e as despesas de vendas. Quando o custo de construção dos imóveis a comercializar, concluídos ou em construção, exceder o fluxo de caixa esperado de suas vendas, uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida no período em que foi identificado que o valor contábil excedeu o valor esperado das vendas. A recuperação do valor contábil de cada empreendimento imobiliário é revisada quando eventos ou mudanças nos cenários macroeconômicos indicarem riscos do valor contábil não ser recuperável, caso confirmado, uma provisão para perdas é contabilizada. Os terrenos estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos eventuais encargos financeiros gerados pelo seu correspondente contas a pagar. As permutas de terrenos, tendo por objeto a entrega de imóveis a construir, são apuradas com base no valor justo das unidades imobiliárias a serem entregues. O valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida o adiantamento de clientes no passivo, no momento da assinatura do instrumento particular ou contrato relacionado à referida transação, desde que tenha sido obtido o registro de incorporação imobiliária do futuro empreendimento. As receitas e os custos decorrentes de operações de permutas são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos. **2.10. Ativos intangíveis.** (i) *Projetos de empreendimentos.* Os projetos de empreendimentos futuros, adquiridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Os projetos de empreendimentos têm vida útil definida e subsequentemente, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado de construção de empreendimento. (ii) *Ágio.* O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. (iii) *Software.* As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em 5 (cinco) anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.11. Imobilizado.** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 12, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens. A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a Incorporação de Imóveis. A vida útil dos bens do ativo imobilizado é revisada pela administração anualmente. Os gastos incorridos e diretamente relacionados com a construção de estande de vendas e do apartamento-modelo, quando sua vida útil estimada é superior a um ano, possuem natureza de caráter prioritariamente tangível e, dessa forma, são registrados na rubrica "Ativo imobilizado", sendo depreciados de acordo com o prazo de sua vida útil estimada e o correspondente encargo de depreciação alocado na rubrica "Despesas com vendas". Isso ocorre, geralmente, quando o empreendimento é composto por "fases" e o estande de vendas é utilizado para a comercialização nos vários lançamentos de cada fase ao longo do tempo. No caso de empreendimentos em uma única fase, não há expectativa de que a vida útil estimada seja superior a um ano e, por esse motivo, são apropriados diretamente às despesas de vendas por ocasião em que os custos são incorridos, juntamente com as demais despesas de propaganda, marketing e outras atividades correlatas, independentemente de ter ou não ocorrido a apropriação de receitas relacionadas com o empreendimento. Considerando que historicamente a Companhia não aliena seus itens de imobilizado, o valor residual dos bens foi considerado como sendo zero. No caso específico dos estandes de vendas, caso a comercialização termine em período menor que o previsto ou venha a ser efetuada a sua demolição, o valor residual relacionado àquele empreendimento é imediatamente baixado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota Explicativa nº 2.13). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/ (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **2.12. Impairment de ativos não financeiros.** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. **2.13. Impairment de ativos financeiros.** O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38/IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em todos os ativos financeiros exceto derivativos e TVMs por meio do resultado. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, a provisão para perdas é mensurada em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia optou por mensurar a provisão para perdas com contas a receber e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações forward-looking. A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: (i) é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou (ii) o ativo financeiro está vencido a período superior ou igual a 30 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **2.14. Mensuração de perdas de créditos esperadas.** Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **2.15. Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito.** Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problema de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. **2.16. Apresentação de impairment.** Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em resultados abrangentes, em vez de reduzir o valor contábil do ativo. A Companhia não possui instrumentos financeiros ativos classificados nesta categoria. As perdas por impairment relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e em resultados abrangentes. Não houve reclassificação entre resultado do exercício e resultado abrangente para efeito de comparação. **2.17. Contas a receber e ativos contratuais.** Em função da adoção do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia revisou sua metodologia de estimativa de perdas de crédito esperadas, que foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo da taxa de perda de crédito esperada de forma global por cliente, considerando sempre o prazo de título de cada cliente com o maior número de dias de atraso. Anteriormente, a Companhia provisionava 100% da diferença entre o saldo devedor do cliente e o valor de mercado da unidade, apenas para os clientes já em atraso. Para os mútuos financeiros, a Companhia avaliou a parcela recuperável dos saldos com o fluxo financeiro dos empreendimentos em garantia dos referidos mútuos. Para a parcela não recuperável pelos saldos dos empreendimentos estimou com base na avaliação de crédito dos devedores o risco de perda. **2.18. Propriedades para investimento.** São as propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representado pelos imóveis destinados a renda, e são demonstrados pelo custo do terreno e pelo custo de construção (Nota Explicativa nº 11). Ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo das propriedades para investimento serão incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos. **2.19. Contas a pagar aos fornecedores e por aquisição de imóveis.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores e as contas a pagar por aquisição de imóveis são obrigações a pagar pela aquisição de terrenos para o desenvolvimento dos projetos de incorporação imobiliária, ambos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, sendo normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.20. Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente ao valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo de empreendimento (ativo qualificável em construção) ou na demonstração do resultado. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.21. Ajuste a valor presente - AVP.** Determinados elementos integrantes do ativo e do passivo foram ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores avaliações atuais do mercado, quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo. **2.22. Outros passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados por seu valor conhecido ou exigível e registrados de acordo com o regime de competência, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. O passivo para remuneração de funcionários, principalmente relativo aos salários, encargos de férias e demais encargos sociais, é provisionado à medida que vencem os períodos aquisitivos. **2.23. Provisões.** (i) *Provisão para demandas judiciais.* A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais cuja expectativa de perda é provável. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa às demonstrações financeiras e, portanto, as causas envolvendo ativos contingentes não são registradas no balanço patrimonial da Companhia (Nota 21). (ii) *Provisão para perdas esperadas em créditos.* A Companhia revisa anualmente suas premissas para constituição da provisão para perdas, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas. A Companhia efetua uma análise pormenorizada dos contratos com clientes em aberto para a constituição de provisão para perda esperada de crédito para todos os clientes, conforme premissas definidas. Essa provisão é calculada em função do percentual de andamento de obra, metodologia aplicada no reconhecimento de resultado (Nota 7). (iii) *Provisão para pagamento de encargos contratuais por atraso de obra.* Conforme disposto em contrato, a Companhia adota a prática de provisionamento de encargos contratuais a pagar aos clientes elegíveis para empreendimentos com atraso de entrega superior a 180 dias, em linha com a respectiva cláusula contratual e base histórica de pagamentos (Nota 24). (iv) *Provisão para garantia.* A Companhia mantém provisão para cobrir gastos com reparos em empreendimentos cobertos no período de garantia, com base em estimativa que considera o histórico dos gastos incorridos ajustados pela expectativa futura, exceto para controladas que operam com empresas terceirizadas, que são as próprias garantidoras dos serviços de construção prestados (Nota 22). (v) *Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.* Quando evidências de perda de valor recuperável dos ativos são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, por meio da comparação com o valor de realização mensurado por meio de fluxos de caixa descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado do capital da Companhia (Nota 8). **2.24. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido, ambos reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Sendo assim, estabelece provisão, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Na controladora, tributada pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Nas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R$ 78.000, conforme facultado pela legislação tributária foi exercida a opção de tributação pelo regime de lucro presumido. Para essas controladas, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Uma das principais diferenças corresponde ao critério de apuração das receitas pelo regime fiscal (regime de caixa) e pelo societário (POC). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente se for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. Os empreendimentos que estão sendo construídos pelo regime do patrimônio de afetação com opção pelo RET - Regime Especial de Tributação tiveram suas provisões de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS constituídas sob alíquota única em 4 % sobre os valores recebidos. A legislação tributária, mais especificamente a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal - SRF nº 84/79, entre outras, faculta às empresas de construção civil e atividade imobiliária, a opção pela tributação das receitas de vendas a prazo, no momento do seu recebimento. Para se beneficiarem da postergação dos recolhimentos dos tributos, as empresas utilizam o regime de caixa. Para tanto, a referida Instrução estabelece normas para apuração e tributação do lucro e obriga o controle das parcelas recebíveis e dos respectivos custos. A Companhia e suas controladas adotam esse regime especial para fins de apurar e recolher tais tributos. **2.25. Benefícios a empregados.** (i) *Participação nos lucros.* O Estatuto Social da Companhia prevê que a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores e aos empregados uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do saldo remanescente do resultado do exercício, limitada a participação dos administradores à remuneração anual global que lhes tiver sido paga no período, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos termos do artigo 152, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício social, momento em que esse valor é mensurado pela Companhia. **2.26. Capital social.** Está representado exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. A reserva legal é calculada na base

JOÃOFORTES ENGENHARIA S.A.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 33.035.536/0001-00

www.joaofortes.com.br

de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei no. 6.404/76. **2.27. Reconhecimento da receita. 2.27.1. Resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis.** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos distratos e provisões, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo dos contratos de venda firmados quando critérios específicos tiverem sido atendidos, veja detalhes conforme descrição a seguir: (i) *Apuração e apropriação do resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis*. A Companhia adotou o CPC 47 – "Receitas de Contratos com Clientes", a partir de 1º de janeiro de 2018, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP no 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas Companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. Não houve efeitos relevantes com a adoção do CPC 47 e referido ofício circular para o Grupo. De acordo com o CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (at a point in time) ou ao longo do tempo (over time), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita. (ii) *Unidades concluídas*. Nas vendas a prazo de unidade concluída, o resultado é apropriado no momento em que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade são transferidos aos clientes, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Os juros prefixados e a variação monetária são apropriados de forma pro rata temporis ao resultado, na rubrica "Receitas financeiras", observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. (iii) *Unidades em construção*. Nas vendas de unidades em construção, foram observados os seguintes procedimentos: O custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o custo do terreno, é apropriado integralmente ao resultado. É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o terreno, em relação ao seu custo total orçado (POC), sendo esse percentual aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas (incluindo o valor justo das operações efetuadas em permuta de terrenos), ajustada segundo as condições dos contratos de venda, o qual prevê a atualização monetária dos valores a receber de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil (INCC), sendo assim determinado o montante da receita de venda a ser reconhecida. Os montantes da receita de venda apurados, incluindo a atualização monetária do contas a receber, líquido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável. O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na maior taxa identificada na comparação entre a taxa média de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, expurgada a inflação, e a taxa média da NTN-B, a qual se encontra demonstrada na Nota 7, desde o momento da assinatura do contrato até a data prevista para a entrega do imóvel. A partir da entrega do imóvel, sobre as contas a receber passa a incidir juros de 12% ao ano, acrescido de atualização monetária pelo IGP-M. A taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo IPCA é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao novo valor justo para determinação da receita a ser apropriada, sobre o qual será aplicado o POC. Os juros e encargos financeiros, de financiamento de obras e aquisição de terrenos, são apropriados ao custo do empreendimento, sendo apropriados ao resultado de acordo com as unidades alienadas, não interferindo na determinação do percentual do custo incorrido em relação ao custo total orçado (POC). Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado do exercício em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. (iv) *Operações de permutas*. As permutas de terrenos, tendo por objeto a entrega de imóveis a construir, são apuradas com base no valor justo. O valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a adiantamento de clientes no passivo, no momento em que as eventuais cláusulas resolutivas do instrumento particular ou contrato relacionado à referida transação, não produzam mais efeitos. O custo do terreno passa a integrar o custo do correspondente empreendimento de incorporação imobiliária. Os adiantamentos de clientes decorrentes das operações de permutas são apropriados ao resultado com base no POC. A parcela não apropriada é classificada no passivo circulante ou não circulante, levando em consideração o prazo previsto de conclusão do empreendimento. **2.27.2. Prestação de serviços.** A Companhia controladora presta serviços de administração de obra para as suas controladas. A receita remanescente nas demonstrações financeiras consolidadas corresponde à parcela não eliminada na consolidação proporcional de sociedades controladas em conjunto. Receitas decorrentes da prestação de serviços imobiliários são reconhecidas na medida em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos no empreendimento. Consistem basicamente em quantias recebidas com relação à atividade de administração de construção para terceiros, administração técnica e administração de bens imóveis. **2.27.3. Receita financeira de operação imobiliária.** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. A partir do momento em que a unidade é concluída, sobre os contas a receber passa a incidir atualização monetária acrescida de juros, os quais são apropriados à medida que o tempo passa, em contrapartida de receita financeira. **2.28. Custos de empréstimos.** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos. **2.29. Resultado por ação.** O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. **2.30. Distribuição de dividendos.** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no fim do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. Os acionistas da Companhia deliberarão, em assembleia geral ordinária, sobre a proposta do seu Conselho de Administração de destinação do lucro líquido do exercício social anterior. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, lucro líquido é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, os montantes relativos ao imposto de renda e a contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e Administradores no lucro da Companhia. O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de outros fatores que o Conselho de Administração e os acionistas da Companhia julgarem relevantes. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. Todos os acionistas, na data de declaração dos dividendos, têm direito ao recebimento de dividendos. **2.31. Reservas de lucros.** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. Ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, todas as reservas de lucros foram utilizadas para absorver prejuízos acumulados, não sendo constituídas novas reservas nos exercícios subsequentes. **2.32. Demonstração dos Valores Adicionados - DVA.** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas e foi elaborada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas com distratos e perdas estimadas nos créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (perda na equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.33. Adoção de novas normas e interpretações.** No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020. O impacto da adoção de novas normas e interpretações, bem como as novas políticas contábeis são divulgadas a seguir. • Definição de negócios (alterações ao IFRS 3); • Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8); • Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7); • Alterações a referências à estrutura conceitual básica (várias normas); • Concessões relacionadas à Covid-19 (alterações à IFRS 16). Novas normas, alterações e interpretações às normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas): • IFRS 17 - Contratos de seguros; • Alterações ao IFRS 17 - Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4); • Referências à Estrutura Conceitual; • Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16); • Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37); • Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); • Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1). **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis.** Quando da elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, a sua Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações financeiras não podem ser calculados com precisão. A administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências. Deste modo, as estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2020 utilizadas para a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas serão revisadas continuamente. Os efeitos das revisões são reconhecidos no exercício que as estimativas são revistas, e os resultados efetivos podem diferir das estimativas. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas.** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. (i) *Reconhecimento de receita*. A Companhia e suas controladas usam o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária e na prestação de serviços. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos a serem incorridos até o término da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária para estabelecer uma proporção em relação aos custos de construção já incorridos. (ii) *Custo orçado*. Os custos de construção orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado. (iii) *Mensuração de perdas de créditos esperadas*. Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. (iv) *Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito*. Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao Valor Justo por meio do resultado. Um ativo financeiro possui "problema de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. (v) *Apresentação de impairment*. O valor contábil bruto dos ativos é deduzido da provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As perdas por impairment relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e em resultados abrangentes. Não houve reclassificação entre resultado do exercício e resultado abrangente para efeito de comparação. (vi) *Contas a receber e ativos contratuais*. Em função da adoção do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia revisou sua metodologia de estimativa de perdas de crédito esperadas, que foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo da taxa de perda de crédito esperada de forma global por cliente, considerando sempre o prazo de título de cada cliente com o maior número de dias de atraso. Anteriormente, a Companhia provisionava 100% da diferença entre o saldo devedor do cliente e o valor de mercado da unidade, apenas para os clientes já em atraso. Para os mútuos financeiros, a Companhia avaliou a parcela recuperável dos saldos com o fluxo financeiro dos empreendimentos em garantia dos referidos mútuos. Para a parcela não recuperável pelos saldos dos empreendimentos estimou com base na avaliação de crédito dos devedores o risco de perda. (vii) *Contingências*. A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia e suas controladas, podem afetar adversamente a Companhia e suas controladas, independentemente do respectivo resultado final. A Companhia e suas controladas poderão periodicamente ser fiscalizadas por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais. A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e revisadas periodicamente e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. (viii) *Provisão para distratos (conta redutora do contas a receber)*. O CPC 47 / IFRS 15 estabeleceu novos critérios sobre aspectos relacionados a mensuração e o momento de reconhecimento da receita, incluindo a identificação de uma obrigação de performance e momento de reconhecimento de receita baseado na transferência do controle de um bem ou serviço. O Ofício CVM/SNC/SEP/n.º 02/2018, emitido pela área técnica da CVM, estabeleceu procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidades não concluídas nas entidades de incorporação imobiliárias brasileiras. Deste modo a Companhia constitui provisão para distratos, quando identifica riscos de entrada de fluxos de caixa. Os contratos de vendas são monitorados para identificar o momento em que essas condições são mitigadas. Enquanto isso não ocorrer, nenhuma receita ou custo é reconhecido no resultado, ocorrendo os registros contábeis somente em contas patrimoniais. **4. Gestão de risco financeiro. 4.1. Fatores de risco financeiro.** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos de crédito imobiliário, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço determinados ativos avaliados ao valor justo), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não tem como prática fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as sociedades controladas. (i) *Risco de mercado*. a. *Risco de taxa de juros.* O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações de taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado sem que a mesma oscilação ocorra no contas a receber e aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco da volatilidade dessas taxas. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras e sobre empréstimos e financiamentos estão mencionadas, respectivamente, nas Notas Explicativas nº 5.5 e 14. Sobre as contas a receber de imóveis concluídos, conforme mencionado na Nota Explicativa 7, incidem juros de 12% ao ano, apropriados "pro rata temporis". b. *Risco cambial.* A Companhia não possui ativos decorrentes de operações de empréstimos denominados em moeda estrangeira. A Companhia não possui dependência significativa de materiais importados em sua cadeia produtiva e não efetua vendas indexadas em moeda estrangeira. c. *Risco de fluxo de caixa.* Sobre o contas a receber de imóveis concluídos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, incidem juros de 12% ao ano. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota Explicativa nº 5.5. As taxas de juros sobre contas a pagar por aquisição de imóveis, empréstimos e financiamentos, cessão de recebíveis e debêntures a pagar estão mencionadas nas Notas Explicativas nº 14 e 15, respectivamente. Adicionalmente, como mencionado na Nota 15, parcela dos saldos passivos mantidos com partes relacionadas e com parceiros nos empreendimentos estão sujeitos a encargos financeiros. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado, como detalhado na Nota Explicativa nº 5.4. Os passivos sujeitos a taxas variáveis de juros são (i) crédito imobiliário, o qual está sujeito a variação da taxa referencial de juros, cujo risco de volatilidade é considerado como baixo pela administração; (ii) empréstimos e financiamentos, os quais estão parcialmente sujeitos a variação das taxas para Certificados de Depósito Interbancário (CDI) e para as quais existe um hedge natural nas aplicações financeiras, minimizando impactos relacionados com os riscos de volatilidade; e (iii) contas a pagar na aquisição de imóveis, o qual está sujeito a variação do INCC e IGP-M, para o qual existe um hedge natural no contas a receber de clientes de unidades em construção. Eventualmente, a Companhia também pode efetuar operações de swap de taxa de juros, a fim de proteger o risco de taxa de juros decorrente de empréstimos e financiamentos sujeitos a variação das taxas para Certificados de Depósito Interbancário (CDI). (ii) *Risco de crédito*. O risco de crédito é caracterizado pela inadimplência por parte dos clientes adquirentes de imóveis. Esse risco é avaliado como praticamente nulo durante o período de construção em face da garantia real de recuperação dos imóveis no caso de inadimplência. (iii) *Risco de liquidez*. O risco de liquidez é caracterizado pelo risco da Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Os níveis de liquidez e as projeções de fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são revisados constantemente a fim de garantir que, quando necessário, a geração de caixa operacional seja complementada com captação prévia de recursos. Na captação de recursos a Companhia prioriza a contratação de financiamentos autoliquidáveis atrelados aos projetos, que permitem um melhor casamento entre os prazos de ativos e passivos. Adicionalmente, a Companhia capta através de instrumentos de dívida corporativa para complementar suas necessidades de caixa. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes aos exercícios remanescentes nos balanços patrimoniais, abaixo demonstradas, até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros não derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis nas datas, considerando os juros futuros até a data de vencimento.

	Consolidado							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Após dois anos	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Após dois anos	Total
Financiamento imobiliário	402.157	14.725	-	416.882	362.706	40.229	7.882	410.817
Empréstimos a pagar	94.687	2.388	30.897	127.972	85.469	7.347	32.929	125.745
	496.844	17.113	30.897	544.854	448.175	47.576	40.811	536.562
Contas a pagar de terrenos	37.988	24.709	-	62.697	28.629	24.708	-	53.337
Debentures a pagar	71.130		-	71.130	60.958	-	-	60.958
Partes relacionadas	55.575	-	-	55.575	51.378	-	-	51.378
	661.537	41.822	30.897	734.256	589.140	72.284	40.811	702.235

A avaliação da Companhia em relação a suas necessidades de liquidez, bem como os planos para equalização de suas necessidades de caixa estão descritas na Nota Explicativa nº 1.2. **4.2. Gestão de capital.** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições financeiras e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures. A Companhia inclui na estrutura de sua dívida liquida: Empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar	453.743	443.228	585.246	568.637
Menos: caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras	(3.564)	(3.349)	(10.536)	(10.484)
Dívida líquida (b)	450.224	439.879	574.710	558.153
Total do Passivo a descoberto (a)	(348.505)	(179.848)	(456.665)	(289.626)

A Companhia não possui metas de grau de alavancagem.

4.3. Estimativa do valor justo. Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e por aquisição de imóveis pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O mesmo pressuposto é válido para os demais passivos financeiros. A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. • Nível 2: O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estaria incluído no Nível 3. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar esses instrumentos financeiros incluem: - preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e - o valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. • Nível 3: Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis). Em 31/12/2020 e 31/12/2019, a Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelos níveis 1 e 3, sendo a totalidade dos mesmos (mensurados pelo nível 2) de liquidez imediata. A Companhia classificou as aplicações em poupanças no montante de R$799 em 31/12/2020 (R$871 em 31/12/2019) como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado no nível 2. **5. Instrumentos financeiros por categoria.** Com exceção dos ativos financeiros ao valor justo, os demais ativos financeiros são classificados como "Custo amortizado" e os passivos como "Outros passivos financeiros". **5.1. Caixa e equivalentes de caixa.** O valor de mercado desses ativos não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras (Nota Explicativa nº 6). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **5.2. Empréstimos e financiamentos.** As condições e os prazos dos empréstimos e financiamentos obtidos estão apresentados na Nota Explicativa nº 14. O valor justo desses passivos não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. **5.3. Instrumentos financeiros derivativos - "Valor justo contra resultado".** A Companhia não possui contratos de swap em 31/12/2020 e 31/12/2019. **5.4. Análise de sensibilidade.** Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de seis meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

				Consolidado	
	Instrumento/	Cenário provável (I)			
Risco	operação	Descrição	Efeito	Cenário II	Cenário III
De taxa de juros					
	Empréstimos - CDI	Aumento de 100 pontos-base (bps)	(1.003)	(1.254)	(1.505)
	Empréstimos - TR	-	(4.025)	(5.031)	(6.037)
	Debêntures - CDI	-	(631)	(789)	(946)
		Efeito total líquido	(5.659)	(7.073)	(8.488)
De índices de preço (IPCA,IGP-M, INCC)					
	Contas a Receber	Queda de 1%	(1.697)	(2.122)	(2.546)
	Contas a pagar- Terrenos	-	627	784	940
		Efeito total líquido	(1.070)	(1.338)	(1.606)

5.5. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras		
Certificados de depósitos bancários - CDBs **(a)**	-	3
Conta poupança **(b)**	799	871
Ativo circulante	-	3
Não circulante	799	871

(a) Todas as aplicações financeiras encontram-se sob garantia de operações de empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar. As aplicações financeiras são remuneradas entre 100% e 102% da taxa do CDI. (b) Este montante é referente a repasses não disponíveis para utilização das contas poupanças da Caixa Econômica Federal, pertencentes a SPE Macaé Empreendimentos Imobiliários. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão apresentados, na demonstração do fluxo de caixa, em "Atividades de investimentos" como parte das variações do capital circulante. As variações dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão registradas como "Receitas financeiras e Despesas financeiras" no resultado (Nota Explicativa nº 32). **5.7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros.** Não existem saldos consolidados em 31/12/2020 dos ativos financeiros lastreados por títulos privados (31/12/2019 – R$3). Os títulos privados são CDBs emitidos pelos seguintes bancos: Brasil, Alfa e Credit Suisse. **5.8. Contas vinculadas.** Estão representadas por recursos oriundos de financiamentos liberados por instituição financeira a promitentes compradores de empreendimentos em construção, os quais são disponibilizados à medida do progresso físico de execução dos correspondentes empreendimentos.

6. Caixa e equivalente de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixas e bancos	3.488	3.269	9.081	8.745
Equivalentes de caixa				
Aplicação em título de liquidez imediata	76	80	655	865
	3.564	3.349	9.736	9.610

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que esteja sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) ou operações compromissadas lastreadas em CDBs e debêntures de emissão de instituições financeiras de primeira linha, e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (IAS 7). A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha, as quais são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Contas a receber	Controladora		Consolidado	
Empreendimentos em construção	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita de unidades vendidas em construção	-	-	415.079	431.343
(-) Receita a apropriar	-	-	(98.131)	(101.652)
(=) Receita apropriada	-	-	316.948	329.691
(+) Adiantamento de clientes	-	-	21.680	23.316
(-) Recebimentos acumulados	-	-	(249.230)	(266.151)
Contas a receber de unidades em construção	-	-	89.398	86.856
Total de empreendimentos concluídos e vendidos	26.455	31.683	191.314	189.573
Total a receber de clientes imobiliários	26.455	31.683	280.712	276.429
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(20)	(11)
Prestação de serviços a receber	4.440	4.440	7.916	7.167
(-) Provisão para distratos de contratos	(449)	(449)	(78.034)	(74.222)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.297)	(5.899)	(36.056)	(23.449)
Total de contas a receber, líquido	26.149	29.775	174.518	185.914
Circulante	21.966	24.610	152.912	160.761
Não circulante	4.183	5.165	21.606	25.153

As contas a receber estão, substancialmente, atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC até a entrega das chaves e, posteriormente, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M, acrescido de juros de 12% ao ano, apropriados de forma "pro rata temporis" a partir da conclusão da construção e entrega da unidade vendida. Dessa forma, o Contas a Receber dos empreendimentos concluídos e o contas a receber apropriado dos

JOÃOFORTES ENGENHARIA S.A.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 33.035.536/0001-00

www.joaofortes.com.br

empreendimentos em construção, deduzido do ajuste a valor presente, estão apresentados ao valor justo. O valor da provisão para créditos de realização duvidosa é revisado periodicamente. O critério de provisão leva em conta a diferença negativa individual entre o valor de mercado das unidades e o saldo total a receber dos clientes inadimplentes. As dívidas condominiais, as dívidas fiscais (IPTU) e as taxas de serviços são somadas ao saldo a receber dos respectivos clientes inadimplentes para essa apuração. O Contas a Receber individualmente *impaired* refere-se ao saldo de contas a receber de clientes dos contratos que preveem alienação fiduciária do bem negociado, cujo valor de mercado do imóvel é maior do que os saldos a receber de clientes vencidos. Consequentemente nenhuma provisão é requerida. O saldo do Contas a receber das unidades vendidas e em construção não está totalmente refletido nas demonstrações financeiras, uma vez que seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente, líquida dos valores já recebidos. Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade imobiliária residencial com foco no segmento econômico, a Companhia não possui individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada. Em 31/12/2020 e de 31/12/2019 os saldos do ativo circulante e não circulante de contas a receber de clientes estão compostos pelos seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
Vencidos	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Até 30 dias	80	171	23.344	1.639
31 a 60 dias	80	116	828	2.080
61 a 90 dias	179	482	706	1.572
91 a 180 dias	636	1.078	3.946	23.624
mais de 180 dias	19.002	22.418	143.789	145.256
	19.977	24.265	172.613	174.171
A vencer:				
Até 30 dias	957	310	81.902	4.389
31 a 60 dias	152	392	2.938	121.965
61 a 90 dias	123	177	13.019	14.292
91 a 120 dias	130	174	51.392	1.770
121 a 360 dias	933	1.200	6.477	7.281
	2.295	2.253	155.728	149.697
Prestação de serviços	4.440	4.440	7.916	7.167
Adiantamentos de clientes	-	-	26.367	26.473
Ajuste a valor presente	-	-	(20)	(12)
(-) Receita de vendas a apropriar	-	-	(95.602)	(99.064)
(-) Provisão para distratos de contratos	(449)	(449)	(78.034)	(74.222)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.297)	(5.899)	(36.056)	(23.449)
	21.966	24.610	152.912	160.761

	Controladora		Consolidado	
Contas a receber - Ativo circulante				
A vencer	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
entre 1 e 2 anos	1.177	1.536	6.941	7.858
entre 2 e 3 anos	827	1.199	4.963	5.902
entre 3 e 4 anos	708	876	3.719	4.117
Após 4 anos	1.471	1.554	5.983	7.276
	4.183	5.165	21.606	25.153
Adiantamento de clientes	-	-	2.529	2.588
(-) Receita de vendas a apropriar	-	-	(2.529)	(2.588)
Contas a receber - Ativo Não circulante	4.183	5.165	21.606	25.153

A Companhia tem como política interna acompanhar mensalmente a carteira de recebíveis e buscar realizar os distratos de unidades que estejam inadimplentes. Após os distratos, essas unidades são recolocadas à venda ao valor de mercado. Essa prática evita uma concentração de distratos no momento da entrega das chaves e o repasse da carteira a instituições financeiras cessionárias de crédito. O aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa é decorrente da queda no valor recuperável na revenda de unidades distratadas por inadimplência. **7.1. Operações de cessão de créditos.** Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui saldos de contas a receber de clientes transferidos à instituições financeiras, com cláusulas de garantia sobre eventuais perdas futuras. Consequentemente, a Companhia continua a reconhecer integralmente o valor contábil dessas contas a receber e registrou o montante recebido nessa transferência como cessão de créditos (Nota Explicativa nº 14). Em 31/12/2020, o valor contábil do respectivo passivo no consolidado é de R$19.391 (31/12/2019 - R$19.680).

8. Imóveis a comercializar. São representados por imóveis a serem vendidos e terrenos para futuras incorporações, assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento para compra de terrenos	3.236	3.230	8.072	8.000
Terrenos	16.878	5.974	116.457	104.844
Imóveis concluídos	18.295	15.501	399.779	372.122
Imóveis em construção	6.547	6.547	335.372	396.235
Provisão para distratos **(a)**	365	365	114.443	112.594
Provisão para reavaliação de estoques	(907)	(608)	(216.997)	(221.845)
Encargos financeiros **(b)**	717	354	216.457	221.465
	45.131	31.363	973.583	993.415
Parcela circulante	25.017	22.158	849.054	880.571
Parcela não circulante	20.114	9.205	124.529	112.844

(a) Refere-se a provisão para estoques a receber pela Companhia por distratos a serem efetivados. (b) A movimentação dos encargos financeiros incorridos, originários de operações de financiamento bancário e apropriados ao custo durante o período de construção, pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo nos estoques no início do exercício	354	1.079	221.465	257.118
Encargos financeiros incorridos no exercício	-	-	-	-
Apropriação dos encargos financeiros como custo de vendas	363	(725)	(5.008)	(35.653)
Saldo nos estoques no fim do exercício	717	354	216.457	221.465

Os encargos financeiros incorridos no exercício não incluem encargos financeiros sobre as contas a pagar de terrenos, limitando-se aos empréstimos obtidos com esta destinação específica e financiamento imobiliário. Os encargos financeiros, durante a fase de construção, sobre as contas a pagar de terrenos são capitalizados nos estoques. O valor contábil de um empreendimento é transferido para rubrica "Imóvel em construção" no momento em que o empreendimento é lançado. A parcela classificada no realizável a longo prazo corresponde a terrenos de empreendimentos previstos para serem lançados em período superior a 12 meses. O saldo de imóveis a comercializar dados em garantia estão mencionados na Nota Explicativa nº 14.

9. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos a fornecedores **(a)**	7.712	8.105	17.125	19.269
Valores diversos a receber **(b)**	1.299	1.440	13.858	15.824
Adiantamentos diversos **(c)**	5.411	5.777	18.430	18.220
Despesas antecipadas c/ comissão sobre vendas	3.078	3.078	8.276	8.375
Valores reembolsáveis de clientes	-	-	2.053	2.159
	17.500	18.400	59.742	63.847

(a) Saldo composto principalmente por antecipações efetuadas por SPEs com obras ainda não concluídas, concedidos à fornecedores de serviços e de materiais, e que em função da fase em que devem ser executados ainda não foram terminados devido a paralização das obras. (b) Saldo composto principalmente por transações de vendas de ativos e por contas a receber de compras de recebíveis de empresas coligadas. (c) Saldo composto por ações de bloqueios bancários e pagamentos antecipados referentes a estudos de terrenos e gastos com obras ainda não lançadas.

	Participação - %		Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido + AFAC		Lucro (Prejuízo) do Período/ Exercício		Controladora Investimento		Controladora Equivalência Patrimonial		Consolidado Investimento		Consolidado Equivalência Patrimonial	
Investidas Diretas	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Frank Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	87.082	14.145	72.937	72.728	6.758	15.820	72.937	72.728	6.758	15.820	-	-	-	-
JFE 16 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	99,99%	56.704	2.588	54.116	53.328	789	(3.403)	54.116	53.328	789	(3.403)	-	-	-	-
LB12 Investimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	99,99%	69.653	26.531	43.122	44.827	(1.705)	708	43.122	44.827	(1.705)	708	-	-	-	-
JFE 68 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	67.033	25.832	41.202	41.761	(559)	(10.954)	41.202	41.761	(559)	(10.954)	-	-	-	-
JFE 35 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	67.516	36.105	31.411	41.444	(10.033)	(23.764)	31.411	41.444	(10.033)	(23.764)	-	-	-	-
SPE Ceilandia BSB Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	58.231	25.180	33.051	33.086	(35)	9.145	33.051	33.086	(35)	9.145	-	-	-	-
Alfa Port Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	41.196	11.619	29.577	28.320	1.257	498	29.577	28.320	1.257	498	-	-	-	-
CNR Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	33.996	8.466	25.530	22.824	2.707	(129)	25.530	22.824	2.707	(129)	-	-	-	-
JFE 42 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	25.947	5.609	20.338	20.210	128	(203)	20.338	20.210	128	(203)	-	-	-	-
JFE 5 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	19.010	1.187	17.823	17.602	222	(62)	17.823	17.602	222	(62)	-	-	-	-
JFE 37 Empreendimentos Imobiliários Ltda	70,00%	70,00%	19.972	91	19.897	19.898	-	(68)	13.928	13.929	-	(48)	-	-	-	-
JFE 74 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	15.776	3.104	12.672	12.653	(6)	(19)	12.672	12.653	(6)	(19)	-	-	-	-
JFE 36 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	26.514	12.324	14.190	12.165	2.026	(1.915)	14.190	12.165	2.026	(1.915)	-	-	-	-
JFE 45 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	82.773	76.755	6.018	11.661	(5.965)	(4.332)	6.018	11.661	(5.965)	(4.332)	-	-	-	-
JFE 7 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	19.380	7.996	11.384	11.605	(220)	(2.666)	11.384	11.605	(220)	(2.666)	-	-	-	-
JFE 55 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	17.071	5.265	11.806	10.964	842	(172)	11.806	10.964	842	(172)	-	-	-	-
JFE 54 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	17.266	8.205	9.061	9.366	(305)	(546)	9.061	9.366	(305)	(546)	-	-	-	-
Pelicano Empreendimentos imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	9.088	554	8.535	8.260	274	(15.369)	8.535	8.260	274	(15.369)	-	-	-	-
JFE 60 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	29.114	21.398	7.716	7.816	(100)	(4.193)	7.716	7.816	(100)	(4.193)	-	-	-	-
JFE 67 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	20.077	13.350	6.726	7.163	(436)	(12.975)	6.726	7.163	(436)	(12.975)	-	-	-	-
JFE 34 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	62.094	59.087	3.006	5.188	(2.182)	-	3.006	5.188	(2.182)	-	-	-	-	-
MNR 6 Empreendimentos S/A	30,00%	30,00%	18.453	(5.603)	24.056	21.675	(5.978)	2.381	3.138	4.931	(1.793)	714	3.138	4.931	(1.793)	714
Juros atribuidos aos estoques das investidas			-	-	-	-	-	-	215.741	221.112	(5.371)	(34.927)	-	-	-	-
Outros (23 empresas)			133.557	78.900	54.658	59.309	(4.693)	(10.601)	39.456	42.441	(3.032)	(7.068)	-	-	-	-
Outros movimentos pela compra/venda de participação / Minoritários			-	-	-	-	-	-	-	-	(6.416)	(58.317)	-	-	(5.314)	(64.329)
Total Investimentos e da (Perda) líquida de equivalência Patrimonial					**558.832**	**573.853**	**(17.214)**	**(62.819)**	**732.484**	**755.384**	**(23.155)**	**(154.177)**	**3.138**	**4.931**	**(7.107)**	**(63.615)**

	Participação - %		Ativo	Passivo	Passivo a descoberto + AFAC		Lucro (Prejuízo) do Período/ Exercício		Controladora Passivo a descoberto		Controladora Equivalência Patrimonial		Consolidado Investimento		Consolidado Equivalência Patrimonial	
Passsivo a descoberto	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
João Fortes Construtora Ltda	99,99%	99,99%	258.191	280.922	(16.533)	(451)	(16.080)	(36.050)	(16.533)	(451)	(16.080)	(36.050)	(3.225)	(3.118)	(189)	(326)
JFE 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	25.831	195.985	(170.154)	(158.981)	(11.173)	(25.962)	(170.154)	(158.981)	(11.173)	(25.962)	-	-	-	-
Macaé Realty Empreendimentos Imobiliários Ltda	40,00%	40,00%	113.541	268.229	(153.522)	(154.166)	(1.299)	(23.297)	(61.409)	(61.666)	(519)	(9.319)	-	-	-	-
JFE 18 Empreendimentos Imobiliários Ltda	70,00%	70,00%	50.230	112.462	(62.019)	(58.388)	(3.630)	(14.722)	(43.413)	(40.872)	(2.541)	(10.305)	-	-	-	-
JFE 32 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	12.362	41.199	(28.836)	(25.809)	(3.027)	(6.281)	(28.836)	(25.809)	(3.027)	(6.281)	-	-	-	-
Costabella Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	9.732	42.365	(32.633)	(21.809)	(10.824)	(11)	(32.633)	(21.809)	(10.824)	(11)	-	-	-	-
LB10 Investimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	99,99%	57.023	87.241	(30.218)	(21.692)	(8.526)	(21.449)	(30.218)	(21.692)	(8.526)	(21.449)	-	-	-	-
JFE 10 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	15.222	28.799	(13.577)	(13.071)	(506)	(3.388)	(13.577)	(13.071)	(506)	(3.388)	-	-	-	-
JFE 46 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	99,99%	71.460	84.279	(12.819)	(8.462)	(4.705)	(1.523)	(12.819)	(8.462)	(4.705)	(1.523)	-	-	-	-
JFE 71 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	13	8.336	(8.324)	(8.012)	(404)	(328)	(8.324)	(8.012)	(404)	(328)	-	-	-	-
SPE Américas Projeto 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	70,00%	10.415	19.971	(9.556)	(11.229)	1.787	(6.194)	(9.556)	(7.860)	1.787	(4.336)	-	-	-	-
JFE 11 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	9.674	17.657	(7.983)	(6.797)	(1.196)	(1.570)	(7.983)	(6.797)	(1.196)	(1.570)	-	-	-	-
JFE 6 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	936	7.335	(6.400)	(6.714)	314	(546)	(6.400)	(6.714)	314	(546)	-	-	-	-
JFE 12 Empreendimentos Imobiliários Ltda	80,00%	80,00%	4.171	11.770	(6.493)	(6.510)	17	(792)	(5.195)	(5.208)	14	(633)	-	-	-	-
Inpar Soc. Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	3.962	8.851	(4.889)	(4.965)	(57)	(506)	(4.889)	(4.965)	(57)	(506)	-	-	-	-
Contemporanium Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	13,52%	13,52%	29.103	63.234	(34.130)	(32.398)	(1.732)	(8.176)	(4.585)	(4.351)	(234)	(1.106)	-	-	-	-
Outros (10 empresas)			137.045	171.949	(35.293)	(32.349)	(3.042)	(15.477)	(23.506)	(21.161)	(2.447)	(14.507)	-	-	-	-
Mútuos a receber de controladas			-	-	-	-	-	-	140.200	122.669	-	-	-	-	-	-
Total do Passivo a Descoberto Líquido					**(633.379)**	**(571.803)**	**(64.083)**	**(166.272)**	**(339.830)**	**(295.212)**	**(60.124)**	**(137.820)**	**(3.225)**	**(3.118)**	**(189)**	**(326)**
Total da (Perda) Líquida de Equivalência Patrimonial (Soma Total das páginas 48 e 49)											**(83.279)**	**(291.997)**			**(7.296)**	**(63.941)**

	Participação - %		Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido/ (Passivo a descoberto) + AFAC		Lucro (Prejuízo) do Período/ Exercício		Controladora Investimento		Controladora Equivalência Patrimonial		Consolidado Investimento		Consolidado Equivalência Patrimonial	
Investidas Indiretas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IPP Ile Saint Louis Empr. Imobiliario Ltda	99,99%	99,99%	1.882	2.925	(1.042)	(1.019)	(24)	253	(1.042)	(1.019)	(24)	253	-	-	-	-
IPP Residencial Kandinsky Empr. Imobiliários Ltda	99,99%	99,99%	1.226	160	1.066	1.007	60	(3)	1.066	1.006	60	(3)	-	-	-	-
SPE Cinco de Julho Incorporações S/A	76,57%	76,57%	3.414	1.649	1.765	1.854	(89)	26	1.351	1.420	(68)	20	-	-	-	-
Contemporanium Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	86,48%	85,73%	29.103	63.234	(34.130)	(32.398)	(1.732)	(8.176)	(29.514)	(27.775)	(1.498)	(6.643)	-	-	-	-
Incorporadora Pinheiro Pereira 3 Ltda.	99,99%	99,99%	29.142	14.470	14.671	14.679	(8)	(36)	14.670	14.678	(8)	(36)	-	-	-	-
Incorporadora Pinheiro Pereira 5 Ltda.	99,99%	99,99%	17.931	7.571	10.359	10.803	(591)	(774)	10.358	10.802	(591)	(774)	-	-	-	-
Incorporadora Pinheiro Pereira 6 Ltda.	83,21%	83,21%	10.220	24.388	(14.168)	(13.450)	(718)	(1.164)	(11.789)	(11.041)	(598)	(895)	-	-	-	-
Incorporadora Pinheiro Pereira 7 Ltda.	99,99%	99,99%	38.477	8.941	29.536	29.182	355	(943)	29.533	29.179	355	(943)	-	-	-	-
Incorporadora Pinheiro Pereira 8 Ltda.	99,99%	99,99%	6.740	10.545	(3.805)	(3.001)	(804)	(1.441)	(3.805)	(3.001)	(804)	(1.441)	-	-	-	-
Incorporadora Pinheiro Pereira 10 Ltda.	97,27%	97,27%	24.906	10.666	14.240	15.881	(1.641)	(3.653)	13.851	13.756	(1.596)	(646)	-	-	-	-
Incorporadora Pinheiro Pereira 12 Ltda.	99,99%	99,99%	7.789	19.820	(12.031)	(11.215)	(815)	(5.213)	(12.030)	(11.214)	(815)	(5.213)	-	-	-	-
Andorinha Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,99%	99,99%	6.996	1.847	5.149	4.594	555	89	5.149	4.593	555	89	-	-	-	-
Arara Empreendimentos Imobiliarios Ltda	99,99%	99,99%	642	580	63	50	13	30	62	50	13	30	-	-	-	-
Charitas Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	99,99%	99,99%	73.471	11.427	62.044	60.516	1.528	1.895	62.038	60.510	1.528	1.895	-	-	-	-
Lake Garden Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	50,00%	50,00%	856	2.043	(1.187)	(1.331)	28	144	130	116	14	72	130	116	14	72
Papagaio João Pessoa Empreendimentos Imobiliários Ltda	50,00%	50,00%	328	1.804	(1.476)	(1.249)	(108)	(227)	(708)	(654)	(54)	(113)	(708)	(654)	(54)	(113)
Cyrela Piemtonte Empreendimentos Imobiliários Ltda	25,00%	25,00%	3.585	4.506	(921)	(113)	(597)	(1.139)	(2.646)	(2.580)	(149)	(285)	(2.646)	(2.580)	(149)	(285)
Total do Investimento					**70.133**	**74.790**	**(4.588)**	**(20.332)**	**76.674**	**78.826**	**(3.680)**	**(14.633)**	**(3.224)**	**(3.118)**	**(189)**	**(326)**

(iv) Movimentação dos Investimentos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**924.507**	**3.092**
Aumento de investimentos	73.035	62.662
Perda na Equivalência patrimonial	(291.997)	(63.941)
Provisão para passivo a descoberto	84.765	3.118
Ajustes OCPC01 - Juros Capitalizados	(34.926)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**755.384**	**4.931**
Aumento de investimentos	3.601	2.278
Perda na Equivalência patrimonial	(83.279)	(7.296)
Provisão para passivo a descoberto	62.149	3.225
Ajustes OCPC01 - Juros Capitalizados	(5.371)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**732.484**	**3.138**

11 Propriedade para investimento. A Companhia mantém contrato de aluguel atípico, do tipo "built-to-suit", de 41 anos de prazo, com a Cencosud Brasil Comercial S.A., que se refere a construção de loja em terreno previamente determinado, com características específicas para locação. Com base nesse contrato de aluguel, a Companhia lavrou Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças junto à RB Capital Companhia de Securitização em 27 de julho de 2018 onde foram cedidos os créditos de 156 meses no valor nominal de R$36.008, sendo feito a cessão com taxa de desconto de 9,43045 % a.a. e o pagamento de R$1.496 de despesas para a realização da operação. A operação foi liquidada em 2 etapas, sendo a primeira liquidação realizada no dia 08 de agosto de 2018 no valor de R$15.299 e o valor residual da cessão R$4.201 foi liberado para a Companhia, quando as garantias foram registradas. A Companhia deu o próprio imóvel como garantia, no caso de inadimplemento da Cencosud, imóvel avaliado em R$36.008. Devido a isso, a cessão está classificada na conta de "Empréstimos e Financiamento" (Nota Explicativa nº 14), e está registrada pelo valor líquido recebido de R$18.278 em 31/12/2020 (R$19.228 em 31/12/2019). A receita decorrente do aluguel e os respectivos custos da operação, sendo estes correspondentes a amortização da dívida, são mensalmente apropriados de acordo com o prazo das parcelas cedidas. O valor registrado na rubrica de propriedade para investimento de coligada, no montante de R$17.004 (31/12/2019 - R$ 17.464), corresponde a fração do custo de construção da unidade relacionada ao contrato de aluguel, líquido da depreciação acumulada. **12 Imobilizado.** O ativo imobilizado é composto, principalmente, dos bens utilizados nas instalações da Companhia (móveis, utensílios e computadores, dentre outros). Está contabilizado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação.

	Taxa anual de depreciação	Controladora 31/12/2020 Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado líquido	Controladora 31/12/2019 Imobilizado líquido
Computadores e Periféricos	20%	1.732	(1.706)	26	21
Instalações	3%	1.956	(651)	1.305	1.370
Máquinas e Equipamentos	10%	295	(295)	-	-
Móveis e Utensílios	10%	1.969	(1.816)	153	350
Estande e apartamento decorado **(a)**		2.544	(2.195)	349	349
Direito de uso de propriedade **(b)**		2.524	(1.009)	1.515	2.019
		11.020	(7.672)	3.348	4.109

	Taxa anual de depreciação	Consolidado 31/12/2020 Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado líquido	Consolidado 31/12/2019 Imobilizado líquido
Computadores e Periféricos	20%	1.754	(1.727)	27	27
Instalações	3%	3.885	(1.621)	2.264	2.396
Máquinas e Equipamentos	10%	438	(389)	49	55
Móveis e Utensílios	10%	2.391	(2.193)	198	420
Estande e apartamento decorado **(a)**		4.632	(3.707)	925	925
Direito de uso de propriedade **(b)**		2.524	(1.009)	1.515	2.019
		15.624	(10.646)	4.978	5.842

(a) Os gastos com a construção dos estandes de venda e do apartamento modelo são capitalizados apenas quando a expectativa de vida útil-econômica for superior a um ano e depreciados de acordo com o prazo de vida útil-econômica, que varia de acordo com cada empreendimento, e são baixados por ocasião do término da comercialização ou demolição. **(b)** O Direito de uso de propriedade é referente ao aluguel das salas da sede administrativa e do arquivo de documentos da Companhia, que possuem contrato com vigência de 5 anos. **13 Intangível.** O intangível da controladora é composto, principalmente, das licenças de softwares e está contabilizado pelo custo de aquisição deduzido de amortização. O consolidado é composto, principalmente, pelo valor justo dos projetos adquiridos quando da aquisição da Incorporadora Pinheiro Pereira (atual João Fortes Construtora Ltda.) em 26/01/2011. Os projetos de empreendimento são decorrentes da aquisição da IPP (R$63.259), de aquisições em etapas da SPE 5 de Julho (R$3.046) e da SPE Contemporanium (R$463). Os projetos têm vida útil definida e estão sendo amortizados de forma linear de acordo com período de construção. Entretanto, destaca-se que em 31/12/2020, há dois projetos de empreendimentos imobiliários totalizando o valor bruto de R$21.144, cujos custos intangíveis ainda não estão sendo amortizados, pois eles ainda não foram iniciados, devendo ser lançados futuramente.

	Controladora Softwares	Consolidado Projetos de empreendimentos	Consolidado Softwares	Consolidado Total
Em 31 de dezembro de 2018	**208**	**21.144**	**178**	**21.322**
Amortização	(65)	-	(65)	(65)
Aquisições	185	-	223	223
Em 31 de dezembro de 2019	**328**	**21.144**	**336**	**21.480**
Amortização	(98)	-	(98)	(98)
Aquisições	214	-	214	214
Em 31 de dezembro de 2020	**444**	**21.144**	**452**	**21.596**

14 Empréstimos e financiamentos

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Em moeda nacional				
Capital de giro	91.617	87.933	91.617	87.933
Cessão de recebíveis	673	-	19.391	19.680
Crédito imobiliário	48.404	44.337	411.144	400.066
	140.694	132.270	522.152	507.679
Passivo circulante	136.470	118.111	491.148	444.082
Não circulante	4.224	14.159	31.004	63.597

Modalidade de empréstimos no passivo circulante:

Passivo Circulante por operação	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Em moeda nacional				
Capital de giro	91.617	82.952	91.617	82.952
Cessão de recebíveis	110	-	1.620	1.464
Crédito imobiliário	44.743	35.159	397.911	359.666
	136.470	118.111	491.148	444.082

Os financiamentos imobiliários e de capital de giro estão garantidos por hipotecas e recebíveis dos respectivos imóveis. Os valores dos recebíveis estão demonstrados pelo valor faturado e não contemplam os ajustes do POC. Segue abaixo o quadro de garantia de empréstimos:

Garantia dos empréstimos	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Estoques	12.376	107.596
Contas a receber	124.290	217.655
Equivalentes de caixa/ Aplicações financeiras	1.029	2.401
	137.695	327.652

Os montantes em aberto de longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Períodos	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
entre 1 e 2 anos	3.793	12.114	15.212	40.507
entre 2 e 3 anos	133	2.045	1.978	8.387
entre 3 e 4 anos	133	-	1.815	1.614
de 4 em diante	165	-	11.999	13.089
	4.224	14.159	31.004	63.597

Os principais dados sobre os empréstimos e financiamentos:

Empréstimos, financiamentos e cessão em reais		31/12/2020 Controladora	31/12/2020 Consolidado
Taxa média	**Vencimento**		
148,92% do CDI	Dez/2020	53.821	53.821
CDI +6,13% a.a.	entre set/2020 a ou/2021	37.797	37.796
IGP-M + 12% juros a.a.	entre set/2020 a fev/2028	673	1.121
10,02% a.a.	entre set/2020 a jul/2031	-	18.270
		92.291	111.008
Financiamentos Imobiliários			
Taxa	**Vencimento**		
CDI+4,80% a.a.	entre set/2020 e dez/2020	-	8.690
TR + 11,28% a.a.	entre set/2020 a mai/2022	48.403	402.454
		48.403	411.144

A Companhia possui contratos de empréstimos, com *Covenants* normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e de outros itens. Os *Covenants* são calculados com base nos indicadores abaixo, determinados com base nas demonstrações financeiras da Companhia e em *Rating* independente da Fitch, sendo todos computados para a data base de 31 de dezembro de 2020: • Índices de EBIT ajustado (Earning Before Interest and Taxes). • Índices para Níveis máximos de endividamento. • Índices para Níveis mínimos de liquidez. • *Rating* independente da Fitch. Destaca-se que em 31/12/2020 a Companhia possuía 10 contratos com o Bancos Credit Suisse e 1 contrato com o Banco do Brasil, os quais os *Covenants* foram quebrados. Eventuais penalidades reclamadas pelo não pagamento a esses credores estão devidamente provisionados nessa data. A Companhia segue a orientação da regra contábil definida no CPC 26 (R1) e mantém no passivo circulante, os saldos das operações afetadas pelo Covenant.

JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 33.035.536/0001-00

www.joaofortes.com.br

16 Debêntures a pagar

Data da emissão	Emissões	Principal R$	Remuneração anual	Vencimento final	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
16/05/2013	3ª Emissão - 3ª serie	50.129	CDI + Juros 0,055 a.a	30/11/2021	63.094	60.958	63.094	60.958
15/08/2015	4ª Emissão	150.000	Variável **(a)**	17/05/2021	150.000	150.000	-	-
15/08/2015	5ª Emissão	100.000	Variável **(a)**	16/05/2022	100.000	100.000	-	-
					313.094	310.958	63.094	60.958
			Passivo circulante		213.094	60.958	63.094	60.958
			Passivo não circulante		100.000	250.000	-	-

(a) O valor de Remuneração por Debêntures corresponde a um percentual sobre o resultado consolidado da Companhia, considerando, de maneira agregada, os períodos de Apuração de 2016 a 2020. Caso o resultado seja negativo, não haverá remuneração e/ou perda do principal. Todos os credores referentes a 4ª e 5ª emissão são empresas controladas do grupo, portanto, representam uma transação com partes relacionadas conforme mencionado na Nota 16. As debêntures acima listadas não apresentam nenhum tipo de cláusula de covenants. As debêntures serão amortizadas conforme prazos apresentados:

Amortizações				
Períodos de vencimentos devidos	**Controladora 31/12/2020**	**Controladora 31/12/2019**	**Consolidado 31/12/2020**	**Consolidado 31/12/2019**
Até 1 ano	276.188	60.958	63.094	60.958
Acima de 1 ano	36.906	250.000	-	-
	313.094	310.958	63.094	60.958

18 Partes relacionadas. A Companhia, os acionistas controladores e as controladas e controladas em conjunto realizam operações comerciais e financeiras entre si, a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições consideradas pela Administração como usualmente praticadas no mercado de incorporação imobiliária. Os saldos de partes relacionadas foram eliminados integralmente na consolidação. As contas a receber de partes relacionadas no consolidado estão garantidas pela participação dessas pessoas físicas e jurídicas em empreendimentos da Companhia. Esses saldos incluem encargos financeiros atualizados pelo CDI, sem previsão de liquidação. Em 11/12/2015, o Conselho de Administração deliberou sobre a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, objeto de colocação privada, no valor nominal total de R$150.000. Em 31/12/2016 as Partes Relacionadas haviam adquirido o valor total de emissão de R$150.000. Em 11/03/2016, o Conselho de Administração deliberou sobre a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, objeto de colocação privada, no valor nominal total de R$100.000. Em 31/12/2016 as Partes Relacionadas haviam adquirido R$90.000. Durante o decorrer do exercício de 2019, as Partes relacionadas adquiriram o restante das debêntures emitidas no valor de R$10.000, totalizando a cifra de R$100.000.

ATIVO	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Mútuos com Controladas	282.822	287.115	-	-
Cartas de Crédito com Controladas	11.286	11.286	-	-
Demais Partes relacionadas não consolidadas **(a)**	68.751	64.467	68.751	64.467
Outras partes Relacionadas **(b)**	-	-	187	250
(-) Provisão para perda estimada de créditos	(68.751)	(30.453)	(68.751)	(30.453)
Dividendos a receber	7.188	31.814	-	-
Dividendos antecipados	-	-	991	815
Total valores a receber de partes relacionadas	**301.296**	**364.229**	**1.178**	**35.079**
Ativo circulante	-	34.014	187	34.264
Ativo não circulante	301.296	330.215	991	815

PASSIVO	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Mútuos com Controladas	383.042	367.984	-	-
Demais Partes relacionadas não consolidadas **(a)**	46.261	46.261	46.261	46.261
Mútuo com Acionistas	54.733	52.195	59.865	52.194
Outras partes Relacionadas **(b)**	-	-	-	14.299
Dividendos a pagar	530	530	530	7.630
Dividendos antecipados	4.511	4.687	-	-
Total de valores a pagar de partes relacionadas	**489.077**	**471.657**	**106.656**	**120.384**
Passivo circulante	101.524	98.985	106.656	120.384
Passivo não circulante	387.553	372.672	-	-

Os mútuos entre Companhias do grupo são remunerados com base no IGPM.

(a) Demais partes relacionadas não consolidadas ATIVO	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Gelub Investimentos Imobiliários Ltda.	68.751	64.467	68.751	64.467
	68.751	64.467	68.751	64.467
(b) Outras Partes Relacionadas				
Performance	-	-	187	250
	-	-	187	250

(a) Demais partes relacionadas não consolidadas PASSIVO	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
BFC Administradora de Bens S/A	44.053	44.053	44.053	44.053
MNR 6 Empreendimentos Imobiliários S/A	2.208	2.208	2.208	2.208
	46.261	46.261	46.261	46.261
(b) Outras Partes Relacionadas				
MRM Construtora Ltda.	-	-	-	14.299
	-	-	-	14.299

16.1 Remuneração dos administradores do exercício

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Honorários do Conselho	(288)	(288)	(288)	(288)
Honorários da Administração	(240)	(348)	(1.245)	(989)
	(528)	(636)	(1.533)	(1.277)

Os bônus dos administradores são definidos e devidamente registrados quando da aprovação das demonstrações financeiras na Assembleia Geral de Acionistas. **16.2 Benefícios a empregados.** Desde 2010 a Companhia manteve planos de previdência privada de contribuição definida para seus empregados efetuando contribuições mensais com base na folha de pagamento aos fundos oficiais de aposentadoria e de previdência social, as quais foram lançadas em despesas pelo regime de competência. Aderindo ao plano e realizando a Contribuição Participante, a João Fortes efetuou a Contribuição Empresa até dezembro de 2017, que é equivalente a 100% (cem por cento) da contribuição Participante. Em caso de RESGATE TOTAL do saldo formado pela Contribuição Básica Participante, o Participante perderá integralmente o saldo formado pela Contribuição Mensal Empresa e terá seu plano cancelado. Em caso de RESGATE PARCIAL do saldo formado pela Contribuição Mensal Participante, o Participante perderá a mesma proporção do saldo formado pela Contribuição Mensal Empresa e continuará normalmente no plano. **17 Contas a pagar por aquisição de imóveis. 17.1. Terrenos para futuras incorporações**

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Em unidades (permuta)	35.148	35.148	83.755	84.849
Em moeda corrente	19.052	8.148	14.089	3.636
	54.200	43.296	97.844	88.485
Passivo circulante	54.200	43.296	73.136	63.777
Passivo não circulante	-	-	24.708	24.708

Valores a pagar por ano de vencimento:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Em moeda (R$)				
até 1 ano	19.052	8.148	14.089	3.636
Em unidades (permuta)	35.148	35.148	59.047	60.141
Passivo circulante	54.200	43.296	73.136	63.777
Em unidades (permuta)	-	-	24.708	24.708
Passivo não circulante	-	-	24.708	24.708

18 Adiantamento de clientes. Para as vendas de unidades não concluídas, a receita é reconhecida de acordo com o percentual de avanço físico-financeiro da obra durante todo o período de construção em conformidade com a orientação OCPC-04. Os recebimentos ocorridos antes do cronograma físico-financeiro por esta norma são registrados como adiantamentos de clientes.

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Clientes de Incorporação imobiliária	19.151	20.728
Permuta por terrenos	139.161	139.161
Permuta por terrenos apropriada	(136.632)	(136.573)
Permuta por terrenos a apropriar	2.529	2.588
	21.680	23.316
Passivo circulante	19.151	20.728
Passivo não circulante	2.529	2.588

19 Tributos e contribuições sociais diferidos. O imposto de renda, a contribuição social, o RET, o PIS e a COFINS diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrente de diferenças temporárias entre a base fiscal, que basicamente determina o momento do recolhimento, conforme o recebimento (Instrução Normativa SRF nº 84/79) e a efetiva apropriação do lucro imobiliário, em conformidade com a Resolução nº 963/03 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Deliberação CVM 561/08 (CPC-O-01). **19.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos.** A tributação da diferença entre o lucro auferido pelo regime de caixa e aquele apurado de acordo com o regime de competência, ocorre no prazo de recebimento das vendas realizadas e a conclusão das obras correspondentes. Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social a serem compensados com lucros tributáveis futuros não possuem prazos prescricionais, sendo sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro. A Companhia não constitui impostos diferidos ativos por conta da inexistência de projeção de lucros tributáveis. Cabe mencionar que todas as controladas da Companhia apresentam passivos fiscais diferidos líquidos dos ativos fiscais diferidos. O imposto de renda e a contribuição social foram calculados à alíquota de 25% e 9%, respectivamente. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Prejuízos fiscais de IRPJ	15.657	16.067	15.657	16.067
Bases negativas de CSLL	5.637	5.784	5.637	5.784
Diferenças temporárias:				
Contingências	6.567	6.783	38.918	39.780
Provisão para perdas em Investimentos	777	777	777	777
Provisão para perdas de estoques	309	208	73.779	75.428
Provisão para garantia de obras	-	-	1.546	2.408
Ativo	28.947	29.619	136.314	140.244
Lucro líquido diferido de incorporação de imóveis	3.983	4.254	125.913	127.927
Despesas diferidas **(a)**	74.642	76.345	74.642	76.345
Passivo	78.625	80.599	200.555	204.272
Imposto diferido líquido	(49.678)	(50.980)	(64.241)	(64.028)
Ativo Diferido PERT	-	-	290	290
Saldo Diferido Líquido	(49.678)	(50.980)	(63.951)	(63.738)

(a) As despesas diferidas são compostas por comissões de vendas, juros atribuídos aos estoques das investidas e despesas de empréstimos na controladora. **19.2. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social do exercício.** O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados com a alíquota de imposto nominal calculado, conforme demonstrado a seguir:

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
	(169.959)	(384.896)	(156.372)	(400.134)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(57.786)	(130.865)	(53.166)	(136.046)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Perda nas participações societárias	28.315	99.279	2.481	21.740
Efeito líquido de adições, exclusões e de compensação de prejuízos fiscais **(a)**	30.773	42.299	36.114	118.431
Perda (Recuperação) de ativo fiscal	558	4.596	558	4.596
Diferença de encargo de imposto de renda e de contribuição social de sociedades controladas calculados pelo lucro presumido e regime especial de tributação (RET) à aliquota e bases diferenciadas	(558)	(4.596)	(558)	(4.596)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	1.302	10.713	(14.571)	4.125
Parcela corrente	-	-	(14.660)	(7.890)
Parcela diferida	1.302	10.713	89	12.015
	1.302	10.713	(14.571)	4.125

(a) Compreende provisão para contingências e provisão para distratos diferidos. **20 Demais tributos e contribuições a pagar.** A composição dos demais tributos e contribuições pode ser assim demonstrada:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Regime Especial de tributação a pagar	-	-	22.404	22.235
PIS a pagar	730	704	2.561	2.110
COFINS a pagar	4.590	4.328	13.352	10.915
IPTU a pagar	3.270	3.270	10.509	10.509
ISS a recolher	934	925	3.027	2.850
INSS a recolher	251	227	3.265	2.898
IRRF a recolher	396	49	5.694	4.501
Encargos financeiros	-	-	136	136
Outros	3.359	3.364	6.107	5.872
	13.530	12.867	67.055	62.026

21 Provisão para contingências. Esta pode ser assim demonstrada:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Cíveis	10.361	10.782	104.527	106.640
Trabalhistas	8.955	9.168	9.774	10.083
Tributárias	-	-	164	276
	19.316	19.950	114.465	116.999
Depósitos judiciais ativos	-	-	2.163	2.163

Os processos cíveis nos quais a Companhia e as sociedades controladas figuram no polo passivo estão relacionados, à revisão de cláusula contratual de reajustamento e juros sobre parcelas em cobrança, atraso de obra, rescisões, dentre outros. A Companhia depositou judicialmente, dadas as demandas processuais, valores para fazer face às contingências cíveis e trabalhistas. Em 31/12/2020, conforme avaliação da Administração, e de seus consultores jurídicos, as contingências com expectativa de perda possível, em razão da matéria fática envolvida e das contestações apresentadas nos referidos processos, pode assim ser demonstrada:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Cíveis	11.722	9.452	70.582	40.558
Trabalhistas	11.372	10.329	17.740	19.786
Tributárias	17.984	17.971	18.929	19.401
	41.078	37.752	107.251	79.745

22 Provisão para garantias de obras. Alocada na João fortes Construtora, por ser ela a executora da construção na maioria dos empreendimentos. No caso de empresa subcontratadas para execução dos serviços (responsabilidade e custos), os montantes não são significativos, e dessa forma, vêm sendo reconhecidos quando efetivamente incorridos.

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Garantia de obras	4.547	7.081
Passivo circulante	1.695	2.650
Passivo não circulante	2.852	4.431

Como parte de acordo de saída da Companhia, os ex-controladores da Incorporadora Pinheiro Pereira S.A. (atual João Fortes Niterói) deram em garantia à Companhia nove apartamentos no valor de R$ 4.811 para cobrir eventuais despesas de indenizações com os adquirentes do empreendimento Contemporanium, referente aos imóveis comercializados até 14 de outubro de 2011. Caso a Companhia incorra em alguma dívida proveniente do empreendimento Contemporanium, os ex-controladores possuem a opção de liquidar a sua dívida perante a Companhia em dinheiro ou tais imóveis dados em garantia serão por ela utilizados, até o limite da dívida. **23 Provisão para rescisões a pagar.** Em 31/12/2020, os saldos individuais e consolidados compreendem R$9.264 e R$213.818 (R$7.129 e R$201.578 em 31/12/2019) dos contratos de compromisso de compra e venda de imóveis distratados. Sendo assim, os empreendimentos em andamento que possuem probabilidade de distrato por parte dos compradores e suas consequências financeiras para todos os contratos com os clientes, bem como para os distratos já efetuados, os quais a Companhia reconhece o passivo de devolução de adiantamentos de clientes e as respectivas baixas do contas a receber anteriormente registradas, sendo os efeitos de ganho ou perda reconhecidos imediatamente no resultado. Nos distratos de contrato de compromisso de compra e venda de imóveis, a receita e o custo reconhecido anteriormente alocados no resultado são revertidos, conforme os critérios de apuração já mencionados acima. Portanto, a reversão do custo dos produtos vendidos aumenta os estoques de imóveis a comercializar. **24 Indenizações a pagar.** Em 31/12/2020, os saldos individuais e consolidados compreendem R$ 26.703 e R$ 313.233 (R$ 21.589 e R$ 265.114 em 31/12/2019) é decorrente de multas e indenizações. O saldo de indenizações a pagar é composto por multas por atrasos na entrega das obras, calculadas através do tempo de atraso em relação a data de entrega nos termos previamente ente acordados em contrato e pelos valores adicionais de indenizações, decorrentes do resultado desfavorável de processos contingentes cíveis e trabalhistas as quais a Companhia está envolvida através de decisões judiciais.

25 Outros passivos	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Valores reembolsáveis a clientes **(a)**	-	-	9.629	9.582
Créditos não identificados **(b)**	3.400	3.369	9.320	9.330
Outras contas a pagar **(c)**	1.911	2.046	14.677	14.685
	5.311	5.415	33.626	33.597
Parcela circulante	5.311	5.415	28.232	28.240
Parcela não circulante	-	-	5.394	5.357

Segue abaixo uma breve descrição da composição dos saldos de outros passivos: (a) Os valores reembolsáveis à clientes são compostos principalmente pelos adiantamentos efetuados pelos clientes para compor o fundo de decoração dos empreendimentos. (b) Saldo referente a créditos bancários não identificados pela controladora e suas controladas. (c) Decorrem principalmente de obrigações pela aquisição de participações de empresas com antigas partes relacionadas e valores a pagar de condomínio de unidades disponíveis para venda. **26 Cobertura de Seguros (Não auditado).** A Companhia e suas controladas contratam seguros de riscos de engenharia e responsabilidade civil, sendo a cobertura contratada, como indicada a seguir, considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame e/ ou revisão de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas/ revisadas pelos nossos auditores independentes.

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019
Engenharia	370.197	545.197
Responsabilidade Civil	10.100	10.900
Incêndio e Empresarial	9.250	9.250
	389.547	565.347

27 Passivo a descoberto. 27.1 Capital social. O Capital Social Subscrito e integralizado da Companhia em 31/12/2020 e 31/12/2019 é de R$ 2.103.387, dividido em 105.203.815 ações, todas ordinárias, nominativas e escriturais sem valor nominal. **27.2 Ações em tesouraria.** Os ex-acionistas da IPP (atual João Fortes Construtora Ltda.) se retiraram da sociedade e entregaram ações de sua propriedade, no valor de R$ 12.058, para quitar os compromissos assumidos quando da venda da IPP, tendo sido autorizado pelo Conselho de Administração na Reunião de 28 de março de 2018 a venda das referidas ações em bolsa, devendo ser realizada conforme condições de mercado. Efetivamente, em agosto de 2019, a Companhia realizou um leilão das suas as ações em tesouraria, que foram utilizadas para quitar ações judiciais. **28 Informação por segmento de negócio.** A Administração da Companhia baseia os seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras na mesma base que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como "Negócios Imobiliários". A informação segmentada por preços de produtos ou por área geográfica também não é relevante, pois a Companhia trabalha com um custo limitado para aquisição de terrenos nas cidades em que são lançados os empreendimentos, conforme viabilidade econômico-financeira. Como consequência, devido ao fato de a administração não utilizar qualquer sistema de informação diferente das demonstrações financeiras e não usar nenhum indicador que não os apresentados nas demonstrações financeiras em 31/12/2020 e 31/12/2019, nenhum relatório específico será demonstrado, como definido pelo CPC 22.

29 Prejuízo operacional bruto	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Demonstração da Receita Liquida				
Incorporação de imóveis	(4.931)	1.291	28.429	172.789
Contrato de construção				
Obras por administração	-	-	847	2.793
Comissão sobre planejamento e vendas	-	-	317	505
Receita de aluguel	-	-	2.799	2.961
Outras receitas	3	1.383	28	3.396
Total da Receita Bruta	**(4.928)**	**2.674**	**32.420**	**182.444**
Impostos Incidentes sobre vendas				
Total dos Impostos Incidentes sobre vendas	(166)	383	(3.436)	(7.688)
Receita Liquida	**(5.094)**	**3.057**	**28.984**	**174.756**
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados				
Incorporação de imóveis				
Custo da Unidade Vendida	2.785	(4.854)	(28.105)	(187.203)
Custo financeiro das unidades vendidas	373	(861)	(10.375)	(50.993)
Custo de Manutenção	(291)	(519)	754	(631)
Constituição/ Reversão de estimadas na realização dos estoques	(300)	183	4.671	(22.215)
	2.567	(6.051)	(33.055)	(261.042)
Contrato de construção				
Obras por administração	(327)	(363)	(2.322)	(4.617)
Custo dos Produtos e Serviços Prestados	**2.240**	**(6.414)**	**(35.377)**	**(265.659)**
(Prejuízo) operacional bruto	**(2.854)**	**(3.357)**	**(6.393)**	**(90.903)**

30 Despesas por natureza **30.1. Despesas comerciais**	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Provisão das Perdas Estimadas de Créditos	(36.696)	(4.877)	(50.727)	(4.822)
Corretagem	-	(13)	(100)	(1.305)
Publicidade	(43)	(30)	(107)	(505)
Outras despesas de comercialização	(5.315)	(2.026)	(15.714)	(14.070)
	(42.054)	(6.946)	(66.648)	(20.702)

30.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Pessoal	(5.329)	(6.819)	(12.754)	(15.934)
Gastos gerais	(11.377)	(14.795)	(13.516)	(20.334)
Depreciação	(873)	(863)	(1.430)	(1.497)
Honorários da administração	(528)	(636)	(1.533)	(1.277)
	(18.107)	(23.113)	(29.233)	(39.042)

31 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Custo na venda de investimentos **(a)**	-	-	(15.498)	-
Outros custos de investimentos **(b)**	-	(11.785)	-	(11.785)
Perda na rescisão de terrenos **(c)**	-	-	-	(19.835)
(Provisão) / Reversão para contingências cíveis **(d)**	634	(2.663)	2.145	(13.994)
Provisão para contingências fiscais	-	-	112	2
(Despesas) de Indenizações **(e)**	(6.237)	(14.706)	(56.398)	(33.487)
Prov. indenizações por atraso de obra	-	(6)	3.096	1.485
(Despesas) operacionais diversas	-	485	(52)	(1.555)
	(5.603)	(28.675)	(66.596)	(79.169)
Receita na venda de investimentos **(a)**	-	-	15.576	-
Reembolso de despesas	-	15	-	124
Outras receitas **(f)**	14	2.718	13.120	2.752
	14	2.733	28.696	2.876

(a) Refere-se ao custo e a receita na venda da participação na empresa Santa Vitória Empreendimentos Imobiliarios Ltda, efetuada através da controlada Frank Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., ocorrida no exercício. (b) Este resultado negativo corresponde ao prejuízo auferido com o leilão das ações em tesouraria da controladora, ocorrido no exercício. (c) A perda da rescisão de terrenos é decorrente do prejuízo na venda do terreno da controlada Pelicano Empreendimentos Imobiliários Ltda. (d) A variação dessa provisão é motivada pelo encerramento e pelas mudanças de diagnóstico de rescisões de promessas de compra e venda ao longo do exercício. (e) As despesas com indenizações são decorrentes de valores adicionais de danos e de verbas indenizatórias julgadas desfavoráveis em processos jurídicos cíveis e trabalhistas, as quais a Companhia está envolvida através de decisões judiciais. (f) Refere-se a receita obtida pela controlada Frank Empreendimentos Imobiliários Ltda. através da cessão de dívidas, assumidas pelo sócio MRM Construtora Ltda. na compra da totalidade das ações da investida da Santa Vitória Empreendimentos Imobiliários Ltda.

32 Resultado financeiro Despesas	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Juros sobre Empréstimos e financiamentos	(546)	(649)	(14.272)	(58.675)
Variações monetárias passivas	(23.879)	(40.492)	(15.587)	(43.117)
Descontos concedidos	(477)	(964)	(390)	(15.607)
Encargos moratórios	(718)	(926)	(5.519)	(4.788)
Outras despesas	(223)	(791)	(865)	(1.615)
	(25.843)	(43.822)	(36.633)	(123.802)
(-) Despesas alocadas aos empreendimentos **(a)**	-	-	-	-
	(25.843)	(43.822)	(36.633)	(123.802)
Receitas				
Variação monetárias ativas (b)	7.628	8.010	22.436	7.512
Receitas de aplicações financeiras	59	201	427	1.933
Outras receitas	80	2.070	4.868	5.104
	7.767	10.281	27.731	14.549
	(18.076)	(33.541)	(8.902)	(109.253)

(a) Em decorrência da paralização das obras a despesa de juros não foram capitalizadas a partir de 01/01/2019, e como pode ser visto elas estão integralmente registradas no resultado. (b) A receitas de variação monetárias ativas sofreram aumento devido a variação positiva do IGP-M a qual são corrigidos os valores a receber. **33 Prejuízo líquido por ação (Básico e Diluído).** Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o prejuízo por ação para os exercícios de 2020 e 2019. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019
Prejuízo líquido do exercício	(168.657)	(374.183)
Quantidade ponderada de ações	105.203.815	105.029.815
Prejuízo por ação básico e diluído	(1,6031)	(3,5567)

34 Empreendimentos em Construção – informações e compromissos. Em atendimento aos Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, referente ao reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias não concluídas nas incorporadoras imobiliárias brasileiras, a Companhia apresenta informações acerca dos seus empreendimentos em construção, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Rendas a apropriar de unidades vendidas	-	-	99.132	101.652
Custo orçado a apropriar de unidades vendidas	-	-	(67.886)	(72.010)
Custo orçado a apropriar de unidades em estoque	-	-	(84.810)	(84.899)
(i) Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas				
Empreendimentos em construção:				
(a) Receita de vendas contratadas	-	-	415.079	431.343
Receita de vendas apropriadas:				
Receitas de vendas apropriadas	-	-	486.760	503.251
Distratos – receitas estornadas	-	-	(169.812)	(173.560)
(b) Receita de vendas apropriadas líquidas	-	-	**(316.948)**	**(329.691)**
Receita de vendas a apropriar (a+b)	-	-	**98.132**	**101.652**
(ii) Receita de indenização por distratos	1.436	1.063	3.479	4.825
(iii) Receita de vendas a apropriar de contratos não qualificáveis para reconhecimento de receita	-	-	-	-
(iv) Provisão para distratos (passivo)				
Ajustes em receitas apropriadas	-	-	169.812	173.560
Ajustes em contas a receber de clientes	-	-	(73.989)	(69.944)
Receita de indenização por distratos	(1.436)	(1.063)	(3.479)	(4.825)
Ajuste em adiantamento de clientes	-	-	5.357	5.521

JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 33.035.536/0001-00
www.joaofortes.com.br

(v) Custos orçados a apropriar de unidades vendidas				
Empreendimentos em construção:				
(a) Custo orçado das unidades	-	-	(295.340)	(315.468)
Custo incorrido das unidades:				
Custo de construção	-	-	(335.166)	(351.467)
Distratos – custos de construção	-	-	107.713	108.009
(b) Custo incorrido líquido	-	-	**227.454**	**243.458**
Custo a incorrer das unidades vendidas (a+b)	-	-	**(67.886)**	**(72.010)**
(iii) Custos orçados a apropriar de unidades em estoque				
Empreendimentos em construção:				
Custo orçado das unidades	-	-	(421.113)	(480.424)
Custo incorrido das unidades	-	-	336.303	395.525
Custo orçado a apropriar	-	-	**(84.810)**	**(84.899)**

Receitas de vendas a apropriar - Estão mensuradas pelo valor nominal dos contratos, acrescido de atualizações monetárias contratuais e deduzidos de distratos, não considerando os efeitos de impostos incidentes e ajuste a valor presente e não contemplam os empreendimentos que estão sob restrição por cláusula suspensiva (período legal de 180 dias que a Companhia pode cancelar uma incorporação) e, portanto, não apropriada ao resultado. **Custos orçados a apropriar das unidades vendidas e em estoque** – Estas não contemplam encargos financeiros, os quais são apropriados aos imóveis a comercializar e ao resultado (custo dos imóveis vendidos) proporcionalmente às unidades imobiliárias vendidas a medida que são incorridas.

Roberto Alexandre de A. A. Q. Correa
Representante Legal
Diretor Presidente
CPF: 850.819.657-11

Rafael Luis Souza do Nascimento
Contador
CRC RJ-105.669/O-4
CPF: 097.273.207-16

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos: Acionistas e Administradores da **João Fortes Engenharia S.A. - Em Recuperação Judicial** Rio de Janeiro - RJ. **1. Abstenção de opinião.** Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **João Fortes Engenharia S.A. - Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **João Fortes Engenharia S.A. - Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Abstenção de Opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **2. Base para abstenção de opinião.** ***Plano de recuperação judicial (RJ) e continuidade operacional da Companhia.*** Conforme descrito na Nota Explicativa n°1.2 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia ajuizou o pedido de Recuperação Judicial em 27 de abril de 2020, junto à Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Nos termos da Lei 11.101/2005, a Companhia protocolou o plano de RJ em 27/07/2020, contendo a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, a demonstração de sua viabilidade econômica e a avaliação dos seus bens e ativos. O referido plano de negócio tem como objetivo reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, finalizar as obras que estão em andamento e honrar os compromissos assumidos pela Companhia e inclui as alternativas para a captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa projetados para os próximos exercícios. Ainda relata-se que a Companhia: (i) está aguardando a realização da Assembleia Geral de Credores (AGC) para aprovação do referido plano, que será oportunamente convocada em data ainda a ser definida pelo juiz responsável pela RJ; (ii) apresentou prejuízo líquido do exercício corrente e passivo a descoberto consolidados de R$170.943 mil e R$456.665 mil, respectivamente (em 31/12/2019 eles, respectivamente eram de R$396.009 mil e R$289.626 mil; (iii) a Companhia tem vivenciado questões de mercado com a pandemia do COVID-19 desde março/2020, as quais trazem maior indefinição sobre o comportamento e os consequentes reflexos para o seu negócio para à respectiva aprovação do plano de RJ pela AGC; e (iv) portanto, considerando-se esse conjunto de elementos e a amplitude envolvida no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31/12/2020, que remete-lhes a um cenário de incertezas, as circunstâncias não nos permitem neste momento opinar que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a sua elaboração do exercício corrente são apropriadas. **3. Ênfase.** ***(i) Reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle.*** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.7, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **4. Outros assuntos. (i)** ***Demonstração do valor adicionado.*** Fomos contratados para examinar a Demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre essa Demonstração do valor adicionado (DVA) , pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção acima intitulada "Base para Abstenção de Opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa Demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). ***(ii) Demonstrações financeiras do exercício anterior findo em 31/12/2019.*** Essas demonstrações financeiras da Companhia foram também por nós auditadas, que sobre as quais emitimos uma abstenção de opinião semelhante à descrita nos parágrafos 1 e 2 acima, em 08 de fevereiro de 2021. **5. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **6. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e de suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração dessas demonstrações financeiras. **7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 31 de março de 2021.
Luiz Cláudio Fontes - Contador - CRC 1RJ-032.470/O-9
RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7 "S" – RJ

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES AÇÃO

abrasca companhia associada

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras consolidadas, acompanhadas por parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

ATIVIDADES DA COMPANHIA: A Monteiro Aranha S.A. ("MASA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Brasil, Bolsa, Balcão – B3), tendo como principal atividade a participação em outras sociedades.

CONTEXTO DE NEGÓCIOS EM 2020: No exercício social de 2020, a MASA apresentou um prejuízo consolidado de R$ 9 milhões, comparado com um lucro líquido de R$ 101 milhões no exercício social de 2019, o que representa uma redução de 109%. O resultado menor em 2020 é explicado principalmente (i) pelo menor resultado de equivalência patrimonial (-R$ 123 milhões em 2020 vs. R$ 62 milhões em 2019), devido aos menores resultados da coligada Klabin S.A. (-R$ 166 milhões em 2020 vs. R$ 45 milhões em 2019), compensado parcialmente pelos melhores resultados da coligada Ultrapar Participações S.A. (R$ 40 milhões em 2020 vs. R$ 16 milhões em 2019) e das demais coligadas e controladas em conjunto (R$ 2 milhões em 2020 vs. 1 milhão em 2019); (ii) pelos maiores resultados de outras receitas/despesas operacionais (R$ 120 milhões em 2020 vs. R$ 34 milhões em 2019), devido, principalmente, aos maiores resultados na alienação de participações (R$ 51 milhões em 2020 vs. R$ 13 milhões em 2019), aos maiores resultados com ajuste a valor justo de investimentos e dividendos das investidas não avaliadas por equivalência patrimonial (R$ 47 milhões em 2020 vs. R$ 23 milhões em 2019), aos maiores resultados na variação do percentual de participação em investidas (R$ 20 milhões em 2020 vs. -R$ 1 milhão em 2019), ao ganho por compra vantajosa de investimentos (R$ 2 milhões em 2020) e menores perdas de ajuste de avaliação das propriedades para investimento (-R$ 2 milhões em 2020 vs. -R$ 4 milhões em 2019); (iii) maiores provisões de Imposto de Renda e CSLL diferidos devido aos resultados tributáveis diferidos dos fundos de investimentos, da alienação de investimentos e estoques (-R$ 75 milhões em 2020 vs. -R$ 26 milhões em 2019) e (iv) pelo maior resultado financeiro líquido (R$ 96 milhões em 2020 vs. R$ 75 milhões em 2019) devido, principalmente aos maiores resultados não realizados dos fundos de investimento e pela atualização monetária do contas a receber pela alienação de investimentos. Em 2020, foram declarados R$ 73 milhões de proventos sendo: (i) R$ 22 milhões em dividendos e (ii) R$ 51 milhões em juros sobre capital próprio. Ainda em 2020, a Companhia liquidou a totalidade de seu empréstimo estrangeiro e instrumento de *swap* no valor de R$ 100 milhões, e firmou contratos de empréstimo através de cédulas de crédito bancário ("CCB") no valor total de R$ 200 milhões, com taxa de juros de CDI e acréscimo de taxa fixa entre 0,98% a 1,5% ao ano, e com vencimentos em parcelas ao longo de 2021 e 2022 com prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações e aplicações financeiras. Também em 2020, a Companhia alienou sua propriedade para investimento, Edifício Monteiro Aranha, e seu estoque de 13 Pavimentos da Torre 1º de Março, pelo valor total de R$ 22 milhões e R$ 110 milhões respectivamente, ambos para membros do grupo de controle da Companhia, com entrada paga no ato da assinatura do contrato de compra e venda, e saldo a ser pago em até 05 parcelas semestrais, a partir de dezembro de 2020, com atualização de CDI, acrescidos de 4,5%. Em 2020, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na investida HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A., pelo valor total de R$ 31.051, mediante pagamento de sinal e saldo a ser pago em 19 parcelas mensais, a partir de agosto de 2020, com atualização de CDI, acrescidos de 3,5% ao ano.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Klabin S.A.: Com uma receita líquida de R$ 11,9 bilhões em 2020, a Klabin S.A. apresentou crescimento de 16% sobre a receita líquida do ano anterior. O EBITDA ajustado somou R$ 4,9 bilhões, 14% acima dos R$ 4,3 bilhões verificados em 2019. Em 2020, a Klabin S.A. investiu R$ 5,2 bilhões. Ao final de 2020, o endividamento líquido era de R$ 19,8 bilhões, sendo 3% do endividamento bruto com vencimento no curto prazo, e 79% (incluindo *swaps*) denominado em moeda estrangeira. A relação dívida líquida/EBITDA, medida em reais, era de 4,0 vezes ao final de 2020, superior ao índice de 3,3 vezes apresentados ao final de 2019. Em 2020, a Klabin S.A. teve um prejuízo líquido de R$ 2,4 bilhões, comparado ao lucro líquido de R$ 715 milhões verificados em 2019. Em 2020, MASA reconheceu em seu resultado uma receita de equivalência patrimonial de -R$ 166 milhões e recebeu R$ 1,5 milhões de dividendos e R$ 11,3 milhões de juros sobre capital próprio de Klabin S.A. **Ultrapar Participações S.A.**: Com uma receita líquida de R$ 81,2 bilhões em 2020, a Ultrapar Participações S.A. apresentou uma redução de 9% sobre a receita líquida do ano anterior. O EBITDA ajustado (excluindo efeitos não recorrentes) somou R$ 3,3 bilhões, 5% abaixo dos R$ 3,5 bilhões verificados em 2019. Em 2020 a Ultrapar Participações S.A. investiu R$ 1,5 bilhão. Ao final de 2020, o endividamento líquido consolidado era de R$ 10,5 bilhões, sendo 19% do endividamento bruto com vencimento no curto prazo, e 53% denominado em moeda estrangeira. A relação dívida líquida/EBTIDA era de 3,0 vezes ao final de 2020, em linha com o índice de 3,0 vezes apresentados ao final de 2019. O lucro líquido somou R$ 928 milhões em 2020, 130% acima dos R$ 403 milhões verificados em 2019. Em 2020, MASA reconheceu em seu resultado uma receita de equivalência patrimonial de R$ 40 milhões e recebeu R$ 11,0 milhões de dividendos de Ultrapar Participações S.A. **BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas**: A Companhia atingiu a participação de 8,6% do capital social na BrasilAgro (5.370.050 ações) - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, detidas indiretamente através do FIA Nordland, sem influência significativa, com um ajuste a valor justo de R$ 35 milhões verificado através da cotação da BrasilAgro na B3 no final do exercício social. O FIA Nordland recebeu R$ 4 milhões de proventos da BrasilAgro ao longo de 2020. **Investimentos Imobiliários**: Em 2020, a controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. deu continuidade à comercialização do empreendimento denominado "Nobre Norte Residencial", um projeto residencial de 470 unidades, na Zona Norte do Rio de Janeiro, localizado próximo ao "Norte Shopping", no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 40% de participação em parceria com a Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações, que detém 60%. O empreendimento, lançado em 2014, foi concluído no último trimestre de 2017 e registra 95% de suas unidades vendidas até 31 de dezembro de 2020. Em 2020, foi concluído o empreendimento denominado "Reserva do Conde", um residencial de 120 unidades, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 25% de participação, em parceria com a Concal Construtora Conde Caldas Ltda., com 25%, e Minas Rio Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (empresa pertencente ao Grupo Roma), que detém 50%. O empreendimento foi lançado em 2017 e obteve seu habite-se em 2020, tendo 94% de suas unidades vendidas até 31 de dezembro de 2020. Ao longo de 2020, a Companhia manteve sua participação em fundo de investimentos em empreendimentos imobiliários (FII), dedicados à aquisição de empreendimentos imobiliários voltados para o uso comercial, caracterizados como Shopping Centers. **Fundos Exclusivos**: Em 2020 foram criados os fundos Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("FIP Alta") e Nordland Fundo de Investimento de Ações BDR Nível I Investimento no exterior ("FIA Nordland"), ambos como parte da reorganização da estrutura de fundos exclusivos da Companhia. **Investimentos em Transmissão de Energia Elétrica**: Ao longo de 2020, a Companhia manteve os compromissos de aporte anteriormente assumidos em 2016, 2017 e 2018, no valor de R$ 61 milhões, em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Até o final do exercício de 2020, a Companhia havia integralizado R$ 15 milhões nestes fundos. Em janeiro de 2020, a Companhia, aproveitando as condições de mercado, vendeu suas participações nos fundos Perfin Apollo 11 FIP-IE e Perfin Apollo 12 FIP-IE por meio do processo de listagem do Perfin Apollo Energia FIP-IE na B3. Com essa venda, os compromissos de investimento que a Companhia possuía com esses fundos, que totalizavam R$ 36 milhões ao final do exercício de 2019, dos quais R$ 8 milhões já haviam sido integralizado, foram encerrados, não restando, assim, novas chamadas de capital destes fundos. Esses fatos levaram o valor total comprometido pela Companhia para R$ 25 milhões dos quais R$ 7 milhões já foram integralizados. **Investimentos em Geração Distribuída de Energia Elétrica:** Em 2020, a Companhia manteve os compromissos de aporte anteriormente assumidos de até R$ 32 milhões, e realizou um compromisso de aporte adicional de R$ 9 milhões, totalizando R$ 41 milhões, ao longo de cinco anos, em Fundo de Investimento em Participações (FIPs) dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica. Até o final do exercício de 2020, a Companhia havia integralizado R$ 25 milhões neste fundo. **Investimentos em Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI")**: Em 2020, a Companhia investiu R$ 25 milhões no CRI da 235ª Série da 1ª Emissão da RB SEC. Devido à pandemia de COVID-19, a assembleia geral dos titulares do CRI deliberou sobre o vencimento antecipado dos CRI, e entre abril e agosto a Companhia recebeu R$ 25,5 milhões. **Investimentos em Ativos Judiciais**: Em 2020, a Companhia investiu R$ 20 milhões no FIC FIM XP Special Situations II Capital Crédito Privado Longo Prazo, dedicado à aquisição de ativos judiciais. **Investimentos em Varejo**: Em 2020, a Companhia investiu R$ 25 milhões através do Treecorp Pet Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes, na empresa Zee Dog S.A., uma empresa brasileira de acessórios premium para o mercado pet. **Investimentos em Outras Participações**: Em 2020, a Companhia firmou contrato de compra e venda e outras avenças junto ao BNDES Participações S.A., por meio do qual, subordinado a determinadas condições suspensivas, se comprometeu a adquirir através do FIP Alta, 2.375.479 ações ordinárias, representativas de 20% do capital social votante e total da Nortec Química S.A.

ORÇAMENTO DE CAPITAL: Dando seguimento à constante busca de oportunidades de investimento que gerem valor para a Companhia, a Diretoria revisou o orçamento de capital para o período de 2018 a 2022, que totalizava o montante de R$ 350 milhões. Após a realização de investimentos em 2020 e a identificação de possíveis novas oportunidades, a proposta do orçamento de capital para o período de 2018 a 2022 foi revisado para R$ 400 milhões, assim distribuídos: (i) R$ 230 milhões para investimentos em participações em sociedades, (ii) R$ 120 milhões para fundos de investimentos, (iii) R$ 25 milhões para investimentos em renda fixa de longo prazo e/ou baixa liquidez, e (iv) R$ 25 milhões para investimentos em projetos diversos. Estes investimentos terão como fonte, os lucros retidos na Reserva para Investimentos, nos termos deste orçamento de capital, no art. 196 da Lei n.º 6.404, de 1976, no montante total de R$ 250 milhões e recursos de terceiros no montante de R$ 150 milhões.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES: Em atendimento à determinação da Instrução CVM n°. 381/03, a Administração da Companhia informa que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não contratou seus auditores independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em seu relacionamento com o auditor independente, buscou avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia. A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. iniciou seus serviços de auditoria externa para a Companhia em 2017.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA: A Administração de MASA, declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	197.286	158.746	199.646	158.765
Aplicações financeiras	6	439.747	404.467	439.747	416.792
Dividendos e JCP a receber	7	17.788	14.821	20.657	13.770
Alienação de investimentos	9	–	–	18.062	–
Alienação de estoques	9	–	–	22.176	–
Contas a receber	–	63	175	1.147	2.261
Estoque de imóveis a comercializar	11	–	–	1.264	791
Impostos a recuperar	12	16.165	17.340	16.982	17.933
Outros	–	29	1.025	29	1.025
Total do ativo circulante	–	671.078	596.574	719.710	611.337
Ativo Não Circulante					
Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras	6	485	528	485	528
Alienação de investimentos	9	6.602	–	11.117	–
Alienação de estoques	9	–	–	66.000	–
Partes relacionadas	10	23.801	1	374	987
Estoque de imóveis a comercializar	11	–	–	10.930	103.690
Ações Preferenciais Resgatáveis	10	–	–	2.409	2.409
Outros	–	1.445	1.445	1.446	1.474
Investimentos em controladas e coligadas	14	775.050	914.378	670.196	842.201
Outras Participações	14	134.251	84.771	134.251	84.771
Propriedades para investimentos	15	23.051	46.205	23.051	46.205
Outros investimentos	–	183	183	183	183
Imobilizado	16	10.318	11.450	10.333	11.468
Intangível	–	29	53	29	53
Total do ativo não circulante	–	975.215	1.059.014	930.804	1.093.969
Total do Ativo	–	1.646.293	1.655.588	1.650.514	1.705.306

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo Circulante					
Salários e encargos sociais	–	877	971	1.109	1.108
Impostos e taxas a recolher	–	401	4.280	1.013	4.360
Empréstimos e Financiamentos	22.c	151.364	100.269	151.364	105.039
Debêntures	22.d	53	445	53	445
Dividendos e JCP a pagar	18.d	10.809	7.775	10.809	7.775
Fornecedores	–	133	294	474	460
Obrigações fundos exclusivos	–	1.848	1.713	1.848	1.713
Obrigações com Operações Financeiras	8 e 22.a	430	93.101	430	93.101
Arrendamentos a pagar	–	1.255	1.316	1.255	1.316
Total do passivo circulante	–	167.170	210.164	168.355	215.317
Passivo Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	22.c	50.000	–	50.000	49.069
Debêntures	22.d	200.000	200.000	200.000	200.000
Partes relacionadas	10	31	31	31	31
Arrendamentos a pagar	–	8.814	9.532	8.814	9.532
Tributos diferidos	13.3	243.203	162.871	249.827	162.871
Obrigações com Operações Financeiras	8 e 21	–	–	–	–
Provisão para perda em investimentos	14	3.591	4.506	3	2
Outros	–	580	580	580	580
Total do passivo não circulante	–	506.219	377.520	509.255	422.085
Patrimônio Líquido					
Capital social	18.a	716.838	716.838	716.838	716.838
Reservas de lucros	18.c	295.644	369.372	295.644	369.372
Ajustes de avaliação patrimonial	–	(39.578)	(18.306)	(39.578)	(18.306)
Total do patrimônio líquido	–	972.904	1.067.904	972.904	1.067.904
Participações de minoritários	–	–	–	–	–
Total do patrimônio líquido consolidado	–	–	–	972.904	1.067.904
Total do passivo e patrimônio líquido	–	1.646.293	1.655.588	1.650.514	1.705.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receitas Operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	14	(109.490)	63.967	(123.168)	62.017
Outras receitas	–	–	–	(1.809)	926
	–	(109.490)	63.967	(124.977)	62.943
Receitas (Despesas) Operacionais					
Gerais e administrativas	20	(34.137)	(50.141)	(38.477)	(50.095)
Perda do Valor Realizável Líquido	11	–	–	13.940	5.990
Despesas com Vendas	–	–	–	(42)	–
Outras receitas, líquidas	19	109.750	34.162	119.821	34.327
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	–	(33.877)	47.988	(29.735)	53.165
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	21	675.585	298.624	679.818	299.808
Despesas financeiras	21	(581.049)	(220.154)	(583.712)	(225.263)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	–	60.659	126.458	66.371	127.710
Imposto de renda e contribuição social	13	(70.004)	(26.326)	(75.716)	(27.141)
	–	(9.345)	100.132	(9.345)	100.569
Participação de minoritários	–	–	–	–	(437)
Lucro Líquido do Exercício	–	(9.345)	100.132	(9.345)	100.132
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação Básico Diluído em Reais	18	(0,76)	8,17	(0,76)	8,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	(9.345)	100.132	(9.345)	100.569
Outros resultados abrangentes:				
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas	(12.683)	(2.424)	(12.683)	(2.424)
Resultado abrangente total do exercício	(22.028)	97.708	(22.028)	98.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto valores por lote de mil ações)

	Capital social	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	716.838	82.739	350.462	(15.882)	–	1.134.157	3.575	1.137.732
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	9	–	–	9	–	9
Saldos iniciais ajustados	716.838	82.739	350.471	(15.882)	–	1.134.166	3.575	1.137.741
Reversão de juros s/ capital próprio prescritos	–	–	–	–	30	30	–	30
Operações com não controladores	–	–	–	–	–	–	(76)	(76)
Ajuste de avaliação patrimonial de investida	–	–	–	(2.424)	–	(2.424)	–	(2.424)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	100.132	100.132	437	100.569
Constituição de reserva legal	–	5.006	–	–	(5.006)	–	–	–
Constituição de reserva para investimentos	–	–	71.375	–	(71.375)	–	–	–
Dividendos	–	–	(75.219)	–	(23.781)	(99.000)	(3.936)	(102.936)
Juros s/ capital próprio	–	–	(65.000)	–	–	(65.000)	–	(65.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	716.838	87.745	281.627	(18.306)	–	1.067.904	–	1.067.904
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos iniciais ajustados	716.838	87.745	281.627	(18.306)	–	1.067.904	–	1.067.904
Reversão de dividendos prescritos	–	–	–	–	9	9	–	9
Reversão de juros s/ capital próprio prescritos	–	–	–	–	19	19	–	19
Ajuste de avaliação patrimonial de investida	–	–	–	(12.683)	–	(12.683)	–	(12.683)
Custo atribuído ao ativo imobilizado	–	–	–	(8.589)	8.589	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(9.345)	(9.345)	–	(9.345)
Absorção do prejuízo do exercício	–	–	(728)	–	728	–	–	–
Dividendos	–	–	(22.000)	–	–	(22.000)	–	(22.000)
Juros s/ capital próprio	–	–	(51.000)	–	–	(51.000)	–	(51.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	716.838	87.745	207.899	(39.578)	–	972.904	–	972.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado /2020	Consolidado 2019
Receita Operacional Líquida	–	–	112.183	4.513
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	–	–	(110.595)	(202)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(12.457)	(17.186)	(14.005)	(15.281)
Perda (Recuperação) de Valores Ativos	–	–	13.940	5.990
	(12.457)	(17.186)	(110.660)	(9.493)
Valor Adicionado Bruto	(12.457)	(17.186)	1.523	(4.980)
Depreciação e Amortização	(815)	(841)	(818)	(851)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(13.272)	(18.027)	705	(5.831)
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(109.490)	63.967	(123.168)	62.017
Receitas Financeiras	675.585	298.624	679.818	299.808
Receitas de Aluguéis	2.290	2.774	2.343	2.936
Outras Líquidas	107.460	31.387	117.469	31.390
	675.845	396.752	676.462	396.151
Valor Adicionado Total a Distribuir	662.573	378.725	677.167	390.320

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado /2020	Consolidado 2019
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	12.980	13.578	14.330	14.670
Benefícios	3.617	4.212	4.042	4.771
FGTS	592	737	695	796
	17.189	18.527	19.067	20.237
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	72.881	38.950	81.314	40.418
Estaduais	30	38	78	66
Municipais	218	187	713	1.015
	73.129	39.175	82.105	41.499
Remuneração de capitais de terceiros:				
Despesas com aluguéis e condomínios	551	737	1.628	2.752
Despesas financeiras	581.049	220.154	583.712	225.263
Outras despesas	–	–	–	–
	581.600	220.891	585.340	228.015
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos	–	23.781	–	23.781
Lucros retidos e prejuízos do exercício	(9.345)	76.351	(9.345)	76.351
Participação de não controladores	–	–	–	437
	(9.345)	100.132	(9.345)	100.569
Valor Adicionado Distribuído	662.573	378.725	677.167	390.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido do Exercício	(9.345)	100.132	(9.345)	100.569
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:				
Depreciação e Amortização	941	841	941	970
Resultado de Equivalência Patrimonial	109.490	(63.967)	123.167	(62.016)
Imposto de Renda e Contribuição Social	80.331	30.097	86.956	30.097
Avaliação de Propriedade de Investimento	1.814	3.721	1.814	3.721
Resultado da Venda de Investimento	(42.391)	(12.793)	(50.881)	(12.733)
Ajuste de Avaliação a Valor de Mercado	(230.861)	(267.153)	(230.870)	(269.841)
Variação de Percentual de Investidas	(19.576)	564	(19.576)	564
Auferimento de Receita Financeira	(1.387)	(3.092)	(1.387)	(3.092)
Valor Justo de Outros Investimentos	(34.619)	–	(34.618)	–
Valor Realizável Líquido de Estoque	–	–	(16.407)	–
Juros sobre Empréstimos	8.708	1.568	5.045	6.677
Variação Cambial Empréstimos Estrangeiros	1.275	2.039	1.275	2.039
Atualização de Contas a Receber	(629)	–	(4.379)	–
Juros sobre Debêntures	–	–	6.235	–
Ganho por Compra Vantajosa	–	–	(1.517)	–
Outros	–	119	(132)	(180)
Variações nos Ativos e Passivos:				
Impostos a Recuperar	7.993	(9.417)	8.107	(9.441)
Contas a Receber	112	–	2.142	–
Obrigações com Operações Financeiras	(93.101)	–	(93.101)	–
Outros Créditos	996	(1.948)	1.980	(4.279)
Outras Obrigações	(4.778)	822	(4.281)	466
Imóveis a Comercializar	–	–	21.587	(5.788)
Mútuo com Partes Relacionadas	(23.801)	–	–	–
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	(248.828)	(218.467)	(207.245)	(222.267)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento				
Títulos e Valores Mobiliários	188.774	263.919	202.440	257.252
Imobilizado e Intangível	217	(230)	216	(409)
Venda de Investimento	48.308	20.669	56.349	20.519
Adições em Investimento	(15.255)	(95.312)	(16.807)	(74.937)
Redução de Capital em Investidas	–	–	210	–
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	35.971	102.626	32.782	102.815
Propriedade para Investimento	15.367	–	15.367	–
Outros	21	30	–	30
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	273.403	291.702	290.557	305.270
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Dividendos Pagos	(21.924)	(98.967)	(21.924)	(102.904)
Juros sobre Capital Próprio	(48.014)	(75.157)	(48.014)	(75.157)
Ingresso (Liquidação) de Empréstimo	90.529	(1.143)	34.133	(8.637)
Ingresso (Liquidação) de Debêntures	(6.626)	200.000	(6.626)	200.000
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	13.965	24.733	(42.431)	13.302
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	38.540	97.968	40.881	96.305
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	158.746	60.778	158.765	62.460
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	197.286	158.746	199.646	158.765
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	38.540	97.968	40.881	96.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Monteiro Aranha S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Sala 101 - Parte, Leblon, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como atividade principal a participação societária em outras sociedades. As atividades operacionais das empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto da Companhia estão descritas na **nota explicativa 14**. A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em **30 de março de 2021**. **1.1. Efeitos da pandemia da COVID-19**: Em dezembro de 2019, um novo agente denominado como novo Corona vírus “Covid-19”, foi relatado na China. Com o crescimento exponencial dos casos de contaminação pelo Covid-19 em diversos países no mundo, a Organização Mundial de Saúde classificou o Covid-19, como uma pandemia e uma emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional. Desde então a Companhia vem adotando e divulgando internamente todas as medidas preventivas e recomendações emitidas pelos órgãos internacionais de saúde e Ministério da Saúde, de maneira a proteger a saúde e integridade de seus funcionários e demais colaboradores. A Companhia instituiu parcialmente a rotina de trabalho remoto, ainda no primeiro trimestre, sem impactos relevantes em suas atividades operacionais, uma vez que já possuía a infraestrutura e tecnologia necessárias, que foi simplesmente ampliada, revisada e ajustada de modo a preservar suas atividades com segurança. Os impactos financeiros sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2020, estão detalhados nas notas explicativas a seguir. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**: **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), em consonância com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), aplicáveis também às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelas propriedades para investimento, alguns investimentos em participação societária e pelos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações procedentes da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis adotadas, conforme descritas na **nota explicativa 2.3**. **(i) Demonstrações financeiras individuais**: As demonstrações financeiras individuais da Controladora incluem a carteira do seu fundo exclusivo Bergen Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I - Investimento no Exterior (“FIA Bergen”), contemplando também o Narvik Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior (“FIA Narvik”), Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP Alta”) e Nordland Fundo de Investimento de Ações BDR Nível I Investimento no exterior (“FIA Nordland”), todos fundos exclusivos do FIA Bergen. Quando necessário, as demonstrações financeiras dos fundos exclusivos são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. No segundo trimestre de 2019 foi realizado a liquidação total das cotas do CSHG Bucareste III Fundo de Investimento em Ações - Investimento no Exterior (“FIA Bucareste III”), no segundo trimestre de 2020 foi criado o FIP Alta e no terceiro trimestre de 2020 foi criado o FIA Nordland, ambos como parte da reorganização da estrutura de fundos exclusivos da Companhia.

Fundos exclusivos: Estrutura dos fundos exclusivos no encerramento do exercício:

FUNDOS DE INVESTIMENTOS EXCLUSIVOS

SEGMENTO	BERGEN	NARVIK	ALTA	NORDLAND
Gestão	CHARLES RIVER	SAFRA	CHARLES RIVER	CHARLES RIVER
Administração	MODAL	MODAL	MODAL	BTG PACTUAL
Custódia	SANTANDER	SANTANDER	MODAL	BTG PACTUAL

Balanço patrimonial: O quadro abaixo apresenta os balanços patrimoniais dos fundos exclusivos:

	BERGEN		NARVIK		ALTA		NORDLAND	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo								
Circulante	370.480	310.677	165.180	158.022	72.606	–	46.597	–
Não circulante	324.683	206.525	–	–	–	–	134.251	–
Total do Ativo	695.163	517.202	165.180	158.022	72.606	–	180.848	–
Passivo								
Circulante	1.209	96.377	54	900	51	–	963	–
Não circulante	–	–	–	–	–	–		–
Total do Passivo	1.209	96.377	54	900	51	–	963	–
Patrimônio Líquido	693.954	420.825	165.126	157.122	72.555	–	179.885	–
Demonstração do resultado	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Resultado do exercício	131.897	46.693	58.004	65.457	(665)	–	22.210	–

(ii) Demonstrações financeiras consolidadas: A Companhia consolida todas as sociedades sobre as quais detém o controle, ou seja, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As datas das demonstrações financeiras das empresas consolidadas são coincidentes com as da Controladora. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **(a) Controladas**: Controladas são todas as sociedades das quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As empresas controladas e suas respectivas participações estão detalhadas na **nota explicativa 14**. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle sobre a sociedade correspondente. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Controladora e suas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. **(b) Transações com participações de não controladores**: A Companhia trata as operações de aquisição ou venda de participação em uma controlada com não controladores como transações entre a Companhia e seus próprios sócios. A diferença entre o valor negociado e o valor da participação dos não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido atribuível aos sócios da Controladora, e não ao resultado do exercício. **(c) Perda de controle em controladas**: Quando a Companhia deixa de ter o controle, o valor remanescente de sua participação na sociedade é remensurado a valor justo no reconhecimento inicial do ativo, com a transferência de valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes para o resultado do exercício, ou reconhecido como custo no reconhecimento inicial do investimento em coligadas ou controladas em conjunto, dependendo da manutenção de sua influência na investida. **(d) Coligadas e controladas em conjunto**: Coligadas são todas as sociedades sobre as quais a Companhia detém influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% com direito de voto ou, ainda, se ficar caracterizado que há influência significativa, independentemente do percentual de participação. As investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. são consideradas empresas coligadas, tendo em vista a representação de conselheiros indicados pela Companhia nos respectivos conselhos de administração e sua consequente influência significativa sobre as operações de tais investidas **(nota explicativa 14)**. Controladas em conjunto são todas as sociedades sobre as quais a Companhia possui o controle compartilhado do negócio, contratualmente convencionado, onde as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento das partes que compartilham o controle. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo **(nota explicativa 14)**. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos e nas reservas de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e nas reservas da Companhia respectivamente. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia nessas sociedades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Se a participação societária na coligada ou controlada em conjunto for reduzida, mas for mantida influência significativa ou o controle compartilhado, parte do saldo de outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, na proporção desta redução. Os ganhos e perdas de diluição ocorridos em participações em coligadas ou controladas em conjunto são reconhecidos na variação do percentual de participação na demonstração do resultado **(nota explicativa 19)**. **(e) Combinação de Negócios**: Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado e adicionalmente é reconhecido um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**: Na elaboração das demonstrações financeiras, para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e registro de receitas e despesas dos exercícios, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. As demonstrações financeiras incluem estimativas, tais como: provisões fiscais, previdenciárias e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, avaliação de perda para valor realizável líquido de estoques e valor justo de propriedade para investimento. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas materiais. As estimativas e premissas são revistas anualmente, ou sempre que houver uma indicação para a necessidade de sua revisão, e as revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas ou em quaisquer períodos afetados. **2.4. Apresentação das demonstrações por segmento**: Para fins de divulgações dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia esclarece que a participação em outras sociedades é o seu único segmento operacional atual. Desta forma, considerando que as receitas operacionais da Companhia são, majoritariamente, de equivalência patrimonial e outras receitas relacionadas ao investimento em participações diretas ou indiretas em outras sociedades, a Administração entende que não há informação por segmento a ser apresentada. **2.5. Novos pronunciamentos contábeis:** A Companhia julgou que as revisões das normas e interpretações que passaram a vigorar em 2020, não apresentaram impactos em suas demonstrações financeiras. **2.6. Ativos financeiros: 2.6.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob três categorias de mensuração subsequente: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual destes mesmos ativos. **(a) Ativos financeiros ao custo amortizado**: Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos para o recebimento de seus fluxos de caixa contratuais que constituam, exclusivamente no pagamento de principal e juros. **(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**: Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros mantidos tanto para o recebimento de seus fluxos de caixa contratuais que constituam, exclusivamente, o pagamento de principal e juros, quanto pela venda desses mesmos ativos. Além disso, no reconhecimento inicial a Companhia pode efetuar a escolha irrevogável de apresentar as alterações de alguns instrumentos patrimoniais através do valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **(c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para venda no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.6.2. Reconhecimento e mensuração**: As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber os seus respectivos fluxos de caixa vencerem ou forem transferidos para terceiros, e neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, os riscos e os benefícios de propriedade desses ativos financeiros. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo são contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros ao custo amortizado são contabilizados pelo custo amortizado, usando a taxa efetiva de juros do contrato. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas ou despesas financeiras " no exercício em que ocorrerem. Os ganhos ou perdas dos ativos financeiros denominados em moeda estrangeira e classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas no patrimônio. Quando os ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, transferidos à terceiros ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "receitas ou despesas financeiras". Os juros sobre ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de "receitas financeiras". Os proventos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de "outras receitas" quando é estabelecido o direito da Companhia de receber tais proventos. O valor justo dos instrumentos financeiros com cotação em bolsa ou mercados organizados é baseado nas cotações de fechamento divulgadas. Na ausência de um mercado organizado de onde o preço de um ativo financeiro pode ser observado, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da Companhia. **2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de realizá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.4. *Impairment* de ativos financeiros:** A Companhia avalia sempre que necessário, ou pelo menos na data de encerramento de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão com seu valor deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros esperados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. As perdas esperadas são baseadas na variação do risco de crédito do ativo e são reconhecidas em duas etapas. Quando não houver aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas esperadas são provisionadas para eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária a constituição de uma provisão para perdas esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como por exemplo a inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; (iii) estender à contraparte de um ativo financeiro, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira deste, uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) considerar provável que a contraparte de um ativo financeiro declare falência ou reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras da contraparte. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros efetiva original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir ou for revertida totalmente e a sua reversão puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito da contraparte de um ativo), a reversão dessa perda, reconhecida anteriormente, será reconhecida na demonstração do resultado. Esta provisão para perda por *impairment* pode ser reconhecida para qualquer instrumento financeiro que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado. **2.6.5. Desreconhecimento**: Um ativo financeiro é desreconhecido quando: (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a terceiros nos termos de um contrato de repasse, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer um ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir. **2.7. Passivos financeiros: 2.7.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, são considerados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **2.7.2. Mensuração subsequente**: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir: **(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratado pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, exceto pelos derivativos. **(b) Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, as obrigações contraídas estão sujeitas a juros que são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **2.7.3. Desreconhecimento**: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.8. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método a ser adotado depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. Na hipótese da adoção de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), os derivativos seriam designados como: a) *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); b) *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa); ou c) *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido). Para os instrumentos derivativos que não se qualificam para a contabilização de *hedge*, ou opta-se pela sua não adoção, as variações no valor justo desses instrumentos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "resultado financeiro". Até o exercício social de 2020, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para nenhum de seus instrumentos financeiros de proteção. **2.9. Caixa e equivalente de caixa**: Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança de valor. **2.10. Estoque de imóveis a comercializar**: Estoque de imóveis a comercializar é demonstrado ao custo de aquisição dos terrenos acrescidos dos custos incorridos de construção e outros custos relacionados aos projetos em construção e concluídos, cujas unidades ainda não foram vendidas (nota explicativa 11). O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de compra, bem como os custos incorridos para aquisição e o desenvolvimento do terreno que não supera o valor realizável líquido. O custo de construção compreende: o terreno, materiais, mão de obra contratada e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos, operações de crédito imobiliário incorridos durante o período de construção, os quais são capitalizados na rubrica de “Estoque de imóveis a comercializar” e levados ao resultado na proporção dos custos incorridos na rubrica “Custo de bens e/ou serviços vendidos”). O custo de construção também não pode superar o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para concretizar a venda. **2.11. Propriedades para investimentos**: São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício no qual as mudanças ocorreram e são classificadas em “outras receitas (despesas) líquidas”. As propriedades para investimento são baixadas após a alienação ou quando estas são permanentemente retiradas de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa da propriedade para investimento (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que a propriedade para investimento é baixada. A metodologia de avaliação das propriedades para investimento encontra-se na **nota explicativa 15**. **2.12. Imobilizado**: Os ativos imobilizados da Companhia e de suas controladas estão mensurados ao valor de custo histórico menos depreciação acumulada. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, classificados nas mesmas categorias. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

e ajustada se necessário. As vidas úteis dos ativos imobilizados da Companhia e de suas controladas estão demonstradas na **nota explicativa 15**. **2.13. Provisões**: As provisões são reconhecidas para obrigações correntes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera serem necessários para liquidar as obrigações. Os valores reconhecidos como provisões são as melhores estimativas para a liquidação das obrigações no encerramento de cada balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos àquelas obrigações. Os riscos tributários, cíveis e trabalhistas são avaliados com base na opinião dos assessores jurídicos e da Administração. Quando essas avaliações pressupõem chances de perda prováveis são constituídas então as devidas provisões. Quando a avaliação pressupõe chances de perda possíveis, os riscos contingenciais são divulgados em nota explicativa, mas não provisionados contabilmente. Ativos contingentes são apenas registrados contabilmente quando sua realização é praticamente certa e quando independe de qualquer ação ou omissão de terceiros **(nota explicativa 17)**. **2.14. Direito de uso e obrigações com arrendamentos**: A Companhia avalia a existência de arrendamento mercantil para todos os seus contratos, reconhecendo o passivo de pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, exceto para determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente do fluxo de pagamentos futuros do prazo dos contratos, considera o exercício de opções de renovações, rescisões e compras, descontados à taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário, sujeito a remensurações por modificações de prazo, valor ou avaliação do exercício de opções. Após o reconhecimento inicial, o valor do passivo de arrendamento é aumentado pelo acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso do arrendamento são mensurados pelo passivo de arrendamento inicial, ajustados por gastos iniciais incorridos e incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e vida útil estimada dos ativos, e estão sujeitos a redução do valor recuperável. **2.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **2.16. Benefícios a empregados e plano de previdência privada**: A Companhia concede aos seus empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, previdência privada na modalidade de contribuição definida e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização. **2.17. Reconhecimento de receita: (a) Receita de equivalência patrimonial**: A receitas apuradas pelas empresas controladas e coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. **(b) Receita financeira**: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **(c) Receita da atividade imobiliária**: As receitas da atividade imobiliária são reconhecidas com base no estágio de execução do empreendimento, confrontados com os respectivos custos, à medida que os estágios da execução do trabalho são alcançados. **2.18. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**: A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme determina o estatuto. O JCP declarado é reconhecido no resultado do exercício e, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, é reclassificado para o patrimônio líquido como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.19. Transações com partes relacionadas**: Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas (suas partes relacionadas) foram eliminados na consolidação. Os saldos e as transações entre a Companhia, suas coligadas, controladas em conjunto e suas outras partes relacionadas estão apresentados na **nota explicativa 10**. **2.20. Lucro líquido por ação (básico e diluído)**: A Companhia apura o saldo de lucro líquido por ação do exercício com base na atribuição do resultado do exercício a cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades de cada classe de ações emitidas em circulação durante o exercício, conforme pronunciamento técnico CPC 41. **2.21. Demonstração do valor adicionado ("DVA")**: A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza (ou o consumo) da Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das demonstrações financeiras, e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. **3. HIERARQUIA DO VALOR JUSTO**: A Companhia adota a mensuração a valor justo de parte de seus ativos e passivos. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base na premissa que os participantes do mercado possam mensurar o valor de mercado de um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza as premissas utilizadas na medição em três grandes níveis: **Nível 1. Mercado Ativo**: Preços de mercado cotados e não ajustados, em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos; **Nível 2. Sem Mercado Ativo**: Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo são observáveis direta ou indiretamente por participantes do mercado apesar de não possuírem mercado ativo; **Nível 3. Sem Mercado Ativo**: Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo não estejam disponíveis. Os quadros abaixo apresentam os saldos de ativos e passivos financeiros da Companhia mensurados a valor justo:

	Controladora 31/12/2020			Consolidado 31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:						
CDB	–	189.485	–	–	191.523	–
Debêntures (compromissada)	–	10.501	–	–	10.501	–
Ações	163.265	–	–	163.265	–	–
Fundos de renda fixa	55.872	–	–	55.872	–	–
Títulos públicos	32.097	–	–	32.097	–	–
FIA	55.027	–	–	55.027	–	–
FIC de FIM	31.949	–	–	31.949	–	–
FIP	72.584	–	–	72.584	–	–
FII	19.798	–	–	19.798	–	–
Investimentos [1]	134.251	–	–	134.251	–	–
Propriedades para investimento	–	23.051	–	–	23.051	–
	564.843	**223.037**	**–**	**564.843**	**225.075**	**–**

[1] Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (**nota explicativa 13**).

	Controladora 31/12/2020			Consolidado 31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos:						
Dólar futuro	(430)	–	–	(430)	–	–
	(430)	**–**	**–**	**(430)**	**–**	**–**

	Controladora 31/12/2019			Consolidado 31/12/2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:						
CDB	–	43.891	–	–	43.891	–
Debêntures (compromissada)	–	112.846	–	–	112.846	–
Ações	155.787	–	–	155.787	–	–
Fundos de renda fixa	78.521	–	–	90.845	–	–
Títulos públicos	25.008	–	–	25.008	–	–
Letras de arrendamento mercantil	–	8.305	–	–	8.305	–
FIA	36.145	–	–	36.145	–	–
FIC de FIM	8.582	–	–	8.582	–	–
FIP	67.823	–	–	67.823	–	–
FII	20.236	–	–	20.236	–	–
Investimentos [1]	84.749	–	–	84.749	–	–
Propriedades para investimento	–	46.205	–	–	46.205	–
	476.851	**211.247**	**–**	**489.175**	**211.247**	**–**

[1] Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo (**nota explicativa 14**).

	Controladora 31/12/2019			Consolidado 31/12/2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos:						
Operação ETF - BOVA11	(84.853)	–	–	(84.853)	–	–
Swap (empréstimo)	–	(66)	–	–	(66)	–
Dólar futuro	(144)	–	–	(144)	–	–
Operação a termo de ações	(8.038)	–	–	(8.038)	–	–
	(93.035)	**(66)**	**–**	**(93.035)**	**(66)**	**–**

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA: Os quadros abaixo apresentam os principais instrumentos financeiros classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia:

Controladora	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos:						
Caixas e equivalente de caixa	196.856	430	197.286	157.908	838	158.746
Aplicações financeiras	433.722	6.510	440.232	399.236	5.759	404.995
Contas a receber	–	63	63	–	175	175
Dividendos a receber	–	17.788	17.788	–	14.821	14.821
Alienação de investimentos	–	6.602	6.602	–	–	–
Investimentos [1]	134.251	–	134.251	84.749	–	84.749
	764.829	**31.393**	**796.222**	**641.893**	**21.593**	**663.486**

[1] Investimentos das participações societárias avaliadas a valor justo **(nota explicativa 14)**

Controladora	31/12/2020			31/12/2019		
	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos						
Fornecedores	–	(133)	(133)	–	(294)	(294)
Dividendos e JCP a pagar	–	(10.809)	(10.809)	–	(7.775)	(7.775)
Operações financeiras	(430)	–	(430)	(93.101)	–	(93.101)
Empréstimos e financiamentos	–	(201.364)	(201.364)	–	(100.269)	(100.269)
Debêntures	–	(200.053)	(200.053)	–	(200.445)	(200.445)
	(430)	**(412.359)**	**(412.789)**	**(93.101)**	**(308.783)**	**(401.884)**

Consolidado	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixas e equivalente de caixa	198.893	753	199.646	157.908	857	158.765
Aplicações financeiras	433.722	6.510	440.232	411.561	5.759	417.320
Contas a receber	–	1.147	1.147	–	2.261	2.261
Dividendos a receber	–	10.657	20.657	–	13.770	13.770
Alienação de investimentos	–	29.179	29.179	–	–	–
Alienação de estoques	–	88.176	88.176	–	–	–
Investimentos [1]	134.251	–	134.251	84.749	–	84.749
	766.866	**146.422**	**913.288**	**654.218**	**22.647**	**676.865**

[1] Investimentos em participações societárias avaliadas a valor junto (**nota explicativa 14**).

Consolidado	31/12/2020			31/12/2019		
	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos						
Fornecedores	–	(474)	(474)	–	(460)	(460)
Dividendos e JCP a pagar	–	(10.809)	(10.809)	–	(7.775)	(7.775)
Operações financeiras	(430)	–	(430)	(93.101)	–	(93.101)
Empréstimos e financiamentos	–	(201.364)	(201.364)	–	(154.108)	(154.108)
Debêntures	–	(200.053)	(200.053)	–	(200.445)	(200.445)
	(430)	**(413.700)**	**(413.130)**	**(93.101)**	**(362.788)**	**(455.889)**

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O quadro abaixo apresenta os saldos desses ativos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	430	838	753	857
CDB	186.355	39.778	188.392	39.778
Debêntures (compromissada)	10.501	112.846	10.501	112.846
LAM	–	5.284	–	5.284
	197.186	**158.746**	**199.646**	**158.765**

As aplicações financeiras são representadas, substancialmente, por recursos aplicados em certificados de depósitos bancários ("CDBs") e debêntures (compromissadas), emitidos por instituições financeiras, com liquidez imediata por meio do compromisso de recompra assumido formalmente pela instituição financeira, vinculados ao percentual do certificado de depósito interbancário ("CDI") com remuneração entre 99,0% e 104,7% do CDI em 2020 (75,0% a 101,5% em 2019). **6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**: O quadro abaixo apresenta o saldo das aplicações financeiras, avaliadas a valor justo e que não se enquadram nas condições para serem consideradas como equivalente de caixa:

	Vencimento	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	De 01/2021 a 04/2026				
CDB **(a)**		3.130	4.113	3.130	4.113
Fundo renda fixa **(b)**		55.872	78.521	55.872	90.846
Títulos públicos **(c)**		32.097	25.008	32.097	25.008
FIA **(d)**		55.027	36.145	55.027	36.145
Ações **(e)**		163.265	155.787	163.265	155.787
FIC de FIM **(f)**		31,949	8.582	31,949	8.582
FIP **(g)**		72.584	67.823	72.584	67.823
FII **(h)**		19.798	20.236	19.798	20.236
LAM **(i)**		–	3.021	–	3.021
Letras financeiras **(j)**		6.510	5.759	6.510	5.759
Total de aplicações financeiras		**440.232**	**404.995**	**440.232**	**417.320**
Ativo circulante		439.747	404.467	439.747	416.792
Ativo não circulante		485	528	485	528

A Companhia julgou que não houve aumento significativo do risco de crédito em suas aplicações financeiras, mantidas em instituições financeiras consideradas de primeira linha pela Administração, não havendo perdas esperadas para as mesmas. Os efeitos na variação das aplicações avaliadas ao valor justo foram devidamente reconhecidos no exercício. **(a) CDB (certificado de depósito bancário)**: Os CDBs são vinculados a um percentual do CDI, com remuneração de 106,0% a 120,0% do CDI em 2020 (101,0% a 102,5% em 2019), com prazo predeterminado e são avaliados a valor justo e não são considerados como equivalente de caixa por não terem liquidez imediata. **(b) Fundos de renda fixa**: A Companhia detém cotas de fundos de renda fixa, visando rentabilidade próxima de 100% do CDI, as quais são avaliadas a valor justo. **(c) Títulos públicos**: As aplicações em renda fixa são compostas pelos títulos públicos federais LFT, NTN e LTN, disponíveis para negociação e são avaliadas a valor justo. **(d) Fundos de investimento em ações (FIA)**: A Companhia detém cotas de fundo de ações avaliadas a valor justo. **(e) Ações**: As aplicações em ações são realizadas através do fundo exclusivo FIA Bergen e são avaliadas a valor justo. **(f) Fundos de investimento em cotas de fundo de investimento multimercado (FIC de FIM):** A Companhia detém cotas de fundos que investem em FIM, avaliadas a valor justo. **(g) Fundos de investimento em participações (FIP)**: A Companhia detém cotas de Fundos de Participação em Infraestrutura, as quais são avaliadas a valor justo e possuem compromissos de aportes firmados para novas chamadas de capital. No 1º trimestre de 2020, a Companhia alienou a totalidade das cotas de dois de seus fundos de participação, o Perfin Apollo 11 FIP - IE e Perfin Apollo 12 FIP - IE, ambos através do FIA Bergen, por meio do processo de listagem do Perfin Apollo Energia FIP-IE na B3, consequentemente encerrando seus compromissos de aportes pela chamada de capital nesses fundos. **(h) Fundo de investimento imobiliário (FII):** A Companhia detém cotas de Fundos de Investimento Imobiliário, as quais são avaliadas a valor justo. **(i) Letras de arrendamento mercantil (LAM):** A Companhia detinha LAM vinculadas a um percentual do CDI, com rendimento entre 100,8% a 101,4% do CDI em 2019, com prazo predeterminado, avaliadas a valor justo e não eram consideradas como equivalente de caixa por não terem liquidez imediata. **(j) Letras financeiras (LF):** A Companhia detém letras financeiras vinculadas a um percentual do CDI, com remuneração entre 103% a 111,50% do CDI em 2020 (103,5% a 105% em 2019), com prazo predeterminado, classificadas no ativo circulante e não circulante em função do seu vencimento. **7. DIVIDENDOS A RECEBER:** O quadro abaixo apresenta o saldo de dividendos a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Klabin S.A.	–	11.311	–	11.311
Ultrapar Participações S.A.	17.778	–	17.778	–
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	2	2	2	2
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	8	3.508	–	–
PRS XXIV Incorporadora S.A.	–	–	2.687	2.354
Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	–	–	107	103
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.	–	–	83	–
	17.788	**14.821**	**20.657**	**13.770**

8. CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES COM OPERAÇÕES FINANCEIRAS: A Companhia utiliza estratégias com derivativos como parte de sua política para fins de proteção. O quadro abaixo apresenta o saldo de crédito com operações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações c/ operações				
Swap (empréstimos)	–	(66)	–	(66)
Dólar futuro	(430)	(144)	(430)	(144)
Operação a termo de ações	–	(8.038)	–	(8.038)
BOVA11	–	(84.853)	–	(84.853)
	(430)	**(93.101)**	**(430)**	**(93.101)**

As operações estão detalhadas na **nota explicativa 22**. **9. ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS E ESTOQUE**: No terceiro trimestre de 2020, a Companhia realizou a alienação do Edifício Monteiro Aranha **(notas explicativas 10 e 15)**, dos 13 pavimentos da Torre 1º de Março **(nota explicativa 10 e 11)** e da totalidade de sua participação na Hesa 159 - Investimentos Imobiliários S.A. **(nota explicativa 14)**, com parcelamento de acordo com o quadro abaixo:

	Controladora 31/12/2020			Consolidado 31/12/2019		
	Até 1 ano	De 1 ano a 2 anos	Total	Até 1 ano	De 1 ano a 2 anos	Total
Edifício Monteiro Aranha	–	6.602	6.602	–	6.602	6.602
HESA 159 - Investimentos Imobiliários S.A.	–	–	–	18.062	4.515	22.577
Total de Alienação de Investimentos	**–**	**6.602**	**6.602**	**18.062**	**11.117**	**29.179**
Torre 1º de Março	–	–	–	22.176	66.000	88.176
Total de Alienação de Estoques	**–**	**–**	**–**	**22.176**	**66.000**	**88.176**
Total de alienações	**–**	**6.602**	**6.602**	**40.238**	**77.117**	117.355

10. PARTES RELACIONADAS: (a) Saldos e transações com partes relacionadas: Os quadros abaixo apresentam os saldos das transações com partes relacionadas:

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Resultado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controladora						
Klabin S.A. [1]	–	11.311	–	–	–	–
Ultrapar Participações S.A. [1]	17.778	–	–	–	–	–
Telecel Participações Ltda. [6]	–	–	1	1	–	–
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A. [1]	2	2	–	–	–	–
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. [1]	8	3.508	–	–	–	–
Novo Rio Empreendimentos Imobiliários S.A. [6]	–	–	25.800	–	–	–
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda. [4]	–	2	–	–	11	21
Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda. [1]	–	–	–	–	8.668	6.763
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas [1]	–	–	–	–	3.811	4.141
Acionistas controladores [5]	–	–	6.602	–	629	–
Total	**17.788**	**14.823**	**30.403**	**1**	**13.119**	**10.925**
Consolidado						
Klabin S.A. [1]	–	11.311	–	–	–	–
Ultrapar Participações S.A. [1]	17.778	–	–	–	–	–
Telecel Participações Ltda. [6]	–	–	1	1	–	–
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A. [1]	2	2	–	–	–	–
Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda. [1]	–	–	–	–	8.668	6.763
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas [1]	–	–	–	–	3.811	4.141
Acionistas controladores [5]	22.176	–	72.602	–	1.910	–
Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. [1]	107	103	320	–	–	–
Hesa 159 - Investimentos Imobiliários S.A. [3]	–	–	–	950	–	–
PRS XXIV Incorporadora S.A. [2] [3]	2.687	2.354	53	36	–	–
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A. [1]	83	–	–	–	–	–
Total	**42.833**	**13.770**	**72.976**	**987**	**14.389**	**10.904**

[1] Dividendos e juros sobre capital próprio; [2] Dividendos de ações resgatáveis; [3] Adiantamento para futuro aumento de capital; [4] Contas a receber e receita com alienação, aluguel ou prestação de serviços; [5] Contas a receber pela alienação de estoque e investimento (notas explicativas 9, 11 e 15); [6] Operações de mútuo com partes relacionadas, não sujeitas a juros.

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Despesas	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controladora						
Telecel Telecomunicações Ltda. [6]	–	–	(31)	(31)	–	–
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda. [7]	–	–	–	–	(1.600)	(2.400)
Charles River Adm. de Recursos Financeiros Ltda. [7]	–	–	–	–	–	(3.893)
Total	**–**	**–**	**(31)**	**(31)**	**(1.600)**	**(6.293)**
Consolidado						
Telecel Telecomunicações Ltda. [6]	–	–	(31)	(31)	–	–
Total	**–**	**–**	**(31)**	**(31)**	**–**	**–**

[6] Operações de mútuo com partes relacionadas, não sujeitas a juros; [7] Contas a pagar e despesa com prestação de serviços.

Não existem garantias dadas ou recebidas entre as partes. **(b) Remuneração do pessoal chave da Administração**: O quadro abaixo apresenta a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Conselho de Administração e Diretoria	10.112	10.509	10.136	10.872

A remuneração da Administração contempla os itens honorários, encargos e benefícios, como plano de previdência privada, seguro de saúde, dentre outros. A Companhia não possui plano de remuneração variável ou pagamento baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria. **11. ESTOQUE DE IMÓVEIS A COMERCIALIZAR**: O saldo é composto pelos custos históricos dos terrenos da controlada Timbutuva Empreendimentos Ltda. para desenvolvimento futuro e pelas unidades do empreendimento "Evidence Quality Life" adquiridos pela Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. e pela MAPISA I S.A. **(nota explicativa 14)**, todos líquidos de eventuais provisões para perdas por desvalorização. Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29/06/2020, a Companhia alienou em julho de 2020 os 13 pavimentos que possuía do empreendimento "Torre 1º de Março", de propriedade da controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. ("Novo Rio"), para membros do grupo de controle da Companhia, pelo valor de R$ 110.000, com entrada paga no ato da assinatura do contrato de compra e venda, e saldo a ser pago em até 05 parcelas semestrais, a partir de dezembro de 2020, com atualização de CDI, acrescidos de 4,5% ao ano **(nota explicativa 9 e 10)**. O quadro abaixo apresenta o saldo de estoque de imóveis a comercializar:

	31/12/2020	31/12/2019
Timbutuva Empreendimentos Ltda.		
Terrenos - Paraná	10.930	10.930
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.		
Empreendimento "Torre 1º de Março"	–	92.760
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.		
Empreendimento "Evidence Quality Life"	196	791
MAPISA I S.A.		
Empreendimento "Evidence Quality Life"	1.068	–
Total	**12.194**	**104.481**

Em 2015 foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade da Companhia. O

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

projeto relacionado à parceria se encontra em fase preliminar e dependerá de providências a serem realizadas, como a obtenção das licenças costumeiras. A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que seus itens de estoque de imóveis a comercializar possam ter sofrido desvalorização. Havendo tal indicação, a Companhia define o valor recuperável de seus estoques, através de laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Considerando as incertezas geradas pela pandemia da COVID-19, com possíveis perdas ao valor de seus estoques, a Companhia optou por realizar uma avaliação do empreendimento "Torre 1º de Março" no primeiro trimestre 2020. O laudo feito para a avaliação resultou em um ajuste negativo, revertido de acordo com os valores da negociação para alienação, resultando em um saldo de reversão de R$ 13.940, registrado na conta de valor realizável líquido de estoque. Em 2020, a Companhia também alienou 3 de suas 4 unidades do empreendimento "Evidence Quality Life" através da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., e adquiriu indiretamente mais 4 unidades através da aquisição das ações remanescentes de propriedade de terceiros na MAPISA I S.A. **(nota explicativa 14)**.

Empreendimento "Torre 1º de Março"	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial do estoque	92.760	86.770
Ajuste do valor recuperável líquido	13.940	5.990
Custo de transmissão	3.300	–
Baixa por alienação	(110.000)	–
Saldo final do estoque	**–**	**92.760**

12. IMPOSTOS A RECUPERAR: Na controladora e no consolidado, esta conta é representada principalmente por imposto de renda sobre aplicações financeiras. O quadro abaixo apresenta o saldo dos impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	16.099	17.340	16.793	17.838
PIS	2	–	21	15
COFINS	64	–	149	68
CSLL	–	–	19	12
Total	**16.165**	**17.340**	**16.982**	**17.933**

A Administração da Companhia, com base em análises e projeção orçamentária, não prevê riscos relevantes de não realização desses créditos tributários. **13. TRIBUTOS: 13.1. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** O quadro abaixo apresenta a reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	60.659	126.458	66.371	127.710
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(20.624)	(42.996)	(22.566)	(43.421)
Ajustes fiscais para obtenção da alíquota efetiva:				
Adições:				
Efeitos de equivalência patrimonial em investidas	(37.227)	–	(41.877)	–
Efeito não registrado de IR diferido ativo por falta de perspectiva de realização	(26)	–	(26)	–
Valor justo - renda variável	(28.725)	(19.909)	(28.725)	(19.909)
Realização de parcela por alienação de propriedade p/Investimento	(4.896)	–	(4.896)	–
Realização de parcela por alienação de investimento	–	–	(4.790)	–
JCP Investidas	–	(6.798)	–	(6.798)
Outras adições	(5.756)	(2.774)	(5.756)	(4.538)
Exclusões:				
Efeitos de equivalência patrimonial em investidas	–	21.749	–	21.086
Variação de percentual de investidas	5.333	–	5.333	–
Juros sobre capital próprio deliberados no período	17.340	22.100	17.340	22.100
Amortização Deságio/Coligadas	1.517	–	1.517	2.037
Revisão de provisão decorrente de valor recuperável de ativo	–	–	4.740	–
Outras exclusões	3.060	2.302	3.990	2.302
Imposto de renda e contribuição social	**(70.004)**	**(26.326)**	**(75.716)**	**(27.141)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	(3)	(922)	(818)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(70.004)	(26.323)	(74.794)	(26.323)
Aliquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	115%	21%	114%	21%

13.2. Tributos diferidos ativos não constituídos: A Companhia, por ser uma sociedade de participações (*holding*) e por seu resultado ser composto substancialmente por equivalência patrimonial, não constitui tributo diferido ativo, por não ter perspectiva de realização de lucros tributários futuros. Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados, não reconhecidos contabilmente, totalizaram R$ 20.028 em 31/12/2020 (R$ 19.954 em 31/12/2019). **13.3. Natureza dos tributos diferidos passivos**: Os tributos diferidos passivos serão realizados, substancialmente, quando ocorrer a correspondente venda de seus ativos ou o resgate das quotas dos fundos exclusivos e não exclusivos, e o valor a pagar dos tributos diferidos dependerão do valor realizado desses ativos no momento de sua liquidação ou resgate. O quadro abaixo apresenta a composição dos tributos diferidos passivos:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ganho nas aplicações financeiras nos fundos exclusivos	607.312	385.292	607.312	385.292
Ganho na aplicação em renda variável	303	214	303	214
Base total de PIS/COFINS diferido	607.615	385.506	607.615	385.506
Ganho na variação de propriedades para investimento	24.587	40.803	24.587	40.803
Ganho na alienação de investimentos	–	–	7.592	–
Ganho por compra vantajosa de investimento	–	–	1.517	–
Base total de IRPJ/CSLL diferidos	632.202	426.309	641.311	426.309
Receita na alienação de estoques de imóveis (RET)	–	–	88.176	–
Total do IRPJ/CSLL diferidos - Alíquota 34% e 1,92% (RET)	**214.949**	**144.945**	**219.739**	**144.945**
Total do PIS/COFINS diferidos - Alíquota 4,65% e 2,08% (RET)	**28.254**	**17.926**	**30.088**	**17.926**
Total dos tributos diferidos passivos	**243.203**	**162.871**	**249.827**	**162.871**

14. Investimentos: (a) Movimentação – Controladora: Os quadros abaixo apresentam a movimentação dos investimentos da Controladora:

Descrição	% (1)	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Dividendos / JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Subtotal	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros (2)	Saldo em 31.12.2020
Controladas												
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	100,00	103.306	–	–	–	–	1.056	104.362	16.410	–	–	120.772
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	99,99	10.938	350	–	–	–	–	11.288	(335)	–	–	10.953
Masa Mineração Ltda.	99,99	5	–	–	–	–	–	5	(2)	–	–	3
Total de Controladas		**114.249**	**350**	**–**	**–**	**–**	**1.056**	**115.655**	**16.073**	**–**	**–**	**131.728**
Controladas em Conjunto e Coligadas												
Klabin S.A.	6,40	402.319	22	(5.709)	(1.530)	(7.911)	1.774	388.965	(166.187)	21.118	–	243.896
Ultrapar Participações S.A.	4,19	397.782	–	–	(28.740)	(7.963)	152	361.231	39.709	(1.542)	–	399.398
Telecel Participações Ltda.	33,33	28	–	–	–	–	–	28	–	–	–	28
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas		**800.129**	**22**	**(5.709)**	**(30.270)**	**(15.874)**	**1.926**	**750.224**	**(126.478)**	**19.576**	**–**	**643.322**
Outros Investimentos												
Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda.		–	22	–	(22)	–	–	–	–	–	–	–
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	8,65	84.749	14.884	–	–	–	–	99.633	–	–	34.618	134.251
Total de Outros Investimentos		**84.771**	**14.884**	**(22)**	**–**	**–**	**–**	**99.633**	**–**	**–**	**34.618**	**134.251**
Total de Participações Societárias		**999.149**	**15.256**	**(5.731)**	**(30.270)**	**(15.874)**	**2.982**	**965.512**	**(110.405)**	**19.576**	**34.618**	**909.301**
Provisão para Perda em Investimento												
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	99,99	(4.504)	–	–	–	–	–	(4.504)	916	–	–	(3.588)
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	10,00	(2)	–	–	–	–	–	(2)	(1)	–	–	(3)
Total de Provisão para Perda em Investimentos		**(4.506)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(4.506)**	**915**	**–**	**–**	**(3.591)**

(1) Percentual considera ações em tesouraria. (2) Ajuste a valor justo da participação na BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas.

Descrição	% (1)	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Dividendos / JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Subtotal	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros (2)	Saldo em 31.12.2019
Controladas												
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	100,00	64.195	31.482	–	–	15	2	95.694	(2.198)	–	9.810	103.306
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	99,99	10.946	316	–	–	–	–	11.262	(324)	–	–	10.938
Masa Mineração Ltda.	99,99	11	11	–	–	–	–	22	(17)	–	–	5
Charles River Adm. de Recursos Financeiros Ltda. (3)		90	–	(90)	(2.690)	–	–	(2.690)	2.690	–	–	–
Total de Controladas		**75.242**	**31.809**	**(90)**	**(2.690)**	**15**	**2**	**104.288**	**151**	**–**	**9.810**	**114.249**
Controladas em Conjunto e Coligadas												
Klabin S.A.	6,65	426.758	–	(7.201)	(60.946)	(2.480)	1.555	357.686	45.198	(565)	–	402.319
Ultrapar Participações S.A.	4,20	392.662	4.712	–	(13.671)	(1.946)	321	382.078	15.704	–	–	397.782
Telecel Participações Ltda.	33,33	28	–	–	–	–	–	28	–	–	–	28
Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A.		–	–	(477)	(680)	–	–	(1.157)	1.157	–	–	–
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas		**819.448**	**4.712**	**(7.678)**	**(75.297)**	**(4.426)**	**1.876**	**738.635**	**62.059**	**(565)**	**–**	**800.129**
Outros Investimentos												
Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda.	15,00	20	2	–	–	–	–	22	–	–	–	22
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	7,83	–	73.007	–	–	–	–	73.007	–	–	11.742	84.749
Total de Outros Investimentos		**20**	**73.009**	**–**	**–**	**–**	**–**	**73.029**	**–**	**–**	**11.742**	**84.771**
Total de Participações Societárias		**894.710**	**109.530**	**(7.768)**	**(77.987)**	**(4.411)**	**1.878**	**915.952**	**62.210**	**(565)**	**21.552**	**999.149**
Provisão para Perda em Investimento												
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	99,99	(6.140)	–	–	–	–	–	(6.140)	1.636	–	–	(4.504)
Masa Mineração Ltda.	99,99	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A.		–	(114)	–	–	–	–	(114)	114	–	–	–
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	10,00	(9)	–	–	–	–	–	(9)	7	–	–	(2)
Total de Provisão para Perda em Investimentos		**(6.263)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(6.263)**	**1.757**	**–**	**–**	**(4.506)**

(1) Percentual considera ações em tesouraria. (2) Resultado não realizado acumulado das ações da coligada Ultrapar Participações S.A., adquiridas pela Controladora de sua controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., e ajuste a valor justo da participação na BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas. (3) Em 2019 a Companhia participou da distribuição do resultado auferido pela controlada, razão pela qual foi reconhecida equivalência patrimonial.

(b) Movimentação - Consolidado: Os quadros abaixo apresentam a movimentação dos investimentos no Consolidado:

Descrição	% (1)	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Dividendos / JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Subtotal	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros (2)	Saldo em 31.12.2020
Controladas em Conjunto e Coligadas												
Klabin S.A.	6,40	402.319	22	(5.709)	(1.530)	(7.911)	1.774	388.965	(166.187)	21.118	–	243.896
Ultrapar Participações S.A.	4,19	397.782	–	–	(28.740)	(7.963)	152	361.231	39.709	(1.542)	–	399.398
Telecel Participações Ltda.	33,33	28	–	–	–	–	–	28	–	–	–	28
Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	40,00	12.736	–	–	(404)	–	–	12.332	169	–	–	12.501
MAPISA I S.A.		1.857	2.198	(4.396)	–	–	–	(341)	341	–	–	–
MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.	52,00	3.927	71	–	–	–	–	3.998	(4)	–	–	3.994
HESA 159 - Investimentos Imobiliários S.A.		19.848	1.175	(21.005)	–	–	–	18	(18)	–	–	–
PRS XXIV Incorporadora S.A.	50,00	3.704	–	–	(103)	–	–	3.601	2.864	–	–	6.465
PRS XIV Incorporadora S.A.		–	88	(61)	–	–	–	27	(27)	–	–	–
PRS XX Incorporadora S.A.		–	223	(214)	–	–	–	9	(9)	–	–	–
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.	50,00	–	3.307	–	(83)	–	–	3.224	196	–	–	3.420
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	50,00	–	695	–	–	–	–	695	(201)	–	–	494
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas		**842.201**	**7.779**	**(31.385)**	**(30.860)**	**(15.874)**	**1.926**	**773.787**	**(123.167)**	**19.576**	**–**	**670.196**
Outros Investimentos												
Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda.		22	–	(22)	–	–	–	–	–	–	–	–
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	8,65	84.749	14.884	–	–	–	–	99.633	–	–	34.618	134.251
Total de Outros Investimentos		**84.771**	**14.884**	**(22)**	**–**	**–**	**–**	**99.633**	**–**	**–**	**34.618**	**134.251**
Total de Participações Societárias		**926.972**	**22.663**	**(31.407)**	**(30.860)**	**(15.874)**	**1.926**	**873.420**	**(123.167)**	**19.576**	**34.618**	**804.447**
Provisão para Perda em Investimento												
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	10,00	(2)	–	–	–	–	–	(2)	(1)	–	–	(3)
Total de Provisão para Perda em Investimentos		**(2)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2)**	**(1)**	**–**	**–**	**(3)**

(1) Percentual considera ações em tesouraria. (2) Ajuste a valor justo da participação na BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas.

Descrição	% (1)	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Dividendos / JCP	Resultado Abrangente	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Subtotal	Equivalência Patrimonial	Variação % Participação	Outros (2)	Saldo em 31.12.2019
Controladas em Conjunto e Coligadas												
Klabin S.A.	6,65	426.758	–	(7.201)	(60.946)	(2.480)	1.555	357.686	45.198	(565)	–	402.319
Ultrapar Participações S.A.	4,20	397.360	–	–	(13.725)	(1.931)	322	382.026	15.756	–	–	397.782
Telecel Participações Ltda.	33,33	28	–	–	–	–	–	28	–	–	–	28
Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A.		–	–	(477)	(680)	–	–	(1.157)	1.157	–	–	–
Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	40,00	11.066	1.600	–	(9)	–	–	12.657	70	–	9	12.736
MAPISA I S.A.	50,00	2.749	–	–	–	–	–	2.749	(892)	–	–	1.857
MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.	52,00	3.858	78	–	–	–	–	3.936	(9)	–	–	3.927
HESA 159 - Investimentos Imobiliários S.A.	25,00	19.619	250	–	–	–	–	19.869	(21)	–	–	19.848
PRS XXIV Incorporadora S.A.	50,00	3.067	–	–	–	–	–	3.067	637	–	–	3.704
Total de Controladas em Conjunto e Coligadas		**864.505**	**1.928**	**(7.678)**	**(75.360)**	**(4.411)**	**1.877**	**780.861**	**61.896**	**(565)**	**9**	**842.201**
Outros Investimentos												
Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda.	15,00	20	2	–	–	–	–	22	–	–	–	22
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	7,83	–	73.007	–	–	–	–	73.007	–	–	11.742	84.749
Total de Outros Investimentos		**20**	**73.009**	**–**	**–**	**–**	**–**	**73.029**	**–**	**–**	**11.742**	**84.771**
Total de Participações Societárias		**864.525**	**74.937**	**(7.678)**	**(75.360)**	**(4.411)**	**1.877**	**853.890**	**61.896**	**(565)**	**11.751**	**926.972**
Provisão para Perda em Investimento												
Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A.	–	(114)	–	–	–	–	–	(114)	114	–	–	–
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	10,00	(9)	–	–	–	–	–	(9)	7	–	–	(2)
Total de Provisão para Perda em Investimentos		**(123)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(123)**	**121**	**–**	**–**	**(2)**

(1) Percentual considera ações em tesouraria. (2) Ajuste a valor justo da participação na BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas.

Além dos resultados em suas investidas, reconhecidos através da equivalência patrimonial, não há evidências objetivas de reconhecimento de perdas adicionais pela não recuperabilidade de investimento líquido. **(c) Destaque das transações ocorridas no período: (i) Aquisição de ações: Transações ocorridas em 2020:** Em 2020, a Companhia adquiriu 914.250 ações ordinárias da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, sem aquisição de influência significativa. Em 2020, a Companhia adquiriu 5.412.347 ações da MAPISA I S.A., com aquisição de controle e totalidade das ações da investida. **Transações ocorridas em 2019**: Em 2019, a Companhia atingiu uma posição de 4.455.800 ações ordinárias da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, sem aquisição de influência significativa. **(ii) Alienação de ações: Transações ocorridas em 2020:** Em 2020, a Companhia alienou 1.988.700 units da Klabin S.A. **(nota explicativa 19)**, sem impacto em sua avaliação de investimento com influência significativa. Tais recursos foram direcionados para investimentos, aplicações financeiras e capital de giro da Companhia. **Transações ocorridas em 2019**: Em 2019, a Companhia alienou 1.264.800 units da Klabin S.A. **(nota explicativa 19)**, sem impacto em sua avaliação de investimento com influência significativa. Em 2019, a Companhia também alienou 4.000 ações ordinárias e 1.600.000 ações preferenciais da Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A. e 90.000 cotas da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. **(nota explicativa 19)**, representando a totalidade de sua participação nas investidas. Tais recursos foram direcionados para investimentos, aplicações financeiras e capital de giro da Companhia. **(iii) Outras ocorrências: Transações ocorridas em 2020:** Em 2020, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na investida HESA 159 - Investimentos Imobiliários S.A., pelo valor total de R$ 31.051, mediante pagamento de sinal e saldo a ser pago em 19 parcelas mensais, a partir de agosto de 2020, com atualização de CDI, acrescidos de 3,5% ao ano **(notas explicativas 9 e 19)**. Em 2020, ocorreu a conversão das debêntures da 7ª emissão da coligada Klabin S.A. em 27.739.244 novas units e com aumento de capital de R$ 370.944, da qual a Companhia não participou, ocasionando uma diluição de sua participação na investida, porém obtendo ganho pelo valor do aumento de capital, reconhecido no resultado do exercício **(nota explicativa 19)**. Em 2020, a investida Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda. foi incorporada pela coligada Klabin S.A., resultando na substituição das 21.642 cotas da Sogemar por 10.408.916 novas ações ordinárias de Klabin, gerando um ganho na variação do percentual de participação de R$ 4.462 **(nota explicativa 19)**. Em 2020, a Companhia adquiriu, através da sua controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., as 5.412.347 ações remanescentes de propriedade de terceiros da controlada em conjunto MAPISA I S.A., equivalente a 50% da participação, através de contrato de compra e venda firmado em 24/11/2020, pelo valor de R$ 681, pago no ato, passando a deter seu controle e a totalidade de suas ações. Em sua avaliação preliminar, a Companhia não encontrou ajustes relevantes no valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos, que totalizaram R$ 2.198, gerando um ganho por compra vantajosa de R$ 1.517 **(nota explicativa 19)**, sujeitos a ajustes durante período de mensuração. Com a aquisição de controle da MAPISA I S.A., a Companhia passou a reconhecer os investimentos na JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A., Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A., PRS XIV Incorporadora S.A. e PRS

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

XX Incorporadora S.A., controladas em conjunto da MAPISA I S.A.. Ainda em 2020, a Companhia alienou a totalidade de suas participações nas investidas PRS XIV Incorporadora S.A. e PRS XX Incorporadora S.A. **(nota explicativa 19)**. **Controladas**: O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas controladas:

		Participação no capital social (%)	
	Participação	31/12/2020	31/12/2019
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Direta/Indireta	100,00	100,00
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	Direta	99,99	99,99
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda. (1)	Direta	99,99	99,99
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	Indireta	100,00	100,00
Masa Mineração Ltda. (1)	Direta	99,99	99,99
MAPISA I S.A. (2)	Indireta	100,00	–
Fundos Exclusivos consolidados na controladora			
Bergen Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior	Direta	100,00	100,00
Narvik Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior	Indireta	100,00	100,00
Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - Investimento no Exterior	Indireta	100,00	–
Nordland Fundo de Investimento de Ações BDR Nível I - Investimento no Exterior	Indireta	100,00	–

(1) Investida com passivo a descoberto refletido no passivo não circulante da Companhia. (2) Aquisição de controle de coligadas ou controladas em conjunto (combinação de negócios realizada em estágios)

Os quadros abaixo apresentam o balanço patrimonial das controladas:

Participações em controladas	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.		Timbutuva Empreendimentos Ltda.		MAGISA - Gestão de Investimento Imobiliários Ltda.	
Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo						
Circulante	24.721	16.841	23	8	1.163	1.056
Não circulante	99.525	90.093	10.945	10.947	1	1
Total do Ativo	124.246	106.934	10.968	10.955	1.164	1.057
Passivo						
Circulante	377	3.628	15	17	2	111
Não circulante	3.097	–	–	–	4.750	5.450
Total do Passivo	3.474	3.628	15	17	4.752	5.561
Patrimônio Líquido	120.772	103.306	10.953	10.938	(3.588)	(4.504)
Demonstração do resultado	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do exercício	16.410	(2.085)	(336)	(324)	916	1.636

Participações em controladas	Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.		Masa Mineração Ltda.		MAPISA I S.A. *	
Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Ativo						
Circulante	22.513	362	3	5	1.811	–
Não circulante	66.000	90.293	–	–	3.914	–
Total do Ativo	88.513	90.655	3	5	5.725	–
Passivo						
Circulante	793	4.906	–	–	1	–
Não circulante	27.327	49.069	–	–	1.599	–
Total do Passivo	28.120	53.975	–	–	1.600	–
Patrimônio Líquido	60.393	36.680	1	5	4.125	–
Demonstração do resultado	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do exercício	10.213	(2.036)	(2)	(17)	(572)	–

(*) Considera o resultado a partir da aquisição do controle em novembro de 2020 (combinação de negócios realizada em estágios).

As **informações sobre as controladas são: Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.**: A sociedade foi constituída em 31/03/2008 e tem por objeto social o desenvolvimento e incorporação de empreendimentos imobiliários em todos os segmentos econômicos, podendo participar do capital social de outras sociedades para realizar investimentos no mercado imobiliário. **Timbutuva Empreendimentos Ltda.**: A sociedade foi constituída em 17/12/2001 e tem como objeto social a participação em empreendimentos imobiliários **(nota explicativa 11). MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.**: A sociedade foi constituída em 06/01/2014 e tem como objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração de empreendimentos imobiliários. **Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.**: A sociedade foi constituída em 30/06/2010 e tem como objeto social promover, mediante incorporação e construção do empreendimento comercial no Centro do Rio de Janeiro - "Torre 1º de Março" **(nota explicativa 11)**. **Masa Mineração Ltda.**: A sociedade foi constituída em 28/04/2015 e tem como objeto social empreender pesquisa e lavra de substâncias minerais, bem como o beneficiamento e a comercialização de minério em geral e seus derivados, e participação em outras sociedades. **Mapisa I S.A.**: A sociedade foi constituída em 01/06/2009 e tem como objeto social a participação em outras sociedades do setor imobiliário e incorporação de empreendimentos imobiliários. Em novembro de 2020, a Companhia adquiriu, através da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., as ações remanescentes de propriedade de terceiros da sociedade, adquirindo o seu controle. **Controladas em conjunto**: O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas controladas em conjunto:

		Participação no capital social (%)	
	Participação	31/12/2020	31/12/2019
Telecel Participações Ltda.	Direta	33,33	33,33
Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	Indireta	40,00	40,00
MAPISA I S.A. (1)	Indireta	–	50,00
MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.	Indireta	52,00	52,00
PRS XXIV Incorporadora S.A.	Indireta	50,00	50,00
JSC Mapisa SPE I Empreendimento Imobiliário S.A. (2)	Indireta	50,00	–
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A. (2)	Indireta	50,00	–

(1) Aquisição de controle de coligadas ou controladas em conjunto (combinação de negócios realizada em estágios). (2) Reconhecimento de coligadas ou controladas em conjunto de novas controladas (combinação de negócios realizada em estágios).

O quadro abaixo apresenta os balanços patrimoniais das controladas em conjunto:

Participações nas controladas em conjunto	Telecel Participações Ltda.		Caraca Empreendimento Imobiliário SPE S.A.		MAPISA I S.A.		Mapisa II Empreendimento Imobiliário SA.	
Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo								
Circulante	–	–	15.302	26.406	–	4.101	39	12
Não circulante	86	86	18.374	17.373	–	3.956	7.642	7.541
Total do Ativo	86	86	33.676	43.779	–	8.057	7.681	7.553
Passivo								
Circulante	–	–	1.141	11.332	–	4.342	–	1
Não circulante	1	1	1.283	595	–	–	–	–
Total do Passivo	1	1	2.424	11.927	–	4.342	–	1
Patrimônio Líquido	85	85	31.252	31.852	–	3.715	7.681	7.552
Demonstração do resultado	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do exercício	–	–	407	189	681	(1.783)	(9)	(17)

(*) Considera o resultado de 2020 até a aquisição do controle, em novembro (combinação de negócios realizada em estágios).

Participações nas controladas em conjunto	PRS XXIV Incorporadora S.A.		JSC Mapisa SPE I Empreendimento Imobiliário SPE S.A.		Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	
Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo						
Circulante	109	3	7.286	–	1.066	–
Não circulante	18.127	12.240	39	–	–	–
Total do Ativo	18.236	12.243	7.325	–	1.066	–
Passivo						
Circulante	2.586	2.354	402	–	77	–
Não circulante	2.514	2.482	84	–	–	–
Total do Passivo	5.100	4.836	486	–	77	–
Patrimônio Líquido	13.136	7.407	6.839	–	989	–
Demonstração do resultado	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do exercício	3.620	1.273	662	–	(617)	–

As informações sobre as controladas em conjunto são: **Telecel Participações Ltda.**: A sociedade foi constituída em 23/04/1992 tendo como objeto social a participação em sociedades que tenham por objeto a implantação, prestação e operação de serviços de telecomunicações sem fio. **Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.**: A sociedade foi constituída em 04/11/2009 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento comercial e residencial no bairro Cachambi, na cidade e estado do Rio de Janeiro. **Mapisa I S.A.**: A sociedade foi constituída em 01/06/2009 e tem como objeto social a participação em outras sociedades do setor imobiliário e incorporação de empreendimentos imobiliários. Em novembro de 2020, a Companhia adquiriu, através da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., as ações remanescentes de propriedade de terceiros da sociedade, adquirindo seu controle. **MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.**: A sociedade foi constituída em 21/01/2015 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial, no bairro de Ipanema, na cidade e estado do Rio de Janeiro. **PRS XXIV Incorporadora S.A.**: A sociedade foi constituída em 03/03/2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial, no bairro da Tijuca, na cidade e estado do Rio de Janeiro. **JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.**: A sociedade foi constituída em 08/11/2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial e comercial, na cidade de Fortaleza no estado do Ceará. **Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.**: A sociedade foi constituída em 03/11/2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial e comercial, na cidade de Salvador no estado da Bahia. **Coligadas**: O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas coligadas:

		Participação no capital social (%)	
	Participação	31/12/2020	31/12/2019
Ultrapar ParticipaçõesS.A. (1)	Direta	4,19	4,20
Klabin S.A. (1)	Direta	6,40	6,65
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A. (2)	Direta	10,00	10,00
HESA 159 - Investimentos Imobiliários S.A.	Indireta	–	25,00

(1) Percentual considera ações em tesouraria. (2) Investida com passivo a descoberto, refletido no passivo não circulante da Companhia.

O quadro abaixo apresenta os balanços patrimoniais das coligadas.

Participações em coligadas	Ultrapar Participações S.A.		Klabin S.A.		Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.		Hesa 159 - Investimentos Imobiliários S.A.	
Balanço Patrimonial	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo								
Circulante	1.297.101	197.626	9.935.323	13.160.754	1	5	–	58.627
Não circulante	11.695.597	11.172.197	24.351.092	20.863.323	–	–	–	185.251
Total do Ativo	12.992.698	11.369.823	34.286.415	34.024.077	1	5	–	243.878
Passivo								
Circulante	1.566.780	47.069	3.435.511	3.160.194	19	17	–	113
Não circulante	1.892.172	1.864.499	27.040.599	24.817.001	–	–	–	167.750
Total do Passivo	3.458.952	1.911.568	30.476.110	27.977.195	19	17	–	167.863
Patrimônio Líquido	9.533.746	9.458.255	3.810.305	6.046.882	(18)	(12)	–	76.015
Demonstração do resultado	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do exercício	893.383	373.526	(2.487.870)	675.825	(7)	67	(72)	(84)

As informações sobre as coligadas são: Ultrapar Participações S.A.: A sociedade foi constituída em 11/12/1953 e tem como objeto social a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços e em atividades congêneres, inclusive mediante participação em outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua na distribuição e varejo especializado de combustíveis ("Ipiranga") e de gás liquefeito de petróleo - GLP ("Ultragaz"), no varejo farmacêutico ("Extrafarma"), na indústria de especialidades químicas ("Oxiteno"), e na armazenagem de granéis líquidos ("Ultracargo"). **Klabin S.A.**: A sociedade foi constituída em 20/12/1934 e tem como objeto social a atuação em segmentos da indústria de papel e celulose, mediante produção e venda de madeira, papéis de embalagem, sacos de papel e caixas de papelão ondulado e celulose, para os mercados interno e externo. Parte de suas atividades são integradas desde o florestamento até a fabricação dos produtos finais. **Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.**: A sociedade foi constituída em 12/04/2006 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial no bairro de Jurubatuba, subdistrito Capela do Socorro, na capital do estado de São Paulo. **Hesa 159 - Investimentos Imobiliários S.A.**: A sociedade foi constituída em 18/02/2013 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial e comercial na capital do estado de São Paulo. Em julho de 2020, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na sociedade **(notas explicativas 9 e 19)**. **Outros investimentos: As informações sobre os outros investimentos são: Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda.:** A sociedade foi constituída em 31/07/1998 e tem como objeto social a locação, arrendamento, ou licenciamento de uso de marcas e outros bens próprios e direitos de qualquer natureza. Em novembro de 2020, a investida foi incorporada pela coligada Klabin S.A.. **BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas**: A sociedade foi constituída em 23/07/2005 e tem como objeto social a atuação na exploração de atividades agrícola, pecuária e florestal. **15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO**: São representadas por imóveis de propriedade da Companhia disponíveis para aluguel, avaliados à valor justo, por profissionais independentes, considerando a premissa de abordagem de mercado e utilizando informações de preços disponíveis no mercado para comparação direta. A avaliação considera amostra representativa de dados de mercado e análise do histórico dos preços de imóveis com características semelhantes, análise do mercado local e características da região em que o imóvel está localizado, conservação do imóvel e, quando aplicável, a avaliação das expectativas futuras dos desenvolvimentos das propriedades. Em julho de 2020, a Companhia alienou o Edifício Monteiro Aranha, para membros do grupo de controle da Companhia, pelo valor total de R$ 22.000, com entrada paga no ato da assinatura do contrato de compra e venda, e saldo a ser pago em até 05 parcelas semestrais, a partir de dezembro de 2020, com atualização de CDI, acrescidos de 4,5% ao ano **(notas explicativas 9 e 10)**. Em 2020 foi realizada a antecipação de amortização no valor de R$ 11.031. Considerando as incertezas geradas pela pandemia da COVID-19, com possíveis perdas no valor de suas propriedades para investimento, a Companhia optou pela realização de novas avaliações em 31/03/2020 e em 31/12/2020. Os laudos feitos para a avaliação de seus imóveis, e os valores da negociação para alienação, geraram ajustes registrados em outras despesas operacionais **(nota explicativa 19)**.

	Controladora e Consolidado	
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	46.205	49.926
Ajuste ao valor justo	(1.814)	(3.721)
Custos de transmissão	660	–
Baixa por alienação	(22.000)	–
Saldo no fim do exercício	23.051	46.205

As propriedades para investimento geraram para a Companhia uma receita de aluguel de R$ 2.290 até 31/12/2020 (até 31/12/2019 - R$ 2.774). **16. IMOBILIZADO: (a) Composição do imobilizado:** O quadro abaixo apresenta a composição do imobilizado:

	31/12/2020			31/12/2019
Controladora	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Veículos e equipamentos de informática	1.675	(1.017)	658	566
Direito de uso por arrendamento	10.500	(1.262)	9.238	10.370
Móveis e utensílios e outros	1.617	(1.195)	422	514
Total	13.792	(3.474)	10.318	11.450

	31/12/2020			31/12/2019
Consolidado	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	34	(20)	14	16
Veículos e equipamentos de informática	1.712	(1.053)	659	567
Direito de uso por arrendamento	10.500	(1.262)	9.238	10.370
Móveis e utensílios e outros	1.645	(1.223)	422	515
Total	13.891	(3.558)	10.333	11.468

(b) Movimentação do imobilizado: O quadro abaixo apresenta a movimentação sumária do imobilizado:

	Controladora				
	Edifícios	Veículos e equipamentos de informática	Direito de uso por arrendamento	Móveis e utensílios e outros	Total
Custo					
Em 31/12/2019	–	1.406	10.988	1.615	14.009
Adições	–	269	712	2	983
Baixa	–	(5)	(1.200)	–	(1.200)
Em 31/12/2020	–	1.675	10.500	1.617	13.792
Depreciação acumulada					
Em 31/12/2019	–	(840)	(618)	(1.101)	(2.559)
Adições	–	(177)	(644)	(94)	(915)
Baixas	–	–	–	–	–
Em 31/12/2020	–	(1.017)	(1.262)	(1.195)	(3.474)
Líquido	–	658	9.238	422	10.318

	Controladora				
	Edifícios	Veículos e equipamentos de informática	Direito de uso por arrendamento	Móveis e utensílios e outros	Total
Custo					
Em 31/12/2018	–	1.539	–	1.602	3.141
Adições	–	235	10.988	13	11.236
Baixa	–	(368)	–	–	(368)
Em 31/12/2019	–	1.406	10.988	1.615	14.009
Depreciação acumulada					
Em 31/12/2018	–	(955)	–	(1.001)	(1.956)
Adições	–	(214)	(618)	(100)	(932)
Baixas	–	329	–	–	329
Em 31/12/2019	–	(840)	(618)	(1.101)	(2.559)
Líquido	–	566	10.370	514	11.450

	Consolidado				
	Edifícios	Veículos e equipamentos de informática	Direito de uso por arrendamento	Móveis e utensílios e outros	Total
Custo					
Em 31/12/2019	34	1.495	10.988	1.643	14.160
Adições	–	274	712	2	988
Baixas	–	(5)	(1.200)	–	(1.205)
Em 31/12/2020	34	1.764	10.500	1.645	13.943
Depreciação acumulada					
Em 31/12/2019	(18)	(928)	(618)	(1.128)	(2.692)
Adições	(2)	(177)	(644)	(95)	(918)
Baixas	–	–	–	–	–
Em 31/12/2020	(20)	(1.105)	(1.262)	(1.223)	(3.610)
Líquido	14	659	9.238	422	10.333

	Consolidado				
	Edifícios	Veículos e equipamentos de informática	Direito de uso por arrendamento	Móveis e utensílios e outros	Total
Custo					
Em 31/12/2018	34	1.579	–	1.637	3.250
Adições	–	289	10.988	63	11.340
Baixas	–	(373)	–	(57)	(430)
Em 31/12/2019	34	1.495	10.988	1.643	14.160
Depreciação acumulada					
Em 31/12/2018	(17)	(992)	–	(1.030)	(2.039)
Adições	(1)	(220)	(618)	(103)	(942)
Baixas	–	284	–	5	289
Em 31/12/2019	(18)	(928)	(618)	(1.128)	(2.692)
Líquido	16	567	10.370	515	11.468

(c) Método de depreciação: O quadro abaixo apresenta as taxas de depreciação utilizadas com base na vida útil econômica dos bens imobilizados da Companhia.

	Taxa Anual (%)	Vida Útil (em anos)
Controladora e Consolidado		
Edifícios	4	25
Veículos	20	5
Equipamentos de informática	20	5
Móveis e utensílios	10	10
Direito de uso por arrendamento	5	20

17. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS: De acordo com o CPC 25, a Administração adota o procedimento de classificar os processos administrativos ou judiciais em face da Companhia em função do risco de perda, baseado na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de **risco provável**	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de **risco possível**	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de **risco remoto**
São constituídas provisões	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras

Não existem contingências tributárias, cíveis e trabalhistas relevantes que tenham sido avaliadas como de perda provável ou possível que devessem ser provisionadas ou divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. **18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**: **(a) Capital social**: O capital social, subscrito e integralizado, da Companhia no encerramento dos exercícios reportados, está representado por 12.251.221 ações ordinárias, sem valor nominal, correspondente ao valor de R$ 716.838. **(b) Lucro por ação**: Nos exercícios apresentados, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos com potencial dilutivo, sendo, portanto, equivalentes o seu lucro por ação básico e diluído. O quadro abaixo apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(9.345)	100.132
Média ponderada de número de ações	12.251.221	12.251.221
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - em reais	(0,76)	8,17

(c) Reserva de lucros: (i) Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido auferido do exercício, que não exceda a 20% do capital social, para constituição da reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja deliberado pela Assembleia Geral. **(ii) Reserva para investimentos**: Tem por finalidade financiar futuros projetos da Companhia. **(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio**: O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, podendo a Diretoria levantar balanços intermediários e declarar dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços. Em 2020, a Companhia declarou R$ 22.000 em dividendos e R$ 51.000 em juros sobre o capital próprio, atribuídos a reserva para investimentos.

Proventos	Data de Aprovação	Valor Total	Valor por ação	Data do pagamento
Dividendos	21/01/2020	6.000	0,48975	03/02/2020
Juros s/ Capital Próprio	03/04/2020	17.500	1,42842	20/04/2020
Dividendos	20/05/2020	12.500	1,02030	03/06/2020
Dividendos	18/09/2020	3.500	0,28568	05/10/2020
Juros s/ Capital Próprio	18/09/2020	21.500	1,75492	05/10/2020
Juros s/ Capital Próprio	06/12/2020	12.000	0,97949	05/01/2020

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

O dividendo mínimo obrigatório do exercício foi calculado como se segue:

Descrição	31/12/2019	por ação	31/12/2019	por ação
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(9.345)		100.132	
Reserva legal	–		(5.006)	
Baixa do custo atribuído ao imobilizado	8.589		–	
Base de cálculo	(756)		95.126	
Percentual do dividendo	25%		25%	
Dividendo mínimo obrigatório	–	0,00	23.781	1,94

A movimentação dos dividendos e JCP a pagar no exercício ocorreram de acordo com o quadro abaixo:

	Dividendos		JCP	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	82	49	7.693	17.881
Distribuições aprovadas no exercício	22.000	99.000	51.000	65.000
Pagamentos realizados	(21.924)	(98.967)	(48.014)	(75.157)
Prescrições	(9)	–	(19)	(31)
Saldo Final	149	82	10.660	7.693

19. OUTRAS RECEITAS LÍQUIDAS: O quadro abaixo apresenta o saldo de outras receitas líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2018
Receitas				
Receitas de aluguéis de imóveis	2.290	2.774	2.343	2.936
Receita de dividendos [1]	12.479	10.904	12.479	10.904
Ajuste ao valor justo de investimentos [2]	34.618	11.742	34.618	11.742
Variação do percentual de participação [3]	19.576	–	19.576	–
Resultado da venda de investimentos	42.391	12.793	50.881	12.793
Ganho por Compra Vantajosa de Investimentos	–	–	1.517	–
Outras receitas operacionais	210	274	225	280
	111.564	38.487	121.639	38.655
Despesas				
Variação do percentual de participação	–	(564)	–	(564)
Avaliação de propriedade para investimento	(1.814)	(3.721)	(1.814)	(3.721)
Outras despesas operacionais	–	(40)	(4)	(43)
	(1.814)	(4.325)	(1.818)	(4.328)
	109.750	34.162	119.821	34.327

[1] Dividendos recebidos de outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial **(nota explicativa 14)**. [2] Resultado da avaliação de investimentos de caráter permanente, avaliados a valor justo **(nota explicativa 14)**. [3] Variação da participação no investimento pelo aumento de capital social, na conversão de debêntures e na incorporação da Sogemar pela Klabin, e pela movimentação de ações em tesouraria **(nota explicativa 14)**.

20. DESPESAS POR NATUREZA: O quadro abaixo apresenta as informações das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com pessoal	(19.768)	(21.362)	(21.908)	(23.324)
Contratação de serviços [1]	(6.814)	(13.058)	(6.403)	(7.311)
Despesas tributárias [1]	(546)	(10.014)	(1.158)	(11.174)
Depreciação e amortização	(815)	(841)	(818)	(851)
Aluguéis e condomínio	(551)	(737)	(1.628)	(2.752)
Comunicações e utilidades	(301)	(417)	(313)	(429)
Manutenção e conservação	(146)	(335)	(163)	(357)
Publicações	(283)	(268)	(303)	(291)
Outras despesas	(3.000)	(3.109)	(3.870)	(3.606)
Doações para auxílio no combate ao COVID-19	(1.913)	–	(1.913)	–
	(34.137)	(50.141)	(38.477)	(50.095)

[1] parte do resultado com taxas e tributos s/resultado financeiro em 2019 passou a ser reconhecido em resultado financeiro **(nota explicativa 21).**

21. RESULTADO FINANCEIRO: O quadro abaixo apresenta o resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação em renda fixa	5.672	4.838	5.911	5.642
Variação de aplicação em renda variável	611.517	253.899	611.517	253.899
Aluguel de ações	32	125	32	125
Variações monetárias	629	–	4.379	–
Variações cambiais	3.165	16.518	3.165	16.518
Derivativos	53.748	22.803	53.748	22.803
Outras receitas financeiras	475	441	718	821
	675.238	298.624	679.470	299.808
Despesas financeiras				
Perdas de aplicação em renda fixa	(775)	–	(776)	–
Variação de aplicação em renda variável	(501.356)	(171.886)	(501.356)	(171.886)
Aluguel de ações	–	(697)	–	(697)
Variações monetárias	(2.473)	(1.123)	(5.045)	(6.232)
Variações cambiais	(45.395)	(18.556)	(45.395)	(18.556)
Derivativos	(12.792)	(26.413)	(12.792)	(26.413)
Juros sobre arrendamento mercantil	(1.052)	(1.033)	(1.052)	(1.033)
Juros sobre debêntures	(6.235)	(445)	(6.235)	(445)
Outras despesas financeiras	(9)	(1)	(11)	(1)
Tributos sobre Receita Financeira	(10.615)	–	(10.702)	–
	(580.702)	(220.154)	(583.364)	(225.263)
Resultado financeiro líquido	94.536	78.470	96.106	74.545

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Os instrumentos financeiros da Companhia são compostos, majoritariamente, por títulos públicos (LFT, LTN e NTN) e CDB de instituições financeiras, fundos de renda fixa, ações de companhias listadas na B3 e em bolsas internacionais, *Exchange Traded Funds* ("ETF"), contratos de *swap*, dólar futuro, índice Ibovespa futuro, índice S&P 500 futuro, operação a termo de ações, empréstimos e debêntures. O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros:

	Controladora				Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo		Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalente de caixa	197.286	158.746	197.286	158.746	199.646	158.765	199.646	158.765
Aplicações financeiras	440.233	404.995	440.233	404.995	440.233	417.320	440.233	417.320
Contas a receber	63	175	63	175	1.147	2.261	1.147	2.261
Alienação de investimentos	6.602	–	6.602	–	29.179	–	29.179	–
Alienação de estoques	–	–	–	–	88.176	–	88.176	–
Partes relacionadas ***(b)***	23.801	1	23.801	1	374	987	374	987
Investimentos [1]	134.251	84.749	134.251	84.749	134.251	84.749	134.251	84.749
Obrigações com operações financeiras ***(a)***	(430)	(93.101)	(430)	(93.101)	(430)	(93.101)	(430)	(93.101)
Empréstimos e financiamentos ***(c)***	(201.364)	(100.269)	(201.364)	(100.399)	(201.364)	(154.108)	(201.364)	(154.238)
Debêntures ***(d)***	(200.053)	(200.445)	(200.053)	(200.445)	(200.053)	(200.455)	(200.053)	(200.445)

[1] Investimentos em participações societárias a valor justo **(nota explicativa 13)**.

(a) Crédito e obrigações com operações financeiras: (i) Venda a descoberto do ETF do IBOVESPA - BOVA11: Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia utilizou-se da venda a descoberto de BOVA11. BOVA11 é um ETF, negociado na B3, cuja composição e desempenho são similares ao índice Ibovespa. No segundo trimestre de 2020, a Companhia encerrou sua posição vendida em BOVA11. **(ii) *Swap***: Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia utiliza-se de contratos de *swap* com posição passiva em ações e ativa em CDI. A Companhia também se utiliza desses instrumentos para se proteger das variações cambiais de empréstimos estrangeiros, com posição passiva cambial e ativa em CDI. Essas operações são registradas na CETIP. Os contratos correspondentes às posições de swap são registrados em contas de compensação e os diferenciais, a pagar e a receber, são valorizados a mercado e registrados em contas patrimoniais com contrapartida em resultado financeiro **(nota explicativa 8)**. **(iii) Futuro de dólar, índices Ibovespa e S&P 500**: Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia utiliza-se de compras e vendas no mercado futuro de dólar, índice Ibovespa e índice S&P 500. Essas operações são realizadas no âmbito da B3, com ajustes de posição liquidados diariamente **(nota explicativa 8)**. **(iv) Termo de ações**: A Companhia utilizou-se de operações de termo de ações (venda de uma ação com uma compra a termo da mesma ação por um preço predeterminado), com prazo de 90 a 213 dias para liquidação e taxa média efetiva de 1,67%, tendo sido liquidadas em sua totalidade em 2020 **(nota explicativa 8)**. **(b) Partes relacionadas**: A Companhia realizou operação de mútuo com sua controlada indireta Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., no valor de R$ 60.000, com vencimento em 2 anos, e com amortizações semestrais em até 5 parcelas, sem cobrança de juros e sujeito a antecipação **(nota explicativa 10)**. Em 2020 foi realizada a antecipação da amortização de parte dos valores **(nota explicativa 22.c)**. **(c) Empréstimos e financiamentos**: A Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., controlada indireta da Companhia, firmou Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças, no valor de R$ 61.409, para financiamento da construção do empreendimento "Torre 1º de Março" **(nota explicativa 11)** no qual a Companhia consta como fiadora. A liberação de recurso foi feita em sua totalidade com base no cronograma físico financeiro da obra, sendo os valores das parcelas apurados e liberados por reembolso após a verificação do percentual de obra executado e o saldo foi corrigido pela Taxa Referencial (TR) mais uma taxa de juros fixa. A amortização do financiamento iniciou em janeiro de 2018 com liquidação em até 60 meses de prazo, sendo repactuado em maio de 2019 com alteração de prazo para 96 meses e carência de 1 ano. No segundo trimestre de 2020, a Companhia realizou a liquidação total do financiamento, antecipando seu vencimento.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	53.839	56.224
Atualização do saldo	2.572	5.109
Parcelas pagas	(56.411)	(7.494)
Saldo final	–	53.839

Em 2018, a Companhia firmou contrato de empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano, e vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 com prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, sem *covenants* financeiros. O valor do empréstimo foi convertido para Reais, R$ 100.000, e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de *swap* **(nota explicativa 23.a)**, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano. Os recursos obtidos com esse empréstimo foram direcionados para investimentos, aplicações financeiras e capital de giro da Companhia. O empréstimo foi totalmente liquidado em dezembro de 2020 e o instrumento de *swap* gerou um recebimento de R$ 40.890 no exercício.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	100.269	98.250
Juros	1.109	1.123
Variação cambial	42.231	2.039
Parcelas pagas	(143.609)	(1.143)
Saldo final	–	100.269
Swap (Empréstimo)	–	66
Saldo final com proteção	–	100.335

Em 2020, a Companhia firmou contratos de cédula de crédito bancário ("CCB") no valor total de R$ 200.000, com taxa de juros de CDI e acréscimo de taxa fixa entre 0,98% a 1,5% ao ano, e vencimentos em parcelas ao longo de 2021 e 2022 com prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações e outras aplicações financeiras, sem *covenants* financeiros. Os recursos obtidos com esses empréstimos foram direcionados para o alongamento do passivo bancário, investimentos, aplicações financeiras e capital de giro da Companhia.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	–	–
Parcelas recebidas	200.000	–
Juros	1.364	–
Parcelas pagas	–	–
Saldo final	201.364	–

(d) Debêntures: Em 2019, a Companhia realizou sua primeira emissão de debêntures, no valor de R$ 200.000, não conversíveis em ações e em série única. As debêntures terão vencimento em 5 anos, com amortizações semestrais em 4 parcelas de 2023 a 2024, e com remuneração correspondente a taxa de CDI e acréscimo de taxa fixa de 0,36% ao ano, com pagamentos semestrais entre 2020 e 2025, com prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. Os recursos obtidos com essa emissão foram direcionados para o alongamento do passivo bancário, investimentos, aplicações financeiras e capital de giro da Companhia.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	200.445	–
Novas captações	–	200.000
Juros remuneratórios	6.234	445
Amortizações e pagamentos	(6.626)	–
Saldo final	200.053	200.445

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS: **23.1. Risco em investimentos mantidos em controladas, coligadas e controladas em conjunto**: Os principais ativos da Companhia são os investimentos na Ultrapar Participações S.A. e na Klabin S.A.. Os detalhamentos de seus riscos e suas políticas de gerenciamento de riscos estão divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras das referidas investidas, incluindo os efeitos relacionados a pandemia da COVID-19. A Companhia detém também investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto no setor imobiliário, que estão expostos a riscos associados à incorporação imobiliária, construção e venda de imóveis, e pode ser fortemente influenciado pelos riscos de aumento de alíquotas de impostos existentes, criação de novos impostos, conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor através de desaceleração da economia, aumento da taxa de juros, inflação, flutuação da moeda, desemprego, redução do poder de compra da população e instabilidade política. A mudança nas políticas de financiamento para compra de imóveis e/ou aumento das taxas de juros podem prejudicar a capacidade ou disposição de compradores de imóveis para financiar suas aquisições. Consequentemente, tais fatos podem causar uma redução da demanda por imóveis das investidas, podendo gerar perdas e prejuízos substanciais, colocando em risco a capacidade das investidas em pagar as suas despesas e obrigações, e distribuir dividendos ou até mesmo a realização dos empreendimentos. Eventuais restrições ao crédito e fatores macroeconômicos, tais como variações nas taxas de desemprego e de juros, podem impactar de maneira significativa a comercialização de unidades imobiliárias pela investida, ocasionando prejuízos financeiros e colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos. Nesse segmento, a Companhia tem como estratégia investir em Sociedades de Propósitos Específicos ("investidas") em parceria com empresas do setor imobiliário, portanto, está exposta ao risco de os sócios nas investidas apresentarem dificuldades financeiras, serem demandados em processos judiciais ou qualquer outro fato que possa vir a prejudicar a sua capacidade financeira, sua imagem e sua atuação neste segmento ou, ainda, que possa comprometer a viabilidade financeira das investidas, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos. As matérias-primas básicas utilizadas podem sofrer aumentos de preço em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos contratos celebrados. A elevação do preço dos insumos a valores superiores ao que o mercado consumidor é capaz de absorver pode gerar dificuldade na comercialização dos imóveis e a consequente diminuição da lucratividade destes investimentos. Eventuais atrasos ou falhas na prestação de serviços por parte das construtoras contratadas pelas investidas podem ter um efeito adverso e sujeitar estas à imposição de responsabilidade civil e prejuízos financeiros, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos. A utilização de mão de obra terceirizada por parte das investidas implica a assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária por solidariedade, podendo gerar prejuízos financeiros ou de imagem e colocar em risco a rentabilidade dos empreendimentos. Adicionalmente, o setor depende de serviços públicos, em especial os de água e energia elétrica, e de uma vasta cadeia de produtos, serviços e outros fatores inerentes ao mercado imobiliário, fazendo com que qualquer diminuição ou interrupção desses possam causar dificuldades ou prejuízos financeiros, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos. A atividade imobiliária está sujeita à legislação vigente, dependendo de autorizações e licenças exigidas no que diz respeito à construção, uso do solo, proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico, proteção ao consumidor e outros, que afetam as atividades de aquisição de terrenos, incorporação e construção. A impossibilidade de obter tais autorizações e licenças, ou a ocorrência de atrasos na sua obtenção, podem causar prejuízos financeiros e colocar em risco a realização ou a rentabilidade dos empreendimentos. Na hipótese de eventual descumprimento da legislação vigente é possível que ocorram sanções administrativas, tais como imposição de multas, embargo de obras, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além de outras penalidades civis e criminais, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos. O mercado imobiliário está sujeito também a mudanças nas regulamentações relativas à edificação e ao zoneamento. Mudanças de regulamentações relativas à edificação e ao zoneamento, antes ou durante a execução do projeto imobiliário, podem causar prejuízos financeiros, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos. Esses riscos podem gerar prejuízos substanciais para a Companhia, na medida em que coloca em risco a capacidade da investida em pagar suas obrigações e distribuir dividendos, podendo, inclusive, obrigar a Companhia a responder solidariamente pelas obrigações financeiras e eventuais processos nas esferas criminal, cível e trabalhista das investidas. A Companhia avaliou que os efeitos relacionados ao caso fortuito da pandemia da COVID-19 não geraram atrasos significativos de execução no empreendimento de sua controlada em conjunto PRS XXIV Incorporadora S.A., que teve seu habite-se expedido em 2020. **23.2. Risco de liquidez e de crédito**: O risco de liquidez é o risco da Companhia não cumprir com as suas obrigações financeiras. Tendo em vista que os saldos de caixa, de equivalentes de caixa, aplicações financeiras e demais créditos são superiores às obrigações contraídas, a Administração julga ser baixo o risco em relação à capacidade de pagamento pontual de suas obrigações. O quadro abaixo demonstra análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, em 31/12/2020 e 31/12/2019:

	Controladora							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	(133)	–	–	(133)	(294)	–	–	(294)
Dividendos e JCP a pagar	(10.809)	–	–	(10.809)	(7.775)	–	–	(7.775)
Operações financeiras	(430)	–	–	(430)	(93.101)	–	–	(93.101)
Empréstimos e financiamentos	(155.530)	(54.235)	–	(209.765)	(105.912)	–	–	(105.912)
Debêntures	(5.779)	(238.990)	–	(244.769)	(9.852)	(256.128)	–	(265.980)
	(172.681)	**(293.225)**	**–**	**(465.906)**	**(216.934)**	**(256.128)**	**–**	**(473.062)**

	Consolidado							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	(474)	–	–	(474)	(460)	–	–	(460)
Dividendos e JCP a pagar	(10.809)	–	–	(10.809)	(7.775)	–	–	(7.775)
Operações financeiras	(430)	–	–	(430)	(93.101)	–	–	(93.101)
Empréstimos e financiamentos	(155.530)	(54.235)	–	(209.765)	(110.682)	(49.069)	–	(159.751)
Debêntures	(5.779)	(238.990)	–	(244.769)	(9.852)	(256.128)	–	(265.980)
	(173.022)	**(293.225)**	**–**	**(466.247)**	**(221.870)**	**(305.197)**	**–**	**(527.067)**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir com uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. As disponibilidades financeiras e os contratos de *swap* são mantidos em instituições financeiras consideradas de primeira linha pela Administração. A Companhia considerou que os efeitos relacionados a pandemia da COVID-19 não trouxeram aumento significativo dos riscos de liquidez e crédito, e que os mesmos já estão devidamente reconhecidos na mensuração de seu valor justo. **23.3. Risco cambial**: O risco cambial é a possibilidade de haver variações na taxa de câmbio (Real/Dólar). Considerando que a Companhia tem exposição positiva ao Dólar, o risco seria esta moeda se desvalorizar frente ao Real. A Administração acompanha permanentemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco cambial a que está exposta e demonstra potenciais impactos no seu resultado financeiro através de análise de sensibilidade **(nota explicativa 24.i)**. **23.4. Risco de taxa de juros:** Parte das aplicações financeiras da Companhia estão atreladas às variações das taxas Selic e CDI, expondo esses ativos às variações dessas taxas. Em caso de redução das taxas de juros, no entanto, é provável que a Companhia apresente uma redução de ganhos nas aplicações financeiras com exposição as taxas Selic e CDI. A Companhia captou recursos através de cédulas de crédito bancário ("CCB"), no valor total de R$ 200.000, sujeita a uma taxa de juros remuneratórios de CDI, acrescido de taxa fixa ao ano. Desta forma a Companhia está exposta a variação do CDI sobre o valor destes empréstimos. A Companhia emitiu 200.000 debêntures, no valor de R$ 200.000, sujeita a uma taxa de juros remuneratórios de CDI, acrescidos de taxa fixa ao ano. Desta forma a Companhia está exposta a variação do CDI sobre o valor destas debêntures. A Administração acompanha permanentemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco de taxa de juros a que está exposta e demonstra potenciais impactos no seu resultado financeiro através de análise de sensibilidade **(nota explicativa 24.ii)**. **23.5. Risco de volatilidade no preço de ações e cotas de fundos de investimentos**: A Companhia investe através de seus fundos exclusivos em ações negociadas na B3, em bolsas estrangeiras e em cotas de fundos de investimentos, portanto, está exposta à variação do preço desses ativos. Para administrar o risco decorrente de investimentos em ações e cotas de fundos de investimentos, a carteira é diversificada com gestão profissional, de acordo com os limites estabelecidos pela Administração. Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos que possam causar volatilidade no preço das ações e cotas de fundos de investimentos de sua propriedade, a Companhia utilizou-se e pode vir a utilizar instrumentos de proteção como por exemplo venda a descoberto de BOVA11, venda de índice Ibovespa futuro, compra ou venda de opções de ações e índices e contratos de *swap*. A Administração da Companhia acompanha permanentemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco de volatilidade no preço das ações a que está exposta e demonstra potenciais impactos no seu resultado financeiro através de análise de sensibilidade **(nota explicativa 24.iii)**. **24. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE: (i) Análise de sensibilidade do câmbio:** O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do câmbio com base na cotação do Dólar em Real em 31/12/2020, considerando desvalorizações de 25% e 50%:

Operação	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
Taxa de câmbio R$/U$ em 31/12/2020	5,20	3,90	2,60
Ações	163.265	122.449	81.633
Dólar futuro	137.262	102.947	68.631
Total	300.532	225.400	150.267
Efeito no resultado financeiro	**–**	**(75.131)**	**(150.263)**

(ii) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros: Parte substancial das aplicações financeiras da Companhia e suas controladas são indexados às taxas CDI, SELIC e IPCA. Por outro lado, há também CCB e debêntures emitidas pela Companhia atreladas ao CDI **(nota explicativa 23.c)**. O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade em 31/12/2020, considerando a diminuição das taxas do cenário base em 25% e 50% para as aplicações financeiras, e um aumento das taxas do cenário base em 25% e 50% para as CCB e debêntures emitidas pela Companhia.

Operação		Saldo em 31/12/2020	Cenário Base Taxa	Cenário Base Impacto $	Cenário I -25% Taxa	Cenário I -25% Impacto $	Cenário II -50% Taxa	Cenário II -50% Impacto $
CDB	CDI	189.485	1,90%	–	1,43%	(900)	0,95%	(1.800)
Debêntures (Compromissada)	CDI	10.501	1,90%	–	1,43%	(50)	0,95%	(100)
Fundo de Investimento Renda Fixa	CDI	55.872	1,90%	–	1,43%	(265)	0,95%	(531)
Letras Financeiras	CDI	6.510	1,90%	–	1,43%	(31)	0,95%	(62)
Títulos Públicos	SELIC	32.096	1,90%	–	1,43%	(152)	0,95%	(305)
Alienação de Investimento	CDI	29.179	1,90%	–	1,43%	(139)	0,95%	(277)
Alienação de Estoque	CDI	88.176	1,90%	–	1,43%	(419)	0,95%	(838)
Total		**411.819**				**(1.956)**		**(3.913)**

Operação		Saldo em 31/12/2020	Cenário Base Taxa	Cenário Base Impacto $	Cenário I +25% Taxa	Cenário I +25% Impacto $	Cenário II +50% Taxa	Cenário II +50% Impacto $
Empréstimos (CCB)	CDI	(201.364)	1,90%	–	2,38%	956	2,85%	1.913
Debêntures	CDI	(200.053)	1,90%	–	2,38%	950	2,85%	1.901
Total		**(401.417)**				**1.906**		**3.814**

Considerando que os impactos financeiros da variação da taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros tem efeitos opostos, os resultados sobre essas variações poderão ser parcialmente compensados. **iii) Análise de sensibilidade dos preços de ações e cotas de fundos de investimentos**: O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade no valor das ações e nas cotas de fundos de investimentos com base nas cotações de mercado em 31/12/2020, considerando a desvalorização da carteira em 25% e 50%:

Operação	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
FIA	55.027	41.270	27.514
Ações	163.265	122.449	81.633
FIC de FIM	31.949	23.962	15.975
FIP	72.584	54.438	36.292
FII	19.798	14.849	9.899
Investimentos [1]	134.251	100.688	67.126
Total	476.874	357.656	238.439
Efeito no resultado financeiro		**(119.218)**	**(238.435)**

[1] Investimentos em participações avaliadas a valor justo **(nota explicativa 14).**

25. COBERTURA DE SEGUROS: Os imóveis de propriedade da Companhia e o conteúdo da sua sede, situada no bairro Leblon - RJ estão cobertos por apólice de seguros contra incêndio e danos. A Companhia possui, ainda, apólices de seguro com cobertura para danos, furto e roubo para os veículos de sua propriedade e seguro de responsabilidade civil de Administradores, Diretores e/ou Conselheiros (*D&O - Directors and Officers*). Todas as apólices de seguro estavam vigentes no exercício reportado e são renovadas anualmente. **26. EVENTOS SUBSEQUENTES**: Em fevereiro de 2021, a investida BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas realizou aumento de capital, com emissão de 20.000.000 novas ações, dos quais a Companhia, através do FIA Nordland, participou tendo adquirido 3.622.847 ações ordinárias, conforme Comunicado ao Mercado feito pela Companhia em 08 de fevereiro de 2021.

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - Presidente; **Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães** - 1º Vice-Presidente;**Ana Maria Monteiro de Carvalho** - 2ª Vice Presidente;
Arnon Affonso de Farias Mello Neto - Conselheiro; **José Luiz Alquéres** - Conselheiro; **Roberto Duque Estrada de Sousa** - Conselheiro; **Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto** - Membro Suplente;
Pedro Alberto Guimarães Filho - Membro Suplente; **Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit** - Membro suplente; **Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho** - Membro suplente;
Pedro Alberto Campbell Alquéres - Membro Suplente; **Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello** - Membro suplente.

DIRETORIA

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - Diretor-Presidente; **Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho** - Diretora Vice-Presidente; **Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães** - Diretor;
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello - Diretor/Diretor de Relações com Investidores

Marcelo Schmid Martins - Contador - CRC- RJ-112341/O – CPF 079.697.057-23

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Na qualidade de diretores da MONTEIRO ARANHA S.A., companhia aberta inscrita no CNPJ sob o nº 33.102.476/0001-92, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, sala 101-parte, Leblon, CEP 22430-060, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, assim como com as opiniões expressas no parecer da Ernest & Young Auditores Independentes S.S., e autorizamos sua divulgação aos acionistas.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho **Celi Elisabete Júlia Monteiro de Carvalho**
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães **Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello**

REVISÃO ANUAL DO ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O PERÍODO DE 2018 A 2022

De acordo com o previsto no artigo 196, §2º da Lei 6404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303 de 31.10.2001, a Administração da Monteiro Aranha S.A. ("Companhia") vem apresentar a presente proposta de revisão anual do Orçamento de Capital. A revisão do Orçamento de Capital para o período 2018 a 2022, devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 30 de março de 2021, totaliza o montante de R$ 400 milhões, assim distribuídos: (i) R$ 230 milhões para investimentos em participações em sociedades, (ii) R$ 120 milhões para fundos de investimentos, (iii) R$ 25 milhões para investimentos em renda fixa de longo prazo e/ou baixa liquidez, e (iv) R$ 25 milhões para investimentos em projetos diversos. Estes investimentos terão como fonte recursos próprios, com base nos lucros retidos na Reserva para Investimentos, nos termos deste orçamento de capital, no art. 196 da Lei nº 6.404, de 1976, no montante total de R$ 250 milhões, e recursos de terceiros no montante de R$ 150 milhões.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Monteiro Aranha S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM**: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Monteiro Aranha S.A., ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Monteiro Aranha S.A. em 31/12/2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase**: Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação do NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria**: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Avaliação de influência significativa nas investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.**: Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 14 A Monteiro Aranha S.A. detém 6,40% da Klabin S.A. ("Klabin") e 4,19% da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), percentuais inferiores aos destacados pelo CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e no IAS 28 - *Investments in Associates and Joint Ventures* como indicadores de influência significativa em uma investida. Por esse motivo a Administração precisa exercer julgamento e buscar outros indicativos para determinar a existência dessa influência significativa nas duas investidas que suporte a consequente aplicação do método de equivalência patrimonial para valorização desses investimentos. A existência de influência significativa por investidor geralmente pode ser evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) representação no conselho de Administração ou na diretoria da investida; (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições; (c) operações materiais entre o investidor e a investida; (d) intercâmbio de diretores ou gerentes; e (e) fornecimento de informação técnica essencial. O saldo de investimento que a Companhia possui nas duas investidas perfazem o montante de R$ 643.294 mil na controladora e no consolidado que representam 39,09% do ativo individual e 39,00% ativo consolidado da Companhia em 31/12/2020. Adicionalmente, durante o ano de 2020 a Companhia registrou o montante (R$ 126.478) mil na controladora e no consolidado, relativo a despesa de equivalência patrimonial advinda do resultado apurado pelas duas investidas. A avaliação da influência significativa nos investimentos que a Companhia possui na Klabin e Ultrapar foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria considerando a magnitude dos valores envolvidos, o percentual de participação abaixo de 20% que a Companhia possui nas duas investidas e o fato do processo de avaliação da influência significativa nesses casos envolver a avaliação de outros aspectos qualitativos e de julgamento com utilização de informações subjetivas. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) procedimentos de indagação aos representantes da Companhia no Conselho de Administração das duas investidas; (ii) avaliação da assiduidade nas reuniões do Conselho de Administração dos representantes da Companhia nas duas investidas; (iii) inspeção de atas de reunião e acordo de acionistas das investidas que evidenciam como serão a distribuição das cadeiras no Conselho de Administração; e (iv) revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas para determinação da influência significativa nas investidas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento dos investimentos nas investidas Klabin e Ultrapar pelo método da equivalência patrimonial mediante existência de influência significativa por parte da Administração nas investidas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado**: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**: A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. **Felipe Sant'Anna Vergete**
CRC-2SP015199/O-6 Contador CRC-1RJ106842/O-6

www.monteiroaranha.com.br

Área rural tem nova modalidade de crédito

BNDES pretende incentivar o privado

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) formalizou a criação de uma nova ferramenta para apoio aos pequenos produtores rurais do país, por meio do Crédito de Recebíveis do Agronegócio Garantido. A nova modalidade de crédito para a área rural terá garantia do BNDES, por meio da linha BNDES Garantia, visando incentivar o crédito privado para o agronegócio nacional.

Com a participação da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, anunciou a modalidade, em transmissão online nesta quinta-feira (8).

Apesar de ter um volume ainda reduzido, em comparação a outras operações do banco, Montezano salientou que ela marca a entrada da instituição em um mercado que ele vê com grande futuro para o banco e para a articulação de política pública brasileira, "que é, justamente, o mercado de garantias".

Esse novo instrumento vai permitir ao BNDES apoiar pequenos e médios empreendedores do setor rural e também de diversos setores da indústria. "Pretendemos usar também a garantia para a infraestrutura", disse o presidente do BNDES. Com o novo instrumento, Montezano disse que o banco estava "democratizando o crédito", dando aos produtores a oportunidade de terem o capital financiado por grandes bancos, como o próprio BNDES, mas também alavancando recursos de investidores pessoas físicas, com redução de custos. "A gente está desconcentrando a indústria de crédito nacional", disse.

O produto financeiro BNDES Garantia permite ao banco atuar como garantidor do crédito, em modelo similar ao que ocorreu no Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac), que usou recursos do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) para assegurar R$ 92 bilhões em financiamentos, no ano passado. A primeira atuação em modelo piloto do BNDES como garantidor de financiamentos rurais foi realizada com a Cotrijal, cooperativa que reúne mais de 7.700 cooperados e atua em 32 municípios no norte do Rio Grande do Sul.

Gustavo Montezano acredita que a chancela do banco poderá atrair investidores, inclusive para compartilhar riscos, quando a busca for por maior retorno potencial.

Operação piloto

A operação piloto com a Cotrijal tem valor total de R$ 29 milhões. Os recursos foram captados por Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), lançados em oferta pública no dia 6 pela securitizadora Ecoagro em oferta pública. A emissão teve o Banco Alfa como coordenador.

Com parcelas anuais em junho de 2021 e de 2022 e vencimento em 2023, os títulos contam com isenção de imposto de renda, se adquiridos por pessoas físicas, e terão amortização e remuneração anuais. A garantia do BNDES incidirá sobre a cota sênior da emissão, podendo alcançar R$ 17,4 milhões. Caberá aos investidores assumir risco de R$ 7,3 milhões e à própria Cotrijal risco de R$ 4,4 milhões. A operação será lastreada e garantida, em última instância, pelos recebíveis de membros da cooperativa.

Durante a transmissão ao vivo pela internet, o chefe de departamento do BNDES Rafael Feler reforçou que o foco da operação são pequenos produtores cooperados "que estão tendo acesso ao mercado de capitais". Salientou que, ao compartilhar riscos com o mercado, o banco busca redução no custo total para a cooperativa e garante o pagamento desses CRAs aos investidores.

Para o presidente da Cotrijal, Nei César Manica, o projeto vai ser "um divisor de águas". "Um projeto piloto, mas que traz a oportunidade de otimizar ao pequeno produtor e também ao médio, operações para ele dar continuidade à sua atividade agrícola".

Manica ressaltou que o crédito rural está se esvaziando, como se observou ao longo dos últimos anos, e o mercado financeiro se torna um mercado livre muito caro ao produtor. Destacou também que tendo o BNDES, os investidores e a própria Cotrijal como garantidores, a operação se torna viável, com grandes benefícios e redução de custos. "O agronegócio deve comemorar muito essa iniciativa do Mapa [Ministério da Agricultura] e do BNDES", afirmou Manica.

Segundo a agência Brasil, os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) são títulos de crédito que, como as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e os Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), apresentam benefício fiscal a investidores pessoas físicas. Eles têm como lastro os recebíveis do setor agropecuário, neste caso, dos cooperados da Cotrijal, que cederá os direitos creditórios à Ecoagro. Esta, por sua vez, emite os CRAs, que foram adquiridos por investidores em troca de uma remuneração prefixada. A operação conta ainda com a Vortx como agente fiduciário, responsável pelo monitoramento de toda a estrutura, e com o Banco Alfa como banco coordenador líder da oferta ao mercado.

DISQUE SAÚDE 136

LAVE BEM AS MÃOS, DEDO A DEDO, COM ÁGUA E SABÃO VÁRIAS VEZES AO DIA.

CARLOS BERTOLAZZI, CHEF

A melhor receita para se proteger do coronavírus é manter as mãos limpas com água e sabão. Também vale passar álcool em gel. Fique de olho na informação correta e evite as fake news.

CORONAVÍRUS
(COVID-19)

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES.

ESCANEIE COM A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA INFORMAÇÕES ATUALIZADAS.

SAIBA MAIS EM
SAUDE.GOV.BR/CORONAVIRUS
OU PELO APP CORONAVIRUS - SUS

APOIO DESTE VEÍCULO

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

CNPJ/MF nº 18.593.815/0001-97

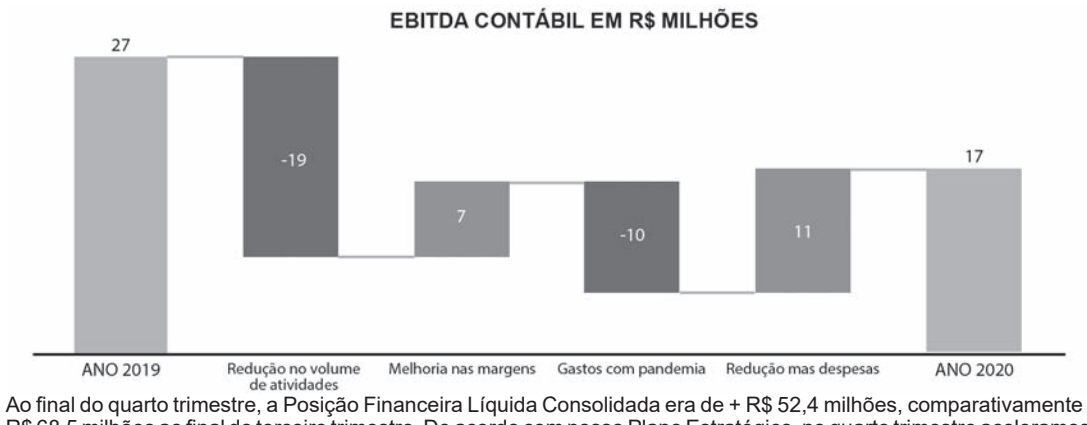
Priner SERVIÇOS INDUSTRIAIS

Relatório da Administração 2020

Em linha com as expectativas da Administração, o quarto trimestre foi o segundo trimestre consecutivo a apresentar sólido incremento no volume das operações, confirmando o movimento de recuperação em "V" de nossas receitas, iniciado em junho de 2020. Comparativamente ao trimestre imediatamente anterior, a Receita Líquida Consolidada do quarto trimestre de 2020 apresentou crescimento de 24,1%: R$ 68,0 milhões vs R$ 54,8 milhões. Como consequência do aumento no ritmo de prospecção de novos contratos e segmentos, aliado a confirmação da manutenção de 100% dos contratos conquistados no período pré-pandemia, encerramos o ano com quadro de 2.266 colaboradores (vs 1.931 ao final do terceiro trimestre de 2020). Houve incremento substancial na quantidade de vagas abertas: 647 ao final do ano (vs 321 ao final do terceiro trimestre de 2020), as quais devem ser preenchidas no primeiro trimestre de 2021. A margem bruta consolidada no 4T20 manteve a tendência de alta e atingiu 18,4%, o que representa performance superior aos valores apresentados no trimestre anterior (17,2%) e até mesmo superior às margens apresentadas em períodos pré-pandemia: 13,2% no 1T20 e 14,1% em 2019. O EBITDA contábil e ajustado no 4T20 foi de R$ 8,1 milhões, equivalente a margem de 11,9%, superior ao EBITDA médio trimestral de 2019. A evolução do EBITDA ajustado em 2020 deixa claro a recuperação dos resultados após o segundo trimestre, período fortemente impactado pela pandemia.

Apresentação do EBITDA (R$ Milhões)	2019	1T20	2T20	3T20	4T20	2020
Lucro/(Prejuízo) Líquido	**(10,8)**	**3,3**	**(18,2)**	**(4,9)**	**16,7**	**(3,1)**
(+) Tributos sobre o Lucro	5,0	4,9	2,2	0,7	(15,9)	(8,0)
(+) Resultado Financeiro, Líquido	13,6	2,6	0,9	1,2	1,8	6,5
(+) Depreciação e Amortização	19,7	5,1	5,3	5,8	5,4	21,6
EBITDA contábil	**27,5**	**15,9**	**(9,8)**	**2,8**	**8,1**	**17,0**
Margem EBITDA contábil	**7,9%**	**22,3%**	**-20,3%**	**5,1%**	**11,9%**	**7,0%**
Ajustes itens não recorrentes						
AVJ de opções de compra e venda de adquiridas	0,4	7,8	0,0	0,0	0,0	7,8
Stock Options	0,0	0,0	0,0	(5,8)	0,0	(5,8)
Ajuste em preço de aquisição de investimento	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,7
EBITDA ajustado	**27,0**	**8,1**	**(9,8)**	**8,0**	**8,1**	**14,4**
Margem EBITDA ajustado	**7,8%**	**11,4%**	**-20,3%**	**14,5%**	**11,9%**	**5,9%**
Receita Líquida	**348,6**	**71,1**	**48,2**	**54,8**	**68,0**	**242,2**

Apesar da confirmação da manutenção de 100% dos contratos existentes antes da pandemia, as receitas e resultados de 2020 foram impactados pela redução da velocidade na prestação de serviços, fruto da pandemia. Adicionalmente, os resultados também foram impactados por gastos relacionados ao *downsizing* realizado no segundo trimestre. A fim de enfrentar esse cenário adverso, diversas ações foram tomadas, visando incrementar a produtividade. Como resultado dessas medidas, o crescimento da margem bruta gerou benefícios adicionais de R$ 6,8 milhões e as despesas operacionais, desconsiderando os gastos com o *downsizing*, reduziram R$ 11,3 milhões.



Ao final do quarto trimestre, a Posição Financeira Líquida Consolidada era de + R$ 52,4 milhões, comparativamente a + R$ 68,5 milhões ao final do terceiro trimestre. De acordo com nosso Plano Estratégico, no quarto trimestre aceleramos os investimentos de capital (R$ 8,3 milhões) e adquirimos 100% da Poliend, empresa especializada em inspeção e controle de qualidade por meio de técnicas de ensaios não destrutivos (END), por R$ 5 milhões, sendo R$ 2,9 milhões pagos à vista e o saldo em duas parcelas anuais. Em linha com nosso Plano Estratégico, permanecemos analisando novas oportunidades de M&As, visando nossa expansão e posicionamento como o consolidador natural no segmento de serviços industriais recorrentes. A fim de otimizar o processo de integração das futuras operações de M&A e incrementar a produtividade das atividades de *backoffice*, demos início a uma série de projetos em 2020 para automação e simplificação de processos administrativos. Além disso, reforçamos nossa estrutura de *backoffice* em algumas posições chave, através da contratação de novos profissionais. Permanecemos monitorando ativamente os desdobramentos da pandemia Coronavírus (Covid-19) em nossos negócios e implementando ações a fim de preservar nossos colaboradores, resultados e liquidez, buscando exceder as expectativas de nossos clientes, acionistas, colaboradores e fornecedores. Mantemos o objetivo de utilizar os recursos do IPO para realização de operações de M&As, modernização de equipamentos e reforço de capital de giro para nosso crescimento. Nós, do grupo Priner, seguimos convictos de nossa capacidade para crescer, aprimorar, diversificar os serviços oferecidos aos nossos clientes e capturar sinergias comerciais, a fim de gerar valor para nossos acionistas e colaboradores.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.1	42.198	13.517	52.035	34.157
Títulos e valores mobiliários	3.2	57.330	1.086	57.794	3.616
Depósitos bancários vinculados	3.3	593	6.755	593	6.755
Contas a receber	4	44.484	36.711	63.078	52.607
Contas a receber - partes relacionadas	20.2	501	619	-	-
Dividendos a receber		4.498	143	-	-
Estoques	5	1.166	659	1.282	692
Créditos com funcionários		1.000	916	1.248	1.090
Tributos a recuperar	6	15.203	17.070	22.788	25.022
Despesas antecipadas	7	3.938	1.662	5.485	3.043
Instrumento derivativo financeiro (Swap)	34.2 (d)	-	414	-	132
Outros ativos circulantes		526	524	544	748
		171.437	**80.076**	**204.847**	**127.862**
Não circulante					
Notas promissórias e confissão de dívida a receber	4	4.251	997	4.251	997
Mútuo a receber - partes relacionadas	20.2	47.033	24.788	-	-
Créditos com funcionários		171	-	171	-
Outros créditos a receber	4.1	-	-	2.656	2.656
Outros ativos não circulantes		-	-	52	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	11	-	4.455	-	4.455
Tributos a recuperar	6	800	1.149	854	1.149
Tributos diferidos	8 e 22	22.315	15.163	34.592	18.047
Depósitos judiciais	9	3.656	920	3.834	1.067
Investimentos	10	54.354	66.951	-	1.728
Imobilizado	12	13.237	9.318	75.485	77.024
Intangível	13	869	900	9.888	4.556
		146.686	**124.641**	**131.783**	**111.679**
Total do ativo		**318.123**	**204.717**	**336.630**	**239.541**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Circulante					
Fornecedores	14	7.238	5.229	11.478	9.419
Fornecedores - partes relacionadas	20.2	231	3.224	-	342
Operações de risco sacado	15	-	2.011	-	5.347
Empréstimos e financiamentos	16	272	4.824	929	8.854
Debêntures não conversíveis em ações	17	24.410	11.513	24.410	11.513
Arrendamento a pagar - Direito de uso (CPC 06 - R2)	18	461	421	2.085	1.601
Salários e Encargos Sociais	19	13.784	20.375	17.778	24.967
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	1.417	1.667
Tributos a Pagar	22	2.200	2.459	2.904	2.948
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	27.4	-	1.808	-	1.808
Contas a pagar por aquisição societária	24	1.097	7.864	1.097	7.864
Mútuo a pagar - membros da administração	20.2	-	2.809	-	9.613
Provisões	25	3.613	6.842	4.255	7.229
Outros Passivos		173	670	255	2.008
		53.479	**70.049**	**66.608**	**95.180**
Não circulante					
Fornecedores	14	-	-	-	144
Empréstimos e financiamentos	16	-	1.721	1.149	3.226
Debêntures não conversíveis em ações	17	29.622	54.218	29.622	54.218
Arrendamento a pagar - Direito de uso (CPC 06 - R2)	18	1.211	1.593	5.944	6.618
Instrumentos financeiros derivativos	10	-	69	-	69
Contas a pagar por aquisição societária	24	3.476	-	3.476	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	26	1.677	2.520	4.093	5.258
Provisão para perda em investimentos	10	2.819	-	-	-
Outros passivos não circulantes		152	219	152	219
		38.957	**60.340**	**44.436**	**69.752**
Patrimônio líquido					
Capital social	27.1	233.146	73.367	233.146	73.367
Reserva de capital	27.2	8.104	2.298	8.104	2.298
Ajuste avaliação patrimonial	27.5	(12.090)	-	(12.090)	-
Prejuízos acumulados		(3.473)	(1.337)	(3.473)	(1.337)
Prejuízo do período		-	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Controladora		**225.687**	**74.328**	**225.687**	**74.328**
Participações não controladores		-	-	(101)	281
		225.687	**74.328**	**225.586**	**74.609**
Total do passivo e patrimônio líquido		**318.123**	**204.717**	**336.630**	**239.541**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis indviduais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Receita líquida de vendas e serviços	**28**	**166.906**	**237.362**	**242.213**	**348.612**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	29	(159.735)	(213.816)	(215.064)	(299.585)
Prejuízo (lucro) bruto		**7.171**	**23.546**	**27.149**	**49.027**
Outras receitas/(despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	30	(17.607)	(26.260)	(31.998)	(42.064)
Resultado Equivalência Patrimônial	10	6.532	1.757	217	797
Prejuízo/(lucro) operacional antes do resultado financeiro		**(3.904)**	**(957)**	**(4.632)**	**7.760**
Receitas financeiras	31	7.879	5.077	4.900	4.465
Despesas financeiras	31	(9.249)	(13.005)	(11.410)	(18.050)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(5.274)**	**(8.885)**	**(11.142)**	**(5.825)**
Correntes	21	-	-	(5.390)	(6.207)
Diferidos	21	3.138	2.776	13.436	1.234
Prejuízo líquido do exercício		**(2.136)**	**(6.109)**	**(3.096)**	**(10.798)**
Resultado atribuível a:					
Proprietários da Controladora		(2.136)	(6.109)	(2.136)	(6.109)
Participações não controladores		-	-	(960)	(4.689)
Prejuízo líquido por lote de mil ações atribuível ao controlador - R$					
Básico	32(a)	(57,92)	(302,90)	-	-
Diluído	32(b)	(57,68)	(290,46)	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis indviduais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Prejuízo do exercício	**(2.136)**	**(6.109)**	**(3.096)**	**(10.798)**
Transações de capital, líquidos dos efeitos tributários	(12.090)	-	(12.090)	-
Total do resultado abrangente	**(14.226)**	**(6.109)**	**(15.186)**	**(10.798)**
Resultado atribuível a:				
Proprietários da Controladora	(14.226)	(6.109)	(14.226)	(6.109)
Participações não controladoras	-	-	(960)	(4.689)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis indviduais e consolidadas.

Demonstrações do Valor Adicionado em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Geração do valor adicionado	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos, serviços e locação	186.059	263.915	268.803	388.153
Cancelamentos e descontos	(4.028)	(2.475)	(6.097)	(8.233)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	3.946	1.550	3.807	1.798
	185.977	**262.990**	**266.513**	**381.718**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.013)	(3.419)	(3.455)	(3.922)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(37.789)	(53.483)	(51.385)	(75.584)
Baixa de ativos	(3)	(27)	(864)	(245)
Valor adicionado bruto	**145.172**	**206.061**	**210.809**	**301.967**
Depreciação, amortização e exaustão	(2.250)	(2.003)	(21.643)	(19.704)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**142.922**	**204.058**	**189.166**	**282.263**
Valor adocionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	6.532	1.757	217	797
Receitas financeiras	7.879	5.077	4.900	4.465
Outras receitas, inclui AVJ dos instrumentos financeiros derivativos	8.890	223	8.832	223
Valor adicionado a dsitribuir	**166.223**	**211.115**	**203.115**	**287.748**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	**130.622**	**161.249**	**158.012**	**211.783**
Remuneração direta	98.173	121.019	119.312	160.115
Benefícios	25.823	31.344	30.623	39.791
FGTS	6.626	8.886	8.077	11.877
Impostos, taxas e contribuições	**26.424**	**41.866**	**30.438**	**63.839**
Federais	19.052	31.162	21.328	50.600
Estaduais	431	697	1.418	1.645
Municipais	6.941	10.007	7.692	11.594
Remuneração sobre o capital de terceiros	**9.177**	**8.000**	**14.665**	**12.126**
Juros, variações monetárias passivas e variações cambiais	5.340	10.065	7.023	13.857
Aluguéis	5.973	4.044	10.738	9.067
Prejuízo retidos do exercício	(2.136)	(6.109)	(3.096)	(10.798)
Valor adicionado distribuído	**166.223**	**211.115**	**203.115**	**287.748**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis indviduais e consolidadas.

Demonstrações do Fluxo de Caixa em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Prejuízo do exercício antes dos impostos	**(5.274)**	**(8.885)**	**(11.142)**	**(5.825)**
Ajustes p/ reconciliar o resultado do período c/ recursos provenientes de atividades operacionais				
Depreciação e amortização	2.250	2.003	21.643	19.704
Perda (ganho) na baixa de imobilizados e intangíveis	(23)	(84)	237	(205)
Equivalência patrimonial	(6.532)	(1.757)	(217)	(797)
Juros, variação monetária sobre empréstimos, atualização de derivativos e aquisição societária	(1.888)	7.461	(131)	8.864
Ajuste no preço de aquisição - Smartcoat	(650)	-	(650)	-
Provisão para riscos	(843)	902	(1.165)	465
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(3.946)	(1.550)	(3.807)	(1.798)
Despesa de stock options reconhecida no exercício	5.806	-	5.806	-
Apropriação dos Custos da transação - debêntures	576	(2.096)	576	(2.096)
	(10.524)	**(4.006)**	**11.150**	**18.312**
Aumento líquido/(redução) nos ativos				
Contas a receber	(7.081)	12.368	(9.175)	18.009
Contas a receber - partes relacionadas	118	837	-	-
Estoques	(507)	393	80	360
Tributos a recuperar	2.216	(2.178)	2.871	(2.845)
Outros ativos e despesas antecipadas	(5.269)	(653)	(5.314)	634
Fornecedores	1.189	(1.249)	(250)	(4.552)
Fornecedores - partes relacionadas	(2.993)	(3.625)	(342)	(58)
Operações de risco sacado	(2.011)	2.011	(5.347)	5.347
Salários e encargos sociais	(6.591)	(345)	(7.811)	(3.418)
IR e CS passivo	(1)	-	6	(129)
Tributos a pagar	(259)	240	(380)	352
Outros passivos	(3.793)	4.809	(5.048)	5.490
Impostos pagos	-	-	(5.647)	(6.096)
	(24.982)	**12.608**	**(36.357)**	**13.094**
Caixa líquido consumido (gerado) proveniente das atividades operacionais	**(35.506)**	**8.602**	**(25.207)**	**31.406**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Resgate/(Aplicação) em títulos e valores mobiliários	(56.244)	(1.082)	(54.178)	(3.542)
Aumento de capital controlada Poliend	(1.000)	-	-	-
Aquisição de 8,33% participação adicional da controlada Smartcoat, consolidado líquido do % PL adquirido	-	-	(1.190)	-
Aquisição de 49% participação adicional da controlada R&R, consolidado liquido do caixa adquirido	(3.312)	-	(2.564)	-
Aquisição de 100% da controlada Poliend, consolidado liquido do caixa adquirido	(2.957)	-	(2.507)	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(5.280)	(704)	(15.702)	(16.481)
Caixa recebido na venda de imobilizado	26	111	627	450
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de investimentos	(68.767)	(1.675)	(75.514)	(19.573)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Aporte de capital, deduzido de gastos com emissão de oferta pública	159.779	20.000	159.779	20.000
Emissão de debêntures	-	67.500	-	67.500
Depósitos bancários vinculados	6.162	(6.755)	6.162	(6.755)
Dividendos recebidos	22.846	874	-	765
Juros de capital próprio e dividendos pagos	(1.808)	(910)	(1.808)	(910)
Mútuo a receber - partes relacionadas	(22.245)	(24.009)	-	245
Mútuo a pagar - partes relacionadas	(2.809)	(2.858)	(9.613)	2.634
Amortização do contas a pagar da aquisição da Smartcoat - principal	(4.667)	(742)	(4.667)	(742)
Amortização do contas a pagar da aquisição da Smartcoat - juros	(784)	(179)	(784)	(179)
Captação de empréstimos	-	15.104	-	20.023
Operação de duplicatas descontadas	-	(279)	(4)	(3.920)
Pagamento arrendamento mercantil - CPC 06	(552)	(444)	(2.298)	(1.928)
Amortização de empréstimos - principal	(5.342)	(57.070)	(10.195)	(71.487)
Juros pagos s/ empréstimos	(798)	(2.613)	(1.056)	(3.552)
Amortização de debêntures - principal	(12.083)	-	(12.083)	-
Juros pagos s/ debêntures	(4.745)	(4.056)	(4.745)	(4.056)
Ganho/(Amortização) de swap	-	1.415	(89)	1.286
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamentos	**132.954**	**4.978**	**118.599**	**18.924**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**28.681**	**11.905**	**17.878**	**30.757**
Caixa e equivalente de caixa no inicio do exercício	13.517	1.612	34.157	3.400
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	42.198	13.517	52.035	34.157
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**28.681**	**11.905**	**17.878**	**30.757**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis indviduais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado									
			Reservas de Lucros							
	Capital Social	Reserva de capital	Legal	Estatutária	Dividendos adicionais propostos	Lucros líquidos/ (prejuízos) Acumulados	Outros resultados abrangentes	Total atribuído aos controladores	Participações não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**53.367**	**2.298**	**1.317**	**3.455**	**722**	**-**	**-**	**61.159**	**4.970**	**66.129**
Aporte de capital	20.000	-	-	-	-	-	-	20.000	-	20.000
Dividendos propostos aprovados para pagamento	-	-	-	-	(722)	-	-	(722)	-	(722)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(6.109)	-	(6.109)	(4.689)	(10.798)
Absorção do prejuízo	-	-	(1.317)	(3.455)	-	4.772	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**73.367**	**2.298**	**-**	**-**	**-**	**(1.337)**	**-**	**74.328**	**281**	**74.609**
Aporte de capital	176.285	-	-	-	-	-	-	176.285	-	176.285
Gastos com emissao ações - oferta pública	(16.506)	-	-	-	-	-	-	(16.506)	-	(16.506)
Prêmio de opção de ações	-	6.659	-	-	-	-	-	6.659	-	6.659
Cancelamento do 1º e 3º plano de opção de ações	-	(853)	-	-	-	-	-	(853)	-	(853)
Efeitos da aquisição de participação adicional, líquido dos impostos (nota nº 27.5.3)	-	-	-	-	-	-	(12.090)	(12.090)	-	(12.090)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.136)	-	(2.136)	(960)	(3.096)
Participação dos acionistas não controladores da R&R	-	-	-	-	-	-	-	-	578	578
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**233.146**	**8.104**	**-**	**-**	**-**	**(3.473)**	**(12.090)**	**225.687**	**(101)**	**225.586**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis indviduais e consolidadas.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

CNPJ/MF nº 18.593.815/0001-97

Priner SERVIÇOS INDUSTRIAIS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional. A Priner Serviços Industriais S.A. ("Priner" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de julho de 2013, está sediada na Avenida Geremário Dantas, 1.400 loja 249 a 267, Freguesia, na cidade e estado do Rio de Janeiro - Brasil e atua basicamente no mercado de manutenção e montagem industrial de grandes plantas industriais. A Companhia fornece equipamentos e mão-de-obra para montagem de estruturas que viabilizam o acesso de pessoal e materiais em processos de manutenção preventiva, corretiva e de montagem de equipamentos e tubulações e também presta serviços de pintura industrial, tratamentos de superfície, isolamento térmico e instalação de habitáculos pressurizados, os quais permitem realização de serviços de soldagem sem interrupção das atividades industriais dos clientes. A Companhia possui quatro empresas controladas denominadas Priner Locação de Equipamentos S.A.("Priner Locação"), Smartcoat Serviços em Revestimentos S.A., nova razão social da Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A ("Smartcoat"), R&R Industria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. ("R&R") e Poliend Soldagem Treinamento e Inspeções em END Ltda. ("Poliend"). A Priner Locação, controlada direta, foi constituída com o objetivo de segregar as atividades da Companhia. A controlada atua fornecendo locação de andaimes, equipamentos especiais de acesso e habitáculos pressurizados. A Smartcoat atua no mercado de tratamento de superfícies e pintura industrial *offshore*. A R&R atua no setor de fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, isolamento acústico e proteção passiva contrafogo, para equipamentos industriais; comércio, importação e exportação de produtos isolantes (térmicos, acústicos e de proteção contrafogo); e instalação de produtos de fabricação própria. A Poliend tem como principal atividade a prestação de serviços de inspeção e controle de qualidade por meio de técnicas de ensaios não destrutivos (END) e soldagem, visando a avaliação da integridade em produtos industriais. Além dos serviços de inspeção de END e recuperação de soldagem, a empresa oferece elaboração de procedimentos, treinamentos, retreinamentos e cursos *in company,* atuando também como consultora na busca de novas soluções para situações específicas de END e Engenharia de soldagem. A Companhia reconhece as investidas controladas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e, as demonstrações contábeis dessas controladas diretas são consolidadas linha a linha nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. Até o 1º trimestre de 2020, a investida R&R, cujo controle era em conjunto, era reconhecida pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A partir do 2º trimestre de 2020 através do 1º aditamento ao Acordo de Quotistas, a Companhia passou a ter o controle da investida R&R. As operações estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Administração da Companhia, através de Ata de Reunião de Diretoria realizada em 07 de janeiro de 2016 e 23 de junho de 2020, contendo as seguintes unidades de negócio: Prestação de Serviços, Locação e Fabricação de isolamento removível. A descrição de cada divisão está mencionada na Nota Explicativa nº 33. **1.1. Oferta pública de distribuição primária de ações.** Em 04 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, aderindo ao segmento especial de listagem do mercado de ações da B3, denominado Novo Mercado. Essa alteração faz parte do plano estratégico da Priner, o qual considera, entre outros assuntos, o constante aprimoramento de nossas práticas de governança corporativa, valorizando a transparência e proteção dos acionistas em geral. Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia e o Acionista vendedor Leblon Equities Partners V – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, em conjunto com a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Coordenador Líder) comunicou ao mercado o início da oferta pública de distribuição primária, de 17.391.304 (dezessete milhões, trezentos e noventa e um mil, trezentos e quatro) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, ao preço de R$ 10,00 (dez reais) por ação e a distribuição secundária, de até 2.608.695 (dois milhões, seiscentos e oito mil e seiscentos e noventa e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, as quais poderiam ser vendidas, em caso de exercício da opção das Ações Suplementares. A Oferta foi registrada no Brasil, junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400/03. Não foi realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil. Não foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior. A realização da Oferta, bem como seus termos e condições, foram aprovados em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 12 de dezembro de 2019, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), em 28 de janeiro de 2020, e publicada no jornal "Monitor Mercantil" e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ"), nas edições de 25, 26 e 27 de janeiro de 2020 e 27 de janeiro de 2020, respectivamente. No âmbito da Oferta, a emissão das Ações da Oferta Base foi feita com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), sendo que tal emissão foi realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social. A fixação do Preço por Ação, bem como a ratificação do aumento de capital da Companhia foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de fevereiro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada na JUCERJA e publicada no jornal "Monitor Mercantil" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOERJ no dia útil subsequente. O início de negociações das ações no segmento Novo Mercado da B3 ocorreu em 17 de fevereiro de 2020, com data de liquidação em 18 de fevereiro de 2020, onde a Companhia recebeu o aporte de R$ 161 milhões, líquido das taxas e comissões das corretoras. **1.2. Análise de continuidade operacional e Impactos COVID-19.** O primeiro trimestre de 2020 foi marcado por dois eventos não recorrentes que geraram consequências no segundo trimestre em diante: o IPO (Initial Public Offering) da Companhia, que alterou profundamente a sua estrutura financeira; e uma crise de abrangência mundial, que alterou profundamente os hábitos da sociedade - a pandemia CORONAVÍRUS (COVID-19). Durante o segundo trimestre de 2020, a Companhia concentrou esforços na implementação de diversas medidas definidas pelo Comitê para Gestão da Crise, grupo composto por lideranças da Priner criado para enfrentamento da crise mundial CORONAVÍRUS (COVID-19). O grupo em questão, criado no final do primeiro trimestre de 2020, logo após o Senado Federal ter decretado estado de calamidade pública no dia 20 de março, possuía três diretrizes para sua atuação: i) proteção da saúde de nossos colaboradores, ii) minimização dos efeitos negativos da crise em nossos resultados; e iii) proteção da sólida posição financeira do grupo, fruto de recente IPO (Initial Public Offering). Do ponto de vista econômico e financeiro, o segundo trimestre foi marcado por forte impacto nos resultados econômicos da Companhia e performance financeira positiva, acima das expectativas da Administração. O terceiro trimestre foi marcado pela recuperação no volume de operações, fruto da redução nas restrições de acesso aos complexos industriais e plataformas offshore, apesar da ocorrência de alguns eventos indesejados isolados. Houve recuperação gradual das receitas e incremento na quantidade de colaboradores. Além disso, cabe destacar a confirmação de nenhum projeto ter sido cancelado, o incremento do backlog e o fato da Companhia ter encerrado o terceiro trimestre com 321 vagas em aberto, para contratação de novos colaboradores no quarto trimestre. O quarto trimestre também foi marcado pela recuperação no volume de operações, o que confirmou a recuperação em "V" das receitas da Companhia. O *backlog* e a quantidade de vagas em aberto mantiveram a tendência de crescimento e encerramos o período com 647 vagas em aberto, a serem preenchidas no primeiro trimestre de 2021. A margem bruta média manteve o nível do trimestre anterior, com três fatos contribuindo positivamente e um negativamente. As contribuições positivas foram as seguintes: (1) melhoria gradual de produtividade e substituição de parcela de equipamentos locados de terceiros, em função dos investimentos realizados ao longo do terceiro e quarto trimestres, (2) aumento da representatividade das controladas R&R e Poliend e (3) franca recuperação das margens da controlada Smartcoat. Por outro lado, a segunda onda do Covid-19 prejudicou os resultados, em função da imposição feita por alguns clientes para que a Companhia arcasse com 100% dos custos adicionais com estadia hotéis para os profissionais que precisassem cumprir período de quarentena pré-operacional. Apesar de custos dessa natureza não serem recuperáveis contratualmente, considerando ser a pandemia situação atípica e nova para a sociedade, a Companhia adotou estratégia de proteção de *Market Share*, mantendo 100% dos contratos e evitando a entrada de concorrentes. Para isso, arcou inicialmente com os referidos custos. Atualmente, os gestores de contratos da Companhia estão elaborando documentação comprobatória dos custos extraordinários, a fim de iniciar negociação com nossos clientes, no sentido de buscar compensação financeira. A Administração da Companhia aguarda desdobramento dessa situação para atualizar as análises sobre os efeitos nas margens do Grupo. Diversos fatores contribuem para a confiança da Administração no continuado sucesso do enfrentamento dos efeitos da pandemia: • O notório conceito da Companhia perante seus clientes; • A qualidade técnica e comprometimento de nossos colaboradores; • Nossa comprovada resiliência no enfrentamento de crises; • As certificações técnicas das empresas do Grupo; • O fato de, até o presente momento, não ter ocorrido cancelamento de contratos vigentes; • O aumento da demanda, comprovado pela recuperação de *backlog* e das receitas nos dois últimos trimestres, a despeito da pandemia; • A melhoria dos resultados ocorrida nos dois últimos trimestres, deixando claro, na visão da Administração, o fato do segundo trimestre ter sido período "fora da curva"; • A comprovada recuperação em "V" do volume de operações; • A comprovada recuperação da performance econômica da controlada Smartcoat; •A recente aquisição da Poliend; • As indicações positivas a respeito de possíveis sinergias comerciais entre as empresas do Grupo; • O recente IPO ("*Initial Public Offering*"). O Grupo Priner permanece monitorando ativamente os desdobramentos do CORONAVÍRUS (COVID-19) em seus negócios e implementando ações a fim de preservar seus colaboradores, resultados e liquidez, buscando atender às expectativas de seus clientes, acionistas, colaboradores e fornecedores. A Companhia permanece com o objetivo de continuar utilizando os recursos do IPO para realização de operações de M&As, modernização de equipamentos e reforço de capital de giro, cientes de sua responsabilidade diante da atual crise.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2021. **2.1. Apresentação das demonstrações contábeis. a) Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e deliberações e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis. Não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e o resultado da Companhia controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas lada a lado num único conjunto de informações. A Administração da Companhia atesta que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão das atividades da Companhia. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas. A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando. **b) Base de apresentação.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. Certos ativos e instrumentos financeiros podem estar apresentados pelo valor justo. A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as NBCs e o IFRS requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **c) Resultado por segmento de negócio.** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis. Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os segmentos operacionais da Companhia são: serviços, locação e fabricação de isolamento removível. As divulgações aplicáveis aos segmentos reportáveis, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 33 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **d) Combinação de negócios.** As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação no valor justo aos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Na aquisição de um negócio, a Administração da Companhia avalia os ativos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. **e) Base de consolidação. (i) Investimento em controladas e controlada em conjunto.** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia possui os seguintes atributos: (i) poder sobre a investida; (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. Os acordos de *joint ventures*, que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação, são chamados de entidades controladas em conjunto. Nas demonstrações contábeis consolidadas as participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são reconhecidas como investimento e contabilizadas por meio do método da equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações contábeis da Companhia a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis adotadas pelas controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. A consolidação abrange as demonstrações contábeis da Companhia e das seguintes controladas:

Controladas Diretas	Participação (%)	Consolidação (%)
Priner Locação de Equipamentos S.A. (¹)	99,99	100
Smartcoat Serviços em Revestimentos S.A. (¹)	83,33	100
R&R Ind. Com. E Inst. De Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. (¹) e (²)	100	100
Poliend Soldagem Treinamento e Inspeções em END Ltda. (¹)	100	100

(¹) A Companhia reconhece as investidas controladas, Priner Locação, Smartcoat, R&R e Poliend, pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e as demonstrações contábeis dessas controladas diretas são consolidadas linha a linha nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia; (²) Até o 1º trimestre de 2020, a investida R&R era controlada em conjunto onde a Companhia efetuou seu reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A partir do 2º trimestre de 2020, por conta do 1º Aditamento ao Acordo de Quotistas, a Companhia passou a deter o controle individual, aplicando-se as normas de apresentação de demonstrações contábeis consolidadas. **(ii) Operações controladas em conjunto.** Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações contábeis consolidadas incluem os ativos que a Companhia controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando à operação conjunta, e as despesas nas quais a Companhia tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufere da operação conjunta. **(iii) Transações eliminadas na consolidação.** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. **2.2. Resumo das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir: **a) Caixa e equivalentes de caixa.** Compreendem o caixa, depósitos bancários, aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação. **b) Instrumentos financeiros.** Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) – Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia em 01 de janeiro de 2018, conforme deliberação CVM 763/16. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: • **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; • **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; • **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo. Os instrumentos da Companhia registrados nesta categoria estão descritos na Nota Explicativa nº 34.2. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao: • **Valor justo por meio do resultado:** quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. • **Custo amortizado:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. • **Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting.** Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do hedge accounting, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado. **c) Contas a receber de clientes.** As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, e, quando aplicável, ajustadas ao seu valor presente, em conformidade com a NBC TG 12 (Deliberação CVM 564/08) – ajuste a valor presente. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perdas de crédito esperadas, conforme introduzido pela NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros. **d) Estoques.** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. **e) Imposto de renda e contribuição social. • Imposto de renda e contribuição social correntes.** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributáveis vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações contábeis que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. • **Imposto de renda e contribuição social diferidos.** O Imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios. • **Benefício fiscal da mais valia do ativo imobilizado.** A Companhia foi constituída em 12 de julho de 2013, pelas sócias Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. e Albuquerque Participações S.A. e em 30 de novembro de 2013 a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. vendeu a totalidade das quotas que detinha no capital da Companhia para sua sócia Albuquerque Participações, a qual passou a ser controladora da Companhia. Em momento subsequente, em 02 de dezembro de 2013, a Companhia promoveu a incorporação da sua controladora Albuquerque Participações S.A., ou seja, efetuou uma incorporação reversa. A empresa Albuquerque Participações S.A. registrou um ágio, a diferença entre o valor pago e o valor patrimonial, em conta de investimento no ativo circulante. Após a incorporação, em meados de 2014, foi emitido o laudo de avaliação, fundamentado em três justificativas: (i) Mais valia dos ativos; (ii) Intangíveis; (iii) Compra vantajosa. Tendo sido realizado na incorporadora, com base neste laudo, os ajustes de alocação do ágio, conforme quadro a seguir.

Alocação do ágio - conforme Laudo	Constituição	Benefício (ônus) Fiscal
Intangível	**943**	**Não se aplica**
Carteira de Clientes	763	
Direito de uso de Marca	169	
Acordo de não competição (uso por 1 ano)	11	
Imobilizado - bens tangíveis		
Mais valia do imobilizado	10.583	3.598
Total	**11.526**	**3.598**
(-) Deságio na incorporação Albuquerque	8.341	-
Compra Vantajosa	**3.185**	**(1.083)**

Para fins fiscais, àquela época era permitida a dedução fiscal do ágio nas operações de incorporação entre a investidora e a investida. O benefício fiscal de R$ 3.598 referente a 34% do IRPJ e CSLL da mais valia do imobilizado foi registrado pela Companhia em conta de diferido no ativo não circulante e controlado no livro fiscal (LALUR). A Companhia aproveita o benefício fiscal da mais valia do ativo imobilizado. Abaixo composição do uso do benefício fiscal nos exercícios de 2020 e 2019 e o saldo a usufruir em 31 de dezembro de 2020.

	2020		2019	
Benefício fiscal mais valia do ativo imobilizado	**Amortização**	**IR e CS Diferidos**	**Amortização**	**IR e CS Diferidos**
Saldo anterior a amortizar	1.706	579	1.910	649
Amortização	(79)	(26)	(204)	(70)
Saldo a amortizar	**1.627**	**553**	**1.706**	**579**

O ônus fiscal no montante de R$ 1.083 referente a 34% de IRPJ e CSLL correspondente ao deságio por compra vantajosa foi registrado pela Companhia em conta de diferido no passivo não circulante e controlado no livro fiscal (LALUR) e foi reconhecido na razão mensal de 1/60 avos, tendo sido totalmente amortizado. **f) Investimentos.** Os investimentos da Companhia em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. **g) Imobilizado.** Os ativos imobilizados são avaliados ao custo histórico deduzido de depreciação e perda por redução recuperável acumuladas, quando aplicável. Custo histórico inclui gastos diretamente atribuídos à aquisição dos bens do ativo imobilizado. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado e reconhecidos como item especifico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **h) Intangível.** É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de cinco anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **i) Redução ao valor recuperável de ativos.** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **j) Contas a pagar aos fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **k) Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão. As provisões, quando constituídas, são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa. Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. **l) Participação nos lucros.** O reconhecimento dessa participação, quando há, é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte (Nota Explicativa nº 23.1). O valor de participação de resultados é fixado com base no Valor Econômico Agregado – EVA. O EVA indica se a rentabilidade de um determinado negócio (empreendimento) foi superior ou inferior ao custo do capital empregado, considerando a estrutura de capital da Companhia. Seu cálculo é feito através da seguinte fórmula: (Lucro operacional após o imposto de renda) – (capital empregado x custo médio ponderado de capital). **m) Plano de remuneração baseado em ações.** Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na Nota Explicativa nº 23.2. **n) Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros. A Administração controla diariamente os saldos de cada dívida através de controles

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

CNPJ/MF nº 18.593.815/0001-97

gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros e spreads) conforme acordado em cada contrato. Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das demonstrações financeiras. **o) Capital social.** O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal. **p) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado e reclassificado para o patrimônio líquido, sendo dado ao JCP o mesmo tratamento de apresentação contábil dos dividendos. **q) Apuração do resultado.** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. • **Receita de prestação de serviços.** As receitas provenientes pela prestação de serviços, incluindo a cessão de equipamentos que são utilizados nos serviços são reconhecidas de acordo com a NBC TG 47 (IFRS 15) – Receita com contratos de clientes, adotada pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, estabelecendo um modelo de 05 (cinco) etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Desta forma, a receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. Os principais ajustes decorrentes na norma incluem: **(i)** Provisão do custo para desmobilização de contratos com amortização na data de vencimento dos contratos e término de paradas; e **(ii)** Reconhecimento do custo para mobilização de contratos até o início das atividades em obra, cuja amortização será realizada em seis meses e considerará o exercício atual ou enquanto perdurar o contrato. • **Receita de locação.** As receitas provenientes de locação, correspondente a locação de bens móveis, é reconhecida *pró-rata temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. • **Receita e despesa financeira.** A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do exercício até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia, sendo contabilizada na rubrica de receita financeira. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre debêntures e empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável e são capitalizados juntamente com o investimento. **r) Resultado por ação.** O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) – Resultado por ação. **2.3. Novas normas e interpretações.** Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020. **a) Definição de um negócio (alterações a IFRS 3).** As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão. Consulte a nota explicativa 10 para divulgações relativas à combinação de negócios da Companhia que ocorreram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e anos anteriores, respectivamente. **b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16).** A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: • a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; • qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30 de junho de 2021); • não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. A Administração da Companhia não identificou impactos significativos em relação às práticas anteriormente utilizadas nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas. **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. a) Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37).** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Administração da Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **b) Outras normas.** • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022; • Alteração na norma IFRS 3 – inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2022; • Alteração na norma IFRS 17 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; e • Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência – IBOR "fase 2") - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas. A Administração da Companhia está avaliando os impactos das novas normas e alterações listadas acima e entende que sua adoção não provocará impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas.

3. Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados. 3.1. Caixa e equivalentes de caixa. A composição de caixa e equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e contas correntes	7.823	2.686	9.147	3.353
Equivalentes de caixa	34.375	10.831	42.888	30.804
	42.198	**13.517**	**52.035**	**34.157**

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os equivalentes de caixa referem-se às seguintes aplicações:

			Controladora		Consolidado	
Instituição	Aplicação	Rentabilidade	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Banco Bradesco	Automática	5% CDI	2	676	443	2.532
Banco Bradesco	CDB	102% CDI	7.923	-	7.923	7.625
Caixa Geral	Compromissada	90% CDI	-	2.021	-	2.021
Banco Itaú	Automática	2% a 100% CDI	3.283	349	6.393	1.322
Banco Safra	CDB	104% CDI	6.110	-	6.110	-
Banco Safra	Automática	5% a 20% CDI	4	-	4	-
Banco Santander	Automática	5% CDI	508	1.759	508	1.759
Banco Votorantim	CDB	102,3% a 109,5% CDI	12.499	6.026	13.717	15.545
Banco CCB	CDB	103% a 105% CDI	4.046	-	7.790	-
			34.375	**10.831**	**42.888**	**30.804**

3.2. Títulos e valores mobiliários. Em 31 de dezembro de 2020, os títulos e valores mobiliários referem-se aos seguintes títulos:

			Controladora		Consolidado	
Instituição Financeira	Aplicação	Rentabilidade	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Banco Itaú	Fundo de investimento DI	98% CDI	8	1.086	16	3.616
Banco Itaú	Fundo de investimento	90% a 100% CDI	-	-	456	-
Banco XP	Título Tesouro SELIC (LFT)	100%CDI	30.735	-	30.735	-
Banco XP	Letra financeira (LF)	106% a 135% CDI	26.587	-	26.587	-
			57.330	**1.086**	**57.794**	**3.616**

3.3. Depósitos bancários vinculados. Em 03 de maio de 2019, a Companhia aprovou a 1ª emissão de Debêntures conforme mencionado na nota explicativa nº 16. Nesta data foi constituída a garantia de cessão fiduciária dos recursos iniciais depositados em conta *Escrow* de titularidade da emissora (Priner), a fim de garantir as obrigações referentes às parcelas do principal dos empréstimos existentes na data de liquidação das debêntures que não foram quitados na mesma data. Em 31 de dezembro de 2020, os saldos dos depósitos vinculados estão demonstrados a seguir:

			Controladora		Consolidado	
Instituição Financeira	Aplicação	Rentabilidade	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Banco Bradesco	Fundo	97,4% CDI	593	6.755	593	6.755

4. Contas a receber. O saldo da rubrica contas a receber está demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	43.300	36.483	61.911	52.187
Vencidos de 1 a 60 dias	1.511	820	2.125	1.351
Vencidos de 61 a 120 dias	-	321	28	649
Vencidos acima de 120 dias	6.096	9.456	16.919	20.130
	50.907	47.080	80.983	74.317
Duplicatas descontadas (¹)	-	-	-	2
Notas promissórias e confissão de dívida (²)	4.251	997	4.251	997
Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(6.423)	(10.369)	(17.905)	(21.712)
Total	**48.735**	**37.708**	**67.329**	**53.604**
Circulante	44.484	36.711	63.078	52.607
Não circulante	4.251	997	4.251	997

(¹) O montante refere-se aos recebimentos antecipados, os quais serão baixados à medida em que as duplicatas a vencer, envolvidas nesta operação, forem pagas pelos respectivos clientes da Companhia às Instituições Financeiras; **(²)** Nota promissória e termo de confissão de dívida recebidos em atendimento aos termos do plano de recuperação judicial de clientes da Companhia. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos seus créditos, baseada em matriz de provisão, utilizando taxas de inadimplência histórica sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber. A Companhia apresenta saldo de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2020 e 2019, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	302	428	847	800
Vencidos até 30 dias	51	92	118	148
Vencidos de 31 a 60 dias	29	128	87	140
Vencidos de 61 a 120 dias	-	162	25	179
Vencidos acima de 120 dias	12	60	667	187
Confissão de dívida/jurídico (100% PCLD)	6.029	9.499	16.161	20.258
	6.423	**10.369**	**17.905**	**21.712**

A movimentação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldos no início do exercício	(10.369)	(11.919)	(21.712)	(23.510)
Constituição de PECLD	(340)	(532)	(2.015)	(2.148)
Reversão de PECLD	4.286	2.082	5.822	3.946
Saldos finais do exercício	**(6.423)**	**(10.369)**	**(17.905)**	**(21.712)**

4.1. Outros créditos a receber (consolidado). O valor de outros créditos a receber no montante de R$ 2.656, refere-se ao adiantamento de distribuição de lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 pela investida Smartcoat aos acionistas não controladores. Em 2018, por meio de Instrumento Particular de Confissão de Dívida, a Smartcoat acordou com seus devedores que o montante devido será quitado por meio de compensação de dividendos ou juros sobre o capital próprio e que, na hipótese dos devedores deixarem de ser acionistas, antes do pagamento integral da dívida, será concedido automaticamente remissão total da dívida. Posteriormente, em dezembro de 2020, através de aditivo ao Instrumento de Confissão de Dívida, foi acordado com um dos devedores que a remissão total da dívida esteja condicionada à melhoria dos resultados da Smartcoat, concordando na possibilidade de se realizar uma compensação da dívida com uma eventual remuneração de sucesso a ser devida por este devedor, no caso da Companhia atingir EBITDA de, no mínimo, R$ 7 milhões no exercício de 2021.

5. Estoques. Em 31 de dezembro de 2020, a composição do estoque refere-se as seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Insumos para beneficiamento	-	-	231	28
Matéria-prima	-	-	642	-
Mercadoria para revenda	1.166	-	1.215	5
Material - Pintura e isolamento	-	659	-	659
Lucro não realizado em transações intercompany	-	-	(806)	-
Total	**1.166**	**659**	**1.282**	**692**

Os estoques são avaliados pelo custo médio. O saldo refere-se principalmente a aquisição de mantas removíveis de proteção passiva para revenda em um contrato específico. Este material é adquirido da controlada R&R e na consolidação, este saldo foi afetado pelo ajuste de lucro não realizado entre as transações intercompany.

6. Tributos a recuperar. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de tributos a recuperar referem-se as seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
INSS a compensar **(a)**	118	92	119	113
IRPJ e CSLL a compensar **(b)**	14.765	15.863	21.495	22.946
PIS e COFINS a compensar **(c)**	35	13	38	75
ICMS a compensar **(d)**	241	139	253	141
ISS a recuperar **(e)**	44	550	44	550
Créditos previdenciários **(f)**	-	373	410	1.153
IPI a recuperar	-	-	429	-
Outros	-	40	-	44
	15.203	**17.070**	**22.788**	**25.022**
Não Circulante				
INSS a compensar **(a)**	800	827	820	827
PIS e COFINS a compensar **(c)**	-	152	-	152
ICMS a compensar **(d)**	-	170	-	170
ISS a recuperar (e)	-	-	1	-
IRRF pago a maior	-	-	33	-
	800	**1.149**	**854**	**1.149**

a) A Companhia está no regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB - em razão do enquadramento da sua atividade principal no CNAE, onde o percentual de retenção da contribuição previdenciária, de responsabilidade da empresa contratante, foi reduzido de 11% para 3,5%. O montante consolidado de R$ 939, R$ 119 circulante e R$ 820 não circulante, em 31 de dezembro de 2020 (R$ 940 em 31 de dezembro de 2019, R$ 113 circulante e R$ 827 não circulante) representa, em sua maioria, o INSS retido a maior por alguns clientes que realizaram retenção de contribuição previdenciária indevidamente com base em alíquota de 11%, ao invés de 3,5%. **b)** Refere-se à IRRF e CSLL retidos na fonte durante o exercício, além de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados em exercícios anteriores. Este saldo está sendo compensado através de PER-DCOMPs; **c)** Referem-se a PIS e COFINS a recuperar e com expectativa de ser utilizado no exercício seguinte; **d)** Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda. A expectativa é a compensação quando da realização de novas saídas tributárias; **e)** São montantes relativos ao ISS retido a maior por alguns clientes oriundos da atividade da Companhia. **f)** Reconhecimento de créditos referente a não incidência de contribuição previdenciária sobre algumas rubricas constantes na folha de pagamento no período de cinco anos, conforme parecer elaborado por consultores independentes. O crédito é corrigido pela SELIC e corrigido mediante a aplicação de coeficiente disponível na tabela prática aplicada em contribuições previdenciárias, sobre o valor originário da contribuição e poderá ser utilizado para compensação com contribuições sociais previdenciárias devidas, desde que a compensação seja declarada em GFIP.

7. Despesas antecipadas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de despesas antecipadas refere-se aos seguintes títulos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Seguros	309	207	385	288
Feiras e stands	80	80	80	80
Licenças/direito de uso de sistemas	105	72	110	72
Mobilização de contratos (¹)	3.444	305	4.910	1.605
Despesa antecipada com emissão de ações (²)	-	998	-	998
	3.938	**1.662**	**5.485**	**3.043**

(¹) O custo para mobilização de contratos é reconhecido como despesa antecipada até o início das atividades em obra; **(²)** Refere-se aos custos associados às transações destinadas à obtenção de recursos próprios, mediante a distribuição primária de ações, que foram contabilizados transitoriamente em conta de ativo até a conclusão do processo de emissão.

8. Tributos diferidos. Demonstramos a seguir a composição dos tributos diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo diferido sobre adições temporárias **(a)**	4.709	5.560	9.667	10.430
Ativo diferido sobre prejuízo fiscal **(a)**	18.839	10.723	30.183	13.055
Ativo diferido sobre o benefício fiscal da mais valia do ativo imobilizado **(b)**	553	580	553	580
	24.101	**16.863**	**40.403**	**24.065**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo diferido sobre o resultado da compra vantajosa **(c)**	(1.272)	(1.051)	(1.272)	(1.051)
Passivo diferido sobre a mais valia da alocação a valor justo de controlada adquirida da compra vantajosa **(d)**	-	-	(3.276)	(3.445)
Passivo diferido sobre direito de uso de arrendamento mercantil – CPC 06/R3 **(e)**	(514)	(649)	(1.263)	(1.522)
	(1.786)	**(1.700)**	**(5.811)**	**(6.018)**
Impostos diferidos ativos líquidos	**22.315**	**15.163**	**34.592**	**18.047**
Impostos diferidos classificados no ativo	22.829	15.812	35.855	19.569
Impostos diferidos classificados no passivo	(514)	(649)	(1.263)	(1.522)
Impostos diferidos ativos líquidos	**22.315**	**15.163**	**34.592**	**18.047**

a) Impostos diferidos referentes às provisões constituídas em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, representando adições temporárias na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social e o reconhecimento em relação aos prejuízos fiscais. Os fundamentos e as expectativas para a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias estão apresentados a seguir:

Natureza	Fundamentos para a realização
Prejuízo fiscal	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos.
Swap e variação cambial	Pela liquidação do empréstimo
Plano de opção de ações	Pelo exercício das opções
Provisão para riscos trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Provisões de custos e despesas	Pelo pagamento destes gastos
Custos da transação – debêntures	Amortização em 48 parcelas conforme prazo final do contrato da 1ª emissão de Debêntures 1ª série

b) O benefício fiscal da mais valia do imobilizado está sendo realizado de acordo com a taxa de vida útil de cada bem, conforme laudo produzido por avaliador independente, sendo que o terreno somente seria realizado quando da sua alienação. Para o saldo remanescente, a Companhia aproveitou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R$ 27; **c)** Imposto diferido decorrente do ganho com compra vantajosa na aquisição da Smartcoat; **d)** Imposto diferido decorrente da alocação de mais valia dos ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos na aquisição da Smartcoat e Poliend. O aproveitamento deste saldo será com base na realização da mais valia alocada na combinação de negócios; **e)** Imposto diferido decorrente da adoção inicial da NBC TG 06/R3 (IFRS 16) que entrou em vigor a partir de janeiro de 2019, onde os direitos de uso passaram a ser reconhecidos no ativo, sujeitos a depreciação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Descrição	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Benefício fiscal mais valia do ativo imobilizado (aquisição da Priner)	1.627	1.706
Ganho por compra vantajosa (aquisição Smartcoat)	(3.741)	(3.091)
Prejuízo Fiscal	55.410	31.540
Provisão para riscos trabalhistas	1.676	2.520
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	6.423	10.369
Swap	-	(414)
Variação cambial	-	503
Inst. Derivativo Opções compra/venda R&R e Smartcoat	(664)	(4.707)
Plano de opções de ações	1.154	853
PIS/COFINS s/receita financeira - Exigibilidade suspensa	917	617
Provisões de custos e despesas, inclui desmobilização de contratos	4.190	6.694
Direito de uso – arrendamento mercantil	(1.512)	(1.909)
Passivo de arrendamento mercantil	1.671	2.013
Custo da transação - Debêntures	(1.520)	(2.095)
Base do crédito fiscal/passivo fiscal	**65.631**	**44.599**
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	**22.315**	**15.163**

Descrição	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Benefício fiscal mais valia do ativo imobilizado (aquisição da Priner)	1.627	1.706
Ganho por compra vantajosa (aquisição Smartcoat)	(3.741)	(3.091)
Prejuízo Fiscal	88.777	38.400
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	2.859	3.351
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	17.010	20.520
Swap	-	(132)
Variação cambial	-	503
Inst. Derivativo Opções compra/venda	(664)	(4.707)
Plano de opções de ações	1.154	853
PIS/COFINS s/receita financeira - Exigibilidade suspensa	917	617
Provisões de custos e despesas, inclui desmobilização de contratos	4.609	7.082
Direito de uso – arrendamento mercantil	(3.714)	(4.478)
Passivo de arrendamento mercantil	4.062	4.684
Custo da transação - Debêntures	(1.520)	(2.095)
Base do crédito fiscal/passivo fiscal	**111.376**	**63.213**
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	**37.868**	**21.492**
Mais valia aquisição Smartcoat e Poliend	10.804	12.040
Provisão / Contingência aquisição Smartcoat	(1.169)	(1.907)
Base do crédito fiscal/passivo fiscal	**9.635**	**10.133**
Total do imposto de renda e contribuição social diferido passivo	**(3.276)**	**(3.445)**
Total do imposto de renda e contribuição social diferido líquido	**34.592**	**18.047**

A expectativa da Administração para realização dos créditos fiscais está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Ano de 2021	1.891	3.186
Ano de 2022	2.332	3.747
Ano de 2023	2.114	3.620
Ano de 2024	2.178	3.784
Ano de 2025	2.369	4.013
Ano de 2026	2.457	4.141
Ano de 2027	2.547	4.272
Anos 2028 a 2030	8.213	13.640
	24.101	**40.403**

8.1. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos. Os ativos fiscais diferidos informados no quadro abaixo não foram reconhecidos para o prejuízo fiscal acumulado, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis no prazo de 10 anos para que a controladora Priner possa utilizar seus benefícios.

Total		2020	
Base	Efeito tributário	Base	Efeito Tributário
6.058	2.060	6.058	2.060

Os ativos fiscais diferidos informados no quadro abaixo não foram reconhecidos para o prejuízo fiscal acumulado, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis no prazo de 10 anos para que a controlada Smartcoat possa utilizar seus benefícios.

Total		2020	
Base	Efeito tributário	Base	Efeito Tributário
4.975	1.691	4.975	1.691

9. Depósitos judiciais. A composição da rubrica de depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas **(i)**	1.026	920	1.204	1.067
Cíveis **(ii)**	2.630	-	2.630	-
	3.656	**920**	**3.834**	**1.067**

(i) Refere-se em sua maioria às ações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, acúmulo de função, restabelecimento do plano de saúde e alimentação, adicional de insalubridade, pedido de horas extras, equiparação salarial, seus reflexos e respectivos encargos; (ii) Refere-se em sua maioria à ação de consignação em pagamento contra os acionistas minoritários da Smartcoat onde a Companhia obteve autorização para depositar em juízo o valor referente ao saldo da dívida de aquisição de 75% de participação na controlada Smartcoat (vide Nota Explicativa nº 24).

10. Investimentos. A composição da rubrica de investimentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Priner Locação	46.438	64.382	-	-
R&R	1.415	861	-	861
Smartcoat	-	841	-	-
Poliend	2.891	-	-	-
	50.744	**66.084**	**-**	**861**
Smartcoat - Perda em investimento	**(2.819)**	**-**	**-**	**-**
	47.925	**66.084**	**-**	**861**
Ágio de rentabilidade futura **(*)**	3.610	867	-	867
	51.535	**66.951**	**-**	**1.728**
Investimentos classificados no ativo	54.354	66.951	-	1.728
Investimentos classificados no passivo	(2.819)	-	-	-
Total líquido	**51.535**	**66.951**	**-**	**1.728**

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

CNPJ/MF nº 18.593.815/0001-97

(*) Ágio reconhecido no momento da aquisição de participação na investida R&R e Poliend. Conforme informado na nota explicativa 2.1, a Companhia passou a exercer o controle da R&R a partir do 2º trimestre de 2020 através do 1º aditamento ao acordo de quotistas. Em 20 de agosto de 2020 a Companhia adquiriu 8,33% das ações da controlada Smartcoat Serviços em Revestimentos, passando o percentual de participação de 75% para 83,33%. Os efeitos contábeis estão mencionados na nota explicativa 27.5.2. Em 29 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu 49% das ações da controlada R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis, passando o percentual de participação de 51% para 100%. Os efeitos contábeis estão mencionados na nota explicativa 27.5.1. Em 01 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu 100% das quotas de emissão da empresa Poliend Soldagem Treinamento e Inspeções em END Ltda ("Poliend") por R$ 4.898. A controlada Poliend foi fundada há 20 anos e tem como principal atividade a prestação de serviços de inspeção e controle de qualidade por meio de técnicas de ensaios não destrutivos (END) e soldagem, visando a avaliação da integridade em produtos industriais. Atualmente, além dos serviços de inspeção de END e recuperação de soldagem, a controlada oferece elaboração de procedimentos, treinamentos, retreinamentos e cursos *in company*, atuando também como consultora na busca de novas soluções para situações específicas de END e Engenharia de soldagem. Essa operação está alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia, incorporando serviços de comportamento recorrente e de alto valor agregado em engenharia de manutenção. O valor acordado pela aquisição foi pago 60% na data de aquisição e o saldo restante de 40% foi parcelado conforme cronograma a seguir:

Vencimento	Saldo a pagar	Correção monetária
02/10/2021	R$ 970	100% da variação do CDI entre a data do fechamento e o período de 12 meses
02/10/2022	R$ 970	100% da variação do CDI entre a data do fechamento e o período de 24 meses

O valor pago pela aquisição da Poliend é superior ao valor das quotas adquiridas, já contemplando os ativos e passivos a valor justo. Consequentemente, resultou no reconhecimento de um ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no valor de R$ 2.743, com base no laudo de especialistas externos. O laudo de avaliação a valor justo dos ativos e passivos (*Purchase Price Allocation* – PPA) foi elaborado por empresa independente, cumprindo com as exigências previstas no pronunciamento CPC 15 – Combinação de Negócios. Segue a composição do ágio de rentabilidade futura da Companhia referente a aquisição de 100% das quotas da controlada Poliend:

	Valor (R$)
(+) Preço pago para a aquisição	4.898
(-) Patrimônio líquido da investida na data de aquisição	(399)
(-) Marca e contratos	(2.513)
(-) Ajuste a valor justo	(148)
(+) Tributos diferidos	905
Ágio de rentabilidade futura	**2.743**

A seguir demonstramos a composição dos ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição da controlada Poliend:

	Valor contábil na data da aquisição	Ajustes a valor justo efetuados	Valor justo na data de aquisição
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	450	-	450
Clientes	340	-	340
Outros créditos	4	-	4
Despesas antecipadas	7	-	7
Imobilizado	441	148	589
Intangível	6	2.513	2.519
	1.248	**2.661**	**3.909**
Passivos			
Fornecedores	41	-	41
Obrigações trabalhistas	423	-	423
Obrigações tributárias	271	-	271
Dividendos a pagar e outros	111	-	111
Outras contas a pagar	3	-	3
Tributos diferidos	-	905	905
Patrimônio líquido	399	1.756	2.155
	1.248	**2.661**	**3.909**

10.1. Informações relevantes sobre as investidas

			Controladora			
					Lucro (Prejuízo) do	
	% de	Número total	Número de ações	Patrimônio Líquido	período acumulado (*)	
Controladas	Participação	de ações	adquiridas	31/12/2020 31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Priner Locação	99,99	34.556.579	34.556.578	46.438 64.382	8.411	15.030
Smartcoat (*)	83,33	26.700.000	22.249.110	(2.921) 1.121	(4.042)	(18.760)
R&R (*)	100	50.000	50.000	1.415 1.688	2.522	1.564
Poliend	100	1.250.000	1.250.000	2.891 -	(264)	-
				47.823 67.191	**6.627**	**(2.166)**

(*) Patrimônio líquido e lucro (prejuízo) do período ajustados com mais valia da aquisição.

	Controladora			
	Capital social integralizado		Total do Ativo (*)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Priner Locação	34.557	34.557	57.608	73.905
Smartcoat **(*)**	16.610	16.610	56.566	56.741
R&R **(*)**	50	50	3.422	2.901
Poliend	1.250	-	3.901	-

(*) Ativo total do período ajustado com mais valia da aquisição.

10.2. Movimentação do investimento. Demonstramos a seguir a movimentação (*) do investimento na controladora:

Descrição	Valor (R$)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	66.084
Resultado de equivalência patrimonial – Priner Locação	8.411
Dividendos recebidos – Priner Locação	(21.857)
Dividendos a receber – Priner Locação	(4.498)
Resultado de equivalência patrimonial – Smartcoat (¹)	(2.470)
Adição por aquisição 8,33% da Smartcoat	(1.190)
Resultado de equivalência patrimonial – R&R (²)	856
Adição por aquisição 49% da R&R	544
Dividendos recebidos – R&R	(846)
Aquisição de investimentos 100% - Poliend	2.155
Aporte de capital – Poliend	1.000
Resultado de equivalência patrimonial – Poliend (³)	(264)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**47.925**

(*) Essa movimentação não inclui o ágio reconhecido no momento da aquisição de participação nas investidas R&R e Poliend no montante de R$ 3.610 (R$ 867 em 2019); (¹) Inclui amortização de mais valia de ativo e intangíveis identificados na aquisição de 75% do capital da controlada Smartcoat; (²) Inclui amortização de intangíveis identificados na aquisição de 51% do capital da investida R&R e ajuste de lucro não realizado em operações intercompany; (³) Inclui amortização de mais valia de ativo e intangíveis identificados na aquisição de 100% do capital da controlada Poliend.

11. Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora				Consolidado				
	31/12/2020	Valor Justo	31/12/2019	Valor Justo	31/12/2020	Valor Justo	31/12/2019	Valor Justo	Nível
Ativos financeiros derivativos									
R&R	-	-	4.455	4.455	-	-	4.455	4.455	
Smartcoat	-	-	-	-	-	-	-	-	
	-	**-**	**4.455**	**4.455**	**-**	**-**	**4.455**	**4.455**	**2**
Passivos financeiros derivativos									
R&R	-	-	(69)	(69)	-	-	(69)	(69)	
Smartcoat	-	-	-	-	-	-	-	-	
	-	**-**	**(69)**	**(69)**	**-**	**-**	**(69)**	**(69)**	2
	-	**-**	**4.386**	**4.386**	**-**	**-**	**4.386**	**4.386**	

11.1. R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. A Companhia celebrou o acordo de quotistas entre a Priner Serviços Industriais S.A. e a R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. na data de 24 de janeiro de 2017, no qual as partes firmaram opções de compra e de venda. Em 29 de setembro de 2020, a Companhia exerceu 100% da opção de compra referente a participação adicional de 49% das ações da controlada R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis., pela contraprestação de R$ 3.312, passando o percentual de participação na controlada de 51% para 100%. O valor justo das opções de compra foi mensurado por especialistas externos, na data da aquisição, segundo a melhor expectativa da Administração da Companhia. Em decorrência do exercício dessa opção, os efeitos contábeis estão mencionados na Nota Explicativa 27.5.1. **11.2. Smartcoat Serviços em Revestimentos S.A.** Como parte da transação da combinação de negócios, as partes firmaram opções de compra e de venda baseadas nas seguintes premissas destacadas abaixo: **Opções de compra.** (i) 1ª opção de compra a partir do 24º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas, ou a qualquer momento antes do prazo mencionado em caso de Evento de liquidez da Priner, mediante pagamento do preço de compra correspondente a 4 (quarto) vezes o valor do EBITIDA apurado nos 12 meses calendário anteriores a data de envio da Notificação de Opção de Compra (ou da notificação de preço, se enviada), subtraído o Endividamento Líquido, multiplicado pelo percentual do capital social detido pelos Sócios originais; (ii) Caso a opção de compra seja exercida em caso de um Evento de Liquidez da Priner que inclua a Injeção de Capital Primário ou alienação de no mínimo 75% das ações de emissão da Priner, o preço de opção de compra será pago à vista. Nessa hipótese o preço será pago da seguinte forma: • 34% do valor do preço da opção de compra à vista no exercício; • 33% do valor de opção de compra após 12 meses, corrigido pelo CDI; • 33% do valor de opção de compra após 24 meses, corrigido pelo CDI. **Opções de venda.** (i) 1ª opção de venda partir do 24º mês após a data de assinatura do acordo de quotistas, ou a qualquer momento antes do prazo mencionado caos os sócios originais manifestem voto contrário a aprovação de um Evento de diluição e, mesmo assim, a maioria dos acionistas da companhia manifestar voto favorável, o evento de Diluição será aprovado pela Assembleia Geral. Neste caso os Sócios Originais poderão exercer a sua opção de venda em até 30 dias da data da Assembleia Geral que aprovar a deliberação, mediante pagamento do preço de compra correspondente a 4 (quarto) vezes o valor do EBITDA apurado nos 12 meses calendário anteriores a data de envio da Notificação de Opção de Venda (ou da notificação de preço, se enviada), subtraído o Endividamento Líquido, multiplicado pelo percentual do capital social detido pelos Sócios originais; (ii) Caso a opção de venda seja exercida em caso de um Evento de Liquidez da Priner que inclua a Injeção de Capital Primário ou alienação de no mínimo 75% das ações de emissão da Priner, o preço de opção de venda será pago à vista. Nessa hipótese o preço será pago da seguinte forma: • 34% do valor do preço da opção de compra à vista no exercício; • 33% do valor de opção de compra após 12 meses, corrigido pelo CDI; • 33% do valor de opção de compra após 24 meses, corrigido pelo CDI:

	Opção de compra e opção de venda
Vigência	29/07/2037
Carência	29/07/2020
Preço de exercício	4*EBITDA - dívida líquida
Pagamento	34% no exercício; 33% após 12 meses e 33% após 24 meses

O valor justo das opções de compra e de venda foi mensurado por especialistas externos, na data da aquisição, e sua mensuração considerou exercício ao término do período de carência, segundo a melhor expectativa da Administração da Companhia. Conservadoramente, para encerramento do exercício, a Companhia optou por considerar o valor das opções zerado devido a seus resultados recentes. Em 20 de agosto de 2020, a Companhia exerceu parcialmente a opção de compra referente a participação adicional de 8,33% das ações da controlada Smartcoat Serviços em Revestimentos., pela contraprestação de R$ 0,0 (cem reais), passando o percentual de participação na controlada de 75% para 83,33%. O valor justo das opções de compra foi mensurado por especialistas externos, na data da aquisição, segundo a melhor expectativa da Administração da Companhia. Em decorrência do exercício dessa opção, os efeitos contábeis estão mencionados na Nota Explicativa nº 27.5.2.

12. Imobilizado. 12.1. Movimentação do imobilizado – Individual

	Taxa anual de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Transferências entre contas	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Custo						
Equip. de locação e uso operacional		8.957	3.995	1.258	(3)	14.207
A imobilizar		117	1.089	-	-	1.206
Benfeitorias		3.123	157	-	-	3.280
Computadores		860	368	-	(6)	1.222
Terrenos		60	-	-	-	60
Veículos		1.258	-	(1.258)	-	-
Instalações		282	-	-	-	282
Máquinas e Equipamentos		49	21	-	-	70
Moveis e utensílios		493	195	-	-	688
Prédios		821	-	-	-	821
Direitos de uso – arrendamentos CPC 06 (R3) **(¹)**		2.234	41	-	-	2.275
		18.254	**5.866**	**-**	**(9)**	**24.111**
Depreciação						
Equip. de locação e uso operacional	10	(3.484)	(1.128)	(976)	-	(5.588)
Benfeitorias	(*)	(2.942)	(117)	-	-	(3.059)
Computadores	20	(395)	(158)	-	6	(547)
Veículos	20	(976)	-	976	-	-
Instalações	10	(224)	(20)	-	-	(244)
Máquinas e Equipamentos	10	(23)	(4)	-	-	(27)
Moveis e utensílios	10	(171)	(54)	-	-	(225)
Prédios	4	(396)	(25)	-	-	(421)
Direitos de uso – arrendamentos CPC 06 (R3) **(¹)(²)**	(*)	(325)	(438)	-	-	(763)
		(8.936)	**(1.944)**	**-**	**6**	**(10.874)**
Imobilizado líquido		**9.318**	**3.922**	**-**	**(3)**	**13.237**

(¹) Direito de uso decorrente da adoção inicial do CPC 06 (R3) referente a contratos de arrendamento de imóveis utilizados pela Companhia e suas controladas para suas unidades operacionais (Sede e filiais); **(²)** Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados na amortização de direito de uso estão brutos de impostos PIS e COFINS; **(*)** A taxa anual de depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros e direitos de uso considera o período de vigência dos contratos de locação dos imóveis.

12.2. Movimentação do imobilizado – Consolidado

	Taxa anual de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2019	Adições por inclusão de controlada (³) e (⁴)	Adições	Transferências entre contas	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Custo							
Equip. de locação e uso operacional		158.304	1.300	11.280	1.258	(1.943)	170.199
A imobilizar		145	-	4.375	-	-	4.520
Benfeitorias		3.123	-	384	-	-	3.507
Computadores		1.316	68	427	-	(6)	1.805
Terrenos		121	-	-	-	-	121
Veículos		1.258	-	-	(1.258)	-	-
Instalações		481	7	6	-	-	494
Máquinas e equipamentos		187	31	25	-	-	243
Moveis e utensílios		1.067	91	221	-	-	1.379
Prédios		821	-	-	-	-	821
Direitos de uso – arrendamentos CPC 06 (R3) (¹)		9.332	-	1.382	-	-	10.714
		176.155	**1.497**	**18.100**	**-**	**(1.949)**	**193.803**
Depreciação							
Operacional							
Equip. de locação e uso operacional	10	(91.468)	(423)	(17.369)	(976)	1.079	(109.157)
Benfeitorias	(*)	(2.943)	-	(141)	-	-	(3.084)
Computadores	20	(766)	(45)	(192)	-	6	(997)
Veículos	20	(976)	-	-	976	-	-
Instalações	10	(350)	(3)	(38)	-	-	(391)
Máquinas e equipamentos	10	(153)	(5)	(6)	-	-	(164)
Moveis e utensílios	10	(547)	(67)	(128)	-	-	(742)
Prédios	4	(396)	-	(25)	-	-	(421)
Direitos de uso – arrendamentos CPC 06 (R3) **(¹)(²)**	(*)	(1.532)	-	(1.830)	-	-	(3.362)
		(99.131)	**(543)**	**(19.729)**	**-**	**1.085**	**(118.318)**
Imobilizado líquido		**77.024**	**954**	**(1.629)**	**-**	**864**	**75.485**

(¹) Direito de uso decorrente da adoção inicial do CPC 06 (R3) referente a contratos de arrendamento de imóveis utilizados pela Companhia e suas controladas para suas unidades operacionais (Sede e filiais); **(²)** Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados na amortização de direito de uso estão brutos de impostos PIS e COFINS; **(³)** A partir do 2º trimestre de 2020 a controlada R&R passou a ser consolidada linha a linha nas demonstrações consolidadas da Companhia conforme mencionado na Nota Explicativa 1 e 2.1; **(⁴)** Em outubro de 2020 a Companhia adquiriu a controlada Poliend que passou a ser consolidada linha a linha nas demonstrações consolidadas da Companhia conforme mencionado na Nota Explicativa 1 e 2.1; **(*)** A taxa anual de depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros e direitos de uso considera o período de vigência dos contratos de locação dos imóveis. Os equipamentos de locação e de uso operacional podem ser resumidos como: (i) Andaimes e estruturas de acesso: Tubos (Tubos, Elite e Lock), Pisos de alumínio, Pisos metálicos, Treliviga, Andaimes suspensos Prinerdeck que são plataformas de trabalho suspensa; (ii) Habitat (habitáculo pressurizados com detector de gases); (iii) Equipamentos de pintura e jateamento: Diversos equipamentos utilizados na prestação de serviço de pintura mecânica, pintura a jato, pintura hidrojato, como lixadeiras pneumáticas e elétricas, pistolas, máquinas a jato, compressores, bombas, hidrojateadoras, lavadoras de alta pressão, tanques de pressão, medidores de películas, de temperaturas; (iv) Equipamentos de isolamento: Máquina de corte de alta produtividade usada para a fabricação dos isolamentos removíveis térmicos, acústicos e contra-fogo (PFP), diversos equipamentos utilizados na prestação de serviço de isolamento (sistemas isolantes e acústicos) como desbobinadeiras, frisadeiras, tubos de silicato; (v) Equipamentos de apoio e uso próprio da área operacional: Diversos equipamentos de apoio como os carros elétricos, guinchos de içamento e os equipamentos de uso próprio na área de distribuição como empilhadeiras, máquinas de solda, tornos, parafusadeiras, esmerilhadeiras. A tabela a seguir demonstra as principais aquisições do imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Material tubular (tubos, pisos e seus acessórios)	-	-	5.333	10.514
Andaimes suspensos (Priner Deck)	-	-	111	1.691
Habitat	-	-	510	1.272
Equipamento de pintura e jateamento	3.362	540	3.398	3.659
Outros equipamentos de locação e uso operacional	1.722	55	5.534	168
Material de inspeção e soldagem	-	-	769	-
Direito de uso	41	713	1.382	1.184
Outros **(*)**	741	350	1.063	443
	5.866	**1.658**	**18.100**	**18.931**

(*) São aquisições compostas basicamente por: (i) benfeitorias em propriedades de terceiros, realizadas nas instalações da Companhia, (ii) aquisição de móveis e utensílios e (iii) aquisição de equipamentos de informática. A depreciação consolidada do exercício findo em 31 de dezembro 2020, alocada ao custo de serviços prestados, é de R$ 18.103 (R$ 16.419 em 2019), e refere-se a equipamentos de locação e demais bens de uso operacional. Do saldo de R$ 18.103, R$ 742 refere-se à depreciação do direito de uso de imóvel. Por sua vez, a depreciação alocada às despesas gerais e administrativas é de R$ 3.540 (R$ 1.458 em 2019) e referem-se aos demais itens do imobilizado, os quais são classificados como depreciação dos bens de uso próprio. Do saldo de R$ 3.540, R$ 1.087 refere-se à depreciação do direito de uso de imóvel. Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, a Companhia não considera a inflação futura projetada no valor presente dos pagamentos futuros para a mensuração e remensuração dos seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso e não estima impactos relevantes nos saldos apresentados decorrentes das atuais taxas de juros no mercado brasileiro.

13. Intangível. 13.1. Movimentação do intangível – Individual

	Taxa anual de amortização (%)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência entre contas	Saldo em 31/12/2020
Custo						
Software		2.152	222	-	-	2.374
Intangível em andamento		-	53	-	-	53
		2.152	275	-	-	2.427
Amortização						
Software	20	(1.252)	(306)	-	-	(1.558)
		(1.252)	(306)	-	-	(1.558)
Intangível líquido		900	(31)	-	-	869

13.2. Movimentação do intangível – Consolidado

	Taxa anual de amortização (%)	Saldo em 31/12/2019	Adições por inclusão de controlada (¹) e (²)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Custo						
Software		2.245	99	695	-	3.039
Marcas e patentes		2.468	366	-	-	2.834
Carteira de clientes		4.599	2.973	-	-	7.572
Intangível em andamento		-	-	53	-	53
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		-	3.610	-	-	3.610
		9.312	**7.048**	**748**	**-**	**17.108**
Amortização						
Software	20	(1.337)	(28)	(341)	-	(1.706)
Marcas e patentes	*	(1.195)	(78)	(519)	-	(1.792)
Carteira de clientes	*	(2.224)	(444)	(1.054)	-	(3.722)
		(4.756)	**(550)**	**(1.914)**	**-**	**(7.220)**
		4.556	**6.498**	**(1.166)**	**-**	**9.888**

(¹) A partir do 2º trimestre de 2020 a controlada R&R passou a ser consolidada linha a linha nas demonstrações consolidadas da Companhia conforme mencionado na nota explicativa 1 e 2.1; **(²)** Em outubro de 2020 a Companhia adquiriu a controlada Poliend que passou a ser consolidada linha a linha nas demonstrações consolidadas da Companhia conforme mencionado na nota explicativa 1 e 2.1. **(*)** A carteira de clientes e marca derivadas das aquisições das controladas Smartcoat e R&R possuem vidas úteis de 60 meses e critério de amortização linear. A carteira de clientes e marca derivadas da aquisição da controlada Poliend possuem vida útil de 240 e 120 meses, respectivamente, e critério de amortização linear.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	7.238	5.228	11.478	9.418
Fornecedores estrangeiros	-	1	-	1
Total circulante	**7.238**	**5.229**	**11.478**	**9.419**
Fornecedores nacionais	-	-	-	144
Total não circulante	**-**	**-**	**-**	**144**

A conta de fornecedores refere-se basicamente a aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPIs, de peças e ferramentas, de material elétrico, de material de escritório, dos serviços prestados, dos fretes e viagens, adquiridos no curso normal dos negócios.

15. Operações de risco sacado. A Companhia possui contratos firmados com fundos de investimentos para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada Risco Sacado ou "*Forfait*". Nessas transações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para esses fundos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização desta operação permite alongar prazos de pagamentos, contribuindo para a melhoria do fluxo de caixa operacional da Companhia. Considerando as características de tais transações, a Companhia apresenta os montantes dessas transações em rubrica específica. Os prazos e condições estão apresentados a seguir. Em 31 de dezembro de 2020, não há saldo em aberto destes contratos.

	Controladora			
	Taxa de Juros	Prazo	31/12/2020	31/12/2019
Risco Sacado – Propel Investimentos	1,44% a.m. - 1,7% a.m. **(¹)**	90 dias	-	2.011
	Consolidado			
	Taxa de Juros	Prazo	31/12/2020	31/12/2019
Risco Sacado – Propel Investimentos	1,44% a.m. - 1,7% a.m. **(¹)**	90 dias	-	5.347

(¹) A Companhia e suas controladas possuem um limite de R$ 5.000 para operar à taxa de 1,44% a.m. O que exceder a este valor passa a ser operado pela taxa de 1,7% a.m.

16. Empréstimos e financiamentos. A maioria dos empréstimos contratados tinha como objetivo o financiamento do capital de giro, indexados ao CDI. A parcela remanescente de empréstimos refere-se ao financiamento de ativos imobilizados, com taxas pré-fixadas de acordo com o Finame. Os contratos não apresentam cláusulas restritivas (*covenants*) relacionados a saldos ou índices financeiros. A Companhia tem como prática contábil alocar os juros pagos na atividade de financiamento da demonstração dos fluxos de caixa. Em maio de 2019, a Companhia emitiu debêntures no valor de R$ 67,5 milhões, com carência de 12 a 15 meses conforme descrito na nota explicativa nº 16. Desse valor, R$ 42,9 milhões foram utilizados para quitação antecipada de dívidas bancárias com os seguintes bancos: Bradesco, Banco do Brasil, Fibra, Guanabara, Itau, Pine e Votorantim. O valor correspondente à parte da dívida que não foi quitada de imediato, R$ 17,3 milhões, ficou retido em uma conta Escrow (vide nota explicativa nº 3.3) e vem sendo utilizado para pagamento das parcelas de principal restantes em seus vencimentos. A garantia de cada empréstimo por instituição financeira é demonstrada a seguir:

Instituição financeira	Garantia
Banco Santander FINAME 1, 2 e 3	Bem financiado
Banco Santander	100% domicílio simples de contratos
Banco Safra	Não há garantia
Banco ABC	100% domicílio simples de contratos
Banco BBM	100% domicílio simples de contratos
Banco Pine	100% domicílio simples de contratos
Banco Bradesco FINAME (investida Smartcoat)	Aval do Sócio + o bem financiado
Banco ABC (investida Smartcoat)	Aval do Sócio + domicílio de contratos
Banco do Brasil FINAME (investida Smartcoat)	Aval do Sócio + o bem financiado

A seguir, estão demonstrados os empréstimos vigentes no período na Controladora:

Instituição Financeira	Taxa	Data inicial	Vencimento	Valor contratado	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Amortização
Santander	13,04% a.a. Pré-fixada	28/08/2015	15/09/2020	179	-	30	Em 48 parcelas - Mensais - Carência de 06 meses - 1ª vencimento em abril de 2016 - (Principal e Juros) – Quitação antecipada.
Santander	13,04% a.a. Pré-fixada	24/09/2015	15/10/2020	73	-	14	Em 48 parcelas - Mensais - Carência de 06 meses - 1ª vencimento em maio de 2016 - (Principal e Juros) – Quitação antecipada.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

CNPJ/MF nº 18.593.815/0001-97

Instituição Financeira	Taxa	Data inicial	Vencimento	Valor contratado	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Amortização
ABC	CDI + 3,95% a.a.	09/04/2018	24/03/2021	3.080	272	1.179	Em 36 parcelas - Mensais - Com Carência de 2 meses - 1º vencimento em maio de 2018 (Juros), primeiro vencimento de principal em julho de 2018.
ABC	variação cambial + 8,17% a.a. com swap para CDI + 5,45% a.a.	09/04/2018	30/03/2020	3.000	-	827	Em 24 parcelas - Mensais - Com Carência de 2 meses - 1º vencimento em maio de 2018 (Juros), primeiro vencimento de principal em julho de 2018.
BBM	CDI + 4,50% a.a.	27/07/2017	21/06/2021	6.000	-	2.381	Inicialmente em 24 parcelas - Mensais - Com Carência de 3 meses - 1º vencimento em julho de 2017 (Juros), primeiro vencimento de principal em outubro de 2017. Renegociado em 20/06/18 - parcelamento do saldo em 36 parcelas. – Quitação antecipada.
BBM	CDI + 4,50% a.a.	27/11/2017	21/06/2021	4.285		2.113	Inicialmente em 24 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em dezembro de 2017. Renegociado em 20/06/18 - parcelamento do saldo em 36 parcelas. Quitação antecipada.
Safra	23,814933% a.a.	31/12/2019	-	-	-	1	Conta corrente saldo devedor
					272	**6.545**	
	Circulante				272	4.824	
	Não circulante				-	1.721	

A seguir, estão demonstrados os empréstimos vigentes Consolidado no período:

Instituição financeira	Taxa	Data inicial	Vencimento	Valor contratado	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019	Amortização
Santander	13,04% a.a. Pré-fixada	28/08/2015	15/09/2020	179	-	30	Em 48 parcelas - Mensais - Carência de 06 meses - 1ª vencimento em abril de 2016 - (Principal e Juros). Quitação antecipada.
Santander	13,04% a.a. Pré-fixada	24/09/2015	15/10/2020	73	-	14	Em 48 parcelas - Mensais - Carência de 06 meses - 1ª vencimento em maio de 2016 - (Principal e Juros). Quitação antecipada.
ABC	CDI + 3,95% a.a.	09/04/2018	24/03/2021	3.080	272	1.179	Em 36 parcelas - Mensais - Com Carência de 2 meses - 1º vencimento em maio de 2018 (Juros), primeiro vencimento de principal em julho de 2018.
ABC	variação cambial + 8,17% a.a. com swap para CDI + 5,45% a.a.	09/04/2018	30/03/2020	3.000	-	827	Em 24 parcelas - Mensais - Com Carência de 2 meses - 1º vencimento em maio de 2018 (Juros), primeiro vencimento de principal em julho de 2018.
BBM	CDI + 4,70% a.a.	27/07/2017	21/06/2021	6.000	-	2.381	Inicialmente em 24 parcelas - Mensais - Com Carência de 3 meses - 1º vencimento em julho de 2017 (Juros), primeiro vencimento de principal em outubro de 2017. Renegociado em 20/06/18 - parcelamento do saldo em 36 parcelas. Quitação antecipada.

Instituição financeira	Taxa	Data inicial	Vencimento	Valor contratado	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019	Amortização
BBM	CDI + 4,50% a.a.	27/11/2017	21/06/2021	4.285	-	2.113	Inicialmente em 24 parcelas - Mensais - Sem Carência - 1º vencimento em dezembro de 2017. Renegociado em 20/06/18 - parcelamento do saldo em 36 parcelas. Quitação antecipada.
Safra	23,814933% a.a.	-	-	-	-	1	Conta corrente - saldo devedor
Red Asset/ Propel	Duplicatas descontadas	-	-	-	-	4	Operação de antecipação de recebíveis de carteira de clientes sem transferência de riscos e benefícios ao banco.
Bradesco	5,50% a.a.	06/06/2018	15/06/2023	1.188	797	931	Em 60 parcelas - Mensais - Carência de 06 meses - 1ª vencimento de juros em setembro de 2018 e de principal e juros em janeiro de 2019.
Bradesco	6,42% a.a.	30/11/2018	16/10/2023	436	329	375	Em 60 parcelas - Mensais - Carência de 06 meses - 1ª vencimento de juros em janeiro de 2019 e de principal e juros em maio de 2019.
Bradesco	Variação cambial + 6,8983% a.a. com swap para CDI + 6,5% a.a	06/11/2019	03/12/2020	3.600	-	3.478	Em 12 parcelas - mensais - Com Carência de 2 meses - 1º vencimento em janeiro de 2020 (principal+ juros).
Banco do Brasil (Finame)	5,80% a.a.	03/05/2019	15/01/2024	819	680	744	Em 54 parcelas – mensais – 1º vencimento em julho de 2019 (principal e juros).
ABC	Taxa do cheque especial	-	-	-	-	3	Conta corrente – saldo devedor
					2.078	**12.080**	
	Circulante				929	8.854	
	Não circulante				1.149	3.226	

A parcela do não circulante tem os seguintes vencimentos (consolidado):

Anos	31/12/2020
2022	655
2023	477
2024	17
Total	**1.149**

17. Debêntures (individual e consolidado). Em 03 de maio de 2019, foi aprovada pela Companhia a primeira emissão de um total de 67.500.000 (sessenta e sete milhões e quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, com garantia real e com garantia fidejussória, em duas séries de valor nominal unitário de R$ 1,00 (Um real) conforme resumo a seguir:

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	31/12/2020	31/12/2019
1ª emissão	1ª série	45.000	10/05/2019	10/05/2023	CDI + 4,5% a.a.	36.339	45.218
1ª emissão	2ª série	22.500	10/05/2019	14/11/2022	CDI + 4,5% a.a.	19.213	22.609
						55.552	**67.827**
Custo de emissão		(2.606)				(1.520)	(2.096)
						54.032	**65.731**
Circulante						24.410	11.513
Não circulante						29.622	54.218

As parcelas do não circulante tem os seguintes vencimentos:

	31/12/2020 Debêntures	Custo da transação	Total
Ano 2022	24.226	(652)	23.574
Ano 2023	6.265	(217)	6.048
Total	**30.491**	**(869)**	**29.622**

As debêntures foram integralizadas à vista em 10 de maio de 2019, por meio de MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM, em moeda corrente nacional. O valor nominal unitário da 1ª e 2ª série não será atualizado monetariamente. Sobre o valor nominal das debêntures de ambas as séries incidirão juros remuneratórios, a partir da primeira data de integralização ou da última respectiva data de pagamento da remuneração das debêntures, conforme o caso. A remuneração das debentures será paga mensalmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de junho de 2019 e os demais pagamentos devidos todo dia 10 de cada mês até a data de vencimento das debêntures. O saldo do valor nominal unitário das debêntures da 1ª série será amortizado em 36 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida no 13º mês contado da data da emissão, ou seja, em 10 de junho de 2020, e a última na data de vencimento das debêntures. O saldo do valor nominal unitário das debêntures da 2ª série será amortizado em 27 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida no 16º mês contado da data da emissão, ou seja, em 10 de setembro de 2020, e a última na data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo bruto das debêntures no passivo circulante é de R$ 25.061 (R$ 12.142 em 2019) e no passivo não circulante é de R$ 30.491 (R$ 55.685 em 31 de dezembro de 2019). O saldo das debêntures, líquido dos custos de transação no passivo circulante, é de R$ 24.410 (R$ 11.513 em 2019) e no passivo não circulante é de R$ 29.622 (R$ 54.218 em 2019). Os custos de transação estão sendo reconhecidos como despesa de captação conforme os prazos contratuais dessa emissão, de forma linear. Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 23 de agosto de 2019, foi aprovado a inclusão de cessão fiduciária adicional de um contrato da Priner Serviços e um contrato da Priner Locação no grupo de garantias fiduciárias. Em vistas as deliberações dessa AGD, foram aditados: (i) em 29 de agosto de 2019 o 1º Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Recebíveis e de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças e (ii) em 09 de setembro de 2019 o 1º Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Depositário. Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 05 de novembro de 2019, foi aprovado a inclusão de cessão fiduciária adicional de um contrato da Priner e todos os direitos decorrentes da conta vinculada Priner Serviços e conta vinculada Priner Locação com o objetivo de incrementar as garantias de pagamento da totalidade das Obrigações Garantidas oferecidas no âmbito do contrato de cessão fiduciária. Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 18 de setembro de 2020, foi aprovado: (i) não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, em razão do desenquadramento do Valor Mínimo de recursos nas Contas Vinculadas cedidas fiduciariamente em garantia da Emissão; (ii) a inclusão de cessão fiduciária adicional de um contrato da Smartcoat no grupo de garantias fiduciárias; (iii) criação de garantia adicional de recursos depositados na Conta- Vinculada(Cash Colateral), não movimentável pela Emissora, em caso de descumprimento por não atingimento do Valor Mínimo; (iv) criação de covenant financeiro adicional; (v) liberação integral dos montantes retidos em razão do desenquadramento do Valor Mínimo de recursos nas Contas Vinculadas cedidas fiduciariamente em garantia da Emissão. Em vistas as deliberações dessa AGD, foram aditados: (i) em 02 de outubro de 2020 o 3º Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Recebíveis e de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças e (ii) em 02 de outubro de 2020 o 2ºAditamento ao Instrumento Particular De Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações. **Covenants.** A escritura de emissão das debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento, os quais serão acionados a partir do 1º trimestre de 2020, como segue: • **Trimestral:** (i) Dívida Bruta + *Sellers Finance – Escrow* ≤ R$ 80 milhões; (ii) Caixa líquido consolidado ≥ a 1,2 X Dívida de Curto Prazo Consolidada; **Nota (i):** "Dívida Bruta" significa a soma dos (i) empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (1) os títulos descontados com regresso, (2) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (3) os arrendamento mercantil / *leasing* financeiro, e (4) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional; (ii) passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, líquidos de ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos; e (iii) contas a pagar em decorrência de aquisição de outras empresas (menos a conta reserva e *escrow account*). Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa; "*Sellers Finance*" significa contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas concedidos pelos vendedores. **Nota (ii):** "Dívida de Curto Prazo" significa a soma dos (i) financiamentos bancários de curto prazo; (ii) debêntures com vencimento no curto prazo; e (iii) swap passivos de curto prazo deduzidos dos swaps ativos de curto prazo. • **Anual:** Dívida Liquida/EBTDA ≤ 2,5 em 2019 e ≤ 2,0 de 2020 em diante. **Nota:** "Dívida Líquida" significa valor da Dívida Bruta, menos a conta reserva ou *escrow account*. Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa), menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras. **Garantias.** As debêntures não contarão com garantia flutuante, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ação. Não obstante as debentures contarão com as garantias conforme abaixo definidos: • Fiança da Smartcoat e Priner Locação; • Cessão fiduciária dos recursos iniciais depositados em conta Escrow de titularidade da Emissora (Priner), para garantia das obrigações referentes às parcelas do principal dos empréstimos existentes da data de liquidação das debêntures que não foram quitados na mesma data; • Cessão fiduciária dos recebíveis de dois contratos firmados pela Smartcoat. Adicionalmente, fluxo (domicílio bancário simples) de outros dois contratos também firmados pela Smartcoat; • Cessão fiduciária dos valores depositados pelos quatro contratos mencionados acima em conta Escrow de titularidade da Garantidora Smartcoat; •Posteriormente, em 23 de agosto de 2019 e 05 de novembro de 2019, foram realizadas Assembleia Geral de Debenturistas, as quais aprovaram a inclusão de cessão fiduciária adicional de um contrato da Priner Serviços e de um contrato da Priner Locação no grupo de garantias fiduciárias; • Em 18 de setembro de 2020, foram realizadas Assembleia Geral de Debenturistas, as quais aprovaram: (i) a inclusão de cessão fiduciária adicional de um contrato da Smartcoat no grupo de garantias fiduciárias; (ii) criação de garantia adicional de recursos depositados na Conta- Vinculada (Cash Colateral), não movimentável pela Emissora, em caso de descumprimento por não atingimento do Valor Mínimo.

18. Obrigações de arrendamento. As obrigações de arrendamento e as parcelas a vencer dos contratos elegíveis a NBC TG 06/R3 (IFRS 16) estão compostas da seguinte forma:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Compromisso de arrendamento de curto prazo reconhecidos no passivo	461	421	2.085	1.601
Compromisso de arrendamento de longo prazo reconhecidos no passivo	1.211	1.593	5.944	6.618
Total dos compromissos de arrendamentos reconhecidos no passivo	**1.672**	**2.014**	**8.029**	**8.219**

O cronograma de pagamentos de arrendamentos classificados no passivo de arrendamento é conforme apresentado a seguir:

	Controladora	Consolidado
Passivo de arrendamento a vencer:		
Até 30 dias	75	338
Entre 31 a 90 dias	69	309
Entre 91 a 365 dias	317	1.438
Em 2022	393	1.966
Em 2023	373	1.766
Em 2024	146	965
2025 em diante	299	1.247
	1.672	**8.029**

A movimentação do passivo de arrendamento é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adição inicial IFRS 16/CPC 06 (R3)	1.791	8.648
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**1.791**	**8.648**
Adição/Reversão de arrendamentos	499	788
Pagamentos de arrendamentos	(444)	(1.928)
Juros reconhecidos no resultado do período (*)	168	711
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.014**	**8.219**
Adição	41	1.382
Pagamentos de arrendamentos	(552)	(2.298)
Juros reconhecidos no resultado do período (*)	169	726
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.672**	**8.029**

(*) Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados em juros apropriados estão brutos de impostos (PIS e COFINS). Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, a Companhia não considera a inflação futura projetada no valor presente dos pagamentos futuros para a mensuração e remensuração dos seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso e não estima impactos relevantes nos saldos apresentados decorrentes das atuais taxas de juros no mercado brasileiro.

19. Salários e encargos sociais. A composição de salários e encargos sociais está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Salários e encargos sociais **(*)**	6.702	9.517	9.077	11.521
Provisão de férias	7.082	10.858	8.701	13.446
	13.784	**20.375**	**17.778**	**24.967**

(*) O saldo se refere à salários, participação no resultado de obras, às obrigações com impostos e contribuições como o IRRF s/folha de pagamento, FGTS e INSS a recolher.

20. Partes relacionadas. 20.1. Membros da Administração. A Administração da Companhia é composta por diretoria executiva e conselho de administração. Em meados do mês de dezembro de 2019 foi criado e instalado o Comitê de Auditoria e a eleição de membros independentes do Conselho de Administração. Não houve remuneração entre a Companhia e os membros do Conselho da Administração até o período findo em 31 de dezembro de 2019. A partir do ano-calendário de 2020 os membros independentes do conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal que é realizada através de pró-labore. Os membros do Comitê de Auditoria também fazem jus a uma remuneração mensal fixa. A Companhia manteve, até 11 de dezembro de 2019 contratos de prestação de serviços de consultoria, celebrados em setembro de 2015 e outubro de 2017, com a empresa Rcarmelo Assessoria e Treinamento, pessoa jurídica, cujo sócio diretor é membro do conselho de administração da Companhia. Em 11 de dezembro de 2019 esses contratos foram distratados, cessando assim a eficácia de todos os direitos e obrigações assumidos pelas partes desde a data de suas assinaturas. Os contratos tinham como objeto a prestação de serviços de consultoria, incluindo assessoria comercial, financeira e de desenvolvimento de novos negócios, para potencial aquisição de empresas, no segmento de serviços industriais, em território nacional. Na tabela a seguir encontra-se denominado como "terceiros - consultoria".

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Diretoria estatutária - Remuneração	2.124	2.273
Diretoria estatutária – Stock Options	2.829	-
Diretoria estatutária – Benefícios	116	110
Diretoria estatutária - Encargos	107	102
Membros do conselho de Administração	63	-
Membros do conselho de Administração – stock options	689	-
Membros do comitê de auditoria	76	-
Terceiros – Consultoria	-	154
	6.004	**2.639**

20.2. Saldos e transações com partes relacionadas

Controladora em 31 de dezembro de 2020	Ativo		Passivo	
Descrição	**Intercompany**	**Crédito pessoas ligadas**	**Intercompany**	**Débito pessoas ligadas**
Priner Locação	-	464	137	-
R & R	-	7	94	-
Smartcoat	-	47.062	-	-
Poliend	-	1		
Membros da Administração	-	-	-	-
	-	**47.534**	**231**	**-**
Circulante	-	501	231	-
Não circulante	-	47.033	-	-

Controladora em 31 de dezembro de 2019	Ativo		Passivo	
Descrição	**Intercompany**	**Crédito pessoas ligadas**	**Intercompany**	**Débito pessoas ligadas**
Priner Locação	-	619	2.849	-
R & R	-	-	342	-
Smartcoat	-	24.788	33	-
Membros da Administração	-	-	-	2.809
	-	**25.407**	**3.224**	**2.809**
Circulante	-	619	3.224	2.809
Não circulante	-	24.788	-	-

Consolidado em 31 de dezembro de 2020	Ativo		Passivo	
Descrição	**Intercompany**	**Crédito pessoas ligadas**	**Intercompany**	**Débito pessoas ligadas**
R & R	-	-	-	-
Membros da Administração	-	-	-	-
Total circulante	**-**	**-**	**-**	**-**

Consolidado em 31 de dezembro de 2019	Ativo		Passivo	
Descrição	**Intercompany**	**Crédito pessoas ligadas**	**Intercompany**	**Débito pessoas ligadas**
R & R	-	-	342	-
Membros da Administração	-	-	-	9.613
Total circulante	**-**	**-**	**342**	**9.613**

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado da controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Custo com locação (*)	Custo com material de consumo	Receita de vendas/serviços	Resultado financeiro
Priner Locação	(3.718)	-	-	(1)
R & R	-	(861)	-	-
Smartcoat	-	-	-	3.798
Membros da Administração	-	-	-	(2)
	(3.718)	**(861)**	**-**	**3.795**

(*) Líquido de impostos recuperáveis

21. Imposto de Renda e Contribuição Social. A composição da despesa de imposto de renda e da contribuição social está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.274)	(8.885)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**1.793**	**3.020**
Adições e exclusões permanentes	1.215	13
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.221	598
Crédito fiscal - custo de transações - debêntures	(31)	(855)
Ativo diferido não reconhecido para prejuízo fiscal acumulado	(2.060)	-
IRPJ e CSLL no resultado	**3.138**	**2.776**
Alíquota efetiva	(59%)	(31%)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.138	2.776
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	**3.138**	**2.776**

	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(11.142)	(5.825)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal	**3.788**	**1.981**
Adições e exclusões permanentes	983	(40)
Resultado de Equivalência Patrimonial	74	271
Crédito fiscal – custo de transação – Debêntures	(31)	(855)
Lucro presumido das controladas Priner Locação/R&R/Poliend	(353)	1.013
Ativo diferido reconhecido para prejuízo fiscal períodos anteriores	7.336	
Ativo diferido não reconhecido para prejuízo fiscal acumulado	(3.751)	(7.336)
Outros	-	(7)
IRPJ e CSLL no resultado	**(8.046)**	**(4.973)**
Alíquota efetiva	(72%)	85%
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(5.390)	(6.207)
Imposto de Renda e Contribuição social diferido	13.436	1.234
Imposto de Renda e Contribuição social corrente e diferido	**8.046**	**(4.973)**

O saldo a pagar de imposto de renda e contribuição social descriminado abaixo refere-se ao 4º trimestre de 2020, com vencimento em Janeiro de 2021 e referem-se as controladas Priner Locação, R&R e Poliend tributadas pelo Lucro Presumido.

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
IRPJ	-	-	1.027	1.195
CSLL	-	-	390	472
	-	**-**	**1.417**	**1.667**

22. Tributos a pagar..A composição de tributos a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
PIS e COFINS	1.212	1.069	1.435	1.233
ISS	702	952	885	1.097
ICMS	124	117	385	237
IOF	49	130	49	157
Impostos retidos	69	185	97	206
Outros	44	6	53	18
	2.200	**2.459**	**2.904**	**2.948**

23. Benefício a empregados. 23.1. Participação nos lucros a pagar. A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante a ser pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101 e com o estatuto social da Companhia. Tal cálculo se baseia no EVA (Economic Value Added) da Companhia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o resultado do EVA da Companhia foi negativo, não ensejando o reconhecimento de participação nos lucros a pagar. **23.2. Plano de opção de compra de ações.** A Assembleia Geral e administrados pelo Conselho de Administração, aprovaram quatro planos de opções de ações: O objetivo dos planos é permitir que os participantes, sujeito a determinadas condições, adquiram ações representativas do capital social da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Participantes; (c) motivar os Participantes a tomarem decisões visando sempre o desenvolvimento lucrativo dos negócios da Priner e, consequentemente, estimular o aumento patrimonial da Companhia, a longo prazo; (d) premiar os Participantes da Companhia proporcionalmente aos ganhos patrimoniais que a Priner venha a obter em decorrência de suas decisões, ajudando-os a se tornarem detentores de Ações Ordinárias; e (e) atrair e manter os Participantes a ela vinculados.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

CNPJ/MF nº 18.593.815/0001-97

Planos	Aprovação	Data Outorga	Data Aditivo	Data Final de Exercício	Ações em milhares: Ações Outorgadas	Ações Exercidas	Ações em Aberto
1º plano	Assembleia Geral em 01/12/2014	01/12/2014	15/12/2017	31/12/2019	4.622	-	-
2º plano	Assembleia Geral em 28/04/2016	28/04/2016	05/12/2016	31/12/2017	1.263	(1.263)	-
3º plano	Assembleia Geral em 15/12/2017	15/12/2017	-	31/12/2019	558	-	-
3º plano (remensurado)	Assembleia Geral em 08/07/2020	09/07/2020	-	31/12/2021	863.456	703.815	159.641

O 1º plano de ações, outorgado em 2014, definiu o montante máximo de 5% das ações ordinárias da Companhia, cujo preço unitário corresponde a R$ 0,5160, sem correção por qualquer índice. De acordo com o plano, o exercício das opções seria possível nos meses de maio dos anos de 2016, 2017 e 2018, embora as opções pudessem ser exercidas na primeira data de exercício, sendo esta uma decisão do beneficiário. Entretanto, em 05 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a postergação do prazo para o exercício parcial mínimo das opções pelos beneficiários, podendo os beneficiários exercê-las em períodos de exercícios subsequentes, a saber: 01 de maio de 2017 a 31 de maio de 2017 ou 01 de maio 2018 a 31 de maio de 2018. Em 15 de dezembro de 2017, a Companhia reformulou o Primeiro Plano, aprovado na AGE de mesma data, prorrogando o prazo final para o exercício de até 100% (cem por cento) das opções outorgadas aos participantes, podendo parte ou a totalidade das opções serem exercidas pelos beneficiários entre 01 de maio 2018 a 31 de maio de 2018 e de 01 de dezembro 2019 a 31 de dezembro de 2019 e o preço de opção foi repactuado da seguinte forma: (i) caso exercida até 31 de maio de 2018, será mantido o preço de opção correspondente a R$ 0,5160 por ação, sem correção por qualquer índice, (ii) caso exercidas após 31 de maio 2018, o preço de opção corresponderá a R$0,5160 por ação, corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE entre 31 de maio 2018 e a data do exercício. No 2º plano, outorgado em 2016, o preço unitário de exercício corresponde a R$ 0,01 sem qualquer correção por qualquer índice. O período do exercício nos termos do 2º plano, aprovado em 28 de abril 2016, que era de 01 de janeiro de 2019 até 30 de junho de 2019, foi alterado em 05 de dezembro de 2016 pelo Conselho de Administração, definindo 50% das opções para o período de 01 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 e o saldo remanescente de 50% para o período de 01 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro 2017. Em razão desta alteração, foi aprovada minuta do primeiro aditivo ao Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações Ordinárias. Em dezembro de 2016, foram exercidas 50% das opções, que correspondem a 631.303 (seiscentos e trinta e um mil, trezentos e três) ações ordinárias de emissão da Companhia e em dezembro de 2017, foram exercidas os 50% restante das opções, que correspondem a 631.304 (seiscentos e trinta e um mil, trezentos e quatro) ações ordinárias de emissão da Companhia. A Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2017 aprovou o documento intitulado "Terceiro Plano" de Outorga de Opções de Compra de Ações Ordinárias e a Reunião de Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2017 autorizou a celebração do Contrato de Outorga de Opções de Compra de Ações Ordinárias. O 3º plano, outorgado em 2017, definiu o montante de 558.462 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e duas) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, cujo preço unitário de exercício é de R$1,028, corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE a partir de 01/01/2017. O Outorgado poderá adquirir parte ou a totalidades das Ações Ordinárias entre 01 a 31 de dezembro de 2019, através do exercício, parcial ou total. As opções outorgadas no 1º e 3º planos de opções não foram exercidas. Os referidos planos foram substituídos por um 3º plano (remensurado) em 2020, com características substanciais similares aos planos 1º e 3º não exercidos por nenhum dos contemplados. A Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia realizada em 08 de julho de 2020 aprovou o "3º plano (remensurado)" plano de Outorga de Opções de Compra de Ações Ordinárias e, a Reunião de Conselho de Administração, realizada em 09 de julho de 2020, aprovou a outorga das opções de ações. O 3º plano (remensurado) é administrado pelo Conselho de Administração, ou, por opção deste último, por um comitê, com poderes, respeitando os termos do plano, para a outorga de opções, organização e administração geral do plano. Foi definido e aprovado o montante de 863.456 (oitocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e seis) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, cujo preço unitário de exercício é R$ 3,096, corrigido pela variação do IPCA divulgado pelo IBGE entre 31/05/2018 e a data do exercício. O outorgado poderá adquirir parte ou a totalidade das ações ordinárias entre 17 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2021, através do exercício parcial ou total. Em agosto de 2020, foram exercidas 684.549 opções (seiscentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia e em setembro de 2020 foram exercidas 19.266 (dezenove mil, duzentos e sessenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia. Para determinação do valor justo de opções concedidas foi contratada consultoria independente e utilizou-se a metodologia Black, Scholes & Merton (BSM). Para a aplicação dessa metodologia foram consideradas as seguintes premissas:

1º plano – 2014

Cálculo de BSM - Opção de compra

Lote	Na data da Outorga 1º	2º	3º	Na data do Aditivo Antes	Depois
Valor da ação	0,562	0,562	0,562	1,056	1,056
Preço de exercício	0,516	0,516	0,516	0,516	0,549
Taxa livre de risco	13,03%	12,86%	12,71%	6,74%	9,33%
Volatilidade anual	34,20%	34,20%	34,20%	24,04%	24,04%
Tempo de exercício	1,5	2,5	3,5	0,46	2,04
Taxa de dividendos	3,98%	3,98%	3,98%	4,04%	4,04%
R$ por opção	0,14	0,17	0,19	0,54	0,52
Quantidade de opções	1.525.351	1.525.351	1.571.576	4.622.278	4.622.278
Montante - R$	213.549	259.310	298.599	2.481.275	2.406.216
Montante total - R$	771.458	-	-	-	-
Valor justo médio R$/opção	0,17	-	-	-	-
Vida das opções em anos	0,42	1,42	2,42	-	-

2º plano – 2016. Cálculo de BSM - Opção de compra

Lote	Na data da Outorga 1º	2º
Valor da ação	1,180	1,180
Preço de exercício	0,010	0,010
Taxa livre de risco	13,63%	12,04%
Volatilidade annual	26,74%	26,74%
Tempo de exercício	0,06	1,06
Taxa de dividendos	2,72%	2,72%
R$ por opção	1,1600	1,1300
Quantidade de opções	631.303	631.304
Montante - R$	732.311	713.374
Montante total - R$	732.311	713.374
Valor justo médio R$/opção	1,16	1,13
Vida das opções em anos	1	1

3º plano – 2017

Cálculo de BSM - opção de compra

Lote	Na data da Outorga 1º
Valor da ação	1,056
Preço do exercício	1,143
Taxa livre de risco	9,33%
Volatilidade anual	24,04%
Tempo de exercício	2,04
Taxa de dividendos	4,04%
R$ por opção	0,145
Quantidade de opções	558.462
Montante - R$	81.222

3º plano (remensurado) – 2020

Cálculo de BSM - opção de compra

Lote	Na data da Outorga 1º
Preço da ação na data base	11,03
Preço do exercício na data do exercício	3,326
Taxa de juros livre de risco	0,02%
Volatilidade anual do retorno da ação	0,27%
Vida da opção da outorga até o exercício	0,11
Taxa de dividendos	-
R$ por opção	7,711
Quantidade de opções	863.456
Montante - R$	6.658.714

A tabela a seguir apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos no resultado:

	31/12/2020	31/12/2019
1º plano:		
Reserva de Capital	-	771
Número de opções a exercer (milhares)	-	4.622
Número de ações exercidas (milhares)	-	-
Número de ações não exercidas (milhares)	4.622	-
2º plano:		
Reserva de Capital	1.446	1.446
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de ações exercidas (milhares)	632	632
3º plano:		
Reserva de Capital	-	81
Número de opções a exercer (milhares)	-	558
Número de ações exercidas (milhares)	-	-
Número de ações não exercidas (milhares)	558	-
Novo plano - 2020:		
Reserva de Capital	6.659	-
Número de opções a exercer (milhares)	149.641	-
Número de ações exercidas (milhares)	713.815	-
Total registrado como patrimônio acumulado	**8.104**	**2.298**
Efeito no resultado acumulado do período	**5.806**	**-**

24. Contas a pagar por aquisição societária. Representa a obrigação pela compra de 75% das ações da Smartcoat e 100% da Poliend.

	Controladora e Consolidado 31/12/2020	31/12/2019
Smartcoat Serviços em Revestimentos S. A	2.623	8.595
Poliend Soldagem Treinamento e Inspeções	1.950	
(-) Ajuste a valor presente	-	(731)
Total	4.573	7.864
Circulante	1.097	7.864
Não circulante	3.476	-

As parcelas a vencer referente a aquisição da Smartcoat são remuneradas pela taxa de 95% do CDI com vencimento final em julho de 2020. A Companhia ajuizou ação contra os acionistas minoritários da investida e obteve autorização para depositar em juízo o valor devido na data de vencimento (vide nota explicativa nº 9). As parcelas a vencer referente a aquisição da Poliend são remuneradas pela taxa de 100% do CDI com vencimento em outubro/2021 e outubro/2022.

25. Provisões. A composição da rubrica de provisões refere-se aos seguintes títulos:

	Controladora 31/12/2020	31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	31/12/2019
Desmobilização de contratos **(*)**	3.613	6.546	3.909	6.700
Honorários advocatícios	-	296	123	529
Royalties – Darchem (Controlada R&R)	-	-	223	-
Total Circulante	**3.613**	**6.842**	**4.255**	**7.229**

(*) Desmobilização de contratos refere-se ao processo de redução do efetivo em virtude da diminuição e/ou término da demanda. A provisão dos custos com verbas rescisórias leva em consideração o prazo do fim do contrato.

26. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios:

Estimativa de perda	31 de dezembro de 2020 (consolidado) Controladora	Priner Locação	Smartcoat	Smartcoat (*)	Posição
Prováveis	1.677	65	1.182	1.169	4.093
Possíveis	4.087	15	4.399	-	8.501
Estimativa de perda	**31 de dezembro de 2019 (consolidado) Controladora**	**Priner Locação**	**Smartcoat**	**Smartcoat (*)**	**Posição**
Prováveis	2.520	-	831	1.907	5.258
Possíveis	3.424	140	5.843	-	9.407

(*) Combinação de negócios – passivos contingentes. Os passivos contingentes prováveis estão totalmente provisionados conforme detalhado a seguir: A operação da Companhia representava uma unidade de negócio (serviços industriais) da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. e, por força do contrato de compra e venda celebrado entre as partes, foi acordado que: (i) a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia é a responsável por todos os processos trabalhistas relativos ao período de atuação até maio de 2013, inclusive (ii) a Priner é responsável pelos processos à partir de junho de 2013 e, (iii) em caso de atuação em ambas as empresas, é necessário efetuar rateio das obrigações das partes, apurando-se os valores proporcionais a cada período. A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, constitui provisão para riscos com processos trabalhistas, considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo na controladora é de R$ 1.677 (R$ 2.520 em 2019). Adicionalmente a Companhia tem ações de natureza trabalhista, no montante de R$ 4.087 (R$ 3.424 em 2019), envolvendo riscos classificados pela Administração como de perdas possíveis, para os quais não há provisão constituída. A maioria das ações são reclamações trabalhistas por indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, acúmulo de função, restabelecimento do plano de saúde e alimentação, adicional de insalubridade, pedido de horas extras, equiparação salarial, seus reflexos e respectivos encargos, além de 6 autos de infração lavrados pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e uma ação coletiva movida pelo Sindicato dos Trabalhadores. Com o advento da aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat e com a elaboração do laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 - Combinação de negócios, foram identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra, determinados passivos contingentes de natureza trabalhista e substancialmente em relação ao PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador, que somam o valor justo de R$ 1.169 (R$ 1.907 em 2019). A investida Smartcoat possui ação de natureza cível considerada como provável de perda, para a qual foi constituída provisão no montante de R$ 65 (R$ 62 em 2019). Trata-se de uma ação anulatória de títulos de créditos. O saldo restante na investida Smartcoat de R$ 1.117 refere-se a ações de natureza trabalhista.

27. Patrimônio líquido. 27.1. Capital Social. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é representado pelo valor de R$ 249.652 (R$ 73.367 em 2019) dividido em 38.758.616 (trinta e oito milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e dezesseis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto na Assembleia Geral. As alterações societárias ocorridas estão demonstradas abaixo:

	Valor
Saldo em 01 de janeiro de 2020	**73.367**
Emissão pública de ações **(i)**	173.913
Gastos com emissão de ações **(ii)**	(16.506)
Emissão privada no âmbito do Plano de Opção de Compra de ações **(iii)**	2.372
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**233.146**

(i) Em 13 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração deliberou e aprovou o aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$173.913 com a emissão de 17.391.304 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal com preço de R$ 10,00 no âmbito de oferta pública no mercado de ações; **(ii)** Os gastos com emissão de ações referem-se a custos de transação tais como: gastos com elaboração de prospectos e relatórios; serviços profissionais de terceiros (advogados, auditores, consultores, profissionais de bancos de investimentos); taxas e comissões; custos com registros; gastos com publicidades e etc; **(iii)** Conforme nota explicativa nº 23.2, a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia realizada em 08 de julho de 2020 aprovou a remensuração do 3º plano de Outorga de Opções de Compra de Ações Ordinárias e, a Reunião de Conselho de Administração, realizada em 09 de julho de 2020, aprovou a outorga das opções de ações. Foram subscritas 713.815 novas ações, no montante total de R$ 2.372, aprovadas pelo Conselho de Administração. O saldo de ações a exercer com vencimento até 31 de dezembro de 2021 é de 149.641. A composição acionária do capital social está representada conforme a seguir:

Acionistas	31/12/2020 Quantidade de Ações	%
Leblon Equities Partners V Fundo de Investimentos em Participações	14.578.858	37,61
Tobias Cepelowicz	3.174.603	8,19
Sul América Investimentos DTVM - subscrição pública	2.251.600	5,81
Outros	18.753.555	48,39
	38.758.616	**100,00**

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 27.000.000 (vinte e sete milhões) ações, por deliberação do conselho de administração, independentemente de reforma estatutária. A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços. **27.2. Reserva de capital.** O saldo em 31 de dezembro de 2020 de R$ 8.104 (R$ 2.298 em 2019) refere-se à reserva referente ao plano de opção para empregados citada na nota explicativa nº 23.2. **27.3. Reservas de lucros.** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, conforme previsto na legislação e no Estatuto Social da Companhia, limitada a 20% do capital social. De acordo com o artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, a parcela remanescente de 100% do lucro líquido, após a absorção dos prejuízos acumulados, à constituição da reserva legal, e à distribuição de dividendos, é destinada à reserva de investimento/expansão que não excederá 80% (oitenta por cento) do capital social. Em 2019 o saldo constituído em anos anteriores da reserva legal e de expansão/investimento foram absorvidos pelo prejuízo do exercício. Não houve constituição de reserva no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **27.4. Dividendos e juros capital próprio - JCP.** Conforme o Estatuto, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após destinação da reserva legal. Para satisfação do dividendo mínimo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos, os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social deverão ser computados por seu valor líquido do imposto de renda retido na fonte. Os mesmos serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório. Cabe destacar que o acionista controlador, Leblon Equities Partners V Fundo de Investimento em Participações, está isento do IRRF - Imposto de renda retido na fonte (15%) sobre os juros de capital próprio. Os juros creditados aos acionistas, calculados nos termos da Lei 9.249/95, são registrados a débito de lucros acumulados e a crédito do passivo circulante. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2019, no montante de R$ 1.808 referente a JCP do exercício de 2017 e Dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2018 foram quitados no 1º trimestre de 2020. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve destinação a título de dividendos obrigatórios e juros sobre capital próprio. **27.5. Transações com não controladores. 27.5.1. Aquisição de participação adicional em controlada – R&R Industria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda.** Em 29 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu participação adicional de 49% das ações da controlada R&R pela contraprestação de R$ 3.312 e passou a deter 100% do capital da referida investida. O valor contábil da participação não controladora na data de aquisição era de R$ 1.356. O Grupo baixou a participação de não controladores de R$ 1.356, registrando uma redução no patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora de R$ 1.956. Adicionalmente, o Grupo exerceu a opção de compra referente a participação dos 49% das ações da referida controlada, registrando uma redução no patrimônio líquido de R$ 12.218. Os efeitos da mudança de participação na R&R no patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia durante o exercício, decorrente dos efeitos descritos acima, estão resumidos a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Valor contábil da participação não controladora adquirida	1.356	-
Contraprestação paga pela participação não controladora	(3.312)	-
Subtotal	**(1.956)**	**-**
Opção de compra exercida	(12.218)	-
Ágio implícito na aquisição de participação não controladora no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	**(14.174)**	**-**

27.5.2. Aquisição de participação adicional em controlada – Smartcoat Serviços em Revestimentos S.A. Em 20 de agosto de 2020, a Companhia adquiriu participação adicional de 8,33% das ações da controlada Smartcoat pela contraprestação de R$ 0,1 (cem reais) e passou a deter 83,33% do capital da referida investida. O valor contábil da participação não controladora na data de aquisição era de R$ (1.190). O Grupo baixou a participação de não controladores de R$ 1.190, registrando uma redução no patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora de R$ 1.190. Os efeitos da mudança de participação na Smartcoat no patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia durante o exercício, decorrente dos efeitos descritos acima, estão resumidos a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Valor contábil da participação não controladora adquirida	(1.190)	-
Contraprestação paga pela participação não controladora	-	-
Subtotal	**(1.190)**	**-**
Opção de compra exercida	-	-
Ágio implícito na aquisição de participação não controladora no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	**(1.190)**	**-**

27.5.3. Efeito líquido das transações com acionistas no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores

	31/12/2020
Mudança no patrimônio líquido atribuível aos controladores	-
Aquisição de participação adicional na controladora R&R	(10.921)
Aquisição de participação adicional na controladora Smartcoat	**(1.169)**
Efeito líquido no patrimônio líquido aos acionistas controladores	**(12.090)**

28. Receita líquida. A composição do saldo da receita líquida está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2020	31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	31/12/2019
Receita Bruta				
Locação e cessão	3.976	12.030	44.843	62.713
Locação para o exterior (¹)	-	-	994	33
Vendas	7.006	6.880	17.401	12.776
Serviços	172.363	244.414	202.498	311.783
Serviços para o exterior (¹)	2.688	482	2.688	482
Indenizações, recuperação de despesas e sucatas	26	110	379	366
	186.059	**263.916**	**268.803**	**388.153**
Dedução de receita				
Impostos sobre vendas e serviços	(15.125)	(24.079)	(20.493)	(31.308)
Cancelamentos, descontos e devoluções de vendas	(4.028)	(2.475)	(6.097)	(8.233)
	(19.153)	**(26.554)**	**(26.590)**	**(39.541)**
	166.906	**237.362**	**242.213**	**348.612**

(*) Faturas emitidas para o exterior com a prestação de serviços e locação de equipamentos executadas em território nacional.

29. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados. Referem-se principalmente à salários, benefícios e encargos sociais e previdenciários, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o imobilizado da Companhia é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transportes de equipamentos entre filiais e eventualmente para os clientes, as despesas de depreciação dos equipamentos de locação e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos. A seguir, demonstramos a composição dos custos:

	Controladora 31/12/2020	31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(124.362)	(165.200)	(148.383)	(213.749)
Consumo/ manutenção e reparo	(19.647)	(18.196)	(26.516)	(35.701)
Depreciação e amortização	(1.127)	(864)	(18.103)	(16.419)
Aluguel	(9.296)	(10.581)	(10.056)	(7.723)
Viagens e representações	(3.932)	(3.629)	(4.113)	(4.256)
Fretes	(1.223)	(1.825)	(3.963)	(4.230)
Terceiros	(2.063)	(2.525)	(3.827)	(4.544)
Custo de mercadoria vendida	(3.013)	(3.419)	(3.455)	(3.922)
Mobilização e Desmobilização	6.072	(5.363)	6.095	(6.419)
Perdas em contratos	(959)	-	(959)	-
Baixa de ativos/ajuste de inventário	(3)	(42)	(864)	(229)
Taxas s/propriedade (água, luz, IPVA e outros)	(53)	(45)	(419)	(110)
Treinamento	(201)	(327)	(269)	(426)
Provisão terceiros - Darchem (R&R)	-	-	(223)	-
Comunicação	(183)	(192)	(184)	(195)
Seguro	(31)	(32)	(159)	(231)
Taxas e contribuições	(115)	(79)	(120)	(82)
Multa contratual	(43)	(894)	(43)	(894)
Festividades e comunicação interna	(40)	(37)	(40)	(42)
Propaganda e Publicidade	(36)	(74)	(36)	(75)
Indenização	(20)	(1.150)	(20)	(1.150)
Legalizações/certidões/cartórios	(8)	(3)	(9)	(4)
Recuperação de créditos previdenciários	464	-	407	-
Reversão de honorários de êxito	84	661	195	816
	(159.735)	**(213.816)**	**(215.064)**	**(299.585)**

30. Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas referem-se a gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenharia da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicações, a depreciação dos bens de uso próprio, bem como as despesas das áreas administrativas. A seguir demonstramos a composição das outras receitas/despesas gerais e administrativas:

	Controladora 31/12/2020	31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(15.365)	(17.401)	(22.240)	(25.899)
Terceiros	(4.718)	(4.385)	(7.198)	(6.971)
Plano de ações	(5.806)	-	(5.806)	-
Depreciação e amortização	(1.123)	(1.139)	(3.540)	(3.285)
Consumo/ manutenção e reparo	(670)	(479)	(1.492)	(1.309)
Viagens e representações	(783)	(1.111)	(1.118)	(1.378)
Taxas s/propriedade (água, luz, IPVA e outros)	(311)	(344)	(895)	(1.270)
Aluguel	(395)	(627)	(683)	(908)
Taxas e contribuições	(312)	(199)	(532)	(377)
Legalizações/certidões/Cartórios	(308)	(161)	(454)	(257)
Comunicação	(169)	(183)	(345)	(411)
Propaganda e publicidade	(171)	(185)	(290)	(297)
Seguro	(179)	(178)	(243)	(224)
Infrações fiscais/trabalhistas	(237)	(204)	(237)	(204)
Treinamento	(124)	(91)	(142)	(114)
Fretes	(21)	(2)	(83)	(28)
Festividades e comunicação interna	(3)	(29)	(7)	(61)
Baixa de ativos/ajuste de inventário	-	15	-	(14)
	Controladora 31/12/2020	**31/12/2019**	**Consolidado 31/12/2020**	**31/12/2019**
Ajuste a valor justo – opções de compra e venda das investidas R&R e Smartcoat	7.760	420	7.760	420
Reversão/Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.946	1.550	3.807	1.798
Perda – fraude cibernética	-	(830)	-	(830)
Reversão/Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	843	(902)	1.165	(465)
Ajuste de preço de aquisição em investimentos	650	-	650	-
Outras despesas operacionais/Recuperação de despesa	(111)	205	(75)	20
	(17.607)	**(26.260)**	**(31.998)**	**(42.064)**

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

CNPJ/MF nº 18.593.815/0001-97

31. Resultado financeiro. Demonstramos a seguir a composição do resultado financeiro da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Receitas de aplicação financeira	2.237	574	2.435	674
Variação cambial e monetária ativa	1.622	2.121	1.882	2.915
Receitas de juros por recebimentos de faturas em atraso	184	278	502	434
Descontos obtidos	38	22	81	45
Juros s/ operação de mútuo	3.798	1.712	-	27
Outras	-	370	-	370
	7.879	**5.077**	**4.900**	**4.465**
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	(4.554)	(4.382)	(4.554)	(4.382)
Ajuste a valor presente	(731)	-	(731)	-
Encargos arrendamento a pagar	(169)	(168)	(726)	(711)
Resultado de Swap	(1.011)	(1.009)	(670)	(1.085)
Custos de transação – debêntures	(667)	(528)	(667)	(528)
Juros e multas s/títulos em atraso	(504)	(528)	(602)	(1.085)
Encargos duplicatas descontadas	(221)	(1.363)	(590)	(3.242)
Despesas bancárias	(468)	(247)	(589)	(388)
IOF	(34)	(313)	(586)	(722)
Variação cambial e monetária passiva	(226)	(442)	(574)	(715)
Juros de empréstimos	(167)	(2.841)	(538)	(3.772)
Pis e COFINS s/ receita financeira	(300)	(215)	(316)	(263)
Descontos concedidos	(194)	-	(199)	(2)
Juros s/ operação de mútuo	(3)	(869)	(41)	(1.035)
Outras despesas financeiras	-	(100)	(27)	(120)
	(9.249)	**(13.005)**	**(11.410)**	**(18.050)**
	(1.370)	**(7.928)**	**(6.510)**	**(13.585)**

32. Lucro por ação. a) Básico. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o resultado.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(2.136)	(6.109)
Quantidade média ponderada de ações no final do exercício (em milhares)	36.889	20.168
Prejuízo básico por ação por lote de mil ações – R$	**(57,92)**	**(302,90)**

b) Diluído. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado com base no lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, e na quantidade média ponderada ajustada de ações, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(2.136)	(6.109)
Quantidade média ponderada de ações no final do exercício (em milhares)	36.889	20.168
Ajuste de opções de compra de ações (milhares)	150	864
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (em milhares)	37.039	21.032
Prejuízo diluído por ação por lote de mil ações – R$	**(57,68)**	**(290,46)**

33. Resultado por segmento de negócio. As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22 - informações por segmento (IFRS 8). A Companhia presta diversos serviços para a indústria, a saber: acesso (andaimes tradicionais, andaimes suspensos e escaladores), tratamento de superfícies e pintura industrial e isolamento térmico, acústico e corta-fogo. Além da prestação de serviços, a Companhia providencia locação de equipamentos de acesso e habitáculos pressurizados. Os segmentos reportáveis da Companhia são os seguintes: serviços, locação e fabricação de isolamento removível. Eles possuem características completamente distintas, conforme descrito a seguir: **Segmento de negócio: prestação de serviços.** A atividade de prestação de serviços é intensa na utilização de mão de obra, sendo esse seu principal componente de custo. Os serviços prestados compreendem disciplinas de acesso, tratamento de superfície e pintura industrial, fabricação/instalação de isolamento térmico, acústico e corta-fogo, prestação de serviços de inspeção e controle de qualidade por meio de técnicas de ensaios não destrutivos (END). As atividades de acesso demandam andaimes em alumínio ou aço galvanizado, equipes de alpinistas e sistemas suspensos por cabos. Ao passo que pintura e tratamento de superfície requerem maquinários pesados capazes de projetar água em ultra alta pressão, equipamentos de jato, vastas soluções pneumáticas e sistemas robóticos. Da mesma forma, as atividades de isolamento na PRINER têm intensivo uso de mecanização e a maioria das nossas inspeções depende de equipamentos de alta tecnologia. A Companhia atende aos principais segmentos industriais do Brasil, fornecendo soluções práticas e econômicas para nossos clientes. Nossa qualidade de serviços é acreditada por diversos órgãos internacionais como a Bureau Veritas (sistema ISO 9001), SSPC e NACE. Temos forte expertise em mobilizar e treinar equipes com rapidez e qualidade em todo o território brasileiro, o qual é um diferencial competitivo valorizado por nossos clientes. **Segmento de negócio: locação de equipamentos.** A atividade de locação de equipamentos é intensa na aplicação de capital. A Companhia atende a diversos segmentos industriais, através da locação de equipamentos de acesso, fornecimento de habitáculos pressurizados e bombas de UHP (Ultra High Pressure). As atividades de logística, manutenção e pesquisa e desenvolvimento de novos equipamentos exige conhecimentos técnicos específicos, a fim de oferecermos opções atualizadas para nossos clientes. **Segmento de negócio: fabricação de isolamento removível.** A atividade de fabricação de isolamento removível pode ser dividida em 3 fases: **1)** Delineamento das dimensões dos equipamentos e tubulações do cliente; **2)** Projeto e quantificação de material e **3)** Fabricação. A empresa atende fabricantes de equipamentos diversos (aviação, linha amarela, bombas de ultra alta pressão) assim como pequenas e grandes plantas industriais ou geradoras de energia. A fase de delineamento requer pessoal treinado e contínua comunicação com a equipe de projeto, fase 2. Essas duas fases resultam na produção de desenhos e quantitativos a qual culmina no pedido de material e ajuste nas máquinas de corte. A fase de fabricação é um processo industrial onde equipamentos realizam corte de isolantes e tecido, desenham a identificação das peças. Um grupo de funcionários trabalha na costura e acabamento das peças. A montagem dos isolamentos removíveis é sempre feita pelo cliente no seu próprio ambiente fabril. É um segmento intenso na compra de material semi industrializado e em pessoal, seja de desenho ou de fabricação. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou prejuízo bruto e operacional, além de outros indicadores econômicos e financeiros e indicadores operacionais específicos para cada um dos segmentos. A tabela a seguir demonstra os principais indicadores utilizados:

Descrição	Prestação de Serviços	Locação	Fabricação de isolamento removível	Consolidado
Receita per capita	Sim	Não	Sim	Sim
Custos dos produtos/serviços vendidos per capita	Sim	Não	Sim	Sim
Lucro Bruto e Margem Bruta	Sim	Sim	Sim	Sim
Lucro Operacional e Margem Operacional	Sim	Sim	Sim	Sim
Lucro Líquido e Margem Líquida	Sim	Sim	Sim	Sim
EBITDA e Margem EBITDA	Sim	Sim	Sim	Sim
ROIC - Retorno sobre o Capital Investido	Sim	Sim	Sim	Sim
ROE - Resultado sobre o Patrimônio Líquido	Sim	Sim	Sim	Sim
Dívida Líquida/EBITDA 12 meses	Não	Não	Não	Sim

A seguir demonstramos as informações do ativo e resultado por segmento de negócio: Ativo por segmento de negócio – Consolidado

	Locação		Serviços		Fabricação de isolamento removível		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	7.918	18.337	43.699	15.820	418	-	52.035	34.157
Títulos e Valores Mobiliários	8	2.530	57.330	1.086	456	-	57.794	3.616
Depósitos bancários vinculados	-	-	593	6.755	-	-	593	6.755
Contas a receber	9.832	7.905	52.833	44.702	413	-	63.078	52.607
Tributos a recuperar	12	7	22.347	25.015	429	-	22.788	25.022
Outros ativos	69	211	7.840	5.494	650	-	8.559	5.705
	17.839	**28.990**	**184.642**	**98.872**	**2.366**	**-**	**204.847**	**127.862**
Outros ativos não circulantes	55	52	46.293	30.047	62	-	46.410	30.099
Custo de aquisição	116.376	108.483	77.268	67.142	2.882	-	196.526	175.625
(-) Depreciação acumulada	(76.692)	(66.213)	(34.026)	(27.832)	(435)	-	(111.153)	(94.045)
Imobilizado e intangível	**39.684**	**42.270**	**43.242**	**39.310**	**2.447**	**-**	**85.373**	**81.580**
	57.578	**71.312**	**274.177**	**168.229**	**4.875**	**-**	**336.630**	**239.541**

Demonstração do resultado por segmento de negócio – Consolidado – Acumulado

	Locação		Serviços		Fabricação de isolamento removível		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita Líquida	**44.853**	**59.427**	**193.850**	**289.185**	**3.510**	**-**	**242.213**	**348.612**
Custo dos serviços prestados	(25.336)	(25.050)	(189.545)	(274.535)	(183)	-	**(215.064)**	**(299.585)**
Lucro Bruto	**19.517**	**34.377**	**4.305**	**14.650**	**3.327**	**-**	**27.149**	**49.027**
Despesas Operacionais								
Gerais e Administrativas	(4.696)	(6.316)	(25.438)	(35.748)	(1.864)	-	**(31.998)**	**(42.064)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	217	797	-	-	**217**	**797**
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do resultado financeiro	**14.821**	**28.061**	**(20.916)**	**(20.301)**	**1.463**	**-**	**(4.632)**	**7.760**
Receitas Financeiras	442	695	4.439	3.770	19	-	**4.900**	**4.465**
Despesas Financeiras	(554)	(1.111)	(10.831)	(16.939)	(25)	-	**(11.410)**	**(18.050)**
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**14.709**	**27.645**	**(27.308)**	**(33.470)**	**1.457**	**-**	**(11.142)**	**(5.825)**
Correntes	(5.053)	(6.207)	(130)	-	(207)	-	**(5.390)**	**(6.207)**
Diferidos	-	-	13.436	1.234	-	-	**13.436**	**1.234**
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**9.656**	**21.438**	**(14.002)**	**(32.236)**	**1.250**	**-**	**(3.096)**	**(10.798)**

Informações sobre os principais clientes. A representatividade individual dos clientes que tiveram participação superior a 10% do faturamento consolidado está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
1º maior cliente em 31/12/2020	14,26%	12,94%
2º maior cliente em 31/12/2020	11,43%	22.40%

34. Instrumentos financeiros. 34.1. Categoria de instrumentos financeiros. A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Nível	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros mensurados ao valor justo:					
Caixa e equivalentes de caixa **(a)**	1	42.198	13.517	47.445	34.157
Títulos e Valores mobiliários **(a)**	1	57.330	1.086	87.133	3.616
Depósitos bancários vinculados **(a)**	1	593	6.755	863	6.755
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:					
Contas a receber de clientes e de partes relacionadas **(b)**	-	44.985	37.330	63.078	52.607
Mútuos com partes relacionadas **(b)**	1	47.033	24.788	-	-
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado:					
Empréstimos e financiamentos **(b)**	-	272	6.545	2.078	12.080
Debêntures **(b)**	-	54.032	65.731	54.032	65.731
Contas a pagar por aquisição societária **(b)**	-	4.573	7.864	4.573	7.864
Contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas **(b)**	-	7.469	8.453	11.478	9.761
Mútuos com partes relacionadas **(b)**	1	-	2.809	-	9.613
Instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo					
Ativos financeiros derivativos **(c)**	2	-	4.455	-	4.455
Ativos/Passivos financeiros derivativo – Swap **(d)**	2	-	414	-	132
Passivos financeiros derivativos **(c)**	2	-	(69)	-	(69)

34.2. Valor justo dos instrumentos financeiros. Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2** - informações, exceto os preços cotados incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); • **Nível 3** – informações, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado. A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	Controladora				Consolidado				
	31/12/2020	Valor Justo	31/12/2019	Valor Justo	31/12/2020	Valor Justo	31/12/2019	Valor Justo	Nível
Ativos (Passivos) financeiros derivativos - Swap	-	-	414	414	-	-	132	132	2
Ativos financeiros derivativos	-	-	4.455	4.455	-	-	4.455	4.455	2
Passivos financeiros derivativos	-	-	(69)	(69)	-	-	(69)	(69)	2
	-	**-**	**4.800**	**4.800**	**-**	**-**	**4.518**	**4.518**	

(a) Valor justo do caixa, equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados. Equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos. **(b) Instrumentos financeiros ao custo amortizado.** Custo amortizado de ativo ou passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, quaisquer alterações na amortização ou juros e perdas no valor recuperável. **(c) Derivativos embutidos.** Todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos a serem realizados são avaliados pela tesouraria e diretoria financeira, antes das assinaturas, para estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram identificados derivativos embutidos nos contratos firmados pela Companhia. Na aquisição de 51% da empresa R&R Indústria, Comércio, e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda., existem opções de compra e de venda das quotas remanescentes (49%), devidamente registrados no ativo e passivo não circulantes, respectivamente. Em setembro de 2020, as opções de compra e venda foram exercidas conforme mencionado na nota explicativa 27.5.1. Na aquisição de 75% da empresa Smartcoat Serviços em Revestimentos S.A, existem opções de compra e de venda das quotas remanescentes (25%), devidamente registrados no ativo e passivo não circulantes, respectivamente. Em agosto de 2020, as opções de compra e venda foram exercidas parcialmente conforme mencionado na nota explicativa 27.5.2. Não foram identificados novos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **(d) Instrumento financeiro derivativo - SWAP.** Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a Companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado. A Companhia acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam seu resultado operacional, visto que, a Companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela tesouraria e diretoria financeira, que avaliam as possíveis exposições a riscos cambiais e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar os riscos em questão. Com base neste objetivo, a Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps, com instituições financeiras de primeira linha. As operações de swaps são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações, a Companhia minimiza o risco cambial igualando o valor do compromisso e o período de exposição. E com o objetivo de reduzir suas despesas financeiras, tendo em vista as previsões de queda do CDI, a Companhia contratou uma outra modalidade de derivativo para troca de taxas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía saldo de derivativo (Swap) para proteção contra variação cambial, substituindo custos de financiamentos em dólar. O monitoramento dos compromissos assumidos com derivativos permite acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa e resultados, bem como garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor das posições é disponibilizado diariamente para acompanhamento gerencial. **34.3. Análise de sensibilidade.** Segue quadro com análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, o qual demonstra os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas investidas, com cenário mais provável (cenário I) e cenários de stress. Essa análise demonstra os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando horizonte de um ano, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações contábeis individuais e consolidadas contendo tal análise.

		Controladora			Consolidado		
		Mensuração dos riscos			Mensuração dos riscos		
	Indexador	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Instrumentos Financeiros							
Aplicações Financeiras	CDI	1.846	2.307	2.769	2.025	2.532	3.038
Empréstimos	CDI	(5)	(7)	(8)	(5)	(7)	(8)
Debêntures	CDI	(1.111)	(1.389)	(1.667)	(1.111)	(1.389)	(1.667)
Contas a pagar por aquisição societária	CDI	(174)	(217)	(261)	(174)	(217)	(261)
Total		**556**	**694**	**833**	**735**	**919**	**1.102**

A análise de sensibilidade apresentada simula alterações na variável chave "CDI" (risco analisado), mantendo constante as demais variáveis, associadas a outros riscos. Conforme demonstrado a seguir, os cenários II e III consideram aumentos de 25% e 50% na variável chave (CDI), respectivamente.

	31 de dezembro de 2020		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aumento na variável chave em comparação ao cenário I		25%	50%
CDI (variável chave)	2,00%	2,50%	3,00%

Com relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 2,00%, considerando taxa média anual prevista pelo relatório de projeções macroeconômicas do Banco Santander de 09 de fevereiro de 2021. **34.4. Risco de liquidez.** Risco de liquidez é a mensuração das dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros, os quais deverão ser liquidados com pagamentos à vista e/ou com outros ativos financeiros. A abordagem da Administração na administração de liquidez é de garantir, no máximo grau possível, que a Companhia possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nas datas dos vencimentos, em condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Tesouraria e a Diretoria financeira monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, a fim de assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas, conforme plano estratégico da Companhia. Além disso, na medida das necessidades e disponibilidade de crédito ofertados pelo mercado financeiro, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que operam no Brasil. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um total de R$ 612 de limite de cheque especial aprovados, nos bancos Bradesco, Fibra e Itaú, sendo R$ 200 na Priner Serviços, R$ 300 na Smartcoat R$ 112 na Poliend. A tabela a seguir analisa os principais ativos e passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

	Controladora				
	Até um mês	Mais que um mês e menos de três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco Anos
Saldos em 31 de dezembro de 2020					
Outros créditos a receber – partes relacionadas	40	461	-	47.033	-
Empréstimos e financiamentos bancários	(91)	(183)	-	-	-
Debêntures	(2.098)	(4.266)	(19.496)	(26.449)	(7.690)
Contas a pagar por aquisição societária	-	-	(1.009)	(3.911)	-
Fornecedores e partes relacionadas	(6.022)	(1.448)	-	-	-
Total por período	**(8.171)**	**(5.436)**	**(20.505)**	**16.673**	**(7.690)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019					
Outros créditos a receber – partes relacionadas	589	30	-	24.788	-
Empréstimos e financiamentos bancários	(392)	(886)	(3.334)	(2.003)	-
Instrumentos financeiros (swap)	138	280	-	-	-
Debêntures	(8)	(17)	(12.680)	(28.263)	(40.123)
Contas a pagar por aquisição societária	(4.343)	(400)	(4.064)	-	-
Fornecedores e partes relacionadas	(5.885)	(2.023)	(545)	-	-
Operação de risco sacado	(767)	(1.243)	-	-	-
Mútuo a pagar – partes relacionadas	-	(1.257)	(1.611)	-	-
Total por período	**(10.668)**	**(5.516)**	**(22.234)**	**(5.478)**	**(40.123)**

	Consolidado				
	Até um mês	Mais que um mês e menos de três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco Anos
Saldos em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos bancários	(145)	(294)	(510)	(716)	(695)
Debêntures	(2.098)	(4.266)	(19.496)	(26.449)	(7.690)
Contas a pagar por aquisição societária	-	-	(1.009)	(3.911)	-
Fornecedores e partes relacionadas	(9.300)	(2.178)	-	-	-
Operação de risco sacado	-	-	-	-	-
Mútuo a pagar – partes relacionadas	-	-	-	-	-
Total por período	**(11.543)**	**(6.738)**	**(21.015)**	**(31.076)**	**(8.385)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos bancários	(726)	(1.565)	(6.498)	(2.617)	(1.345)
Instrumentos financeiros (swap)	114	232	(224)	-	-
Debêntures	(8)	(17)	(12.680)	(28.263)	(40.123)
Contas a pagar por aquisição societária	(4.343)	(400)	(4.064)	-	-
Fornecedores e partes relacionadas	(6.042)	(2.885)	(834)	-	(144)
Operação de risco sacado	(2.314)	(3.032)	-	-	-
Mútuo a pagar – partes relacionadas	(3.001)	(4.925)	(1.785)	-	-
Total por período	**(16.320)**	**(12.592)**	**(26.085)**	**(30.880)**	**(41.612)**

34.5. Gestão de Capital. O objetivo da gestão da estrutura de capital da Companhia é proteger o seu patrimônio e contribuir para a geração de retorno satisfatório aos nossos acionistas. Esse objetivo se baseia nos pilares: apoio a continuidade das operações e garantia da oferta de boas condições para seus colaboradores, bem como adequado e equilibrado atendimento aos anseios das partes interessadas. A Companhia utiliza dois indicadores para avaliar sua alavancagem financeira, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Dívida bancária total (curto e longo prazo)	272	6.545	2.078	12.080
Instrumentos financeiros (swap)	-	(414)	-	(132)
Dívida da aquisição controladas, sem considerar o ajuste ao valor presente	4.573	8.595	4.573	8.595
Mútuo a pagar (curto e longo prazo)	-	2.809	-	9.613
Debêntures (curto e longo prazo), sem considerar o custo de aquisição	55.552	67.827	55.552	67.827
Custo de aquisição – debêntures (a)	(1.520)	(2.096)	(1.520)	(2.096)
Endividamento Bruto	**58.877**	**83.266**	**60.683**	**95.887**
Caixa e equivalente de caixa	(42.198)	(13.517)	(52.035)	(34.157)
Títulos e valores mobiliários	(57.330)	(1.086)	(57.794)	(3.616)
Depósitos bancários vinculados	(593)	(6.755)	(593)	(6.755)
Depósito judicial – dívida de aquisição controlada	(2.618)	-	(2.618)	-
Endividamento Líquido	**(43.862)**	**61.908**	**(52.357)**	**51.359**
Patrimônio líquido	**225.687**	**74.328**	**225.586**	**74.609**
Endividamento bruto/Patrimônio líquido	0,26	1,12	0,27	1,29
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	(0,19)	0,83	(0,23)	0,69

(a) O endividamento da Companhia, a partir de 2020 com reflexo em 2019, está sendo informado nesta nota explicativa conforme balanço patrimonial que considera as despesas iniciais com a emissão das debêntures como conta redutora da dívida conforme CPC 08. O montante inicial dessas despesas era de R$ 2,6 milhões e está sendo amortizada ao resultado conforme prazo de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2020, o saldo a amortizar era de 1,5 milhão. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

35. Seguros (não auditado). A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Natureza dos seguros	Importância segurada (em milhares)	Vigência
Responsabilidade civil para gestores e conselheiros	10.000	Novembro de 2020 a novembro de 2021
Responsabilidade civil geral	10.000	Novembro de 2020 a novembro de 2021
Erros e omissões - Falhas profissionais	3.000	Novembro de 2020 a novembro de 2021
Patrimonial	26.987	Novembro de 2020 a novembro de 2021
Veículos (Somente RCF)	300 (LMI) e 100% tabela Fipe para alguns itens	Novembro de 2020 a novembro de 2021
Risco de Petróleo Smartcoat	1.865	Março de 2020 a março de 2021
Garantia Smartcoat	2.518	Abril de 2019 a março de 2022
Risco de Petróleo Priner/Smartcoat	US$ 6.000	Dezembro de 2019 a dezembro de 2020
RC para oferta pública de Distribuição de Valores mobiliários	20.000	Março de 2020 a março de 2021 com prazo complementar de 48 meses
Fiança Locatícia – Filial Barueri	164	Março de 2020 a março de 2021
Seguro garantia – prestação de serviços	6.318	Setembro de 2020 a outubro de 2023

As apólices de seguros contratadas abrangem todas as empresas do grupo nas modalidades aplicáveis a cada uma delas, conforme abaixo: **a)** Priner - todas as apólices acima; **b)** Priner Locação - responsabilidade civil para gestores e conselheiros (D&O), responsabilidade civil geral (RCG) e patrimonial; **c)** Smartcoat - responsabilidade civil para gestores e conselheiros (D&O), responsabilidade civil geral (RCG), patrimonial, risco de petróleo e veículos; **d)** R&R - responsabilidade civil para gestores e conselheiros (D&O), responsabilidade civil geral (RCG) e patrimonial. **e)** Poliend - responsabilidade civil para gestores e conselheiros (D&O), responsabilidade civil geral (RCG) e patrimonial.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.

CNPJ/MF nº 18.593.815/0001-97

36. Transações não caixa. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta saldo na controladora no montante de R$ 820 (R$ 243 em 2019) a pagar referente a aquisições de imobilizado e intangível. Tais aquisições não envolveram caixa e, consequentemente, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta saldo no consolidado de R$ 1.764 (R$ 1.268 em 2019) a pagar referente a aquisições de imobilizado e intangível. Tais aquisições não envolveram caixa e, consequentemente, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

37. Eventos subsequentes. 37.1. Operações Financeiras. • Em 07 de Janeiro de 2021, a controlada Poliend recebeu a título de aporte de capital o montante de 1,5 milhões da controladora Priner Serviços; • Em Janeiro de 2021, a controlada Smartcoat adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 1,4 milhões; • Em Fevereiro de 2021, a controlada Smartcoat adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 1,4 milhões; • Em 05 de Março de 2021, a controlada Smartcoat adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 0,3 milhões; • Em 09 de Março de 2021, a controlada Smartcoat adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 0,1 milhões; • Em 10 de Março de 2021, a controlada Smartcoat adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 0,4 milhões; • Em 01 de Março de 2021, a controlada Priner Locação adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 0,5 milhões; • Em 02 de Março de 2021, a controlada Priner Locação adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 3,6 milhões; • Em 03 de Março de 2021, a controlada Priner Locação adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 0,7 milhões; • Em 04 de Março de 2021, a controlada Priner Locação adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 0,4 milhões; • Em 05 de Março de 2021, a controlada Priner Locação adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 0,1 milhões; • Em 09 de Março de 2021, a controlada Priner Locação adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 0,2 milhões; • Em 10 de Março de 2021, a controlada Priner Locação adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 1,1 milhões; • Em 11 de Março de 2021, a controlada Priner Locação adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 0,2 milhões; • Em 15 de Março de 2021, a controlada Priner Locação adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 0,5 milhões; • Em 17 de Março de 2021, a controlada Smartcoat adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 0,3 milhões; • Em 19 de Março de 2021, a controlada Smartcoat adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 0,4 milhões; • Em 22 de Março de 2021, a controlada Smartcoat adquiriu a título de empréstimo de mútuo junto à controladora Priner Serviços o valor de 0,1 milhões; • Em 24 de Março de 2021 a controladora Priner Serviços quitou a última parcela de empréstimo junto ao Banco Abc Brasil; e • Em Março de 2021, o Banco Abc Brasil concedeu o valor de 0,5 milhões referente a cheque especial para a controladora Priner Serviços.

Diretoria: Tulio Cintra - Diretor Presidente.
Marcelo Gonçalves Costa - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.
Yoshiro Marcelo Sakaki Leal - Diretor de Operações.
Juciléa S.D. Carollo - Contadora - CRC RJ 055206/0-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Priner Serviços Industriais S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Priner Serviços Industriais S.A**. **("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Priner Serviços Industriais S.A.,** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria. Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Instrumentos financeiros derivativos – opções de compra e venda ("Call" e "Put")

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia, como parte da combinação de negócios, exerceu 100% da opção de compra referente a aquisição de participação adicional de 49% do capital da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. e exerceu parcialmente a opção de compra referente a participação adicional de 8,33% do capital da Smartcoat - Serviços em Revestimento S.A., cujo valor justo das referidas opções foram mensurados por especialistas externos contratados pela Companhia, na data da aquisição e sua manutenção considerou o exercício ao término de carência, segundo a melhor expectativa da Administração da Companhia. Considerando a complexidade dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação as estimativas, bem como as premissas utilizadas, julgamos como um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas à época das respectivas avaliações, razão pela qual, consideramos o assunto relevante e, portanto, significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto. Avaliamos e obtivemos o entendimento, a avaliação da metodologia de precificação do valor justo das opções, a avaliação do desempenho, a implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados a avaliação, mensuração e divulgação dos referidos instrumentos financeiros derivativos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do escopo e testes detalhados nos seguintes procedimentos realizados pela Companhia: • Utilização dos nossos especialistas em finanças corporativas nas avaliações de projeções econômicas e financeiras, na revisão dos cálculos matemáticos, na análise e entendimento das premissas e metodologia de cálculo e comparação das informações com expectativas de mercado, comparação das informações com expectativas de anos anteriores e outras informações históricas, além da avaliação da competência técnica dos consultores externos contratados pela Companhia e questionamentos sobre a mensuração a valor justo e análise da sensibilidade preparada pela Administração e o processo usado na sua elaboração; • Avaliação das premissas calculadas pela Administração, como taxas de juros e de crescimentos econômico, visando averiguar se as premissas eram adequadas, conservadoras ou não realistas com base em dados econômicos e de mercado; • Avaliação das políticas contábeis divulgadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia, consubstanciadas pelos seus consultores externos contratados, para determinação do valor justo das opções de compra e venda ("Call" e "Put"), como sendo razoáveis com os dados e informações obtidas ao longo de nossos trabalhos, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Combinação de negócios. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia realizou aquisição de 100% do capital da **Poliend Soldagem Treinamento e Inspeções em END Ltda.**, cujo o valor justo dos ativos e passivos no processo de combinação de negócios, identificação do preço pago e a conclusão sobre a existência de ágio/compra vantajosa foram mensurados por especialistas externos contratados pela Companhia, na data da aquisição, segundo a melhor expectativa da Administração da Companhia. Considerando a complexidade dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação as estimativas, bem como as premissas utilizadas, julgamos como um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas à época das respectivas avaliações, razão pela qual, consideramos o assunto relevante e, portanto, significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto. Avaliamos e obtivemos o entendimento do contrato de aquisição, a avaliação da metodologia de precificação do valor justo de compra, a avaliação do desempenho, a implementação e efetividade dos controles internos chaves relacionadas a avaliação, mensuração e divulgação da combinação de negócios. Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do escopo e testes detalhados nos seguintes procedimentos realizados pela Companhia: • Utilização dos nossos especialistas em finanças corporativas na avaliação do laudo de atribuição do valor justo dos ativos e passivos para suportar a combinação de negócios e revisão dos valores apurados como ágio decorrente da aquisição, além da avaliação da competência técnica dos consultores externos contratados pela Companhia e questionamentos sobre a mensuração a valor justo e análise da sensibilidade preparada pela Administração e o processo usado na sua elaboração; • Avaliação das premissas calculadas pela Administração, como taxas de juros e de crescimentos econômico, visando averiguar se as premissas eram adequadas, conservadoras ou não realistas com base em dados econômicos e de mercado; • Avaliação das políticas contábeis divulgadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia, consubstanciadas pelos seus consultores externos contratados, para determinação do valor justo dos ativos e passivos no processo de combinação de negócios, identificação do preço pago e a conclusão sobre a existência de ágio, como sendo razoáveis com os dados e informações obtidas ao longo de nossos trabalhos, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável de ativos de vida útil definida e de longa duração. Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 12 e 13 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem registrados ativos tangíveis e intangíveis em montantes relevantes. A Administração aplica no mínimo anualmente procedimentos para assegurar que seus ativos tangíveis e intangíveis estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecem um ajuste para perdas por desvalorização. Esses procedimentos envolvem julgamento significativo da Administração sobre os resultados futuros do negócio, bem como presume que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando a complexidade devido às peculiaridades das operações, à relevância dos valores envolvidos e a existência e o controle físico dos ativos tangíveis, consideramos esses assuntos como significativos em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto. Avaliamos e obtivemos entendimento sobre os controles operacionais, projeções de fluxos de caixa futuros e o processo usado na sua elaboração, inclusive com a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do escopo e testes detalhados nos seguintes procedimentos realizados pela Companhia: • Utilização dos nossos especialistas em finanças corporativas na análise e entendimento das premissas e metodologia dos cálculos matemáticos do valor em uso, que inclui a revisão da taxa de desconto utilizada, além da comparação das informações com expectativas de anos anteriores, previsões econômicas e setoriais e outras informações históricas; • Acompanhamento das contagens de inventário físico dos bens do ativo imobilizado; • Testes, com base em seleção por amostragem, sobre a existência dos bens de ativo imobilizado, por meio da análise dos contratos firmados e do confronto das evidências de locação em andamento como reconhecimento de receitas; • Avaliação das políticas contábeis divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia, para avaliação do valor recuperável dos ativos de vida útil definida e de longa duração, como sendo razoáveis com os dados e informações obtidas ao longo de nossos trabalhos, no contexto das demonstrações contábeis individuas e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita – mensuração e registro das receitas de prestação de serviços e locação. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 28 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou receitas líquidas de R$ 166.906 mil e R$ 242.213 mil, individual e consolidado, respectivamente, as quais são provenientes de prestação de serviços, locação de equipamentos, vendas de produtos e indenização e recuperação. O processo de reconhecimento das receitas de locação e prestação de serviços é complexo por ser feito com base na medição dos serviços que foram incorridos até aquela data. Os boletins de medição devem estar suportados pelos contratos firmados por parte dos responsáveis por sua elaboração. Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em conta a relevância dos valores envolvidos e, também, a complexidade do processo de mensuração e reconhecimento da receita de prestação de serviços e locação no âmbito do IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.

Resposta da auditoria ao assunto. Avaliamos e obtivemos o entendimento do processo de reconhecimento de receita e do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração das vendas. Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do escopo e testes detalhados nos seguintes procedimentos realizados pela Companhia: • Testes sobre a efetividade dos controles internos utilizados pela Companhia relacionados a receita; • Entendimento e avaliação das premissas utilizadas pela Companhia e controladas no cálculo das receitas faturadas; • Recálculo das receitas faturadas ao final do exercício social; • Testes, com base em seleção por amostragem, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas, por meio de confronto dos boletins de medição com as informações constantes dos contratos firmados, bem como da avaliação se as receitas foram contabilizadas no período de competência correto; • Avaliação das políticas contábeis divulgadas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia, para o reconhecimento de receitas, como sendo razoáveis com os dados e informações obtidas ao longo de nossos trabalhos, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Realização do ativo fiscal diferido. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 08 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem registrado saldo referente a ativo fiscal diferido nos montantes de R$ 22.829 mil e R$ 35.855 mil, individual e consolidado respectivamente, reconhecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e bases negativas. A análise da realização do ativo fiscal diferido é significativa para nossa auditoria em função da magnitude dos montantes registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros que suportam a realização do ativo fiscal diferido. Estas projeções são elaboradas com base em premissas que são afetadas por expectativas futuras em relação as condições econômicas e de mercado. Entendemos que as premissas estabelecidas para a projeção de lucro tributável futuro possuem um nível alto de subjetividade e caso não seja estruturada de forma adequada podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Consideramos esse assunto como significativo de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram: • Utilização dos nossos especialistas em finanças corporativas na revisão das projeções de resultados futuros com base no plano de negócios preparado pela Administração, incluindo a avaliação das principais premissas e da metodologia utilizada; a revisão das bases de cálculo do ativo fiscal diferido; • Avaliação das premissas adotadas pela Administração, como taxas de juros e de crescimentos econômico, visando averiguar se as premissas eram adequadas, conservadoras ou não realistas com base em dados econômicos e de mercado, assim como os critérios adotados pela Administração com relação as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia; • Avaliação das políticas contábeis divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria descritos, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia e suas controladas na elaboração das projeções, que suportam a análise de realização do ativo fiscal diferido, são consistentes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA). As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor. A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.
BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 SP 013846/F
Julian Clemente - **Contador CRC 1 SP 197232/0-6 – S - RJ**

GDR2012 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 05.445.385/0001-14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, cumprindo disposições legais e estatutárias, apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras da GDR2012 Participações S/A., relativas aos exercícios encerrados em 31/12/2020 e 2019, e colocamo-nos à disposição de V.Sas. para qualquer esclarecimento que se faça necessário. Rio de Janeiro - RJ, 15/03/2021. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31/12/2020 e 2019 (Em R$)

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante	**2.766.569**	**4.855.184**
Caixa e equivalentes de caixa	**210.723**	**18.195**
Caixa	251	67
Bancos	4.105	11.099
Aplicações financeiras	206.367	7.030
Dividendos a receber	2.555.846	4.836.989
Ativo não-circulante	**32.061.559**	**31.617.057**
Investimentos	**32.061.559**	**31.617.057**
Total do ativo	**34.828.128**	**36.472.241**

Passivo	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante	**2.598.444**	**4.686.784**
Impostos e contribuições	99	52
Dividendos a pagar	2.598.345	4.686.732
Patrimônio líquido	**32.229.684**	**31.785.457**
Capital social - item 4	23.788.984	23.788.984
Reserva de lucros	8.440.700	7.996.473
Resultado do exercício	8.884.540	16.567.690
Provisão reserva legal	(444.227)	(827.388)
Provisão reseva de lucros	-	(168.088)
Provisão de dividendos	(8.440.313)	(15.572.215)
Total do passivo	**34.828.128**	**36.472.241**

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 e 2019 (Em R$)

1) Contexto Operacional: A sociedade foi constituida em 30 de novembro de 2002, tendo seus atos constitucionais sido alterados e registrado na JUCERJA sob nº 33300305904 em 08 de janeiro de 2013, a Companhia tem por objeto a participação no capital da sociedade SHL PARTICIPAÇÕES S.A., que explora, por meio de um condomínio "pro indiviso", o Setor de Shopping do Shopping Leblon, devidamente descrito no memorial de incorporação daquela edificação, arquivado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro sob o nº R-13 da matrícula nº 81.631, incluindo respectivas benfeitorias, frações ideais de terreno, vagas de garagem e partes comuns do Shopping. **2) Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, constantes da lei nº 6.404/76 com as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, no que forem aplicáveis. **3) Princípios e Práticas Contábeis:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. **4) Capital Social:** O capital social autorizado, em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 23.788.984(vinte e três milhões, setecentas e oitenta e oito mil e novecentos e oitenta quatro reais), sendo representado por 30.788.984 ações ordinárias sem valor nominal.

Quantidade de Ações Subscritas e Integralizadas

Tipo de Ações	31/12/2020	31/12/2019
Ordinárias nominativas	30.788.984	30.788.984

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2020 e 2019 (Em R$)

	Capital Social	Resevas de Lucros	Resultados Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2018	**20.504.984**	**4.100.997**	**-**	**24.605.981**
Aumento de capital	3.284.000	-	-	3.284.000
Baixa reserva legal	-	(4.100.000)	-	(4.100.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	16.567.690	16.567.690
Provisão reserva de capital	-	7.000.000	-	7.000.000
Provisão reserva de lucros	-	168.088	(168.088)	-
Provisão reserva legal	-	827.388	(827.388)	-
Provisão de dividendos	-	-	(15.572.215)	(15.572.215)
Saldo em 31/12/2019	**23.788.984**	**7.996.473**	**-**	**31.785.457**
Resultado líquido do exercício	-	-	8.884.540	8.884.540
Provisão reserva legal	-	444.227	(444.227)	-
Provisão de dividendos	-	-	(8.440.313)	(8.440.313)
Saldo em 31/12/2020	**23.788.984**	**8.440.700**	**-**	**32.229.684**

ASSINATURAS: Alexandre Ferreira Novello - Diretor;
Creston Fernandes - Diretor; **Isabel Ferraz Magalhães** - Diretora
Joelson Antonio Augusto - Contador - CRC-RJ 067164/O-9

Demonstração de Resultado dos Exercícios em 31/12/2020 e 2019 (Em R$)

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas e receitas operacionais	**8.885.288**	**16.568.586**
Despesas administrativas	(4.610)	(7.702)
- Despesas tributárias	(145)	(962)
- Resultado em equivalência patrimonial	8.890.043	16.577.250
Resultado líquido financeiro	**(748)**	**(896)**
- Despesas financeiras	(1.345)	(1.063)
- Receitas financeiras	597	167
Resultado operacional	**8.884.540**	**16.567.690**
Resultado do exercício	**8.884.540**	**16.567.690**
Resultado por ação - (em R$ 1,00)	**0,2886**	**0,5381**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2020 e 2019 - (Em R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Das Atividades	**8.884.540**	**16.567.690**
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	8.884.540	16.567.690
De contas do ativo e passivo	**(2.281.190)**	**(3.017.433)**
(Aumento)/Redução em outros ativos	2.281.142	(3.017.388)
Aumento/(Redução) em fornecedor	-	(85)
Aumento/(Redução) em impostos e contribuições	48	40
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**11.165.730**	**13.550.257**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aumento)/Redução de investimentos	(444.502)	(828.863)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos	**(444.502)**	**(828.863)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(10.528.700)	(12.705.600)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos	**(10.528.700)**	**(12.705.600)**
Aumento (redução) liquido de caixa e equivalente de caixa	**192.528**	**15.794**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	18.195	2.401
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	210.723	18.195
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**192.528**	**15.794**